

Ana-Sofia de Almeida Coutinho

**IMAGENS CARTOGRÁFICAS
DE PORTUGAL
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Porto – 2007

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
I – DIPLOMACIA E MECENATO NO REINADO DE D. JOÃO V.....	8
1. - Portugal sob o reinado de D. João V na Europa pós-Utreque.....	8
1.1. - Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha e o Tratado de Utreque (1702-1715).....	9
1.2. – As relações diplomáticas entre Portugal, a França e a Espanha.....	13
1.3. - As guerras de sucessão da Polónia, da Áustria e o Tratado de Madrid.....	17
2. – D. João V, mecenas da cultura e das ciências.....	23
2.1. – Enriquecimento da Biblioteca Real.....	25
2.2. – A renovação da Astronomia.....	33
3. - A Academia Real da História Portuguesa: o fomento das Letras e das Artes Gráficas.....	37
3.1. - A Academia Real da História: criação, membros e funcionamento.....	37
3.2. - A tentativa de renovação cartográfica no seio da Academia Real da História: os projectos e as obras de Manuel de Azevedo Fortes.....	44
3.3. - A Oficina Tipográfica da Academia Real da História.....	48
II – IMAGENS DE PORTUGAL NA OBRA DE GRANPRÉ.....	56
1. – Granpré: percurso do gravador de mapas.....	56
2. – Gravuras de Granpré em “Geografia Histórica...” de D. Luís Caetano de Lima.....	62
2.1. – Ilustrações de Cosmografia.....	63
2.2. – O mapa impresso de Portugal de 1729.....	70
2.3. – Os mapas das Províncias.....	127
2.4. – Os mapas das praças fortes.....	139
3. – A carta manuscrita de Portugal de 1730.....	146
4. – A carta do Patriarcado e do Arcebispado de Lisboa.....	153
CONCLUSÃO.....	162
BIBLIOGRAFIA.....	166
ÍNDICE DE FIGURAS.....	179

NOTA PRÉVIA

Este trabalho deve-se, antes de mais, ao Prof. Doutor João Carlos Garcia, orientador desta dissertação mas, igualmente do meu percurso académico e pessoal na área da História da Cartografia. Ao longo destes últimos anos, os impulsos tão essenciais a este trabalho foram-me dados, por um lado, através das suas observações críticas e das suas tão valiosas sugestões, que permitiram aprofundar a minha pesquisa e reflexão, e por outro, pelas palavras de encorajamento e de amizade, nos momentos de incerteza. Como tal, os meus agradecimentos são-lhe dirigidos em primeiro lugar.

Aos professores do Mestrado em Estudos Locais e Regionais, toda a minha consideração e em particular, à Prof.^a Doutora Inês Amorim e à Prof.^a Doutora Nicole Devy-Vareta, a quem agradeço pelo facto de terem sempre esclarecido, com atenção, as dúvidas que me iam surgindo ao longo do meu trabalho, contribuindo assim, de forma especial para a minha formação científica, ao longo do curso.

Da minha estadia em França, toda a minha gratidão para a Doutora Catherine Hoffman, do Département des Cartes et Plans da Bibliothèque Nationale de France, pela sua disponibilidade, atenção e conselhos que foram extremamente preciosos para a minha pesquisa, e para o Prof. Doutor Gilles Palsky, da Universidade de Paris XII, não só pelo interesse demonstrado quanto ao meu trabalho, mas também pelas tão interessantes sugestões no domínio da História da Cartografia.

A todos os meus amigos que seguiram de perto ou de longe, o desenvolvimento deste trabalho, gostaria de agradecer sobretudo, à Mélanie, sempre presente apesar da separação geográfica e do passar dos anos, e pelos incentivos que tão bem me soube dar.

Pelo facto de sempre acreditar em mim, em cada um meus projectos, obrigada do fundo do coração à minha família: aos meus pais que tanto admiro, Armandina e Adelino, o meu maior apoio na vida; ao meu irmão, Óscar, sempre pronto a ajudar-me; e à minha querida Avó, Maria do Ceú, tão implicada no meu caminho traçado em Portugal.

Por fim, um agradecimento muito especial ao Germano, que acompanhou este trabalho, do início até à etapa final, e ao qual contribuiu, através da leitura crítica da redacção, do auxílio técnico nas ilustrações e dos conselhos na apresentação do texto final. Mas sobretudo, pelo facto de me ter transmitido dia após dia, quer estivesse perto de mim ou a centenas de quilómetros de distância, a confiança e a persistência sem as quais não poderia ter levado a cabo este projecto.

INTRODUÇÃO

As imagens cartográficas de Portugal construídas e difundidas na Europa da primeira metade do século XVIII constituem o âmbito temático deste trabalho. Em 1736, foi publicada na obra de D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de todos os estados soberanos...*¹, a primeira representação cartográfica do país impressa em território nacional. Gravado na cidade de Lisboa, em 1729, este mapa do "Reyno de Portugal" foi assinado por Carlos de Granpré, artista estrangeiro. Em finais do século XVII e inícios do século XVIII, as imagens do território português eram todas editadas no estrangeiro, nos principais centros de produção cartográfica, como Paris ou Nuremberga para a seguir, serem divulgadas em Portugal e em toda a Europa. Daí, o mapa de Granpré ter certamente recebido forte influência dessas cartas realizadas além fronteiras por outros cartógrafos estrangeiros.

Assim, a História da Cartografia representa o principal enquadramento para este trabalho, sendo o contributo de outras disciplinas, igualmente, imprescindível: a História Política e Diplomática (o papel de Portugal no contexto geopolítico da Europa da primeira metade do século XVIII); a Evolução do Pensamento Geográfico (o mapa de 1729 constitui uma nova leitura do espaço nacional); a História da Ciência e da Técnica (a influência das inovações científicas e técnicas na construção dos mapas); a História da Arte (a iconografia da decoração e a evolução das técnicas de impressão); a História do Livro e da Leitura (a consulta de um atlas ou a inserção de um mapa numa obra estabelece determinadas práticas de leitura cartográfica); a História das Ideias e das Mentalidades (a carta participa na aprendizagem social e cultural dos seus leitores transmitindo determinadas imagens do espaço).

Os objectivos deste trabalho dizem respeito, num primeiro tempo, ao processo de produção de uma imagem cartográfica, desde o levantamento topográfico ao trabalho de gabinete, passando pelo desenho e pela gravura e, por fim as últimas fases da impressão e da edição, quer avulsa ou inserta numa determinada obra. Como tal, importa reconhecer os diferentes contextos que estiveram na origem da construção desta nova imagem cartográfica do espaço português: que factores propiciaram a publicação pela primeira vez em Portugal de uma carta do território no interior de uma obra de geografia de tal importância? A seguir, pretendemos compreender como Portugal era visto pelos estrangeiros responsáveis pela construção e pela difusão da sua imagem cartográfica, e pelo público leitor, consumidor destas imagens, em toda a Europa. Coloca-se igualmente a questão de como Portugal se vê a si próprio, através de imagens devolvidas pelos estrangeiros: será que os Portugueses se reconheciam nesta nova figuração do seu próprio território? Mais ainda, tendo em conta o contexto de renovação e de grande difusão cartográficas naquela época, que alterações foram introduzidas na percepção do espaço português através deste mapa?

¹ LIMA, D. Luís Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* 2 vols., Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Silva, 1734 – 1736.

As fontes consultadas para este trabalho correspondem a documentos cartográficos conservados nas colecções patrimoniais da Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca Nacional de Lisboa e da Bibliothèque Nationale de France, em Paris mas igualmente em colecções particulares. Os critérios de ordem espacial, temporal e bibliográfico permitiram a definição do universo documental a consultar: foram seleccionadas imagens cartográficas manuscritas e impressas da totalidade do território português, produzidas na primeira metade do século XVIII. Tanto as cartas manuscritas como impressas foram consideradas, tais como aquelas que se encontram avulsas ou insertas em atlas ou álbuns cartográficos, na medida em que « ...os atlas editados em várias línguas e países, com inclusão de mapas de Portugal, são também numerosos, e de facto, não são apenas os espécimes soltos que interessam.” (ALEGRIA, 1977, p.176). Igualmente consultadas por nós, fontes ligadas à Academia Real da História Portuguesa - sob os auspícios da qual foi publicada a obra que contém o mapa de Portugal de 1729 - nomeadamente o *Livro das Despesas*, reflexo das actividades desenvolvidas pelos académicos.

Tendo em conta que “nunca se comparou o [desenho do mapa de Portugal] com o dos mapas anteriores” (DAVEAU, 1995, p.95), a interpretação cartográfica faz parte da metodologia deste trabalho. Os elementos de cada uma das representações cartográficas – o título, a data e o local de edição, autores, escalas – são descritos em pormenor, para se proceder à análise do conteúdo de cada mapa, a saber, os fenómenos geográficos de ordem física e humana figurados. A exposição do próprio processo técnico de construção do mapa completa a interpretação de cada uma das representações cartográficas de Portugal recolhidas por nós. Por fim, a informação obtida acaba por ser forçosamente qualitativa, resultando na confrontação das fontes cartográficas, através da sua leitura crítica e aprofundada

Todos os mapas contêm um determinado discurso – um conjunto de manifestações gráficas representativas de uma ideologia numa dada época – que deve ser examinado como tal à luz do contexto do poder político; isto é, considerando as imagens cartográficas sob o prisma da sua influência política na sociedade². Daí a necessidade de possuir um certo conhecimento do contexto histórico da produção cartográfica: Portugal sob o reinado de D. João V, nomeadamente o seu lugar na Europa, desde o tratado de Utreque (1715) até à assinatura do tratado de Madrid (1750), o que constitui a primeira parte do nosso estudo.

De facto, mais do que a representação gráfica de um espaço geográfico a uma determinada escala, um mapa corresponde à construção de uma imagem que se realiza na mente do autor do mapa – aquele que o concebeu e o gravou mas também aquele que o encomendou – e das sociedades às quais estes autores pertencem ou não. A carta é uma imagem social, política e cultural de um determinado território. Daí, a necessidade de “desmontar os mecanismos, a retórica, os pressupostos do mapa, e daí, pôr a luz do dia tudo

² Seguimos aqui uma abordagem iniciada e desenvolvida por John Brian Harley (1932-1991) – iminente investigador anglo-saxónico na área da história da cartografia: a análise sociológica dos mapas.

Agradecemos desde já a particular atenção dada pelo Prof. Doutor Gilles Palsky, através das suas orientações pessoais e da sua tese (“Diplôme d’habilitation à diriger des recherches”), cujo exemplar amavelmente disponibilizou, intitulada *L'esprit des cartes. Approches historiques, sémiologiques et sociologiques en cartographie.*. Este trabalho foi valioso para uma apreensão das diversas abordagens na História da Cartografia ao longo do século XX, nomeadamente na compreensão da obra de J.B. Harley.

aquilo que não era dito no mapa (...)." (JACOB, 1992, p. 467)³. Trata-se de "deconstruir o mapa"⁴: "procurar as forças sociais que estruturaram a cartografia e de localizar a presença do poder, e dos seus efeitos, no conjunto do saber cartográfico." (HARLEY, 1992, p. 232).

Antes de tudo, à imagem de qualquer estudo iconológico, importa conhecer as circunstâncias em que as cartas foram produzidas e a seguir, utilizadas para poder alcançar os motivos subjacentes à sua execução e os efeitos que resultaram da sua difusão⁵.

Perante os importantes conflitos entre as principais potências europeias que marcaram a primeira metade do século XVIII, a coroa portuguesa definiu uma estratégia diplomática particular, com vista a defender os interesses nacionais. D. João V baseou-se numa rede de diplomatas colocados nos principais centros de poder da Europa para fomentar a política mecenática levada a cabo no domínio das letras, das artes e das ciências em Portugal.

Como tal, a realidade nacional foi marcada pela vontade de um monarca e pelo apoio de uma comunidade erudita, abertos a um novo contexto epistemológico, que se traduziu por empreendimentos culturais significativos: o enriquecimento do património material da Biblioteca Real, constituído por valiosas obras e estampas; a criação da Academia Real da História Portuguesa, instituição régia responsável pela renovação do pensamento intelectual, nas obras dos académicos; o patrocínio dado às actividades de Astronomia, com a contratação de especialistas e com a construção de um observatório; e o projecto nunca realizado de uma renovação cartográfica desejada, mas impedida pela persistência da tradição. No entanto, a oficina tipográfica da Academia Real da História, teve um papel fundamental no fomento da difusão das artes gráficas, mais particularmente da gravura utilizada na produção cartográfica, através dos seus artistas contratados.

O mapa impresso de Portugal inscreve-se desta forma num programa de consolidação do Estado português, após sessenta anos sob domínio espanhol: a cartografia deixa de ter unicamente valor para os assuntos de guerra, nomeadamente na defesa do território, para ser igualmente considerada como um instrumento influente não só na administração interna e o consequente reforço de um governo centralizado, mas também a projecção de um Estado no quadro das monarquias europeias da primeira metade do Setecentos.

A própria formação do cartógrafo, o seu estilo, a sua experiência e até os instrumentos utilizados na gravura do mapa influenciam as "intenções cartográficas". As imagens cartográficas do espaço nacional produzidas nesta época em Portugal foram construídas precisamente por um destes gravadores, vindos do estrangeiro, que trabalharam na oficina tipográfica da Academia Real da História, para ilustrar as obras académicas: Carlos de Granpré. Importa, assim, no processo de "desconstrução" do mapa de Portugal, tentar reconstituir o percurso bio-bibliográfico do autor, ilustrado pelas suas obras gráficas, nomeadamente os mapas. Todas estas dimensões ligadas à figura do autor do mapa e à sua própria actividade permitem de facto desvendar o discurso que se encontra por trás da representação cartográfica em estudo.

³ Todas as citações de obras editadas numa língua outra que a portuguesa foram traduzidas por nós.

⁴ Ler o famoso artigo de John Brian Harley "Deconstructing the map" (1992, pp. 231-247).

⁵ Ver Brian HARLEY, 2001, pp. 51-81.

Para além dos respectivos contextos da sociedade e do cartógrafo, o mapa deve ser igualmente interpretado à luz do contexto dos outros mapas⁶. Por outros mapas entendem-se mapas coevos, da mesma área, os mapas do mesmo autor e os outros mapas existentes do mesmo tipo. A confrontação com a produção cartográfica mais abrangente da época também pode nos oferecer pistas nesta análise sociológica do mapa de Portugal de 1729.

No quadro metodológico, decidimos confrontar os nossos dois mapas – impresso e manuscrito - de Portugal (1729 e 1730) às imagens cartográficas de Portugal produzidas anteriormente, desde finais do século XVII; isto é, tendo em conta, por um lado, que Granpré executou os mapas seguindo o método de compilação de outros trabalhos cartográficos e que, por outro lado, antes dos mapas de Portugal serem elaborados e impressos em Lisboa, as representações cartográficas do território nacional eram editadas além-fronteiras.

Mais ainda, é de relembrar que analisaremos o primeiro mapa impresso em Portugal: com a imprensa, dá-se “a multiplicação das cartas, tanto no número de exemplares como nas edições sucessivas [...] qualquer novo mapa reemprega os elementos pertencentes aos desenhos que o antecederam.” (JACOB, 1992, p.95). Para além do mapa de Portugal gravado por Granpré ter sido inspirado no trabalho cartográfico de outros autores europeus, este mesmo mapa teve certamente uma influência indiscutível na representação do território português nos anos a seguir á sua publicação na obra de D. Luís Caetano de Lima. Surge assim, a necessidade de averiguar para além das fontes cartográficas, a projecção no tempo desta primeira imagem cartográfica impressa em Portugal.

Por fim, importa considerar o mapa como um instrumento de mediação e de comunicação entre aquele que produz a imagem e aquele que vai observá-la e consultá-la por várias vezes. A materialização do espaço figurado acaba por ocorrer não unicamente aquando do desenho do esboço, da gravura no suporte metálico ou da impressão da chapa aberta no papel, mas também através da operação intelectual realizada na mente do leitor do mapa⁷. “A carta [...] constitui o suporte material, o dispositivo de referência em relação ao qual o indivíduo vai organizar o seu modelo ao mundo, a sua representação do espaço, dar um sentido aos eventos da sua biografia e da história do seu tempo.” (JACOB, 1992, p. 437).

É pela importância dos diversos contextos de produção do mapa que irão determinar não só o seu conteúdo, como o seu propósito e a sua utilização, que iremos expor numa primeira parte a política mecenática levada a cabo por D. João V nas ciências, nas artes e nas letras, isto é as áreas em que floresce a cartografia da Europa da primeira metade do século XVIII. Num segundo tempo, irá ser interpretada a obra cartográfica à luz dos contextos do cartógrafo e dos outros mapas produzidos, numa tentativa de “deconstruir” esta nova representação cartográfica de Portugal dada aos leitores dentro e fora de Portugal, a partir do ano da sua publicação na obra de D. Caetano de Lima, até aos nossos dias.

⁶ Idem, p. 42.

⁷ Ver Christian JACOB, 1992, p.136.

I – DIPLOMACIA E MECENATO NO REINADO DE D. JOÃO V.

Numa Europa marcada por importantes conflitos ao longo da primeira metade do século XVIII, D. João V⁸ privilegiou a acção dos seus diplomatas junto das principais cortes europeias, tornando-os um elo de ligação entre Portugal, ávido de modernos conhecimentos e o estrangeiro onde eram debatidas correntes de pensamento inovadoras, expostas novas descobertas científicas e aplicados avanços técnicos notáveis. As influências acabaram por se reflectir num ambiente cultural marcado pelos encontros entre eruditos nacionais e estrangeiros, no seio de comunidades ditas “académicas”. O Monarca tornou-se o principal protector de projectos de renovação ligados às ciências, às artes e às letras, como o enriquecimento da Biblioteca Real, o fomento das actividades astronómicas, a fundação da Academia Real da História, o desenvolvimento das artes calcográficas na Oficina Tipográfica desta mesma instituição, e a tentativa de projecção de uma nova cartografia. Na primeira parte desta dissertação, todos estes diferentes contextos que marcaram o cenário político, cultural e científico da primeira metade do século XVIII em Portugal, irão ser descritos e analisados nos seus pontos essenciais, para numa segunda parte ser feita a devida abordagem das imagens cartográficas do espaço nacional elaboradas nesse período histórico.

1. – Portugal sob o reinado de D. João V na Europa pós-Utreque.

Na primeira metade do século XVIII, a Europa conheceu três importantes conflitos, todos eles ligados à sucessão ao trono de três potências, a Espanha, a Polónia e a Áustria. D. João V, apesar de se encontrar envolvido logo no início do seu reinado, em 1707, aquando da Guerra de Sucessão de Espanha, delineou, após a assinatura do Tratado de paz de Utrecht, uma política externa neutral, baseada na procura estratégica de relações diplomáticas com as cortes que mais importavam a Portugal: a de França e a de Espanha.

A participação directa de Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha tornou a imagem cartográfica do espaço nacional alvo de interesse por parte dos leitores europeus que seguiam em detalhe a evolução do conflito. Face a essa procura, eram produzidos mapas do país e reeditados outros, sendo alterada a data de publicação na chapa de impressão. Os períodos de guerra constituíam uma oportunidade única para os editores venderem cartas avulsas, reeditarem atlas e comporem álbuns cartográficos dedicados a uma determinada região. Associados a conflitos geopolíticos ou crises diplomáticas onde estavam em jogo interesses nacionais, houve momentos de maior produção e publicação de imagens cartográficas dos países beligerantes ou das áreas geográficas que eram “palco” de movimentos de exércitos ou de batalhas. Assim, são lançadas no

⁸ Filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburgo, D. João V nasceu a 22 de Outubro de 1689. Foi declarado herdeiro do trono em 1697 e aclamado rei a 1 de Janeiro de 1707. Um ano mais tarde, a 9 de Julho de 1708 casou com D. Ana Maria de Áustria, irmã do Arquiduque Carlos pretendente ao trono da Espanha e depois imperador da Áustria. Desse casamento teve seis filhos, nomeadamente D. Maria Bárbara, casada com D. Fernando VI, rei de Espanha, e D. José, herdeiro do trono.

mercado editorial, informações diversas sob a forma cartográfica, respondendo à curiosidade e às interrogações de um público leitor cada vez mais largo e diversificado.

1.1. - Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha e o Tratado de Utreque (1702-1715).

No último terço do século XVII, D. Pedro II esforçou-se por não se envolver nos três grandes conflitos europeus⁹, que acabaram por reforçar a hegemonia da França de Luís XIV, com o consequente alargamento das suas fronteiras. Após as Guerras da Restauração (1641-1668), a coroa portuguesa pretendia poupar as reservas financeiras para a defesa do seu território, sem nunca descurar, no entanto, uma sólida representação diplomática nas principais cortes europeias o que lhe permite um acompanhamento regular dos principais acontecimentos políticos.

Essa política foi quebrada, em 1700, ao rebentar a Guerra de Sucessão de Espanha, obrigando Portugal a tomar posição num dos dois campos: a França e a Espanha, de um lado, que respeitavam o testamento do falecido rei de Espanha, Carlos II, em favor do Duque de Anjou, neto de Luís XIV; e por outro, a Inglaterra, a Áustria e os Países Baixos, propondo como herdeiro da coroa, o primo do falecido monarca, o arquiduque austriaco, Carlos¹⁰. Esta coligação acabou por declarar a guerra à França a 15 de Maio de 1702.

No início do conflito, D. Pedro II colocou-se ao lado de Luís XIV, com a assinatura de um tratado, em que reconhecia o duque de Anjou como Filipe V, rei de Espanha¹¹. Porém, na sequência da tomada de poder em Espanha por um Bourbon, ameaçando a integridade de Portugal, foi anulada a aliança com a França em Setembro de 1702. O País integra, então, o campo dos aliados através do duplo tratado de aliança de carácter defensivo, com a Inglaterra e as Províncias Unidas, e de carácter ofensivo, com a Áustria, a Holanda e a Inglaterra, a 16 de Maio de 1703¹². As derrotas dos franceses¹³ e a cooperação económica proposta pelos Ingleses, concretizada com o Tratado de Methuen, assinado a 27 de Setembro de 1703, contribuíram de forma decisiva para esta mudança na política externa de D. Pedro II.

O teatro de guerra alargou-se definitivamente até ao território português, constituindo um ponto estratégico para introduzir o arquiduque em Espanha, após a sua aclamação como D. Carlos III, rei de Espanha, em Viena, a 12 de Setembro de 1712. De facto, este último desembarca em Lisboa, em Março de 1704, para se dirigir a Madrid e ocupar o trono: porém, esta primeira tentativa acaba por falhar. Mais tarde, em Abril de 1706, inicia-se por parte dos aliados ingleses e holandeses, sob comando português do Marquês das Minas, a campanha em Espanha contra os franceses. As vitórias militares dos aliados acabam por ser o factor decisivo na ocupação do trono, em Madrid, por Carlos III, embora de forma temporária.

⁹ As Guerras de Holanda, entre 1635 e 1648 (Tratado de Vestefália) e entre 1672 e 1678 (Tratado de Nimègue), e a guerra da Liga dos Augsburgos, entre 1688 e 1697 (Tratado de Ryswick).

¹⁰ Já antes do falecimento do rei Carlos II, a França, a Inglaterra e os Países Baixos tinham projectado partilhas quanto à sucessão de Espanha.

¹¹ Neste tratado assinado em 17 de Junho de 1701, em Paris, a França prometia ajuda militar a Portugal em troca deste reconhecimento (Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, vol. V, p. 223).

¹² "O tratado continha dois artigos secretos de especial valor: logo que subisse ao trono de Espanha, o arquiduque Carlos entregaria a Portugal, a título perpétuo, as praças fronteiras de Badajoz, Albuquerque, Valença de Alcântara, Tui, Baiona e Vigo; e na América do Sul, as terras situadas na margem setentrional do rio da Prata, que ficariam a constituir o limite das duas coroas." (Ibidem, p. 224)

¹³ Em Outubro de 1702, a frota franco-espanhola é derrotada em Vigo, e Liège é tomada pelos ingleses, sob o comando de Malborough.

Para além da sua situação estratégica, Portugal, fazendo parte da coligação, tornou-se palco de guerra, entre 1704 e 1711. Ocorreram sucessivos ataques das tropas franco-espanholas em várias áreas fronteiriças de Portugal, nomeadamente em Trás-os-Montes, na Beira e no Alentejo, aos quais respondia o exército nacional invadindo e saqueando de igual modo lugares vários da raia espanhola.

Ao longo da campanha ofensiva em Espanha, nos anos de 1705 e 1706, foram retomadas praças ao norte do Tejo, tais como Salvaterra de Extremo, Segura, Zebreira, Castelo Branco e Monsanto, enquanto que vários lugares da Estremadura espanhola eram conquistados, como Valência de Alcântara, Ciudad Rodrigo e Salamanca. Após a derrota das tropas luso-inglesas, em Almansa, a 24 de Abril de 1707, e os ataques do exército franco-espanhol no Alentejo no mesmo ano, o jovem monarca D. João V, que subira ao trono, a 1 de Janeiro de 1707, decidiu concentrar os últimos esforços militares e financeiros na defesa do território nacional, e não se envolver mais em campanhas militares ofensivas.

É precisamente a partir da data em que Portugal integrou a coligação em 1704, que se verifica a produção de mapas do território português no estrangeiro, nos principais centros de produção, como Paris, Londres e Nuremberga. Os editores de cartas entenderam rapidamente que os leitores iriam querer localizar e analisar episódios significativos da guerra na Península Ibérica, tais como o confronto das tropas nas áreas fronteiriças e a tentativa de entrada em Espanha do arquiduque Carlos, referidos anteriormente. É de relembrar igualmente que os mapas eram indispensáveis para os militares: a título de exemplo, os oficiais tinham de adquirir pessoalmente as cartas necessárias para as campanhas: eram assim, especialmente impressas séries cartográficas sobre tecido para facilitar a sua consulta e conservação¹⁴.

Por outro lado, é com a guerra que se multiplicam os levantamentos topográficos, passando assim os engenheiros militares a produzirem novo material cartográfico. A título de exemplo, aquando das campanhas militares de Espanha, os engenheiros franceses elaboraram alguns documentos topográficos do território português, sendo de referir "uma carta da fronteira" (1702), "cerco de Campo Mayor" (1712)¹⁵.

Em 1709, o desgaste causado pelo conflito, sentido entre os contendores, levou às primeiras tentativas de negociações de paz em Londres e Haia. D. João V decidiu enviar para a Holanda como embaixador, o Conde de Tarouca (1671-1738)

Nascido em 1671 numa família rica da alta aristocracia portuguesa, como filho mais novo de Manuel Teles da Silva, 1º Marquês de Alegrete e 2º Conde de Vilar Maior, João Gomes da Silva beneficiou de uma educação traçado pelo pais e marcada como tal, por uma "formação livreseca adquirida em Lisboa" e pela estadia em Heidelberg, onde "se relacionou com alguns dos agentes da diplomacia imperial". De facto, a aprendizagem recebida na "observação da prática diplomática exercida por ministros públicos muito qualificados" viria a ser-lhe extremamente útil. Tornou-se 4º Conde de Tarouca pelo seu casamento, em 1698, com D.^a Joana de Meneses. O irmão de João Gomes da Silva, Fernando Teles da Silva foi escolhido, aquando da sua fundação da Academia Real da História, para ser um dos primeiros censores. Foi durante a guerra da

¹⁴ Mireille PASTOUREAU, 1988, p. 62.

¹⁵ Cf.: Colonel BERTHAUT – *Les ingénieurs géographes militaires. 1624-1831 : étude historique*. Tome 1, [Paris]: Service Géographique de l'Armée, 1902, pp. 6-14.

Sucessão de Espanha, onde se destacou como capitão da Guarda Real de Pedro II, obtendo o grau de general, que o Conde de Tarouca iniciou a sua carreira diplomática. Antes da sua participação no Congresso de Utreque, foi enviado para Londres em meados de 1709, na qualidade de embaixador de Portugal, com o objectivo de pôr obstáculo a uma paz separada da coroa inglesa com a França e a Espanha, o que acabou por acontecer¹⁶.

O percurso do Conde de Tarouca foi assim determinante para que fosse escolhido pelo monarca para impedir que a paz fosse concluída na Holanda, de forma distinta entre a Inglaterra, a França e a Espanha, e apresentar, as exigências de Portugal a inserir nas cláusulas de um possível tratado de paz. De facto, “para além de reconhecer a realeza de Carlos III, pretendia D. João V a satisfação de três pontos: 1º, a entrega das praças espanholas prometidas em 1703 para a segurança do reino; 2º, a devolução das vilas e lugares ainda em poder do inimigo; 3º, a restituição da colónia do Sacramento.” (SERRÃO, 1980, p. 240). No entanto, durante as negociações, as exigências dos aliados, nomeadamente da Holanda, são consideradas como exageradas e recusadas por Luís XIV. Esta decisão acaba por ser reforçada pelas vitórias inesperadas do exército francês¹⁷. Os plenipotenciários permanecem, no entanto, em Haia, esforçando-se por encontrar uma solução para o desfecho do conflito.

É a morte de José I, imperador da Áustria, a 17 de Abril de 1711, que irá colocar um ponto final à Guerra de Sucessão de Espanha. O seu irmão, o arquiduque Carlos, é quem lhe sucede, sendo eleito imperador, sob o nome de Carlos IV, a 12 de Outubro. Este deixa de ser, naturalmente, apoiado pelos aliados. Também a Inglaterra tinha desenvolvido negociações de paz com a França, receando a reconstituição do Império de Carlos V.

Inicia-se o processo de paz num congresso diplomático em Utrecht, oficialmente aberto a 29 de Janeiro de 1712, sendo Portugal representado pelo Conde de Tarouca, ministro plenipotenciário, e por D. Luís da Cunha, especialmente enviado em Abril, como segundo plenipotenciário, para auxiliar na defesa dos interesses nacionais¹⁸ e, considerado como uma figura que “personificou a mudança de perfil de diplomata do século XVIII” (CLUNY, 2003, p. 246).

De facto, o prestigioso diplomata nasceu no seio de uma família de figuras notáveis, em Lisboa, a 23 de Janeiro de 1662. Após se ter formado em Direito Canónico, na universidade de Coimbra em 1685, iniciou a sua carreira como Desembargador da Relação do Porto, em 1685, de onde passou para a Casa da Suplicação em 1688. Mais tarde, em 1697, enveredou para a carreira diplomática, ao ser enviado por D. Pedro II para Londres, com vista a ocupar o lugar de Enviado Extraordinário. Na capital inglesa, presenciou o desenrolar do Tratado de Methuen (1703) e deu o seu contributo na adesão de Portugal à coligação durante a Guerra de Sucessão de Espanha, permitindo através do excelente exercício da sua actividade diplomática, a “definição da política externa de Portugal”, neste conflito, enviando “informações precisas e constantes sobre o que então se passava nas cortes europeias e mesmo sobre as questões coloniais, quer a oriente, quer a ocidente”. É

¹⁶ Ver a Tese de Doutoramento de Isabel Cluny (2002) e o artigo da mesma autora editado em 2003, pp. 245-256.

¹⁷ Já em 1709, os franceses retomam posições estratégicas na Catalunha, na Alsácia e nos Alpes. A 10 de Dezembro de 1710, dá-se a vitória que permite salvaguardar o trono de Filipe V, em Villaviciosa, pelo Duque de Vendôme, frente às tropas do austriaco Stahremberg.

¹⁸ Sobre o papel do conde de Tarouca, e sobretudo, de D. Luís da Cunha no Congresso de Utrecht, *Idem*, 1999, pp. 74-88.

precisamente no exercício das suas funções de Embaixador na capital francesa que irá viver o crepúsculo da sua vida, vindo a falecer a 9 de Outubro de 1749¹⁹.

Num primeiro tempo, as negociações resultaram na suspensão do conflito, tendo Portugal, Espanha e França assinado o armistício a 7 de Novembro de 1712. Dois dias antes, Filipe V, que ascendera ao trono espanhol, tinha renunciado aos seus direitos à coroa francesa, e em contrapartida, os duques de Berry e de Orleães, sucessores de Luís XIV, negavam qualquer pretensão à coroa espanhola. Todas as condições estavam reunidas para a conclusão do Tratado de Paz, entre a Holanda, a Inglaterra, a Sabóia, Portugal, a Prússia e a França, no dia de 11 de Abril de 1713. Dois anos mais tarde, a 6 de Fevereiro de 1715, é assinado o tratado de Paz e Amizade entre D. João V e Filipe V de Espanha²⁰.

As consequências do envolvimento de Portugal neste primeiro conflito europeu do século XVIII traduziram-se num balanço final negro: incalculáveis perdas humanas e materiais nas áreas fronteiriças e prejuízos financeiros que fragilizaram a economia nacional. No plano diplomático, as compensações exigidas por Portugal não foram satisfeitas na sua totalidade, devido à falta de apoio da Inglaterra. Deu-se a restituição do castelo de Noudar a Portugal e Albuquerque e Puebla de Sanabria à Espanha; por outro lado, foi entregue à coroa portuguesa, a Colónia do Sacramento. Por parte da França, foi conseguida a soberania sobre as terras entre o Amazonas e o Aiapoc²¹.

A partir de 1715, formou-se um novo equilíbrio europeu, resultante da paz de Utrecht, entre as três maiores potências: a França, a Inglaterra e a Áustria. A primazia da França é mantida, através da consolidação das suas fronteiras, bem como pelo prestígio alcançado pelos seus artistas e homens de letra. A monarquia austriaca impõe-se como o território mais vasto e mais povoado da Europa, embora fragilizado pela falta de unidade. A Inglaterra possui o poder marítimo e colonial, extremamente reforçado pelos tratados de Methuen e de Utrecht.

Neste contexto geopolítico, grandes desafios apresentam-se ao jovem monarca português, D. João V. O seu objectivo é o de manter a neutralidade de Portugal e simultaneamente conquistar uma posição de destaque na Europa pós Utrecht, formando alianças pela via diplomática, com as diversas potências, sendo de sublinhar a aproximação evidente de Portugal com a Áustria, resultante do casamento de D. João V com D. Ana Maria de Áustria, irmã de Carlos pretendente ao trono da Espanha durante a guerra de sucessão e imperador da Áustria.

Esta época de pós-guerra é marcada por uma significativa produção cartográfica na medida em que o levantamento cartográfico efectuado pelos militares durante as campanhas é reutilizado não só para a elaboração de documentos militares a serem utilizados posteriormente em caso de novo conflito, bem como para a edição de cartas de menor escala dirigidas a um público mais alargado²².

¹⁹ Ver as Instruções Políticas de D. Luís da Cunha, [c.1736] e Isabel CLUNY, 1999.

²⁰ A resolução do conflito entre a França e o Império decorreu em Rastadt, entre Novembro de 1713 e Março de 1714.

²¹ Ver André FERRAND DE ALMEIDA, 2001, pp. 49-54.

²² Cf. Monique PELLETIER, 2001, p.108.

1.2. – As relações diplomáticas entre Portugal, a França e a Espanha.

Após Utreque, as relações entre a França e Portugal sob o reinado de D. João V foram marcadas por uma tentativa de reaproximação por parte das duas coroas. Logo após o armistício, em 1713, deu-se a nomeação de um novo embaixador, o abade de Mornay e de um cônsul, Sainte-Colombe, em Lisboa, enquanto que outros vice-cônsules foram colocados em vários pontos do país. Este interesse por parte da França em valorizar as suas relações com Portugal consistia a nível político, em conseguir a neutralidade da monarquia portuguesa na política europeia, através da ausência de apoio a Inglaterra, aliada privilegiada e, a nível económico, em reforçar a posição francesa no comércio internacional, recorrendo a plataformas coloniais portuguesas tanto no Brasil como no Oriente, face à concorrência inglesa e holandesa²³.

O desejo de reatamento dos laços franco-portugueses acabou por ser correspondido, ao ser enviado para Paris o conde da Ribeira Grande como representante diplomático em 1714, cargo que ocupou, acompanhado pelo estadista, Alexandre de Gusmão, até 1719.

No entanto, pouco tempo depois, as relações diplomáticas são postas à prova face a uma nova crise europeia, fruto de conspirações organizadas por Filipe V, a chamada “Crise de Espanha”. De facto, o rei de Espanha volta por um lado, a cobiçar o trono francês, sob influência da sua segunda esposa, Elisabete de Farnésio e por outro, pretende recuperar parte da herança deixada pelo falecido Carlos II e sob domínio do Imperador Carlos IV, as possessões espanholas em Itália. Mais ainda, visava apoderar-se de Parma e da Toscana, onde falecia o último Médicis sem herdeiros, para assim legar um trono a cada um dos filhos tidos com Elisabete Farnésio, Carlos e Filipe. Por seu lado, Carlos IV não havia ficado satisfeito com as importantes compensações territoriais que lhe foram atribuídas ao ter renunciado ao trono deixado por Carlos II. De facto, tentava ainda recuperar a coroa de Espanha, sonhando restabelecer o Império de Carlos Quinto. As suas possessões italianas encontravam-se desligadas entre si e o Imperador procurava alargar e reforçar o seu domínio naquela península.

Para preservar a paz e os direitos adquiridos nos tratados de Utrecht, a França decide não continuar a apoiar Filipe V e alia-se à Inglaterra através de uma convenção secreta, conduzida pelo Cardeal Dubois com Stanhope, ministro de Jorge I, em Outubro de 1716. Esta coligação passa a ser a Tríplice Aliança da Haia, com a adesão das Províncias-Unidas, a 4 de Janeiro de 1717. Portugal não aceita esta aliança por ser dirigida contra a Espanha, procurando preservar a paz com o país vizinho.

Porém, apesar dos esforços destas três nações para uma possível reaproximação entre Carlos IV e Filipe V, a crise transforma-se em conflito, em Maio de 1717. A Sardenha, Palermo e Messina são sucessivamente ocupados pelas tropas espanholas. A Tríplice Aliança reage, ao integrar no seu campo o

²³ Nessa data, a França é ainda governada por Luís XIV: o Rei Sol falece em Versalhes no 1º de Setembro de 1715. O seu bisneto, com cinco anos, único sucessor sobrevivente dos falecimentos prematuros de vários membros da família real, é proclamado rei sob o nome de Luís XV. No dia seguinte, o Parlamento de Paris revoga a cláusula do testamento de Luís XIV que subordinava o duque de Orleães sobrinho, ao duque de Maine, príncipe legitimado, no conselho de regência. Filipe de Orleães é reconhecido como regente com os plenos poderes, até Luís XV ser sagrado rei, em Reims, a 25 de Outubro de 1722, tomando o poder em 1723, ano da sua maioridade.

Império, através do Tratado de Cockpit, em Setembro de 1718. Fala-se então da Quádrupla Aliança²⁴. Por fim, a França acaba por declarar a guerra à Espanha, em Janeiro de 1719, ao ser desmantelada uma conspiração do embaixador espanhol, príncipe de Cellamare, contra o regente, Filipe de Orleães. Após uma campanha militar de um ano, o monarca espanhol acaba por ser derrotado.

Em Outubro de 1720, inicia-se a conferência de Paz de Cambrai, em que o principal objectivo incidia na discussão da situação geopolítica da Europa, após esta crise, e no estabelecimento das condições de paz entre a Espanha e o Império²⁵. Deu-se, então, o reconhecimento definitivo de Filipe V como rei de Espanha por Carlos VI. Este, por sua vez, aceitava renunciar definitivamente ao trono espanhol e concedia Parma e Florença a Carlos, filho de Filipe V, mas por sua vez obtinha a Sicília em troca da Sardenha.

Importa sublinhar que em qualquer alteração dos quadros políticos europeus – como era aqui perspectivado na conferência de Cambrai – os documentos cartográficos assumem uma importância fulcral: não só para os representantes das soberanias europeias, que devem negociar as condições da paz que passam irremediavelmente pela discussão das fronteiras e das possessões, como também para quem assiste e acompanha estas discussões diplomáticas. Nessa primeira metade do século XVIII, as cartas manuscritas, os mapas impressos, avulsos ou reunidos em álbuns cartográficos, os atlas, todos estas imagens, actualizadas ou não, eram vendidos a um público cada vez mais alargado e diversificado, que compunham a classe dirigente, os militares, as comunidades eruditas, os estudantes.... Forçosamente perante o rápido encadeamento de certos acontecimentos, a reedição de imagens já por vezes obsoletas era frequente: a chapa era toda ela reaproveitada só sendo alterado o título, ou maior parte das vezes só o editor quando necessário e sobretudo a data. Tornava-se uma estratégia editorial, satisfazer a procura súbita de mapas provocada pelo despoletar dos acontecimentos. "...um público cada vez mais largo, construído tanto pelos políticos e como por simples curiosos, procurava ter acesso a mapas que lhes permitissem acompanhar e entender os principais acontecimentos bélicos (batalhas campais e conquistas de cidades) que decidem então das contendas internacionais." (DAVEAU, 2001, p.146). Daí, a produção cartográfica de certas áreas geográficas "disparar" curiosamente num determinado ano, isto é, por força do envolvimento deste região, deste país num conflito...

Para o congresso de Cambrai, D. João V tinha nomeado, dois representantes, D. Luís da Cunha e o Conde de Tarouca, acompanhados de Alexandre de Gusmão, António Galvão de Castelo Branco e Marco António de Azevedo Coutinho. A participação de Portugal pretendia o reconhecimento dos direitos nacionais sobre a margem esquerda do Rio de Prata, segundo estabelecido no Tratado de Utreque. A representação diplomática portuguesa legitimava-se pelo facto de Portugal ter sido envolvido de certa forma nesta crise, com a ameaça de um conflito com a Espanha. Com efeito, em 1719, deu-se uma tentativa de embargo de navios portugueses na Galiza, à qual D. João V reagiu de imediato impedindo que tal acontecesse e dando ordens a D. Luís da Cunha, representante em Madrid, entre 1719 e 1720, para tentar que a Espanha respeitasse o Tratado

²⁴ Houve de facto uma proposta de integração de Portugal à "Quádrupla Aliança", por parte da Inglaterra, transmitida em Paris, ao conde da Ribeira. Eduardo BRASÃO, 1932, p. 266.

²⁵ A participação indireta de Portugal no congresso de Cambrai é exposta em Isabel CLUNY, 1999, pp. 93-96.

²⁶ Eduardo BRASÃO, 1932, pp. 266-267.

de Utreque, evitando um conflito aberto²⁶. No entanto, o papel de Portugal na resolução da situação política da Europa foi praticamente nulo, na medida em que foi impedido de participar nas negociações, perante a recusa da França, apoiada pela Inglaterra. De nada valeram as várias intervenções junto de estadistas franceses por parte de D. Luís da Cunha, que chegara a Paris em 1721, para substituir o então embaixador o conde da Ribeira²⁷.

Após a breve permanência em Lisboa do Abade de Livry como embaixador²⁸, a representação de ambos países ficou resumida ao cargo consular, que se prolongou até 1737, ano em que D. Luís da Cunha regressou à capital francesa. A presença política francesa em Portugal foi então assegurada pelo cônsul Montagnac de 1719 a 1737, acumulando simultaneamente as responsabilidades inerentes às funções de cônsul e de embaixado²⁹. Por sua vez, os interesses de Portugal foram representados junto da corte de Paris, por um amigo privilegiado de D. Luís da Cunha, Francisco Mendes de Góis (1670-1753)³⁰, nomeado como agente diplomático a 4 de Novembro de 1726, iniciando uma carreira diplomática de quase trinta anos na cidade de Paris. Francisco Mendes de Góis terá provavelmente nascido em 1670, em Faro, descendente de mercadores cristão-novos. Por esse facto, foi obrigado a encontrar refúgio em Roma, em 1704, perseguido pela Inquisição. Atrás de si deixou, após ter estudado em Évora, uma formação inacabada em Medicina na Universidade de Coimbra (1701-1703). Em 1709, regressou temporariamente a Portugal, acabando por embarcar para a Inglaterra. Foi por conta própria que se colocou ao serviço dos diplomatas de Portugal em Londres, D. Luís da Cunha, depois, José da Cunha Brochado e por fim Marco António de Azevedo Coutinho. Acompanhou este último na qualidade de secretário, ao instalar-se em Paris em 1722. Um ano mais tarde, parte para Portugal, com o objectivo de resolver a sua situação de forma definitiva. Foi num processo secreto, que foi admitido no seio da Igreja Católica, dando finalmente início à sua carreira diplomática³¹.

No que respeita às relações entre Portugal e a Espanha, ao longo da primeira metade do século XVIII, importava a Portugal evitar a todo o custo relações conflituosas com a coroa espanhola, mas procurando sempre defender a sua soberania no continente e no ultramar, nomeadamente no Brasil. A embaixada de D. Luís da Cunha a Madrid, entre 1719 e 1720, já tinha lançado as bases de uma aliança entre os dois estados ibéricos.

²⁷ Ver Eduardo BRASÃO, 1938, pp. 414-423. Relativamente ao papel de D. Luís da Cunha como negociador na Conferência de Cambrai, ver a edição crítica das suas *Instruções Políticas*, por Abílio DINIZ SILVA, 2001, pp. 89-91.

²⁸ Devido a falta de cumprimento do protocolo diplomático, instalaram-se relações controversas entre o Abade de Livry e Diogo Mendonça Corte Real. De facto, o Abade de Livry recusava-se a solicitar uma audiência junto de D. João V, sem antes receber a visita do Secretário de Estado. Estas exigências por parte do Abade de Livry iam precisamente contra o que ditava o protocolo em Portugal. Passados sete meses, o desentendimento não ficou resolvido, resultando numa ruptura diplomática entre as duas nações e o consequente retorno dos respectivos embaixadores. Ver Eduardo BRASÃO, 1932, pp. 274-275; 1938, Vol. I, pp. 423-425; idem, 1979, p. 140.

²⁹ O papel de cônsul francês em Lisboa possuía várias dimensões, sendo a de ordem económica a mais importante, com a protecção do comércio da França e dos franceses que o praticavam em Portugal. Daí, a nomeação de outros vice-cônsules em vários lugares portuários do país: no Porto, Faro, Setúbal, Lagos, Viana do castelo, Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra, Peniche e outro ponto do Algarve. No entanto o cônsul também exercia funções de foro jurídico, como juiz da nação francesa. Por fim, o cônsul possuía um papel político, o que lhe conferia capacidades para ser um óptimo informador e daí, poder substituir de uma certa forma o embaixador. Ver Jean François LABOURDETTE, 1988, pp.141-310.

³⁰ Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA (2003) indica que o único texto biográfico existente acerca do agente diplomático é da autoria de Augusto Silva Carvalho ("Um agente de Portugal em França, Francisco Mendes de Góis" in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. II, 2ª série, 1949, pp. 213-240).

³¹ Isabel CLUNY, 1999, pp.171-177 e Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, pp. 99-102.

Mais tarde, a ruptura entre a corte francesa e espanhola, veio favorecer a aliança luso-espanhola: de facto, em 1724, fora anulado o contrato de casamento de Luís XV com a Infanta Mariana Vitória, obrigando esta a regressar a Madrid. António Guedes Pereira, enviado extraordinário em Madrid, entre 1720 e 1727, comunicara logo a Portugal, o interesse da coroa espanhola em escolher D. José, príncipe do Brasil, como noivo ideal para a filha de Filipe V. Esta proposta foi recebida com entusiasmo pela coroa portuguesa que decidiu oferecer a mão da Infanta Maria Bárbara ao príncipe das Astúrias, D. Fernando. Mais ainda, tendo em conta o bom entendimento entre D. João V e o Imperador Carlos VI, a concretização de uma aliança com Portugal oferecia vantagens, à Espanha, na sua reaproximação com o Império, através da mediação portuguesa.

A perspectiva da realização de um duplo casamento tal como de uma aliança para a resolução das questões ligadas ao Tratado de Utreque, levaram à nomeação de José da Cunha Brochado, como embaixador extraordinário em Madrid, o qual se juntou a Guedes Pereira, em meados de 1725. Porém, a aliança ofensiva e defensiva projectada pelos monarcas português e espanhol, através dos seus diplomatas, vinha contrariar os projectos de coligação que estavam também a ser esboçadas no seio das potências europeias³². Numa vontade de respeitar a sua política de neutralidade nas suas relações externas, D. João V decidiu que o encontro diplomático referente ao duplo casamento em Madrid, seria feito de forma separada com as negociações relacionadas as questões do Tratado de Utrecht, em Viena. A intervenção do Império tornara-se necessária tendo em conta que as negociações nunca foram frutíferas entre os nossos plenipotenciários Cunha Brochado e Guedes Pereira, e o seu homólogo espanhol. Segundo as ordens régias, o Conde de Tarouca iniciou a sua terceira missão diplomática, deslocando-se a Viena em 1726, sendo incumbido de duas tarefas: chegar a um acordo com os diplomatas espanhóis, para que as cláusulas do Tratado de Utrecht fossem definitivamente respeitadas e cumpridas, para assim obter uma paz duradoura na Península Ibérica e assegurar a neutralidade de Portugal face à uma possível nova aliança entre as potências marítimas. Todavia o empenho das intervenções do Conde de Tarouca junto da corte imperial em nada resultou...

Enquanto a questão da “Liga” ia sendo discutida em Viena, a aliança luso-espanhola acabou por ser selada em Setembro de 1727, em Madrid, com a assinatura dos consórcios de D. José, pelo Marquês de Abrantes e, em Outubro do mesmo ano, de D. Maria Bárbara com a presença do Marquês de Los Balbases, representando a coroa espanhola e de Diogo de Mendonça Corte Real. A troca das infantas teve lugar nas margens do Caia, no dia de 19 de Janeiro de 1729³³. Enquanto que o duplo consórcio fora um sucesso, a tentativa de resolução da questão da Colónia de Sacramento ficou suspensa, perante a intransigência, tanto da parte espanhola, como da parte portuguesa...

³² Por um lado, a Espanha demonstrava-se novamente interessada na sua ligação com o Império e por outro, encontrava-se em formação uma liga entre potências marítimas, a Inglaterra, a França e a Holanda. É por tal razão que o diplomata britânico, Townshend transmitira, ao Conde de Tarouca, em Viena, a sua oposição ao facto de Portugal constituir um acordo defensivo e ofensiva com a Espanha, e colocar-se desta forma no campo dos adversários da Inglaterra.

³³ Para um melhor entendimento das negociações diplomáticas em torno desta aliança entre as coroas portuguesa e espanhola, ver Eduardo BRASÃO, 1938, pp. 430 – 445; Idem, 1979-1980, pp. 143-150 e no que toca à celebração protocolar da troca das Infantas e do duplo casamento dos príncipes, como “momento culminante do espectáculo monárquico joanino”, ver Rui BEBIANO, 1987, pp.137-150.

As relações entre Espanha e Portugal o longo da primeira metade do século XVIII, sob o reinado de D. João V, só iriam ser marcadas por um incidente diplomático em 1735, que se podia ter transformado numa real ameaça de guerra entre os dois países.

A crise relacionava-se com a questão da sucessão espanhola. Filipe V apesar de ter abdicado em 1724 a favor de seu filho primogénito, D. Luís, retomara o poder meses mais tarde, com o falecimento deste último. Tudo indicava então como herdeiro da coroa, D. Fernando, segundo filho do primeiro casamento de Filipe V, e sua esposa, a infanta portuguesa, como primeiros herdeiros legítimos. Mas, Isabel Farnésio opunha-se a esta possibilidade, desejando acima de tudo que seu filho Carlos VII, rei das duas Sicílias, subisse ao trono após a morte de Filipe V³⁴.

Como tal, no dia 22 de Fevereiro de 1735, a Embaixada de Portugal em Madrid fora alvo da entrada súbita de militares a quem tinha sido dado ordens, provavelmente por parte de Isabel Farnésio ou da sua corte para deter os servidores do embaixador. Portugal respondera de igual forma ao mandar prender os servidores do embaixador espanhol em Lisboa e ordenando o regresso do seu embaixador³⁵. As tensões entre os dois países ibéricos já tinham levado a tomar providencias militares³⁶ antes deste incidente diplomático. Portugal e Espanha já estavam prontos a declarar mutuamente a guerra. A França decidiu intervir com o papel de mediador enquanto que a Inglaterra respondendo ao apelo de Portugal, enviara navios e oferecera um contingente militar³⁷. A proposta de resolução pela via de negociações em Paris por parte da França, foi aceite por D. João V que pretendia evitar um conflito militar com a Espanha, cujo trono estava tão perto de ser tomado pelo seu genro, D. Fernando. As discussões diplomáticas entre a Espanha e Portugal iniciaram-se, na capital francesa, em inícios de 1737, estando concluídas a 16 de Março. A paz ficou assegurada na Península Ibérica, com a troca dos prisioneiros, e a interrupção das hostilidades em territórios sul-americanos.

1.3. – As guerras de sucessão da Polónia, da Áustria e o Tratado de Madrid.

Passadas quase duas décadas após a Guerra de Sucessão de Espanha, dois novos conflitos dinásticos surgem no seio das potências europeias: a Guerra de Sucessão da Polónia (1733-1738) e a Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748)³⁸. O equilíbrio europeu era frágil, daí a preocupação de Portugal em manter relações políticas externas marcadas pela estabilidade e pela neutralidade.

O primeiro conflito surgiu logo após o falecimento do eleitor do Saxe e rei da Polónia, Augusto II, a 1 de Fevereiro de 1733, e a apresentação de dois candidatos à eleição: Estanislau Leczynski, antigo monarca da Polónia, apoiado pelos franceses³⁹, e Augusto, filho do rei defunto, novo eleitor de Saxe, cuja pretensão ao

³⁴ Acabaria por se tornar rei de Espanha, como Carlos III, anos mais tarde em 1759, ao suceder ao seu meio-irmão, D. Fernando VI.

³⁵ Para mais pormenores, ver Eduardo BRASÃO, 1980, p. 151 e Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, p. 263.

³⁶ Ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, p. 263.

³⁷ Este incidente, em 1735, levou a que o nosso diplomata Marco António de Azevedo Coutinho intivesse para a obtenção de apoio da Inglaterra em Março do mesmo ano. De facto, houve o envio de uma frota de guerra sob comando do almirante John Norri. A missão consistia em proteger os interesses do comércio britânico e em actuar para o reatamento da paz na Península ibérica.

³⁸ Relativamente a estes dois conflitos, foi consultada a obra de Noël BLAYAU e Michel DENIS, *Le XVIII^e siècle*. Paris: Librairie Armand, 1980.

³⁹ Através do Tratado de Varsóvia, de 25 de Maio de 1732, que torna a França e a Polónia aliadas. De facto, Estanislau Leczynski era o pai da rainha Maria Leczynska, e assim, sogro de Luís XV.

trono era defendida pela Áustria e pela Rússia. É de referir que estas duas últimas potências, tinham elaborado o projecto de colocar no trono polaco um dos seguintes pretendentes: um primo do imperador Carlos VI ou o infante D. Manuel, irmão do monarca português, D. João V. Por outro lado, Augusto II, enquanto reinara, tinha expresso o seu desejo de unificar o Saxe e a Polónia, e do trono ser ocupado após a sua morte pelo filho Augusto. No entanto, face a ausência da ratificação de qualquer tratado de sucessão, dá-se novamente uma inevitável crise europeia.

Num primeiro tempo, Estanislau Leczynski é eleito pela nobreza polaca seduzida pela influência, em Setembro de 1733, e pelo auxílio francês. A França consegue juntar à sua causa Carlos-Emanuel III, duque de Sabóia e rei da Sardenha e Filipe V⁴⁰. Em Outubro, inicia-se a Guerra da Sucessão da Polónia com a invasão do país pelas tropas russas e austríacas. Estanislau é obrigado a deixar Varsóvia, refugiando-se em Dantzig.

Augusto de Saxe é proclamado rei sob o nome de Augusto III. A guerra é então, declarada à Áustria pela França, que juntamente com os seus aliados, decide atacar a região do Reno e a Itália. O Milanês é facilmente ocupado pelas tropas do duque de Sabóia, enquanto Nápoles e a Sicília são conquistadas pelo contingente espanhol. No entanto, os militares franceses não conseguiram juntar-se às frentes defendidas pelos aliados tanto a sul como a leste. Para evitar que a Inglaterra, que se tinha mantido neutral até então, interfira no conflito, a França, aproveitando as suas recentes vitórias, enceta negociações com o Império Austríaco.

Em Outubro de 1735, é posto um termo ao conflito com os preliminares de paz, confirmados pelo Tratado de Viena, em 1738. Assim, foram necessários três longos anos de negociações para satisfazer as exigências não só da Áustria e da França, bem como dos outros estados que tinham sido envolvidos na guerra e se sentiam lesados.

Estanislau aceitou renunciar ao trono da Polónia em troca de uma compensação: o território da Lorena. Dá-se então, o reconhecimento da Pragmática Sanção pela França. O duque da Lorena, Francisco III, esposo de Maria-Teresa, a herdeira do trono de Áustria, deixaria o seu ducado a Estanislau, passando a Lorena a ser francesa, com o falecimento deste último. De facto, através da convenção de Meudon de 30 de Setembro de 1736, Estanislau cede oficialmente a administração da Lorena à França. Por fim, Francisco III receberia em troca a Toscana após a morte do Grã Duque reinante, ultimo dos Medicis. Parma é confiada a Carlos VI, enquanto que Carlos, filho de Filipe V, ficava soberano de Nápoles e da Sicília. Estas últimas foram cedidas pelo Imperador Carlos VI, tal como as províncias de Novara e Tortone, anexadas ao Piemonte de Carlos-Emanuel III. O tratado de paz de Viena que põe oficialmente fim à Guerra de Sucessão da Polónia, é ratificado sucessivamente a 18 de Novembro de 1738 em conjunto pela Inglaterra e pela Holanda e em Abril de 1739, pela Espanha.

Mais uma vez, Portugal manteve-se fora deste conflito europeu, sendo a sua política pacifista uma forma de respeitar os laços amistosos com as potências que se opunham precisamente nesta guerra, a saber a Áustria de um lado e a França e a Espanha, do outro. É precisamente a mesma atitude neutral que o monarca

⁴⁰ Através respectivamente, do Tratado de Turim, em Setembro de 1733, e do Tratado do Escorial, em Novembro de 1733.

D. João V adopta perante a longa Guerra de Sucessão de Áustria, apesar das críticas da não-intervenção de Portugal por parte de importantes figuras políticas, como D. Luís da Cunha.

No entanto, este afastamento quanto aos grandes acontecimentos bélicos europeus não significa que Portugal não estivesse atento ao que decorria além fronteiras e preocupado com as consequências que podiam decorrer destes conflitos entre as grandes potências, tal como o ilustra perfeitamente as obras editadas sob o reinado de D. João V. De facto, nos anos de 1734 e de 1736 são publicados os dois primeiros volumes da *Geografia Histórica de todos os estados soberanos da Europa....* de D. Luís Caetano de Lima. Trata-se de uma descrição actualizada de "com as mudanças que houve nos seus domínios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastadt, Baden, da Barreira, da Quádrupla Aliança, de Hannover e de Sevilha...". Observamos, aqui, como o contexto político – os tratados de paz que redefiniam, no fim de cada conflito, as fronteiras internas da Europa – está intimamente ligado à génese deste projecto de encyclopédia geográfica: composta por dois volumes, trata-se de uma Geografia Histórica de Portugal que faz parte de uma Geografia Histórica geral da Europa. Esta obra inscreve-se numa prática editorial amplamente difundida na primeira metade do século XVIII: as obras geográficas, tais como descrições topográficas e estatísticas, relatos de viagens, dicionários, manuais, estudos de geografia histórica que floresciam na Europa das Luzes, expondo rudimentos de geografia matemática e retratos variados dos diversos países. Editados num formato mais pequeno, de fácil manuseamento e consulta, estes livros traduzem este contexto de vulgarização do saber geográfico do mundo contemporâneo que tanto marcou a Europa de Setecentos. De facto, importa mais do que nunca divulgar o conhecimento do território europeu de forma clara, metódica, sucinta e a mais exacta possível aos principais leitores interessados: os militares, os políticos e os mercadores e negociantes, ou seja todos aqueles que possuem interesses geo-estratégicos numa Europa assolada por conflitos regionais. Por um lado, não se trata de conhecer somente a geografia do próprio reino, bem como dos países vizinhos, mas, torna-se igualmente fulcral possuir informações actualizadas na perspectiva de um novo conflito que possa surgir, e de um novo traçado dos limites políticos⁴¹. "Por outro lado, a multiplicação das viagens terrestres, á medida que a rede de estradas ia melhorando e que aumentava a segurança dos viajantes, levou á multiplicação dos pequenos atlas de bolso, dedicados a determinados países." (DAVEAU, 2001, p.146).

Como podemos constatar, a origem da guerra de Áustria residiu de facto na contestação da Pragmática Sanção, de 1713⁴², que assegurava a coroa austríaca a Maria-Teresa, após a morte de seu pai Carlos VI, a 20 de Outubro de 1740 e afastava qualquer pretendente ao trono⁴³. No entanto, este legado era contestado pelos soberanos vizinhos. É assim que as tropas de Frederico II invadem a Silésia, a 16 de Dezembro de 1740, atacando territórios de Maria-Teresa, sem mesmo lhe ter declarado guerra. Inicialmente, a

⁴¹ Ver Numa BROU, 1974, pp. 231-244.

⁴² Trata-se de um acto redigido, no dia 19 de Abril de 1713, pelo Imperador Carlos VI, estabelecendo a indivisibilidade de todos os reinos e países que tinha herdado. Ficava resolvido o problema da sucessão ao trono, sendo os beneficiários os descendentes directos, masculinos ou femininos.

⁴³ Era o caso das duas sobrinhas de Carlos VI. Contudo, face a uma certa fragilidade financeira e militar do Império Austríaco, os esposos destas duas pretendentes à coroa imperial, o eleitor de Saxe e o rei da Polónia, Augusto III e o eleitor de Baviera, Carlos-Alberto desejavam avançar com a candidatura das suas esposas. De igual forma, o rei da Sardenha, Carlos-Emanuel e o rei de Espanha, Filipe V, ainda ambicionavam territórios pertencentes à Áustria, situados em Itália. Por outro lado, desde que Frederico-Guilherme I falecera em 31 de Maio de 1740, Frederico II, que lhe sucedera, ambicionava apoderar-se da coroa austríaca e alargar, simultaneamente o domínio da Prússia, desejando apoderar-se da Silésia, para fazer a junção entre a Prússia e o Brandemburgo.

França respeitara a Pragmática Sanção, reconhecendo a soberania de Maria-Teresa, mas perante as hesitações na definição da política externa, levou a que a França apoiasse igualmente Carlos-Alberto, eleitor da Baviera, como candidato à coroa Imperial, formando-se uma coligação contra Maria-Teresa⁴⁴. As tropas franceses juntaram-se as de Carlos-Alberto e invadiram a Áustria, ocupando Viena, em finais de Novembro de 1741, capital que Maria-Teresa tinha entretanto deixado para se refugiar em Presburgo. Carlos Alberto foi então coroado rei da Boémia, a 1de Fevereiro de 1742, sob o nome de Carlos VII.

Durante a primeira fase da Guerra de Sucessão da Áustria⁴⁵, tudo concorria para a derrota de Maria-Teresa. No entanto a persistência e a organização da Áustria, o abandono do confronto por parte de Frederico II da Prússia, tal como a evolução política da Inglaterra, definiram um rumo diferente para este longo conflito.

Após ter alcançado os seus objectivos, a ocupação e a cedência da Silésia, Frederico II procurava estabelecer a paz e retirar-se em meados de 1742, apoiado pela Inglaterra que decidiu reconhecer a Pragmática Sanção e reforçar os laços com a Áustria de Maria-Teresa. Foi então iniciada uma campanha contra a França, ficando selada uma aliança entre a Áustria, a Inglaterra, o Saxe, a Prússia, e o Piemonte- Sardenha⁴⁶, cujo objectivo comum era de retirar à França a Lorena e a Alsácia. A França encontrava-se isolada na Europa, tendo como única aliada a Espanha. Porém, receando a retoma do poder pela Áustria, Frederico II decide tomar outro rumo no conflito, patrocinando a ocupação do trono imperial por Carlos Alberto e tornando a Prússia aliada da França, em Junho de 1744. Quando a guerra parecia estabilizar-se, prolongou-se afinal por mais quatro anos, devido à política anti-austríaca da França, cuja aliança com a Espanha fora confirmada⁴⁷.

A 20 de Janeiro de 1745, falece repentinamente Carlos VII. Francisco de Lorena, esposo de Maria-Teresa, torna-se o imperador Francisco I, em Setembro de 1745, após o filho de Carlos VII, se ter recusado a assumir a sucessão, tal como o fez Augusto III, indo contra os planos dos franceses. Uma campanha militar na Holanda, projectada para fazer diversão, irá caracterizar esta segunda fase do conflito. De facto, foi nos Países Baixos que decorreram as mais importantes operações militares no final da guerra, representando estas para a França, as suas maiores vitórias. A península Itálica também fora palco de importantes operações bélicas.

Entretanto, a Prússia retirava-se uma segunda vez da guerra, assinando a paz com a Inglaterra, segundo a Convenção de Hannover, em Julho de 1745, e com a Áustria e o Saxe, Tratado de Dresden, de 10 de Dezembro de 1745, onde lhe foi certificada a posse da Silésia. Por seu turno, os ingleses e os holandeses desejavam a paz com a França, indo ao encontro das pretensões de Luís XV, devido à fragilidade financeira das contas públicas, e das derrotas no ultramar. O fim das hostilidades começou a ser negociado a partir de Janeiro de 1748 e concluído com o tratado final assinado por todos os beligerantes, em Aix-La-Chapelle, em 28

⁴⁴ Sob o impulso do marechal de Belle-Isle, foi preparada uma coligação contra Maria-Teresa, através do Tratado de Nymphenburg a 28 de Março de 1741. Foi assim, dado apoio à candidatura de Carlos-Alberto por parte da Prússia (com a assinatura do tratado de Breslau, de 5 de Junho de 1741), sendo-lhe em contrapartida garantida em caso de sucesso deste projecto, a província da Silésia. A Suécia também se encontrava envolvida, para imobilizar a Rússia e fazer com que esta não interviesse no conflito.

⁴⁵ Esta nova guerra desenvolvida no continente europeu fora então acompanhada por operações militares nas colónias e no mar. De facto, um conflito no ultramar já tinha estalado em 1739, entre a Espanha e a Inglaterra, devido ao conflito de interesses em torno do comércio marítimo e colonial. A França intervira a favor da Espanha, a partir de Agosto de 1740, auxiliando a sua aliada com uma esquadra naval.

⁴⁶ Uma aliança defensiva também era concluída entre a Prússia e a Inglaterra. Os ingleses que procuravam juntar as potências contra a França, tinham de ver confirmada a reconciliação entre Maria Teresa e Carlos VII: o plano de Hanau concluído em Julho de 1743, previa que Carlos VII renunciasse ao Império Austríaco a favor de Maria Teresa, em troca da devolução da Baviera e da anexação do Palatinado. Por outro lado, Carlos-Emanuel II, rei de Sardenha, inicialmente envolvido ao lado da França, fazia as pazes com a Áustria, reconhecendo a Pragmática Sanção e juntava-se à coligação, com seu contingente militar, em troca da promessa de uma parte de Milanês e do território de Finale.

⁴⁷ A França alia-se à Espanha através do segundo "Pacto de Família", assinado em Fontainebleau, em Outubro de 1743.

de Outubro de 1748⁴⁸. Maria-Teresa conseguira que a Pragmática Sanção fosse reconhecida de forma definitiva, tal como a subida ao trono imperial do seu esposo, Francisco I. Porém, a paz representava somente uma trégua, pois nenhum dos problemas europeus, nomeadamente a rivalidade entre a Áustria e a Prússia, e dos desentendimentos ultramarinos, marítimos e coloniais, sobretudo com a Inglaterra, foram definitivamente resolvidos...

O envolvimento de Portugal neste conflito foi quase nulo, exceptuando um projecto de aliança negociado em Lisboa, entre a Espanha e a Inglaterra. Com efeito, aproveitando a morte de Filipe V, rei de Espanha, a 9 de Julho de 1746, e a subida ao trono de Fernando VI, casado com a infanta D. Maria Barbara, filha do monarca português, seu aliado, a Inglaterra esboçou novos planos para isolar a França, separando-a da Espanha. Esta possível aliança não foi concretizada devido a questões litigiosas ligadas a Gibraltar, à Itália, às colónias das Índias.

Por fim, é de relembrar que na época em que eclodira a Guerra de Sucessão da Áustria, D. João V e todo o poder central demonstravam preocupações outras do que a hegemonia no continente europeu, particularmente a resolução de problemas que tocavam directamente os interesses ultramarinos.

É precisamente neste contexto que surge a importância para Portugal tal como para outras nações europeias, da elaboração de uma imagem cartográfica actualizada das possessões no continente sul-americano. O poder das soberanias residia igualmente no conhecimento adequado dos territórios ultraperiféricos, fontes de recursos para as metrópoles.

De facto, ao longo do século XVIII, as pretensões das potências europeias relativamente aos territórios ultramarinos não foram pacíficas: um conflito já se iniciara entre a Espanha e a Inglaterra, pouco antes da Guerra de Sucessão da Áustria⁴⁹. Apesar dos esforços do ministro Walpole em manter a paz, evitando assim a intervenção da aliada da Espanha, a França, os dirigentes e os negociantes ingleses receavam igualmente o domínio do comércio francês no Oriente nas Antilhas na Espanha e até nas Ilhas Britânicas. Em Outubro de 1739, apesar das negociações de Walpole, a guerra é declarada à Espanha. Em Agosto de 1740, navios franceses juntam-se às forças militares espanholas, sendo uma expedição britânica prevista às Índias Ocidentais, o pretexto para a intervenção militar da França.

Portugal, devido à questão da Colónia de Sacramento, estava envolvido de certa forma na luta de interesses ultramarinos entre as potências europeias, a Espanha, a Inglaterra e a França. Era considerado, por parte da coroa portuguesa, que a Grã-Bretanha possuía pretensões relativamente a Buenos Aires e projectos

⁴⁸ Assim, foi acordado no tratado de paz d'Aix-La-Chapelle, de 30 de Abril de 1748, a restituição recíproca das conquistas coloniais entre a França e a Inglaterra. Apesar das conquistas de Luís XV na Flandres, as Províncias acabaram por ser desocupadas. A França nada ganhou neste longo conflito. Isto é de forma directa. De facto, a influência dos Bourbons fora fortalecida na península itálica, através da entrega dos ducados de Parma e de Placencia, antigas possessões da Áustria, a Filipe (filho de Filipe V e Isabel Farnésio) cuja esposa era nada menos do que a filha de Luís XV. Para além disso, Maria-Teresa cedia ao rei de Sardenha um pequeno território do Milanês. Mas o verdadeiro vencedor da Guerra de Sucessão da Áustria era a Prússia. A conquista pelos seus exércitos da Prússia fora aceite pela Áustria e por todos os outros estados envolvidos neste conflito.

⁴⁹ Os Espanhóis procuravam constantemente reduzir os privilégios reconhecidos às outras nações como a Inglaterra e Portugal, no Tratado de Utrecht. Acrescentava-se a estes problemas, a questão de Gibraltar e as contestações de fronteiras na América do Norte. Mais ainda sofriam os contrabandos britânicos, as represálias dos espanhóis no continente americano.

de ocupar as margens do Rio da Prata, ou seja próximos da colónia de Sacramento⁵⁰. De facto, os Ingleses serviram-se da Colónia do Sacramento para fazer contrabando nas possessões espanholas, sendo que a neutralidade era mantida com a promessa do alargamento das fronteiras do Prata, alargando o nosso território colonial a Sul.

O Tratado de Utreque não tinha resolvido de vez a questão, apesar de ser referido nas suas cláusulas que a Colónia do Sacramento tinha de ser restituída a Portugal. Após a sua entrega, esta colónia continuava a colocar problemas às duas nações ibéricas, a “posição portuguesa [era] altamente inconveniente” para a Espanha enquanto que para Portugal era uma “fonte permanente de conflitos”.

A fronteira sul da Colónia, correspondente à margem setentrional do rio da Prata, era reconhecida de forma jurídica: tratava-se de uma “ocupação de direito”, como acordado em Utrecht, em 1713. O que estava a ser posto em causa, era a delimitação da fronteira terrestre determinada, ao contrário de uma posse efectiva das terras.

Com a subida ao trono de Fernando VI, em 1746, foi possível retomar as negociações com a Espanha. Assim, foi iniciado um processo de discussões diplomáticas em Madrid, através do embaixador português, Tomás da Silva Teles, a partir de 1747. Os responsáveis pela negociação de um possível tratado eram Don José Carvajal y Lancaster e o Visconde de Vila Nova da Cerveira, cujo assessor era Alexandre de Gusmão.

Foi em 1695, que nasceu o estadista na vila de Santos. Com 13 anos, veio para Portugal para prosseguir os seus estudos, onde seguiu Cânones na Universidade de Coimbra, que acabou por interromper em 1714. Data esta, em que seguiu como secretário do conde da Ribeira Grande, para a Embaixada de Portugal, em Paris. Frequentou os círculos intelectuais e artísticos, e doutorou-se em Direito na Universidade da Sorbonne, mergulhando no mundo das Luzes. De regresso a Lisboa, ocupou funções de secretário pessoal de D. João V. Foi agente diplomático em Roma, de 1721 a 1728. Em 1732, foi nomeado membro da Academia Real da História, para redigir a história eclesiástica das conquistas portuguesas. Sendo natural do Brasil, a sua intervenção nos assuntos ultramarinos era privilegiada. Foi nomeado em 1743, membro do Conselho Ultramarino⁵¹.

Alexandre de Gusmão possuía um conhecimento directo destes problemas. Mais do que um “conselheiro régio” fora um “excepcional ministro”, precursor do despotismo esclarecido em Portugal, que viria a ser estabelecido no reinado de D. José. Desde 1743, Alexandre de Gusmão estudava esta questão tendo em vista serem defendidos e reconhecidos perante a coroa espanhola e também toda a Europa, os limites do Brasil correspondentes aos territórios possuídos e ocupados pelos portugueses. Se por um lado, os espanhóis não desistiam da Colónia do Sacramento, por outro, a perda do Prata era encarada como uma solução viável, se deste modo fosse possível conservar os vastos territórios do interior do Brasil. Face a estas condições, as propostas de Alexandre de Gusmão privilegiavam os acidentes naturais, tais como a rede hidrográfica e o relevo, como limites políticos; fenómenos estes, privilegiados na representação cartográfica dos territórios

⁵⁰ É de sublinhar que já em 1737, D. Luís da Cunha fazia referência ao desejo da Espanha e da França quererem selar um tratado de neutralidade com Portugal. Em contrapartida a questão da Colónia do Sacramento e da livre navegação no Rio de Prata podiam ser solucionadas ao favor de Portugal. Mais ainda, sendo este Tratado garantido pela França, esta obtinha com Portugal um tratado de comércio. Porem este projecto foi rejeitado pelos Espanhóis.

⁵¹ Ver Eduardo BRAZÃO, 1980, p.153 e Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, p. 266.

ultramarinos. De facto, já na década de vinte do século XVIII, a coroa portuguesa passa a preocupar-se cada vez mais com a necessidade de uma “levantamento cartográfico completo do Brasil [pretendendo-se] dar forma aos limites entre as diferentes capitâncias e bispados do Brasil, e à própria divisão entre os Estados do Brasil e do Maranhão, [para] organizar espacialmente o Brasil de uma forma lógica, o que não era possível fazer-se sem possuir mapas detalhados.” (ALMEIDA, 2001, pp.78-80). A cartografia é aqui, utilizada como um instrumento de ordenamento do território para o exercício pleno e incontestável da metrópole soberana sobre as suas possessões ultramarinas, face às outras potências europeias, neste caso, a França.

De facto, durante as negociações, os fenómenos geográficos físicos, a saber os cursos de água e o relevo, foram escolhidos de forma preferencial, para a demarcação das fronteiras, tendo sido paralelamente consagrado o princípio do direito de possessão: quem possuía de facto, devia possuir de direito. No então “Tratado dos limites do Brasil”, assinado em Madrid, a 13 de Janeiro de 1750, foi respeitado o princípio *utis possiditis*. Portugal devolvia a Colónia do Sacramento, enquanto que a Espanha restituía a área envolvente do rio Amazonas. Fora também sublinhado no texto, que em caso de conflito na Europa, entre as Coroas de Portugal e da Espanha, os seus súbditos na América do Sul permaneceriam em paz.

2. – D. João V, mecenato da cultura e das ciências.

A experiência retida do envolvimento de Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha fez com que D. João V, cedo optasse por delinear a política externa portuguesa na base de relações estáveis e pacíficas. Como tal, tornava-se necessário por parte de Portugal que “ganhasse estatuto político, face às diversas potências europeias, de modo a lhe ser reconhecido o direito de optar pela neutralidade.” (CLUNY, 1999, p. 96). A sólida rede de diplomatas portugueses estabelecida no pós-Utreque pretendia responder a este objectivo da Coroa, numa Europa em paz, mas, marcada por tensões constantes que prenunciavam crises a qualquer momento. “Fruto da Guerra de Sucessão de Espanha, assistiu-se na Europa a uma nova dinâmica diplomática, tornando-se as embaixadas permanentes cada vez mais comuns, e as nomeações de titulares mais frequentes, principalmente quando se tratava de desempenhar missões de representação nas mais influentes cortes da Europa.” (CLUNY, 2003, p. 244).

Assim, a abertura de Portugal às monarquias absolutas da Europa das Luzes passava necessariamente pela presença no estrangeiro de figuras esclarecidas, dignas de representar a Coroa portuguesa e de satisfazer as suas ambições. Os diplomatas, como agentes do poder em nações estrangeiras e nas relações externas reuniam todas as qualidades para desempenhar as missões esboçadas por D. João V e seus conselheiros. No decorrer do século XVIII, a diplomacia impõe-se cada vez mais como meio de resolução das questões nacionais, sendo a via militar um recurso cada vez menos privilegiado, nomeadamente em Estados caracterizados por uma capacidade defensiva fraca, como Portugal⁵².

⁵² Isabel CLUNY, 1999, p. 81.

Além do mais, deu-se uma mudança na função do diplomata no século XVIII: passou-se de uma diplomacia de “representação” para uma diplomacia em que as negociações caracterizam cada vez mais as missões junto das nações estrangeiras⁵³. A actividade diplomática é progressivamente exercida, por uma élite de formação e já não tanto, oriunda da nobreza⁵⁴. Se por um lado, a actividade diplomática foi fundamental para conservar o compromisso de neutralidade da coroa portuguesa e defender os seus interesses, nomeadamente ultramarinos, por outro lado, beneficiou a projecção da realeza joanina na Europa, nos domínios da Cultura e da Ciência.

Os diplomatas, nomeadamente D. Luís da Cunha, o Conde de Tarouca e Francisco Mendes de Góis, presentes nas mais importantes cortes da Europa, eram solicitados de forma premente e incessante para adquirir objectos de luxo, obras de arte, as mais recentes publicações, instrumentos científicos, seguindo com rigor as exigências do monarca e da élite ligada à esfera real. Mais ainda, eram aguardadas em Lisboa com ansiedade as “últimas ideias, tendências e estilos”. Daí que toda a informação recolhida e enviada pelos diplomatas constituíam uma fonte imprescindível de conhecimento que era então usada para transformar a postura e a imagem da Corte e reorientar Portugal na direcção do centro da Cultura Europeia.” (DELAFORCE, 2002, p. xxi).

Como vimos, durante a primeira metade do século XVIII, a política externa de Portugal caracterizou-se pela conservação de relações estáveis, que não obrigassem a grandes compromissos com as potências continentais. O casamento de D. João V com D.^a Maria Sofia de Neuburgo, em 1708, permitiu inicialmente alcançar uma grande proximidade com a Áustria. Em 1720, após a tentativa falhada do Congresso de Cambrai, o Conde de Tarouca foi nomeado como ministro de Portugal em Viena, onde virá a falecer em 1738, após 12 anos de permanência no Império. Contudo, o apoio que podia representar a coroa imperial, para além de afastada em termos geográficos, dependia dos acordos já estabelecidos anteriormente com outras nações. Após a paz de Utreque, a ligação esboçada com a França foi desde cedo fragilizada pelas intenções desta potência em se manter preferencialmente do lado da Espanha, acabando por condicionar quaisquer laços com Portugal: crises diplomáticas marcaram o corte de relações até à década de 1730. A ligação com a Espanha envolvia sempre riscos, embora o duplo consórcio, entre os príncipes reais, em 1729, pretendesse assegurar as condições de uma paz duradoura na Península Ibérica. A crise que surgiu, em 1735, prendia-se unicamente com questões de prestígio. Por fim, a aliança inglesa incluía vantagens estratégicas e comerciais múltiplas, para além do auxílio militar proporcionado pela força marítima e prometido em caso de necessidade, contra a ambição continental franco-espanhola.

Esta orientação neutral era imposta por um lado, pelas dimensões do território português e, por outro, pelos interesses ultramarinos. Contudo, Portugal usufruía de uma certa autonomia económica graças à abundância de ouro e ao mercado atractivo que representava nomeadamente para o Norte da Europa. A posição estratégica de Portugal, tanto na Europa como através das suas possessões no Atlântico e no Índico

⁵³ Idem, 2003, p. 246.

⁵⁴ “Herdeiros da nobreza militar e dos magistrados que haviam defendido a causa da Restauração nas cortes estrangeiras, alguns deles, como José da Cunha Brochado e Salvador Taborda Portugal, aprenderam ainda nessa boa escola.” Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, p. 327-328.

fazia com que fossem particularmente desejáveis a sua aliança por parte da Inglaterra e, a sua neutralidade, pela França. Foi precisamente nestas relevantes particularidades, que D. João V pôde basear a sua original política externa numa rede de embaixadores junto das potências da época e como tal, garantir o seu papel de mecenazgo das artes e das ciências e a projecção de Portugal no Europa das Luzes.

2.1 – Enriquecimento da Biblioteca Real.

Os relatos da época revelam-nos a figura de um monarca colecionista e fortemente interessado pelas letras e pelas artes gráficas⁵⁵. As obras monumentais e prestigiosas legadas pelo pai, terão certamente influenciado D. João V⁵⁶. Com efeito, D. Pedro II enriqueceu a sua livraria com uma ampla selecção de livros ilustrados que datavam dos séculos XVI e XVII. Uma colecção de retratos gravados dos reis de França demonstra a admiração da coroa portuguesa pelo modelo absolutista francês, já patente na época de D. Pedro II. Para além de ser particularmente ávido por informações sobre a organização e a grandeza da corte francesa, nomeadamente todas as questões ligadas à postura do rei⁵⁷, D. João V revelou ao longo do seu reinado uma fascinação pelas gravuras, pelos livros, pelas pinturas, visível através das suas aquisições pessoais e pelo patrocínio dado à produção artística e científica. Uma gravura da autoria de Stephanus Pozzi, datada de 1728, mostra o monarca português como “Patrono da Ciência e das Artes”. Mesmo em Itália, D. João V era conhecido como um “generoso benfeitor dos intelectuais, artistas e científicos⁵⁸.

A remodelação do palácio da Ribeira reflecte precisamente a política mecenática de D. João V a favor das artes e das ciências⁵⁹. A biblioteca que se encontrava no edifício era “descrita naquela época, como uma das mais prestigiadas na Europa”. Para além de um espaço dedicado à pintura e às estampas, constituiu “um centro para a pesquisa científica, totalmente equipado com os últimos instrumentos astronómicos e matemáticos” (DELAFORCE, 2002, p. xx). De facto, para além da renovação do espólio cultural herdado do século anterior, D. João V patrocinou igualmente o retomar das actividades astronómicas, em Portugal, num ambiente intelectual inscrito pela emergência de um novo paradigma científico.

A Biblioteca contemplava em 1648, uma parte reduzida da antiga livraria da Casa de Bragança, vindas do Palácio de Viçosa. Em meados de 1712, este legado foi instalado no Palácio Real da Ribeira, mais precisamente na Grande Sala do Forte ou “Torreão”. Com a incorporação deste núcleo bibliográfico na residência da família real, D. João V tornava-se, desta forma, o primeiro a poder consultá-lo mas sobretudo, a poder aumentá-lo.

⁵⁵ Ver Luís Ferrand de ALMEIDA, 1995, p. 209-217.

⁵⁶ A saber, um conjunto de planos e elevações de Escorial (gravado por Pierre Peret e publicado em 1589 pelo arquitecto Juan de Herrera), a obra de Carlo Fontana *Templum Vaticanicum et ipsius origo* em sete volumes e *Pompa Introitii honoris Serenissimi Principi Ferdinandii Austriaci* (Antuérpia, 1635), com as ilustrações dos desenhos de Ruben sobre a entrada triunfal de Fernando de Habsburgo. Ângela DELAFORCE, 2002, p. 91.

⁵⁷ Ibidem, p.49.

⁵⁸ O monarca português esteve ligado à uma pequena mas avançada comunidade científica em Roma, comunicando com o líder deste núcleo, Francesco Bianchini, por intermédio do padre jesuíta italiano, Carbone. Como prova desta relação estreita de protegido para com o seu mecenazgo, “em 1725, Francesco Bianchini, [...] enviou ao rei o seu importante trabalho sobre a vida dos Papas em três volumes e um telescópio raro, feito de acordo com as descobertas de Newton e desenvolvido pelo astrónomo e filósofo Eustachio Manfredi na Academia de Ciência de Bolonha.” Ibidem, p. 87.

⁵⁹ Relativamente à história do Palácio da Ribeira e a sua respectiva descrição sob o reinado de D. João V. Ibidem, pp. 2-28 e pp. 29-66.

Num ofício datado de 13 de Agosto de 1712, escrito pelo Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, é exposto aos diplomatas residentes no Norte da Europa, o programa de enriquecimento da Biblioteca Real preparado pelo rei e pelos “eruditos” pertencentes à corte. Era então exigido que adquirissem as seguintes obras: “Livros sobre o desenvolvimento do comércio e da organização das grandes companhias mercadoras”; “Informações acerca das técnicas de manutenção de portos e sobre os meios de criação e de desenvolvimento da indústria”; “Publicações sobre a organização e a gestão das finanças públicas em França, na Holanda e na Inglaterra” e “Livros impressos e memórias originais, modernas e acessíveis”, em língua portuguesa “sobre as mais diversas questões de actualidade em relação a estas encomendas.” (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p.111).

Os diplomatas faziam os possíveis para responder da melhor forma às ordens enviadas em nome do monarca, mas igualmente fruto de sugestões da parte do marquês de Abrantes e de um grupo de eruditos. A correspondência entre os diplomatas que residiam no estrangeiro e o Marquês de Abrantes durante esta década de vinte, revela-nos informações pormenorizadas acerca das obras compradas e seleccionadas para serem incorporadas na Biblioteca Real.

A contribuição do Conde de Tarouca que residia precisamente na Holanda, onde se concentravam importantes locais de produção e de venda de todo o tipo de obras gráficas, traduziu-se em várias tarefas⁶⁰. Numa primeira etapa, Tarouca encarregou-se da aquisição de livros, sendo de referir uma “magnífica edição da Bíblia gravada por Bernard Picart”, em 1724. (DELAFORCE, 2002, p.80). Mas, logo de seguida, o monarca expressou a necessidade de munir a Biblioteca Real de prestigiosas coleções bibliográficas, que eram postas à venda. Mais ainda, foi igualmente solicitado ao embaixador a elaboração de listas temáticas de publicações indicadas pela corte e o envio dos catálogos editados na Holanda. São de referir a compra da biblioteca “Damaniana”, em Dezembro de 1723, e a biblioteca do Cardeal Dubois (1656-1723), primeiro-ministro do regente Filipe de Orleães, tão desejada pelo rei da Polónia e pelo príncipe Eugénio de Sabóia, e que acabou por integrar a Biblioteca Real, em 1725. Por parte de D. Luís da Cunha, houve “a preocupação de enviar para a corte livros actualizados sobre diversas matérias [sendo] uma constante ao longo da [sua] estadia [...] nas diversas cortes europeias.”⁶¹ (CLUNY, 1999, p. 121). Obras sobre comércio, indústria e política, acompanhadas de catálogos da autoria do livreiro Adriaen Moetjens⁶², mas também desenhos e estampas eram assim comprados por D. Luís da Cunha para as Bibliotecas Reais⁶³. Mais tarde, depois de instalado na Holanda, em 1728, D. Luís da Cunha prosseguiu a acção do Conde de Tarouca, adquirindo para a Biblioteca Real, e por vezes para a Universidade de Coimbra, coleções e bibliotecas postas à venda, graças à colaboração de Adriaen Moetjens. Estas coleções eram de todo o interesse para o monarca na medida em que continham

⁶⁰ Ver Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, pp. 72-80.

⁶¹ Tratava-se sobretudo de obras em francês o que terá certamente contribuído para uma influência francesa mais vincada na cultura portuguesa, o que corresponde à hegemonia da França ao longo do século XVIII, no campo das Letras e das Artes. Isabel CLUNY, 1999, p.121-122.

⁶² “Com seu filho do mesmo nome, Adriaen Moetjens foi um dos grandes fornecedores da corte portuguesa entre 1710 e 1720.” Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p.169.

⁶³ Para mais detalhes acerca das aquisições de D. Luís da Cunha antes da encomenda régia de estampas, ver Ibidem, p.168-169.

muitas vezes cartas geográficas, desenhos e estampas que muito procurava⁶⁴. Por fim, consta que por sua vez, em Londres, António Galvão de Castelo Branco terá feito a aquisição da Colecção de Rymer, em 1724⁶⁵.

Houve um aumento do espaço físico da Biblioteca Real à medida que iam chegando cada vez mais obras. Foi assim ocupada outra sala próxima da Sala do "Forte", de menores dimensões, mas que abrigava perto de 6 000 volumes. Houve igualmente o desejo por parte de D. João V em criar um gabinete próprio para a consulta das obras, tornando de acesso público o seu espólio. No entanto, por razões de ordem arquitectónica e estética, o projecto não foi concretizado⁶⁶.

A Biblioteca Real que ia sendo dotada de um número cada vez maior de obras, foi inventariada. Sabemos que Martinho de Mendonça esteve, desde 1730, oficialmente encarregado da organização e catalogação da Biblioteca, que prosseguiu até 1743, ano da sua morte. Mas, já em 1722, lhe cabia esta responsabilidade, que sempre tentou assumir de forma constante e dedicada. O registo de ausências frequentes no estrangeiro entre 1723 e 1728, obrigando Martinho de Mendonça a faltar às sessões da Academia Real de História, poderá explicar talvez a existência de outra catalogação da Biblioteca Real⁶⁷.

Um grupo de académicos decidiu envolver-se na elaboração de catálogos críticos por temas, como o objectivo de possivelmente vir a publicá-los pela Academia Real de História. O Marquês de Abrantes e o Conde de Ericeira, respectivamente encarregados das matérias da história, e das "matemáticas e outras artes", tratavam de todas as estampas, artísticas, históricas e geográficas, que iam sendo incorporadas no núcleo da Livraria de D. João V⁶⁸. Esta tarefa que não era uma "duplicação" do trabalho de Martinho de Mendonça "mas de um trabalho mais pormenorizado, com objectivos que ultrapassavam a mera descrição bibliográfica [...] a simples indicação de escritores e títulos" (ALMEIDA, 1995, p.122), foi sempre impulsionada pelo Conde de Ericeira, sendo considerado pelos estrangeiros como o bibliotecário do rei⁶⁹.

D. João V procurou empregar os serviços do mercador-livreiro francês, Prosper Marchand⁷⁰, para proceder à catalogação da Biblioteca Real, baseando-se provavelmente nas recomendações de Diogo Mendonça de Corte Real. Este último possuía uma biblioteca particular, na cidade da Haia, que já tinha sido catalogada por Prosper Marchand⁷¹. No entanto, o mercador – livreiro recusa a proposta numa carta datada de 25 de Dezembro de 1729⁷² (Leyde) dirigida ao rei, por intermédio de Diogo Mendonça de Corte Real.⁷³

⁶⁴ Ibidem, p. 97.

⁶⁵ Ibidem, p. 122.

⁶⁶ D. João V "desistiu [da ideia] ao verificar que prejudicava a galeria do paço, tirando-lhe as vistas para o rio" (ALMEIDA, 1995, p. 220).

⁶⁷ Ibidem, p. 222.

⁶⁸ Cada académico tratava das obras relativas a uma determinada matéria: "D. Manuel Caetano de Sousa, a Bíblia e seus comentadores, a João da Mota e Silva, futuro Cardeal da Mota, a Teologia, a Paulo de Carvalho e Ataíde o direito Canónico e Civil, ao médico Francisco Xavier Leitão a Filosofia e a Medicina, ao Marquês de Alegrete (Fernão Teles da Silva) a Filologia..." Ibidem, p. 221.

⁶⁹ Cf. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p.114. A propósito do papel do Conde de Ericeira na Biblioteca Real ver a troca de correspondência com Abade Bignon, bibliotecário do rei de França, Luís XV, através do intermédio de D. Luís da Cunha, que pode ser consultada no IANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1944.

⁷⁰ Prosper Marchand (1678-1754), famoso livreiro francês, refugiou-se nos Países-Baixos após a sua conversão à Igreja Reformada. Abriu uma livraria na cidade da Haia (onde virá a falecer) com o gravador Bernard Picart, que também se exilou perante a intolerância da França católica. Ver BERKVENS-STEVELINCK, 1987, pp. 4-6.

⁷¹ Numa carta datada de 9 de Março de 1729, Diogo de Mendonça Corte Real dirige-se nos seguintes termos para Prosper Marchand: "...j'ay parlé de vous au Roy, qui n'a pas encore sa Bibliothèque en ordre, et la plus grande partie est encore dans les quesses; mais je n'y ai point insisté, ne sachant pas si vous voulés venir, et aussi combien vous voudriez avoir, ou en tout, ou par mois; et alors nous verons si le Roy vén faire mettre sa Bibliothèque en ordre." BERKVENS-STEVELINCK, 1987, pp. 89.

⁷² Ibidem, p. 90.

⁷³ Informação gentilmente indicada pela Prof.^a Doutora Christiane Berkvens-Stevelinck. O manuscrito da carta em questão, encontra-se descrito no catálogo da coleção "Marchand de Leyde": colectânea de cartas, manuscritos e livros impressos legados à Biblioteca Universitária de Leyde em 1756.

Em Fevereiro e Março de 1727, foi pedido aos diplomatas o “levantamento das principais bibliotecas privadas ou públicas do país onde exerciam a sua actividade, a compilação de catálogos de manuscritos ou de livros raros que estas bibliotecas possuísem, assim como as obras de arte e instrumentos científicos”. (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 94). Esta segunda ordem régia relativa à Biblioteca Real, da provável iniciativa de João Frederico Ludovice, arquitecto de Mafra⁷⁴, era dirigida ao Conde de Tarouca, embaixador em Viena; Francisco Mendes de Góis, agente em Paris; António Galvão de Castelo Branco, enviado em Londres e D. Luís da Cunha, em Bruxelas. Mais tarde, os representantes diplomáticos de Portugal na legação da Santa Sé foram muito solicitados, quanto ao levantamento arquitectural e decorativo das numerosas bibliotecas de Roma, sendo contratada especialmente para o efeito uma equipa de desenhistas⁷⁵.

Este inquérito, ao qual os representantes diplomáticos tinham de responder com detalhe e precisão, era exaustivo: continha cerca de vinte perguntas sobre os mais diversos “aspectos [das bibliotecas], desde as instalações, as estantes, a conservação dos livros, até à organização e funcionamento.” (ALMEIDA, 2003, p. 223). Reflectia-se neste pedido de informações artísticas e bibliográficas, que visava antes de tudo, a renovação da Biblioteca do Palácio Real de Lisboa, a vontade de integrar nos projectos artísticos e culturais todas as referências que constituíam o modelo europeu, tão diversificado quanto o era a encomenda de estampas. As primeiras alterações só foram, no entanto, introduzidas na década de trinta.

De Viena, o Conde de Tarouca forneceu informações e desenhos das bibliotecas imperiais e monásticas da Europa Central. António Galvão de Castelo Branco, por sua vez, residente em Inglaterra desde 1721, respondeu a todas as questões do inquérito observando as bibliotecas de Cambridge, a Bodleian Library de Oxford, e em Londres, a biblioteca Cottoniana, a da Royal Society, a “Livraria” do Rei Jorge e a biblioteca de Lord Sunderland, que mais apreciou. Galvão de Castelo Branco, enviou informações detalhadas, englobando aspectos diversificados como a estrutura externa e interna dos edifícios, o mobiliário, as obras conservadas, o funcionamento, o pessoal, o acesso e a decoração, referindo antes de tudo que as bibliotecas inglesas não apresentavam grandes diferenças das bibliotecas dos conventos portugueses⁷⁶. Prosseguindo as já iniciadas encomendas de estampas e de tapeçarias, D. Luís da Cunha encarregou-se das bibliotecas eclesiásticas e monásticas do Norte de Europa. Em Bruxelas onde se encontrava, percorreu as bibliotecas dos “Jesuítas e dos Recoletos (provavelmente Franciscanos) e na região, as de duas abadias premonstratenses e uma beneditina, assim como a da universidade de Lovaina.” Foram também visitadas as “bibliotecas do território belga”, e através de um “emissário, [J. Van der Heyden], mais seis situadas em zonas anexas pela França no tempo de Luís XIV”. Nas suas viagens através das Províncias-Unidas, recolheu informações acerca de mais outras bibliotecas: a “da biblioteca do mosteiro cisterciense das Dunas, perto de Bruges”, a da “abadia premonstratense de Tongerloo” e a do “mosteiro cisterciense de Villers” e a dos Jesuítas em Gand e em Antuérpia, tal como outras sedeadas nesta última cidade ou nos arredores. (ALMEIDA, 1995, pp. 225-226) Para além da comunicação das suas respostas ao inquérito, resultantes da observação directa das bibliotecas e das

⁷⁴ Ourives de formação na região de Schwaben, perto da Baviera, J.F. Ludwig exerceu o seu talento na Itália, e travou conhecimento com Thomas Germain. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 95.

⁷⁵ Ver Idem, 1987, p.139.

⁷⁶ Ver Luís Ferrand de Almeida, 1995, pp. 223-224.

susas conversas com os seus responsáveis⁷⁷, D. Luís da Cunha juntou inventários de manuscritos, de edições raras e um catálogo impresso, antigo e muito raro, de todas as bibliotecas dos Países Baixos” tal como desenhos e plantas das livrarias, da autoria de desenhadorese especialmente ao serviço deste levantamento⁷⁸. Por fim, o Conde de Galveias, foi responsável pela descrição da Biblioteca Casanatense, em Roma, tal como da Biblioteca Medicea-Laurenziana, em Florença⁷⁹.

Dentro do projecto de enriquecimento da Biblioteca Real, importa mencionar a constituição do “Real Corpo de Estampas”, como exemplo do profundo investimento do monarca como mecenazgo da cultura⁸⁰. No início de 1725, foi dirigida aos diplomatas portugueses residentes nas principais cortes europeias, a seguinte ordem régia: constituir colecções de todas as estampas gravadas em toda a Europa, desde a sua génesis⁸¹. É óbvio que dentro destas estampas que D. João V pretendia adquirir para a sua colecção, encontravam-se imagens cartográficas, desde plantas avulsas até atlas de luxo, passando por cartas de várias escalas. De facto, por um lado, os mapas gravados representavam desde meados do século XVII uma parte significativa do amplo universo das estampas produzidas, tal como os retratos, as vistas e as ilustrações de paisagens e por outro, os altos eram procurados naquela época pelo facto de constituírem obras gráficas com prestígio dado a sua luxuosa ornamentação e o cuidado com que foram gravados os mapas. Foi precisamente nos mais importantes centros de produção e de edição de estampas que os diplomatas portugueses, o Conde de Tarouca e sobretudo, D. Luís da Cunha, substituído mais tarde, por Francisco de Mendes Góis que foram levadas a cabo as encomendas régias.

Entre 1724 e 1728, D. Luís da Cunha, primeiro em Paris, ainda como Embaixador de Portugal, e depois em Bruxelas, onde interrompe de forma temporária a sua actividade diplomática, dirigiu a mais ambiciosa destas encomendas⁸²: a recolha e a catalogação das gravuras francesas: “[...] D. Luís da Cunha nunca menosprezou a actividade [prestigiante] de encomendador. [...] Pelo contrário, parece ter sentido um evidente prazer em escolher para o seu soberano tudo o que dignificasse a sua imagem, tornando-a cada vez mais visível aos olhos dos outros. (CLUNY, 1999, p. 117). Após receber o ofício do secretário de estado, Diogo Corte de Mendonça Real - “V.^a S.^a Faça huma colecção completa das estampas que nesse reyno se teem feito de trinta anos a esta parte e bem encadernadas as mande e ordenando-as como as mais conveniente lhe

⁷⁷ D. Luís da Cunha reparou de imediato que certas bibliotecas possuíam um espólio reduzido. Foi-lhe de facto explicado, precisamente na “do mosteiro das Dunas” que as guerras (sobretudo ao longo do século XVII) levadas a cabo nesta região do Norte da Europa, que eram os Países Baixos, tinham sido causadoras de grande perda de inúmeras obras. Ibidem, p. 226

⁷⁸ Acerca do levantamento das bibliotecas feito por D. Luís da Cunha, ver Ibidem, pp. 225-227.

⁷⁹ Ângela DELAFORCE, 2002, p. 83.

⁸⁰ As colecções de estampas adquiridas por D. João, por via dos seus diplomatas, na França, foram objecto de um estudo aprofundado sob direcção e coordenação científica de Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, nomeadamente no que diz respeito às gravuras francesas: *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal par Pierre-Jean Mariette*. Lisboa – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Bibliothèque Nationale de France; Fundação da Casa de Bragança, 2003. Ver também publicações anteriores da mesma autor, «Les Mariette et le Portugal.» in Separata do Colloque *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1983 e «La politique artistique européenne du roi Jean V de Portugal en direction de Paris - sources raisonnées» in Actes du colloque *Histoire du Portugal, Histoire Européenne*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, pp.11-145.

⁸¹ Inicialmente, a encomenda cingia-se às gravuras produzidas na Europa nos últimos trinta anos (Carta de Diogo de Mendonça Corte Real datada de 12 de Julho de 1724 – A.N.T.T., Negócios Estrangeiros, Livro 14, folha 112). Mais tarde, numa nova carta de 31 de Janeiro de 1725, é dada ordem régia para reunir todas as gravuras existentes desde o tempo em que foram inventadas. (A.N.T.T., Negócios Estrangeiros, Livro 14, folha 161 frente e verso). Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 241 e p. 245.

⁸² Relativamente ao percurso de D. Luís da Cunha, nas cidades de Paris e de Bruxelas, ver as suas *Instruções políticas*, através da introdução, do estudo e da edição crítica de DINIZ SILVA, 2001, pp. 89-112.

parecer [...] as que tiverem sahido [...] nesse reyno, porquanto as de outros tem S.^a Me mandado procurar pelos ministros que nelles residem.”⁸³ - D. Luís da Cunha contactou de imediato os Mariette⁸⁴, que possuíam um negócio de estampas e de livros em Paris⁸⁵. Assim, por um lado, Pierre-Jean Mariette, que alcançara notoriedade desde cedo pelas suas qualidades na catalogação das estampas preparadas na livraria “Les Colonnes d’Hercule”⁸⁶, juntamente com D. Luís da Cunha, procedia à organização das estampas francesas. Por outro, D. Luís da Cunha escolhera dois colaboradores franceses em Paris para a recolha das estampas: Robert-Alexandre d’Hermand⁸⁷ e o Geógrafo Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville, sendo de destacar este último, pela sua importância na História da Cartografia.

Inicialmente interessado pela Antiguidade, Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville (1697-1782) segue uma formação orientada para a Geografia antiga⁸⁸. Em 1719, já era Geógrafo do Rei com apenas 22 anos. Mais tarde, opta de forma definitiva por trabalhos cartográficos da época moderna, em que a sua colaboração é solicitada. Trata-se de mapas gerais (por exemplo de África, Antilhas, China...) elaborados com base em relatos de viagens. As qualidades de “crítica e de erudição” exigidas neste trabalho de compilação são reconhecidas, e permitem-lhe aceder à “Académie des Inscriptions”, em 1754, e à “Académie des Sciences”, em 1773. Foi a partir de 1750, que definiu claramente o seu objectivo: reformar a cartografia do mundo, corrigindo constantemente os mapas que produzia, introduzindo neles novas informações geográficas. Para tal, recorria não só às “bibliotecas, aos arquivos, [como sobretudo, a diversos] informadores, permanentes ou ocasionais, missionários, diplomatas, viajantes, aventureiros” (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 66). Isto é, para obter uma documentação variadíssima, desde textos de filósofos gregos até relatos contemporâneos de mercadores, das quais analisava e apurava novas indicações que permitissem rectificar contornos dos territórios, posições dos lugares ou preencher os ainda inúmeros vazios cartográficos. Era de facto um geógrafo de gabinete, que embora nunca tivesse saído de França, tinha percorrido o mundo inteiro, por mediação. Durante a sua carreira, Bourguignon d’Anville destacou-se pelo seu “espírito crítico de erudição” e pela sua “paixão pela exactidão”, aliando de forma harmoniosa, através das suas actividades cartográficas, a geografia histórica e a geografia matemática. Com 27 anos, Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville aceitou com entusiasmo as propostas de trabalho para o monarca português, que D. Luís da Cunha lhe apresentou. Desta forma, D’Anville foi incumbido por serviços de diversa ordem: a coordenação da confecção de instrumentos científicos experimentais

⁸³ IANTT, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Londres, livro 14, Carta de Diogo de Mendonça Corte Real a D. Luís da Cunha, 12 de Julho de 1724. Isabel Cluny, 1999, p.113 e p.125.

⁸⁴ Para informações detalhadas acerca da família Mariette, ver Maxime PRÉAUD, 2003, pp. 329-369.

⁸⁵ Pierre-Jean Mariette já era conhecido da coroa portuguesa, tendo-lhe vendido obras raras em 1721 para serem incorporadas na biblioteca joanina. Terá sido provavelmente no contexto do Congresso diplomático de Utrecht, que D. Luís da Cunha tomou conhecimento do trabalho de Jean Mariette, nomeadamente pelo conjunto de estampas encomendadas pelo embaixador do imperador austriaco, o príncipe Eugénio de Sabóia. Ver Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 168.

⁸⁶ Parte deste trabalho de inventariação, que se encontra sob a forma de rascunho e que foi realizado ao longo da vida de Pierre-Jean Mariette (dentro do qual temos o registo das gravuras adquiridas pelo príncipe Eugénio de Sabóia e por D. João V, rei de Portugal) corresponde precisamente às chamadas “Notas Manuscritas”. Foi precisamente a partir destas “Notas Manuscritas” que foi reconstituído o catálogo da coleção de estampas de D. João V, publicado em 2003, em três volumes, pela Fundação Calouste Gulbenkian. Sobre as “Notas Manuscritas” deixadas por Pierre-Jean Mariette, ver Maxime PRÉAUD, 2003, pp. 353-359 e o estudo aprofundado destas mesmas em Philippe ROUILLARD, 2003, pp. 375-433. Estas “Notas Manuscritas” encontram-se actualmente conservadas no Cabinet des Estampes et de la Photographie da Bibliothèque Nationale de France.

⁸⁷ Antigo coronel da Infantaria, Robert-Alexandre d’Hermand (1660-1739) foi responsável pela instrução de Luís XV, na área da arte militar, tendo dirigido a elaboração de materiais “didácticos”, nomeadamente cartas geográficas e plantas em relevo. D’Hermand coleccionava objectos variados prevalecendo os “livros e [as] encadernações raras”, as estampas e os desenhos. Para D. Luís da Cunha, estavam mais do que comprovadas as competências exigidas para administrar a encomenda régia: D’Hermand possuía a experiência e as exigências de qualidade [...] para a realização de “álbuns de luxo”, tal como os gostos e os conhecimentos de um verdadeiro amador de arte.” (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p.62).

⁸⁸ Numa BRO, 1975, pp. 31-36.

encomendados em Julho de 1724; a recuperação de um Atlas em sete volumes, chamado "Atlas de l'Abbé de Vayrac"⁸⁹; a comunicação à Académie Royale des Sciences, da qual fazia parte, das observações astronómicas feitas pelos dos padres jesuítas italianos ao serviço de D. João V, Carbone e Capassi⁹⁰. Tudo aponta para que D'Anville tenha tido também um papel de primeiro plano ao lado de D'Hermand na constituição da coleção de estampas encomendadas aos Mariette. (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 66). Mais ainda, podemos constatar que D. Luís da Cunha manteve uma colaboração estreita com D'Anville, relação esta que se manteve ao longo dos anos⁹¹ e que se deve ao forte interesse do diplomata português pelas questões geográficas e as representações cartográficas da época. Em duas cartas datadas de 1725 e 1726, dirigidas respectivamente a D. João V e a Diogo Mendonça de Corte Real, D. Luís da Cunha expõe um projecto para os territórios coloniais de Portugal em África, no qual colabora com o autor, Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville⁹². Foram elaborados "uma descrição geográfica dos territórios entre Angola e Moçambique, e também um mapa da região [...] impresso em 1732, e intitul[ado] "Carte de l' Ethiopie Occidentale." (DINIZ SILVA, 2001, p.94). Foi assim que fortemente interessado pela questão das colónias africanas e das suas potencialidades, nomeadamente em termos de comércio, D. Luís da Cunha recomendou a D. João V a contratação do "Géographe du roi de France"⁹³.

Devido ao incidente diplomático já referido em torno do Abade de Livry, as relações entre a França e Portugal acabam por ser interrompidas, em inícios de Março de 1725, obrigando D. Luís da Cunha a preparar a sua inevitável partida da capital francesa. No entanto, embora afastado geograficamente, o nosso diplomata continuou a supervisionar todas as actividades ligadas à encomenda régia, através de Francisco Mendes de Góis, recém-nomeado como agente diplomático em Paris. A chegada de Francisco Mendes de Góis a Paris foi decisiva para a finalização da encomenda régia. Ao lhe ser confiado por D. Luís da Cunha o controlo deste projecto, o agente diplomático tornar-se-á nesta fase a "pessoa-chave" da política mecenática de D. João V em Paris⁹⁴.

Para além dos 150 volumes de estampas francesas, enviados para Lisboa, até 1728, atlas cartográficos de luxo produzidos em França e na Holanda foram adquiridos neste programa de encomendas régias e integrados na Biblioteca Real. Este precioso acervo cartográfico era constituído por um atlas de seis volumes, composto sob a direcção de Guillaume Delisle⁹⁵, respondendo a uma encomenda datada entre 1720 e

⁸⁹ A danificação deste Atlas, já adquirido nem inícios do ano de 1724, provinha do naufrágio do barco em que tinha sido enviado para Lisboa, poucos meses depois da sua compra. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 65.

⁹⁰ Trata-se das observações do eclipse de lua do 1º de Novembro de 1724, realizadas por Carbone.

⁹¹ Com o regresso de D. Luís da Cunha a Paris, em 1738, as relações, apesar de mantidas, de uma certa forma, através da correspondência com D'Anville, durante a ausência do embaixador, foram logo retomadas. Para mais pormenores acerca ligação privilegiada de D. Luís da Cunha com o geógrafo francês e dos seus vestígios materiais ver *Ibidem*, pp. 66-67.

⁹² "Carta sobre um projecto de Geógrafo Francês, 1725." (Encontra-se na Biblioteca Nacional, na secção dos Reservados, sob a cota Ms. 1462) – D. Por sua vez, a carta, de 8 de Março de 1726, enviada a Diogo Mendonça de Corte Real pode ser consultada no IANTT, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, livro 794. Isabel CLUNY, 1999, p. 125.

⁹³ *Ibidem*, pp.112-113. Ver igualmente, DA CUNHA, 2001, pp. 92-95.

⁹⁴ O facto de D. Luís da Cunha ter escolhido Francisco Mendes de Góis como responsável pela totalidade das encomendas, desde as estampas até aos instrumentos científicos, deve-se aos laços de amizade que os ligavam. O embaixador considerava simultaneamente o agente diplomático como o seu protegido – apoiou-o na sua candidatura à agente diplomático – e como o seu colaborador. Por sua vez, Francisco Mendes de Góis, delinha alguma influência em D. Luís da Cunha, conseguindo persuadi-lo a fazer ainda parte deste considerável empreendimento, que criou a partir de sucintas ordens régias: o trabalho de tradução das "notas manuscritas" de Pierre-Jean Mariette tinha de ser prosseguido por D. Luís da Cunha.

⁹⁵ Intitulado: *Recueil complet des cartes géographiques de Guillaume Delisle et d'autres auteurs, présenté à sa Majesté portugaise par son très humble et très obéissant serviteur Guillaume Delisle, premier géographe de sa majesté très chrétienne, de l'Académie royale des sciences*. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 137, nota 39.

1721, de um exemplar do Atlas Maior de Joan Blaeu em 10 volumes provavelmente adquirido antes de 1720 nos Países-Baixos, de um atlas em três volumes organizado especialmente por Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville para D. Luís da Cunha⁹⁶, e finalmente, a mais prestigiante aquisição conseguida pelo Conde de Tarouca: a vasta coleção cartográfica pertencente à coleção de livros e de artes gráficas do mercador Theodorus Boendermaker (pertencente a uma poderosa família de negociantes holandeses) vendida pela viúva em Amesterdão, no ano de 1722 - trata-se do chamado "Atlas Boendermaker", cuja posse era muito valiosa e extremamente prezada.

Este último atlas compilado por Boendermaker de uma forma original, continha mapas todos eles contemporâneos – o mais antigo datando de 1680 – e ordenados com base em critérios geográficos. Diversos tipos de gravuras (reunidas em 17 cadernetas) destinadas a acompanhar as cartas, revelavam o lugar privilegiado da história, ainda que subordinado à geografia, nesta coleção. A representação de acontecimentos políticos, batalhas, monumentos e retratos sob a forma de imagens estampadas vinha completar a informação cartográfica dos territórios contemplados. Era composto por 103 volumes, sendo que os cem primeiros diziam respeito às diversas nações e às grandes cidades da Europa, e o conteúdo dos três últimos era dedicado aos continentes africano, americano e asiático. Houve por parte do autor, uma organização metódica, em que eram sempre respeitadas as mesmas minuciosas regras: para cada território, figuravam cartas, estampas descriptivas de factos e feitos históricos, e retratos. Para além do carácter quantitativo e qualitativo das cartas e das estampas, era esta sistematização própria a Boendermaker queatraía os numerosos interessados na aquisição desta coleção. Mais tarde, a encadernação dos volumes do Atlas foi ordenada pelo monarca, tal como a colocação das estampas na sua respectiva posição dentro do Atlas, seguindo as indicações de Boendermaker contidas na informação descriptiva anexada às cadernetas de estampas. "D. João V de facto, tinha apreciado o arranjo concebido por Boendermaker e quis respeitá-lo e mantê-lo, o que era um sinal evidente do interesse e do rigor que irá aplicar nos anos seguintes, no seu desejo de adquirir e de controlar um corpo universal de imagem." (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 76).

Do ponto de vista geográfico, a organização interna do Atlas de Boendermaker reflecte o lugar preponderante conferido à Europa, não só apresentada em primeira parte da edição, como também pelo número esmagador de volumes consagrado a esse continente. Por um lado, importava aos leitores obter um conhecimento detalhado sobre os países vizinhos, dado o contexto político marcado por vários conflitos, em finais do século XVII; por outro, as informações geográficas respeitantes a Europa eram muito mais importantes em termos quantitativos e qualitativos do que sobre qualquer outra região geográfica: os últimos três volumes são dedicados aos três outros continentes, África, América e Ásia⁹⁷. À imagem dos atlas contemporâneos desta época, é também importante referir que, no Atlas Boendermaker, uma mesma área geográfica correspondente a uma nação europeia é abordada através de diversas escalas: nacional, regional, através de cartas em que são visíveis todos os limites fronteiriços, e local, com plantas das mais importantes cidades. Por fim, para que o

⁹⁶ Collection de cartes géographiques en trois volumes que son Excellence Monsieur l'Ambassadeur a fait choisir pour son usage par le Sieur d'Anville, Géographe du Roy; Tome I, Le Monde ; Tome II, La France ; Tome III, l'Allemagne, l'Italie, l'Espagne, les îles Britanniques (avec un index manuscrit). Ibidem, p. 163, nota 184.

⁹⁷ Ver Numa BRO, 1975, p. 233.

leitor possa melhor adquirir e consolidar os seus conhecimentos sobre determinada nação, as imagens cartográficas são acompanhadas por ilustrações de acontecimentos marcantes da sua História e retratos de quem detinha a soberania sobre o território aqui cartografado. Essa particular disposição das estampas, nomeadamente as imagens cartográficas, ilustra a forma como os conhecimentos geográficos eram expostos na época em que foi editado o *Atlas Boendermaker*, isto é, com clareza e método (a ordem das representações geográficas) mas também de forma apreciável (as ilustrações).

Parte desta prestigiosa coleção foi, no entanto, destruída. Na noite de 1º de Outubro de 1722, deu-se um incêndio no hotel que ocupava o Conde de Tarouca na cidade de Haia, 43 volumes desapareceram na catástrofe. O conde de Tarouca tentou remediar da melhor forma possível, através da reconstituição da coleção de Boendermaker adquirindo, na medida do possível as inúmeras estampas perdidas, sendo desta forma enviados para Lisboa "os volumes do *Atlas* que tinham sido salvos do incêndio, o papel branco que tinha adquirido para completá-lo e todas as estampas que tinha comprado"⁹⁸. Como tal, "as encomendas de estampas inscrevem-se no projecto de constituição de uma biblioteca Real sistematicamente enriquecida ao longo do seu reinado, como instrumento de aquisição de uma cultura europeia moderna e organizada, até aí inexistente em Lisboa. Os atlas e os álbuns de gravuras eram projectos eruditos." (Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 211).

Aliado às novas técnicas de gravura e de impressão responsáveis pelo fomento do comércio de estampas em toda a Europa, encontramos igualmente como outro principal factor da renovação cartográfica no período de Setecentos, os progressos técnico-científicos. Novas teorias, novos instrumentos, novos métodos na área da astronomia conduzem a uma abordagem claramente renovada da astronomia permitindo responder aos desafios colocados, já desde século XVII, para a obtenção da imagem mais exacta possível da Terra.

2. 2 – A renovação da Astronomia.

O paradigma oficial que vigorava em Portugal na primeira metade do século XVIII correspondia ao aristotelismo escolástico⁹⁹. Uma corrente que reactualizara a filosofia de Aristóteles, inspirando-se nos pensamentos cristãos medievais, mais precisamente nos dogmas da Igreja. De facto, considerando a natureza, recorria-se a uma "explicação qualitativa herdada da tradição aristotélica [...] com o recurso a qualidades ocultas" (CAROLINO, 2003, p. 308). A teoria da influência dos corpos celestes sobre a Terra ilustra bem a forma como os fenómenos físicos eram presenciados e justificados, sob a pesada herança da autoridade aristotélica, em Portugal, até finais de seiscentos e inícios de setecentos¹⁰⁰.

⁹⁸ Não se sabe actualmente onde se encontram os volumes originais e reconstituídos. Há ainda a hipótese de terem sido destruídos no incêndio da Biblioteca Real de Lisboa, aquando do terramoto de 1755, permanecendo a possibilidade de um ou outro volume reaparecer.

⁹⁹ Com base numa provisão datada de 23 de Setembro de 1712, D. João V [...] advertia os membros do Colégio das Artes, em Coimbra, de que não eram tolerados quaisquer desvios à filosofia oficial que estatutariamente os regia: o aristotelismo escolástico." ARAÚJO, Ana Cristina, 2003, p. 32.

¹⁰⁰ "Esta teoria baseava-se na heterogeneidade dos céus e da Terra, posição sobre a qual assentava toda a arquitectura da filosofia natural de Aristóteles e da tradição aristotélico-tomista. De facto, era por serem diferentes e sublimes na sua essência que os corpos celestes agiam sobre os terrestres". Luís Miguel CAROLINO, 2003, p. 345.

Assim, na passagem para o século XVIII, ideias retiradas dos trabalhos científicos e das reflexões filosóficas mais inovadoras da época são divulgadas, passando a ser objecto dos debates, nomeadamente no seio das academias portuguesas: a concepção heliocéntrica defendida por Copérnico; as descobertas de Newton no campo da física; o filósofo inglês Bacon e o desenvolvimento do empirismo; o método dedutivo de Descartes...

A difusão destas novas correntes filosóficas ocorreu a partir do contacto directo figuras portuguesas interessadas e empenhadas com os centros intelectuais e científicos da Europa de então¹⁰¹. Sócios da Royal Society, Isaac Sequeira Samuda e António Galvão de Castelo Branco, desempenharam o papel de intermediários entre a mais prestigiada comunidade científica e as assembleias eruditas portuguesas.

Como já foi referido, as diversas academias que surgiram em inícios de Setecentos em Portugal, eram palco de conferências em que se expunham os mais variados e modernos temas científicos e literários, objecto de discussões vivas, como: "A Lógica Moderna comparada com a dos antigos" por Manuel de Azevedo Fortes, "A filosofia natural" por Serrão Pimentel, "o Método dos estudos" pelo conde da Ericeira, "O progresso das ciências e o modelo do sábio cristão" por Rafael Bluteau, proferidos na Academia Portuguesa (ARAÚJO, 2003, p. 35).

Em Lisboa, foi criada em 1725, a Academia de Filosofia Experimental, uma academia científica dirigida por Luís Baden, dotada de instrumentos científicos importados da Inglaterra, que propunha cursos dirigidos não só a aristocratas, como também a estrangeiros e ao público português em geral. A adesão não foi a pretendida pelo inglês que cedo cancelou as sessões.¹⁰² Mais ainda, no próprio sistema de ensino oficial, encontravam-se figuras que corroboravam estas teses reformadoras: Cristóvão Grienberg e João Paulo Lembo¹⁰³, professores de Filosofia e Astronomia no Colégio de Santo Antão, em Lisboa e no Colégio das Artes em Coimbra.

Consolida-se pouco a pouco, entre nós, mais precisamente na capital, uma comunidade composta por "literatos cultos [...] diplomatas esclarecidos e militares de sólida formação matemática e filosófica" (ARAÚJO, 2003, p. 33), que solicita e recebe estas concepções e reflexões modernas. A contestação à crença nas forças ocultas e outras especulações, nomeadamente a influência dos astros é assim levada a cabo por "um grupo social muito activo, decidido e participante da imagem dominante de ciência" (CAROLINO, 2003, p. 313). Destes homens de ciências e de letras que promoveram ao longo das suas vidas o empirismo e o experimentalismo em Portugal na primeira metade do século XVIII, Jacob de Castro Sacramento ilustra bem as tentativas de passagem para um novo paradigma...

Neste novo contexto epistemológico, a resolução urgente de uma questão litigiosa quanto aos limites de possessões portuguesas na América do Sul foi suficiente para despertar um interesse vivo pela Astronomia e seu consequente fomento em Portugal na primeira metade do século XVIII. A Astronomia foi assim considerada como uma disciplina científica imprescindível à realização de levantamentos cartográficos, base da delimitação territorial.

¹⁰¹ E ainda Bento de Moura Portugal, D. Luís da Cunha, Ribeiro Sanches, Martinho de Pina e Proença, Verney, o padre João Chevalier, entre outros. Ana Cristina ARAÚJO, 2003, pp. 44-45.

¹⁰² Rómulo de CARVALHO, 1996, p.397; Ângela DELAFORCE, 2002, p. 83.

¹⁰³ Trata-se de "dois dos quatro matemáticos [...] que confirmaram no Colégio Romano as descobertas astronómicas de Galileu relativas aos satélites de Júpiter, expostas no "De Sidereus Nuntius." Ana Cristina ARAUJO, 2003, pp. 25-26.

De facto, em finais de 1717, dá-se a denúncia do avanço dos espanhóis nos territórios portugueses de América do Sul, através da ocupação de "sertões" por parte de jesuítas, no interior da colónia. A falta de delimitação clara entre as possessões das duas coroas era, assim, objecto permanente de conflito. Daí, a necessidade premente em cartografar da forma mais exacta os limites das suas possessões com as de Espanha, isto é, baseando-se em elementos de geografia física e humana: a rede hidrográfica, o relevo e as povoações existentes. "Tratava-se de dar forma aos limites entre as diferentes capitarias e bispados do Brasil, e à própria divisão entre os Estados do Brasil e do Maranhão. Ou seja, era necessário organizar espacialmente o Brasil de uma forma lógica, o que não era possível fazer-se sem possuir mapas detalhados." (FERRAND DE ALMEIDA, 2001, p. 80)

Tornara-se urgente concretizar o projecto cartográfico da colónia brasileira, com um assunto polémico que surgira e vinha comprometer a posição de Portugal no continente sul-americano e consequentemente as suas reivindicações. Tratava-se de uma dissertação de Guillaume Delisle (1675-1726), "Primeiro Geógrafo do Rei" de Luís XV pronunciada na Academia Real das Ciências de Paris em 27 de Novembro de 1720¹⁰⁴. Intitulada *Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*¹⁰⁵, este documento constituía um documento base para contestar a expansão portuguesa no continente sul-americano: "Tanto as terras do Cabo do Norte, que a França reclamava, como a Colónia de Sacramento, ficavam a Ocidente do Meridiano de Tordesilhas, e portanto, fora da soberania portuguesa." (FERRAND DE ALMEIDA, 2001, p. 67).

A Coroa portuguesa sentiu o quanto era imprescindível a contratação de especialistas em "geografia, matemática e em astronomia", disciplinas científicas que constituíam a base de qualquer trabalho cartográfico¹⁰⁶. Foram escolhidos dois padres jesuítas: Carbone¹⁰⁷ e Cappassi¹⁰⁸ - respondendo ao desejo destes dois últimos em participar em missões jesuítas e ao pedido de D. João V, relativamente ao recrutamento de especialistas para um levantamento cartográfico no Brasil.

Logo após a chegada dos padres matemáticos, em 1722, a Lisboa, deu-se início à fundação de dois observatórios astronómicos em Lisboa. O primeiro foi criado, no próprio paço da Ribeira, onde D. João V residia, certamente com base em outros já existentes na Europa. O segundo observatório astronómico terá sido

¹⁰⁴ Acerca da dissertação de Guillaume Delisle e do seu impacte junto da coroa portuguesa, ver Jaime CORTESÃO, 1957-1960, pp. 164-167 e André FERRAND DE ALMEIDA, 2001, pp. 66-72.

¹⁰⁵ « Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre », par M. Delisle l'Ainé, 27 Novembre 1720, publicada in *Mémoires de l'Académie royale des sciences*, Paris, 1722, pp.365-384. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p.136, nota 35.

¹⁰⁶ André Ferrand de ALMEIDA, 2001, pp. 75-78.

¹⁰⁷ Giovanni Baptista Carbone, (nascido em Oria – Lecce, a 2 de Setembro de 1694) terá entrado na Companhia de Jesus em Dezembro de 1709. De 1711 até a sua contratação pelo rei D. João, prosseguira estudos de Retórica, Filosofia e Teologia acabando por se especializar em Lógica. Alternando com a sua formação em vários estabelecimentos jesuítas italianos, lecionara Gramática, Religião Católica e Humanidades, respectivamente entre 1715 e 1718 e nos anos de 1717 até 1719. Este último, Carbone que acabou por não participar na missão ao Brasil, teve uma longa carreira marcada pelo prestígio em Portugal, onde permaneceu 27 anos: em 1724, fora nomeado "Matemático Régio" (passando a lecionar por um lado, latim e matemática ao Príncipe D. José, e por outro lado italiano e geografia à Infanta D.^a Maria Bárbara); em 1745, fora escolhido, para tratar de determinados assuntos com a Santa Sé, como secretário particular de D. João V: exercera igualmente as suas actividades no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, até ser nomeado reitor, um ano antes de falecer em Abril de 1750. Acumulando todas estas funções ao longo da sua vida em Lisboa, alcançou por um lado, uma certa autoridade na corte e por outro lado, a confiança e a admiração de D. João que fez dele o seu conselheiro íntimo.

¹⁰⁸ Domenico Capassi (nascido a 29 de Agosto de 1694) por sua vez, passara a fazer parte da Companhia de Jesus em Março de 1710. Fora em Nápoles na sua cidade natal, que lecionara antes da sua partida para Lisboa, as disciplinas de Gramática e de Humanidades.

instalado no reputado Colégio jesuíta de Santo Antão, sendo apontado como o principal instigador deste projecto científico, o padre João Baptista Carbone, com o patrocínio do monarca.

Para o cálculo das latitudes e a determinação das longitudes efectuados com base nas observações astronómicas, foram encomendados, entre 1724 e 1730, instrumentos científicos no estrangeiro, nomeadamente França, Holanda, Itália e Inglaterra, através dos representantes diplomáticos nas respectivas legações, para o devido equipamento do observatório astronómico de Lisboa e a consequente realização de sessões de observação¹⁰⁹.

Não só era imprescindível a compra de diversos instrumentos para a formação dos padres jesuítas, no campo do exercício da Astronomia, bem como o estudo de obras importantes relativas à esta Ciência. Assim, foram objecto de aquisição diversas obras nomeadamente do astrónomo inglês John Flamsteed¹¹⁰, de Isaac Newton, "o tratado de Nicholas Bion sobre o uso de instrumentos matemáticos, as efemérides de Eustachio Manfredi", "de Philieri e as de Philippe Despalces" (ALMEIDA, 2001, p.88)

Reunidas as condições "humanas e materiais", iniciaram-se as actividades. Desde o Paço da Ribeira, foi registada a primeira observação astronómica a 1º de Novembro de 1724, tendo sido presenciada por Carbone um eclipse lunar¹¹¹. No ano de 1725, foram observados como fenómenos, as imersões e as emersões do satélite de Júpiter. A partir dai, Carbone dedicou-se de forma activa e constante às suas actividades nos Observatórios Astronómicos do Paço da Ribeira e do Colégio de Santo Antão. Por sua vez, Capassi iniciou em 1726, observações astronómicas durante cerca de dois anos, em diferentes lugares do território nacional¹¹². Em contacto permanente com Carbone, em Lisboa, através de cartas, Capassi ganhou a tal "experiência de campo" indispensável para a devida condução da missão no Brasil para o qual tinha sido recrutado. O território português constituía de facto um terreno a uma escala muito reduzida da colónia brasileira para o exercício concreto e o consequente treino das observações astronómicas que Capassi lá iria efectuar.

Como complemento da aprendizagem dos padres jesuítas, a troca de informações e de opiniões acerca das actividades realizadas nos Observatórios Astronómicos em Lisboa com os maiores especialistas europeus foi fulcral.

Cada ano, entre 1725 e 1730, Carbone transmitiu os resultados obtidos à prestigiante Royal Society, em Londres, que dava a sua autorização para publicá-los nos respectivos anais "Philosophical Transactions of Royal Society". Foi também estabelecido contacto com os membros da Académie Royale des Sciences de Paris.

Com a vinda dos dois padres jesuítas matemáticos, a Lisboa, passou-se a dar uma especial atenção à astronomia, como numa tentativa de colmatar neste domínio o relativo atraso de Portugal, em relação às outras monarquias europeias, como a França e a Inglaterra. Deu-se assim, nesta década de vinte do século XVIII, claramente início a uma política científica por parte de D. João V, traduzindo-se na protecção aos

¹⁰⁹ Para mais detalhes, ver Jaime CORTESÃO, 1957, pp.181-185; André FERRAND DE ALMEIDA, 2001, pp. 85-87.

¹¹⁰ John Flamsteed, (1646-1719), astrónomo inglês, primeiro astrónomo real, organizou o observatório de Greenwich, aperfeiçou os instrumentos e os métodos de observação das posições estelares e realizou um catálogo de estrelas.

¹¹¹ Esta observação astronómica foi objecto de comunicação transmitida pelo secretário de estado a D. Luís da Cunha que por sua vez entregou a Bourguignon d'Anville, para ser lida na Académie des Sciences de Paris. Ver Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 65 e p. 137, nota 37.

¹¹² Ver *Lusitânia Astronomicæ Illustrata*, obra nunca impressa da autoria de Capassi, (consultável no I.A.N.T.T. Cartório dos Jesuítas, Maio 78, nº 57) que compila as suas "observações astronómicas feitas em Coimbra, Porto e Braga, entre 1726 e 1727". in André Ferrand de ALMEIDA, 2001, p. 98.

investigadores e no auxílio às suas actividades. Com efeito, o profundo interesse de D. João V pelas observações astronómicas de Carbone e os instrumentos usados para tal aquando das actividades no Paço da Ribeira foi sublinhado por Francisco Xavier da Silva, num discurso em honra do falecido monarca, em 1750: "Mandou [o rei] vir os instrumentos, que podião ser necessários para as observações, a que assistia a sua Real Pessoa, assim, pelo que respeita aos movimentos dos astros, como dos eclypses do Sol e Lua [...] E não satisfeito com todos aquellos instrumentos, mandou buscar outra grande quantidade delles, que forão obrados pelos mais célebres artífices da Europa; e, entregues todos ao referido Padre Carbone, os fez depositar no Observatório, que primorosa, e excellente mente mandou erigir no Collegio de Santo Antão em Lisboa."¹¹³

A aquisição dos instrumentos científicos mais avançados da época traduzia claramente uma estratégia de afirmação pensada para colocar Portugal na posição das nações europeias mais "esclarecidas". Por outro lado, o episódio ligado à dissertação de Guillaume Delisle chamara mais uma vez a atenção ao poder monárquico para a importância vital de um reconhecimento cartográfico preciso e actualizado das colónias, nomeadamente do Brasil, que sustentavam boa parte da economia do País. Mas quanto ao território nacional, coloca-se a questão das acções realizadas no que toca à sua representação cartográfica tendo em conta o avanço registado nessa primeira metade do século no patrocínio às actividades ligadas às artes, às letras e às ciências.

3. – A Academia Real da História Portuguesa: o fomento das Letras e das Artes Gráficas.

Mais do que a "acumulação de autênticos tesouros de arte gráfica", a construção e o enriquecimento da Biblioteca Real constitui, "um instrumento de governo e de aquisição de uma cultura política actualizada." (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 111). Assim, apesar de oito anos separarem o lançamento da Biblioteca Real (1712) da fundação da Academia Real da História (1720), estas duas instituições, encontram-se estreitamente ligadas, não só pelo facto de ambas terem sido criadas pela vontade de D. João V, como pela participação directa dos académicos.

3.1. – A Academia Real da História: criação, membros e funcionamento.

O reinado de D. João V, após a Paz de Utreque, apresentou determinadas condições económicas, políticas e sócio-culturais decisivas para a fundação da Academia Real de História Portuguesa em finais de 1720. O ouro do Brasil, mas também a posição privilegiada do território português no comércio internacional entre a Europa e as colónias, constituindo um mercado de atracção para os investimentos estrangeiros, favoreceu de forma considerável a situação de Portugal, após a Guerra de Sucessão de Espanha. Através de diplomatas presentes nas mais importantes cortes da Europa, D. João V desenvolveu uma política externa que visava a integração de Portugal como mediador no seio das mais importantes questões europeias, fomentando

¹¹³ Francisco Xavier da SILVA, Elogio fúnebre e histórico [...] de D. João V. Lisboa, 1750, p.161 (ver Rómulo de CARAVLHO, 1985, p. 46).

paralelamente as trocas artísticas e científicas, nomeadamente com França e Inglaterra¹¹⁴. Por fim, na primeira metade do século XVIII, o florescimento, de “academias”, como pequenas instituições vocacionadas para as letras e as ciências em que se reunia periodicamente uma elite oriunda da nobreza com forte interesse cultural, foi sem dúvida, decisivo na criação desta instituição régia dedicada à História.

Pouco antes da fundação da Academia Real da História Portuguesa, em 1720, coexistiam várias academias, que constituíam, todas elas, espaços de elevada sociabilidade em que conviviam, num espírito crítico de aprendizagem em torno das letras e das ciências, aristocratas eruditos, principais impulsionadores destas “tertúlias cortesãs”, intelectuais nobres e burgueses, “diplomatas esclarecidos e militares de sólida formação matemática e filosófica”, não esquecendo, por fim, a presença tão desejada de ilustres figuras estrangeiras¹¹⁵.

A questão da História surgiu de forma evidente como um tema privilegiado de debate, nomeadamente, a História eclesiástica como acontecia nas reuniões da Academia fundada no verão de 1715, pelo Monsenhor Firrao, núnio apostólico¹¹⁶. Mas, o mais valioso contributo feito à Academia Real da História provém dos membros e das várias actividades desenvolvidas por eles nas sucessivas academias patrocinadas por D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira. Pertencente a uma família da alta aristocracia, o Conde da Ericeira fez parte desde cedo do meio cultural e académico, integrando a Academia dos Instantâneos e depois nomeado membro da Academia dos Generosos, dando-lhe um novo impulso. Três anos após a extinção desta Academia, Ericeira cria as Conferências Discretas e Eruditas, que são suspensas durante a guerra de Sucessão de Espanha, fundando depois a Academia Portuguesa, em 1717 e retomando o seu papel dinamizador das reuniões intelectuais da época¹¹⁷. As academias do Conde da Ericeira, eram extremamente procuradas por parte da elite social e intelectual da época e este elevado prestígio resultava das questões debatidas nas sessões. De facto, a contestação do modelo aristotélico, figurada na chamada “Querela dos Antigos e dos Modernos” foi desde logo objecto de discussão, em Portugal, na Academia dos Generosos, sendo, a partir daí, expostas de forma crítica, as novas concepções científicas do mundo: o modelo experimental inglês, o sistema físico-matemático de Newton, a filosofia cartesiana e a teoria heliocéntrica de Copérnico¹¹⁸. Mas a contribuição de determinadas figuras eruditas, como as intervenções do Padre Rafael Bluteau, principal animador das Conferências Discretas e Eruditas, potenciava a influência que tinham as academias do Conde de Ericeira no ambiente cultural da época¹¹⁹.

¹¹⁴ Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1979, p. 54.

¹¹⁵ Ana Cristina ARAÚJO, 2001, p. 33.

¹¹⁶ “[Academia essa, que] melhor se poderia definir de “cenáculo” ou de “assembleia” reunida em torno de um visitante ilustre [Monsenhor Firrao] para aprofundar temas de história religiosa.” Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1979, p. 56-57.

¹¹⁷ Isabel Ferreira MOTA, 2003, pp. 148-154.

¹¹⁸ Relativamente a todas as questões filosóficas e científicas, ligadas a corrente iluminista, debatidas nas academias portuguesas da primeira metade do século XVIII, e mais particularmente naquelas presididas pelo Conde de Ericeira, ver Ana Cristina ARAÚJO, 2001, pp. 23-50.

¹¹⁹ Padre Rafael Bluteau, clérigo regular beatino, autor do *Vocabulário Português e Latino* (1712-1721) beneficiou, como protegido, da influência e do poder do Conde de Ericeira ao longo da sua carreira. Num contexto de interesse mútuo e de práticas clientelares (que explica a estadia em Portugal desde 1668 até a sua morte em 1734) foram proporcionados a Bluteau, funções que lhe permitiram dedicar à escrita, à troca de contactos com figuras intelectuais ilustres da Europa do seu relacionamento, com os quais o Conde de Ericeira se correspondeu.

José Sebastião Da Silva DIAS, 1953, pp. 98-118; Dicionário de História de Portugal, 1963, p. 353; Isabel Ferreira da Mota, 2003, pp. 218-223;

No entanto, é de sublinhar o papel das outras academias existentes neste período, concentradas na capital: a Academia dos Anónimos, que se iniciou em 1714; a Academia dos Ilustrados, nascida em 1716 e por fim, a Academia dos Retóricos, criada em Março de 1720¹²⁰. Nelas são discutidos de forma periódica problemas ligados à Matemática, Física, Literatura, Filologia, ao método de estudo, em sessões paralelas às da Academia Real da História, continuando a fazer parte deste ambiente de renovação cultural, juntamente com uma difusão constante destes vários saberes: “o registo escrito de conferências recitadas em público, a divulgação de experiências científicas, o noticiário literário [...], a controvérsia de opiniões, as livrarias particulares transformadas em gabinetes de leitura de acesso reservado¹²¹, a aquisição criteriosa de livros importados [...] a publicação de obras secundárias das diversas correntes filosóficas modernas, a divulgação de cursos públicos de filosofia experimental e a utilização sistemática da imprensa periódica para dar a conhecer iniciativas científicas e literárias e promover os seus mentores ou autores...” (ARAÚJO, 2001, p. 34). É de sublinhar igualmente que a Académie Royale des Sciences de Paris constituiu certamente também um modelo de inspiração para a criação da Academia Real da História no início do reinado de D. João V, numa Europa em que a França ainda representava o modelo cultural e científico¹²².

Foi o contacto com círculos eruditos estrangeiros que esteve na origem da Fundação da Academia Real da História. No ano de 1710, D. Manuel Caetano de Sousa¹²³ inicia uma viagem à Itália para participar na votação do capítulo geral dos Clérigos Regulares. A sua estada prolongar-se-á, com a visita a bibliotecas, academias, oficinas tipográficas, lojas de mercadores de livros, contactando com intelectuais da erudição histórica italiana e francesa, observando instrumentos científicos, adquirindo inúmeros livros. No regresso, integra a Academia Portuguesa e vai cultivando uma ideia fruto desta jornada intelectual, a da construção de uma História Eclesiástica de Portugal¹²⁴, até conseguir ascender à esfera do rei. Finalmente em Novembro de 1720, é feita a proposta a D. João V, que aceita logo o projecto.

Perante a impossibilidade desta iniciativa ser realizada por uma só pessoa, é criada por decreto régio de 8 de Dezembro de 1720, a Academia Real da História Portuguesa, instituição que, em torno de um mesmo designio, o de promover a “glória da Nação no país e no estrangeiro”, através da escrita da História de Portugal, Eclesiástica, mas também de tudo que dizer respeito ao Reino desde a sua formação, reúne as figuras mais eruditas, muito deles membros da Academia Portuguesa do Conde de Ericeira.

De facto, pertencia à Academia Real da História, uma elite intelectual, que beneficiava de elevado prestígio social. A instituição é dirigida por uma junta de cinco Censores, sobre os quais “está sempre presente o rei, a quem se dá conta de todas as decisões tomadas, e de quem se recebe frequentemente indicações precisas” (MOTA, 2003, p. 35), sendo eleitos em 1721: o director, D. Manuel Caetano de Sousa e os marqueses de Fronteira, de Abrantes e de Alegrete e o conde da Ericeira. Manuel Teles da Silva foi o designado para

¹²⁰ Acerca dos membros e das suas actividades, ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1974, pp. 56-62.

¹²¹ Tal como a biblioteca do Conde de Ericeira, no Palácio da Anunciada, aberta aos membros da Academia. Ana Cristina ARAÚJO, 2001, p. 35.

¹²² Numa BROC, 1975, p.15-20.

¹²³ Sobre D. Manuel Caetano de Sousa ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1974, p. 69.

¹²⁴ Isabel Ferreira da MOTA, 2003, pp. 29-34.

ocupar o cargo de secretário perpétuo. Os académicos escolhidos eram no número de cinquenta, e vinte e três membros do "clero regular, jesuítas ou oratorianos e do clero secular, particularmente os ligados ao Santo Ofício" (como D. Luís Caetano de Lima, D. Rafael Bluteau, D. Manuel Caetano de Sousa...) e vinte e sete outros oriundos na sua maioria do "Conselho de Estado" ou do "Conselho de Sua Magestade", como D. Francisco Xavier de Meneses, Diogo de Mendonça Corte Real, Martinho de Pina Mendonça e de Proença, Manuel de Azevedo Fortes¹²⁵, sendo de destacar "figuras reconhecidas, designadas vulgarmente pelos Grandes de Portugal e dos quais podemos destacar o Marquês da Fronteira, Marquês do Alegrete, Conde Monsanto, Conde de Ericeira e Conde de Assumar." (CLUNY, 1999, p. 108). Por fim, os académicos supranumerários, nomeados segundo a vontade de D. João V, que não residiam em Lisboa, participavam nas sessões aquando das suas estadias temporárias na capital.

Para além da atribuição das funções dentro da Academia Real de História, os "Estatutos" previam reuniões de 15 em 15 dias, no palácio da Casa de Bragança dos membros da Academia, sendo os principais trabalhos destas sessões, a leitura de memórias e catálogos e a discussão de fontes para a construção do passado nacional. A leitura atenta e minuciosa das fontes históricas e a crítica bibliográfica constituíam o trabalho individual de cada um dos membros, isto é, numa busca constante da verdade. Os próprios Estatutos começam e terminam em torno deste valor, "apurar a verdade" e "tudo restituir à verdade" são palavras de ordem (MOTA, 2003, p. 39 e 42).

No entanto, por mais que os académicos se esforçassem numa análise profunda e reflectida dos factos, a verdade só podia ser encontrada nos "documentos autênticos" (CUNHA, 2001, p. 34). Daí, a promulgação de duas medidas legislativas por parte de D. João V. A primeira respondia ao desejo dos académicos de ter o acesso facilitado às fontes que existiam em todo o reino. Todos os arquivos e instituições, quer fossem civis ou religiosas, desde a Torre do Tombo, as câmaras dos concelhos, as provedorias das comarcas, passando pelas ordens militares, a universidade de Coimbra, até os bispados e outras instituições eclesiásticas, tinham de comunicar aos académicos o espólio documental que possuíam. A segunda medida legislativa corresponde ao alvará de 14 de Agosto de 1721 que ordena a conservação de tudo aquilo que constituía o património antigo, a saber: "os Monumentos antigos que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos tempos em que nelle dominarão os Fenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arábios, e achara que muitos que puderão existir nos Edifícios, Estatuas, Mármores, cippos, laminas, chapas, Medalhas, moedas e outros artefactos..." (SERRÃO, 1974, p. 70). Obrigando assim, as câmaras dos Concelhos e das Vilas a participarem de imediato a descoberta de qualquer antiguidade, para além de zelarem pela conservação de todos os monumentos que possuíam. Tratava-se em suma, da primeira medida do Estado, por mediação da Academia Real da História, para a salvaguarda do património cultural.

Apesar da elaboração de uma história eclesiástica e secular constituírem tarefas distintas da responsabilidade de dois grupos designados, estas não podiam ser separadas, levando a uma estreita

¹²⁵ Juntamente com o Padre Manuel de Campos, Manuel Azevedo Fortes foi encarregado de tratar as questões ditas "geográficas". Norberto Ferreira da CUNHA, 2001, pp. 45-46.

colaboração entre os académicos encarregados destas tarefas¹²⁶. A Academia Real de História funcionava como uma rede de saberes que eram comunicados no seio da instituição mas também fora dela, inscrevendo-se no espírito das luzes (MOTA, 2003, p. 54). A sociabilidade era mais do que necessária para permitir uma troca de informações, de opiniões críticas e de bibliografia não só entre os membros da Academia Real de História, como também com os eruditos que investigavam fora de Lisboa, em todas as Províncias, e com os estudiosos estrangeiros das outras organizações científicas da Europa. Em 1736, dá-se uma oferta mútua de publicações luxuosas entre a Academia Imperial de São Petersburgo e a nossa instituição representando este evento, um dos exemplos de investigação em comum que ultrapassava as "paredes" da Academia e as fronteiras do território português (SERRÃO, 1974, p. 65). É de referir igualmente que as obras da Academia Real da História foram enviadas sob iniciativa do Conde de Ericeira ao célebre bibliotecário do rei de França, Abbé Bignon¹²⁷.

A instituição joanina representava também um centro produtor por excelência das obras científicas e literárias elaboradas pelos académicos, sendo um dos exemplos mais significativos: a *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima (1671- 1757)¹²⁸. Do seu percurso biográfico, sabemos que exerceu funções ligadas ao seu domínio da língua e da cultura francesa. De 1695 até o início da Guerra de Sucessão de Espanha, em 1704, permaneceu em Paris, primeiro como secretário particular do embaixador, o Marquês de Abrantes, a seguir mantendo-se sempre ao serviço da Corte Portuguesa, quando se torna "preceptor e director espiritual" dos filhos do Marquês de Castel de los Rios, embaixador de Espanha.

No seu regresso a Portugal é-lhe confiada a instrução dos filhos de D. Pedro II, D. Manuel, D.^a Francisca e D. António. Em 1713, parte para a Holanda como secretário oficial do Conde de Tarouca, ministro plenipotenciário no Congresso de Utreque. A sua estadia prolonga-se até 1718, data em que volta para Lisboa onde assume, novamente, as funções de preceptor dos infantes e passa a ser, por outro lado, "Secretário de Línguas" de D. João V. Pouco tempo depois, em finais de 1720, integra a recém – criada Academia Real da História. Em 1721, é enviado a Roma, após o falecimento de Clemente XI, para acompanhar o Cardeal da Cunha à eleição do novo Pontífice.

A carreira de D. Luís Caetano de Lima foi de certa forma construída entre o clientelismo e o mecenato régio. Apoiado pelo Conde de Unhão, foi ascendendo até beneficiar da proteção régia e tornar-se membro da Academia Real, onde lhe foi proporcionado um elevado reconhecimento e melhores condições de acesso aos arquivos documentais, tal como lhe foi possível frequentar os espaços de erudição da época, facilitando-lhe a publicação das suas obras.

¹²⁶ A Lusitânia Sacra, a história das várias dioceses do Reino, em latim, era da responsabilidade de nove académicos enquanto que a história de Portugal desde os seus tempos de fundação ao reinado de D. João, cuja redacção em português incumbia a um historiador. Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1974, p. 65.

¹²⁷ Para além de bibliotecário do rei (mandou procurar em todo a bacia mediterrânea, livros raros, manuscritos orientais, medalhas, inscrições e outras antiguidades para enriquecer os arquivos do reino), l'Abbé Bignon foi também presidente das Academias, (Académie Royale des Sciences e Académie des Inscriptions) de 1699 a 1743. Impulsionou a organização de missões científicas, sendo de destacar a viagem do botânico Tournefort ao Oriente, considerada como um modelo destas expedições científicas. Numa BROU, 1975, p. 20.

¹²⁸ Os detalhes biográficos reunidos acerca de D. Luís Caetano de Lima provêm na sua quase totalidade da obra de Isabel Ferreira da Mota, 2003, pp. 223-226. É de lamentar a destruição da maior parte da correspondência de D. Luís Caetano de Lima, sendo que as que ficaram estão reunidas no Código 417 da Biblioteca Nacional de Lisboa, e constituíram a principal fonte da biografia elaborada por Thomaz Caetano de Bem acerca de D. Luís Caetano de Lima, em Memorias Históricas Chronológicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares, 1792.

As suas funções, sobretudo como secretário nas Embaixadas e na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros permitiram-lhe, através das remunerações auferidas, dedicar-se à investigação e à sua produção intelectual. A constituição de uma biblioteca rica não só pela quantidade de volumes mas também pela qualidade é um dos exemplos dos benefícios materiais da protecção que usufruiu D. Luís Caetano de Lima. Mais ainda, as suas estadias no estrangeiro, em Paris, onde contactou com os espaços de saberes da época e na Holanda, em que foi encarregue por parte de D. João V da aquisição de livros e de livrarias completas para a Biblioteca Real foram essenciais na formação do erudito.

D. Luís Caetano de Lima foi um intelectual que beneficiou do maior prestígio que podia ter um historiador naquela época, graças a sua dupla posição, como estudioso ao serviço do rei e sócio da Academia Real da História, no quadro da qual publicou em 1734 e 1736, uma das maiores obras da instituição: *a Geografia Histórica de todos os estados soberanos da Europa...*

Quase uma década antes da sua publicação, o plano da obra era anunciado pelo seu autor na conferência de 19 de Agosto de 1723: "Não me permitindo a falta de memorias dar principio à parte, que me toca da Historia Ecclesiastica, offereço a Vossas Excellencias o estudo, que tenha feito nestes últimos tempos em ordem à Historia Geral de Portugal, para lhes mostrar que a minha principal applicação he conformarme com o projecto desta Real Academia, facilitando do modo, que me he possível, o conhecimento da nossa Historia."¹²⁹ Embora, o título da obra seja "Geografia Histórica de todos os estados soberanos da Europa...", unicamente os dois primeiros volumes saíram do prelo, não sendo editados os respeitantes às outras nações.

A primeira parte do primeiro volume, intitulada "Tratado da Geografia Astronómica" segue de facto, uma parte importante do conteúdo destas obras de geografia, ao oferecer ao leitor uma exposição clara e organizada de conhecimentos de astronomia aplicados ao saber geográfico. São a seguir "retratadas com alguma individuação certas matérias, que até aqui deverão pouca applicação aos nossos Authores, como mostrão entre outros capítulos, o do governo político de Portugal, e seus Tribunaes: o dos officios, cargos, e postos da Casa Real, e Reyno, e o dos Títulos, com que se distinguem hoje os Grandes de Portugal. [D. Luís Caetano de Lima trata assim] da descrição das Cidades, Praças, e Villas principaes, notando tudo o que [lhe] parece mais digno da Historia desde o tempo da fundação até o estado presente"¹³⁰. É assim composta a segunda parte, " Geografia Histórica de Portugal, em que se descrevem as suas Províncias, Cidades e Vilas Principaes..."¹³¹.

O segundo volume da obra é todo ele dedicado à descrição das Províncias, a saber "a situação, grandeza, força, riqueza, e fertilidade das terras, [porque a obrigação de um geógrafo é tratar] e não averigar as origens, e etimologias dos seus nomes, que não costumão arguir, mais que huma cansada, e molesta erudição."¹³² No fim deste volume, em anexo, apêndices acerca "Das Ilhas do Oceano Atlântico, pertencentes a Portugal", "Dos Títulos com que se distinguem os Grandes, e os principaes Senhores de Portugal, no presente anno de 1735" e uma "Lista dos fogos, e almas que há nas terras de Portugal".

¹²⁹ *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1723, p. 257.

¹³⁰ *Op.cit.* 1723, p. 258.

¹³¹ O título completo é *Geografia Histórica de Portugal, em que se descrevem as suas Províncias, Cidades e Vilas Principaes, com as suas fortificações, e Praças de Guerra; e se da huma notícia dos Tribunaes, que há na corte, e das dignidades, postos, e Officios da Casa Real, e do Reyno.*

¹³² *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1723, p. 259.

As ilustrações fazem parte integrante da obra de D. Luís Caetano de Lima. Uma gravura alegórica da História Eclesiástica de Portugal abre o primeiro volume, seguido de um retrato em medalhão do monarca D. João V. Foram gravadas no início de cada uma das três grandes partes da obra, vinhetas ilustrativas. Na primeira página do primeiro capítulo, aberta por Pedro de Rochefort, em Lisboa, em 1732, uma representação muito simbólica da geografia astronómica: uma biblioteca como pano de fundo; no canto inferior esquerdo, dois anjos - um dos quais segurando uma pena e uma folha - rodeados de livros colocados no chão, assim como um globo e diversos instrumentos matemáticos; por fim, no topo, duas figuras femininas com asas que sustentam no centro da gravura, as armas de Portugal, acompanhadas por vários retratos (talvez dos monarcas portugueses) em medalhão pendurados. A segunda parte do primeiro volume é introduzida por uma vista de Lisboa gravada por L. Simmoneau, em que nos é dado a contemplar a sede do poder monárquico: o Terreiro do Paço com o Palácio Real guardado pelas naus no Tejo. Por fim, uma vinheta, sem indicação do nome do autor, ilustra a entrada das tropas portuguesas num sítio fortificado, alcandorado e rodeado de muralhas anunciando de forma muito significativa os capítulos consagrados à descrição das províncias com especial atenção às fortificações e às praças de guerra. As primeiras letras do início de cada parte foram gravadas numa vinheta, por Debrrie e ornamentadas. A letra G que inicia o texto "Geografia vai o mesmo, que Descrição da Terra...", do capítulo 1 do "Tratado da Geografia Astronómica"; a letra D que dá início à frase: "Damos princípio à Geografia de Portugal..." na primeira página de texto do segundo volume, e a letra O que marca o começo do capítulo sobre a "Geografia de Portugal em que descrevem as suas províncias, e cidades...", na página 183 do primeiro volume editado em 1734.

Considerando a Academia Real da História, em todo o seu processo evolutivo, esta não pode ser classificada única e exclusivamente como uma instituição estatal, por força do decreto régio que a fundou. A intervenção conjunta do monarca, através do apoio financeiro e legislativo e de um grupo da elite intelectual, a quem compete o funcionamento autónomo da Academia Real faz desta uma instituição de carácter misto. Mais ainda, torna-se "um poder dentro dos poderes tradicionalmente reconhecidos" (MOTA, 2003, p. 52). Exemplo disso, a censura das obras editadas pela Academia Real da História que eram da única responsabilidade dos próprios membros. Apesar da aprovação do Santo Ofício e do Desembargo do Paço ter sido sempre comunicada (através de uma menção escrita muito reduzida nas obras académicas), estas duas instituições tal como as ordens religiosas e a figura episcopal não intervinham na censura das publicações da Academia Real de História. Este poder era única e exclusivamente reservado aos Censores. A Academia possuía de facto, uma "censura própria e interna" (MOTA, 2003, p. 48).

A morte do secretário perpétuo, Manuel Teles da Silva em Fevereiro de 1736; a destruição da sede e da biblioteca da Academia no terramoto de 1755; os conflitos pessoais entre académicos são várias razões apontadas ao tentar explicar o "declínio" da Academia Real da História. Se a década de trinta é tida como o momento a partir do qual, a Academia Real da História sofre de uma certa redução das suas actividades, com sessões esporádicas, e um absentismo cada vez mais crescente dos seus membros, por outro lado, as publicações não cessam bruscamente neste período, pelo contrário, continuam num ritmo próximo da sua fase

inicial. O facto é que a instituição se extinguiu aos poucos, numa época em que o seu desígnio já não fazia sentido, apesar do seu incalculável legado à Academia Real de Ciências, fundada em 1768¹³³.

3.2 – A tentativa de renovação cartográfica no seio da Academia Real da História: os projectos e as obras de Manuel de Azevedo Fortes.

O domínio das ciências em Portugal sob o reinado de D. João V era marcado por uma pesada herança: as considerações cosmográficas beneficiavam ainda de um certo reconhecimento e prestígio no seio da comunidade intelectual. A expansão marítima impulsionada pelos portugueses, e como tal a ciência náutica confluíam na figura do cosmógrafo-mor que ocupava um lugar não negligenciável, na área da cultura científica, devido ao apoio junto do poder central.

A Cosmografia, como disciplina introdutória à Astronomia de posição, não visava em nenhum caso a explicação dos fenómenos que eram pelo contrário descritos na sua forma mais detalhada, com base em noções que se pretendiam claras. Tratava-se da explanação minuciosa dos “movimentos aparentes e reais dos astros; a definição dos círculos considerados na esfera celeste e relações entre eles; as provas da forma esférica da Terra e a decomposição desta em zonas ou “climas”, de acordo com a duração dos dias ou das noites em várias épocas do ano; generalidades sobre os eclipses do Sol e da Lua; as observações sobre o nascimento e o ocaso dos astros”. O conteúdo da disciplina de Cosmografia incidia igualmente para além das noções indicadas, sobre “os restantes conhecimentos necessários a um marinheiro, quer dizer: o manuseamento das cartas de navegar e dos instrumentos de observação; os regimentos do Sol, da Estrela do Norte e do Cruzeiro do Sul, para a determinação de latitudes...”¹³⁴ De facto, o interesse por estas matérias era tal, nomeadamente pela sua ligação intrínseca com a Astronomia de posição e a Cartografia, que em meados do Seiscentos fora criado o cargo de cosmógrafo-mor. Este “conselheiro técnico” passava a ser responsável não só pelo “estudo dos problemas cartográficos ou astronómicos que os pilotos não podiam, por si mesmos, resolver” (Luis de ALBUQUERQUE, 1978, p. 720), bem como pela orientação dos candidatos aos postos ligados a ciência náutica (pilotos, cartógrafos e construtores de instrumentos) tal como da regência de uma cadeira de Cosmografia, destinada a estes mesmos alunos. Por fim, a revisão e a compilação dos roteiros que substituíam de uma certa forma os Livros de Marinharia compunham igualmente o leque das diversas funções exigidas para o seu cargo¹³⁵.

Foi certamente o carácter pedagógico do empenho do cosmógrafo-mor e a autoridade daí obtida que levou à sua persistência em Portugal até quase finais do século XVIII, resistindo de uma certa forma a todo o contexto de renovação nas ciências, nas letras e nas artes.

Manuel Pimentel e Vilalobos (1650-1719), filho do cosmógrafo-mor Luís Serrão Pimentel, sob o reinado de D. João V, retomou o cargo do seu pai. Apesar da sua formação no Colégio de Santo Antão em Lisboa, e a seguir

¹³³ Isabel Ferreira da MOTA, 2003, pp. 113-121.

¹³⁴ Todos elementos que dizem respeito à cosmografia foram retirados do artigo epónimo da autoria de Luís de Albuquerque, “Cosmografia e Cosmógrafos portugueses” em *Dicionário de História de Portugal*, volume I, 1978, pp. 719-720.

¹³⁵ Os Livros de Marinharia constituíam compilações dos mais diversos temas náuticos, constituindo um auxílio indispensável para os pilotos, que por sua vez iam acrescentando novas considerações à imagem dos autores). Ibidem, pp. 949-950.

na Universidade de Coimbra, em Direito e Canônes, nada o predestinava a assumir as funções inicialmente reservadas para o seu irmão mais velho, o filho primogénito. Dedicou-se à redacção e à publicação de roteiros náuticos (*A Arte Prática de Navegar e Regimento de Pilotos*, da autoria do pai, já em 1681), que encontravam ainda algum sucesso junto do público, comprovado pela reedição em 1712, 13 anos após a primeira edição de *A Arte de Navegar [...] e Roteiro de Viagens e Costas Marítimas de Guiné, Angola, Brasil, Índias e Ilhas Ocidentais e Orientais* e pela publicação póstuma, em 1740, do *Roteiro da Navegação da Índia Oriental*, reprodução parcial da obra anteriormente citada.

A inovação fomentada pelo cosmógrafo-mor, no domínio das ciências acabou por ser fatalmente escassa, dada a sua própria actividade – que consistia em reunir informações ligadas a náutica para daí constituir uma obra de consulta – numa área que estava a sofrer profundas mudanças, nomeadamente com novos métodos e instrumentos científicos constantemente aperfeiçoados, ainda que Manoel Pimentel prosseguisse enquanto cosmógrafo-mor, os seus trabalhos respeitantes à determinação exacta das coordenadas geográficas, sempre ligado à náutica. Luís Caetano de Lima refere numa comunicação à Academia Real da História como fonte para a sua obra *Geografia Histórica...*, as "observações do cosmógrafo-mor Manoel Pimentel, que com a mais exacta averiguação trabalhou em emendar os erros antigos na sua admirável arte de navegar."¹³⁶ De facto, Manuel Pimentel como cosmógrafo-mor era considerado como uma figura de referência nas questões respeitantes aos interesses nacionais nos territórios ultramarinos: já que foi expressamente consultado quanto à Colónia do Sacramento e a delimitação do seu território, aquando da conferência de Badajoz-Elvas. Deve-se de uma certa forma a "sobrevivência" deste cargo no século XVIII, à acção anterior de Luís Serrão Pimentel, que procurou assegurar este posto privilegiado e prestigioso, como uma herança familiar. Isto é, por força do lugar e da influência que foi conquistando junto do poder central.

Luís Serrão Pimentel, exerceu simultaneamente as funções de cosmógrafo-mor a partir de 1647, e de engenheiro-mor do Reino. Por um lado, foi autor de roteiros por vezes inéditos (*O Roteiro do Mar Mediterrâneo*, 1675; *A Arte Prática de Navegar*, 1681; *Prática da Arte de Navegar*, 1673; *Tratado de Navegação e Prática Especulativa*, 1669), todos eles dedicados à ciência náutica que o cosmógrafo-mor procurou revitalizar ao longo da sua carreira, interligando-a sempre com a prática da navegação. De facto, Luís Serrão Pimentel, após a frequência do Colégio da Companhia de Jesus, tentou sem sucesso estabelecer-se na Índia e, de volta a Portugal, dedicou-se ao estudo das matemáticas e da náutica. Por outro lado, enquanto engenheiro-mor, era responsável pelas fortificações, tanto da sua edificação, bem como do seu aperfeiçoamento, ambos necessários, numa época marcada pela guerra de restauração. Assim sendo, foi nomeado regente da cadeira de Fortificação e Arquitectura Militar, criada em Lisboa, no ano de 1647. Provavelmente fruto das aulas professadas ao longo da sua carreira, Luís Serrão Pimentel publicou em 1680, a obra intitulada *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*¹³⁷.

Enquanto que as obras de Luís Serrão Pimentel e seu filho, Manoel Pimentel deram seguimento à "tradição", através de áreas estreitamente ligadas a um passado marcado pelo prestígio das navegações (a

¹³⁶ *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1722, p. 259.

¹³⁷ Luís de ALBUQUERQUE, volume III, 1978, pp. 381-382.

náutica e a cosmografia) e pela defesa do território nacional (a engenharia militar e as fortificações), destaca-se sob o reinado de D. João V uma figura que irá marcar definitivamente a cartografia portuguesa, Manoel de Azevedo Fortes.

De ascendência francesa, Manuel de Azevedo Fortes¹³⁸, nasceu em Lisboa, em 1660. Realizou os seus estudos, designadamente na área das matemáticas com orientação marcada para a engenharia, em instituições escolares na Espanha (Madrid e Alcalá de Henares) e em França (Colégio de Plessis). Prova de que a matemática constituía também para Manuel de Azevedo Fortes uma predilecção, foi candidato vencedor para rege a cadeira desta disciplina na Universidade de Siena.

Em Portugal, após a sua formação claramente influenciada pelas correntes iluministas no estrangeiro, iniciou a sua carreira militar, ascendendo à função de Sargento-mor de batalha. D. João V, como seu benemérito, designou-o como Engenheiro-mor e Brigadeiro dos exércitos do Reino, no ano de 1719, e paralelamente, escolheu-o como sócio na recém-criada Academia Real da História, onde juntamente com o jesuíta matemático, Manuel de Campos foi incumbido de tratar dos "pontos Geográficos da Historia Ecclesiastica, e Secular destes Reynos." Mais ainda, se, por um lado, o Padre Manuel de Campos foi incumbido de tratar dos "pontos Geográficos da antiga Lusitânia, como mais versado nas historias antigas", Azevedo Fortes "fic[ara] encarregado dos pontos da Geografia moderna, e da fabrica das Cartas Geográficas, que hão de servir a huma, e outra Historia; e que para satisfazer a esta obrigação fizera todo o estudo necessário para instrucção dos Engenheiros, que o devião ajudar, compuzera um methodo, que a Academia approvou, e mandou imprimir..."¹³⁹

Assim, o percurso de Manuel de Azevedo Fortes é relembrado pelas obras que publicou em Portugal, enquanto Engenheiro-mor e sócio da Academia Real. Em 1720, é sobre o exercício das actividades de engenharia, que redige um projecto de regulamento, a *Representação a S. Majestade sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros, para melhor servirem neste reino e suas conquistas*. Dois anos mais tarde, é publicada em Lisboa, uma obra de compilação extremamente relevante para a História da Cartografia, o *Tratado sobre o Modo Mais Fácil e Mais correcto de Fazer as Cartas Geográficas...*¹⁴⁰. À imagem dos trabalhos desenvolvidos em França naquela época, esta obra visava "ensinar as regras para traçar a carta do reino (ou de qualquer região das colónias portuguesas), por meio da triangulação geral e do levantamento topográfico do terreno, conforme os métodos mais recentes", com base em ilustrações precisas que davam a ver aos leitores os instrumentos científicos e as operações a realizar¹⁴¹ (CORTESÃO, 1957-1960, p.173). Apesar de constituir um trabalho directamente ligado à missão de Manuel de Azevedo Fortes no seio da Academia Real da História, a obra não fez parte dos *Documentos e Memórias da Academia*. Ilustrando a determinação de Manuel de Azevedo Fortes, os sócios da instituição tal como figuras do poder central receberam cada um, um exemplar em plena sessão¹⁴². Em 1728-1729 são publicados os dois volumes que compõem a segunda obra de Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*. Por um lado, esta obra pedagógica de referência, mais uma vez

¹³⁸ Relativamente aos dados biográficos de Manuel de Azevedo Fortes ver Maria Fernanda Alegria e João Carlos Garcia, 1995, p. 68.

¹³⁹ *Collecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1722, p. 260.

¹⁴⁰ *O Tratado do modo o mais fácil, e o mais exacto de fazer as cartas geográficas...* Pascoal da Silva, Impressor del Rey, Lisboa, 1722.

¹⁴¹ Uma descrição detalhada dos capítulos da obra nos é dada em Jaime Cortesão, 1957-1960, p.172-173.

¹⁴² Isabel Ferreira da Mota, 2003, p.86.

ilustrada em gravuras¹⁴³, apresenta de forma metódica todas as noções consideradas como essenciais para a formação dos engenheiros, nomeadamente os conhecimentos aplicados a fins militares, como por exemplo, a fortificação. “[Azevedo Fortes] procura [ao longo das suas obras] adequar a sistematização da doutrina cartesiana à formação técnica das mais altas patentes do exército” (ARAÚJO, 2003, p. 39).

Por outro lado, “obras, como [O Engenheiro Português], [são] fundamentais para um melhor entendimento da evolução da cultura gráfica dos engenheiros militares...” (FARIA, 2001, p. 48). A imagem era indispensável nas obras de Manuel de Azevedo Fortes: sem as ilustrações, os tratados dirigidos aos engenheiros em formação perdiam a sua finalidade pedagógica¹⁴⁴. Mais ainda, o impacto destas duas obras de Manuel de Azevedo Fortes editadas no segundo quartel do século XVIII não poder ser negado, pois “um século depois continuavam de leitura obrigatória nos estabelecimentos de ensino especializados” (ALEGRIA; GARCIA, 1995, p. 68). Publicado tardiamente em 1744, a *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* é a última obra do Engenheiro-mor.

Através do seu percurso, torna-se evidente que Manuel de Azevedo Fortes procurou contestar a lógica oriunda da escolástica, aplicando as reflexões vindas não só da filosofia experimental, como da doutrina cartesiana. Assumiu assim, o desígnio das Luzes, que conheceu além-fronteiras e que desejava insuflar no seio da comunidade intelectual, quer na Academia do Conde de Ericeira, quer na Academia Real. “A clareza da linguagem, o rigor do método de exposição e a valorização do conhecimento físico-matemático conferem à obra de Azevedo Fortes uma inequívoca feição moderna” (ARAÚJO, 2003, p. 39).

No entanto, não devemos esquecer que as obras didácticas redigidas pelo engenheiro-mor, nomeadamente o *Tratado sobre o Modo Mais Fácil e Mais correcto de Fazer as Cartas Geográficas...*, constituíam a condição *sine qua non* para a formação dos técnicos especializados nas actividades prévias à elaboração de uma cartografia actualizada território nacional. Este plano passava por levantamentos topográficos baseados no método da triangulação, exigindo não só meios humanos e materiais bem como uma elevada organização científica e técnica. Afirmara Manoel de Azevedo Fortes na sessão de 27 de Maio de 1721, que “se propunha organizar e fazer traçar “uma tão exacta, carta de Portugal, como o pede a verdade da história”, cuja falta se fazia sentir de forma premente (CORTESÃO, 1957-1960, p.172). Tudo parece indicar que Manuel de Azevedo Fortes impulsionara no final do primeiro quartel do século XVIII um plano de levantamento topográfico de todo o território nacional, paralelamente às observações astronómicas dos padres matemáticos, na senda da reforma cartográfica em França, que levara a realização da Carta de Cassini¹⁴⁵.

¹⁴³ Pierre Massar de Rochefort, gravador contratado na Haia para a ilustração das obras da Academia Real da História é um dos autores das ilustrações do *Engenheiro Portuguez*, bem como do retrato de Manuel de Azevedo Fortes (gravura baseada no desenho realizado por Pierre-Antoine Quillard) que se encontra no frontispício da obra. Ângela Delaforce, 2002, p. 90.

¹⁴⁴ Ver Miguel Freire de Andrade, 2001, pp. 48-50.

¹⁴⁵ Este grande empreendimento, pensado pelo poder central, em torno da realização da primeira carta científica detalhada de um território à escala nacional, a França, foi pautado por sucessivos projectos e obras realizados sob dois reinados, o de Luís XIV e o de Luís XV: a criação da Académie des Sciences, em 1660 e do Observatório; a medida do meridiano do Observatório através da triangulação, concluída cinquenta anos após o seu início em 1668; a feitura de uma *Carte particulière des environs de Paris*, em 1678, como ensaio aos métodos geométricos; a publicação de uma *Carte de France corrigée* onde pontos precisos ao longo da fronteira são rectificados, devolvendo uma imagem modificada mas renovada do reino; Colbert patrocina o primeiro atlas marítimo francês, editado em 1693; um planisfério em projecção polar é desenhado no Observatório de Paris, passando a ser a carta de referência para qualquer obra cartográfica; Entre 1733 e 1744, o projecto de triangulação é continuado sob a direcção de Cassini II e Cassini III; missões científicas são organizadas sob a égide da Académie des Sciences no círculo polar (1736-1737) e no equador (1736-1740) com vista a determinar a verdadeira forma da terra; por fim, já na segunda metade do século XVIII, é concluída a *Carte de France*, dita de Cassini. Monique PELLETIER, 1999, p. 200; Para mais precisões, ver a obra de Josef KONVITZ (1987) e os trabalhos publicados por Monique PELLETIER, nomeadamente em 1990.

Porém, este projecto nunca foi realizado. A 15 de Março de 1731, Manuel de Azevedo Fortes toma a palavra na Academia Real da História: após relembrar mais uma vez, como tem feito constantemente, que nunca descurara a tarefa que lhe tinha sido dada, a saber “decidir os pontos Geográficos, e entrar na fabrica das Cartas necessárias para a grande Historia Ecclesiastica, e Secular destes Reynos, que se esta compondo”, o Engenheiro-mor declara que “Da minha parte sempre estive, e estou prompto para dar cumprimento ao preceito; e porem temse passado dez annos, e até aqui me não tem dado Vossas Excellencias os meyos tantas vezes pedidos, para eu poder satisfazer à minha obrigação.”¹⁴⁶ O compromisso de Manuel de Azevedo Fortes é claro no final da sua intervenção: “Senhores, estas Cartas são necessárias: eu estou prompto para as fazer. Os meyos não dependem de mim, a quem só toca obedecer, e a Vossas Excellencias toca dar a providencia necessária.”¹⁴⁷

De nada valeram os constantes apelos verbais de Manuel de Azevedo Fortes junto da Academia e igualmente junto do monarca. Ainda em conferência de 29 de Maio de 1732, é ouvido, mas sem qualquer efeito, o Engenheiro-mor: “...para esta fábrica [das Cartas Topográficas de todos os Bispados e Prelazias desta coroa e juntamente na Carta Geográfica geral de todo o Reino] é inútil toda a retórica. Ela depende somente dum a larga e laboriosa peregrinação, visitando miudamente todos aqueles lugares com operações ajustadas, para que as Cartas sejam exactas e condignas da Grande História a que hão de servir. Há mais de dez anos que eu me pus pronto e apontei os meios mais convenientes e fáceis para a sua execução; e há outro tanto tempo que Vossas Excelências ouvem os meus clamores e lhes não providênciam. E, se esta ainda houver de tardar muito, a morte ou os achaques, que acompanham a velhice, me desligarão da empresa e me servirão de desempenho.” (CORTESÃO, 1957-1960, p.187).

A missão de levantamento cartográfico no Brasil foi privilegiada ao detrimento de um projecto para o qual Manoel de Azevedo Fortes possuía não só toda a determinação, bem como as qualidades científicas e as competências sociais inerentes à sua formação e as suas actividades intelectuais. Talvez por ter representado uma oportunidade única naquela época em alcançar a necessária renovação da imagem cartográfica do território nacional, foi atribuída por lapso ao nosso Engenheiro-mor a autoria de cartas editadas em Portugal, nessa primeira metade do século XVIII. Estes mapas à escala local, regional ou nacional, foram, no entanto, realizados pelo gravador que os assinou: Granpré.

3.3. - A Oficina Tipográfica da Academia Real da História.

Pouco tempo depois da fundação da Academia Real da História, há indicação de que foram encomendadas chapas abertas da Holanda¹⁴⁸. Como já foi referido, houve desde o início do funcionamento da instituição, uma particular preocupação quanto à ilustração das obras produzidas pelos académicos – o próprio secretário intercedia na inserção de estampas nos livros – que contribuía, por um lado, para uma melhor compreensão dos textos e por outro lado, para o reforço do prestígio e do poder não só da Academia Real mas

¹⁴⁶ *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume XI, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1731, p.1.

¹⁴⁷ *Op. cit.*, 1731, p. 3.

¹⁴⁸ Isabel Ferreira da MOTA, 2003, p. 84.

sobretudo do monarca. Cedo, foi referida a necessidade de a oficina tipográfica da Academia Real passar a funcionar sob a direcção de especialistas das artes da gravura, da estampagem e da impressão em geral.

Na primeira metade do século XVIII, a França e as Províncias – Unidas representavam os dois países por excelência da edição. Se a França era considerada como um foco donde irradiavam todas as influências artísticas da época, não só pelos modelos aí criados como pelos artistas que formava, as Províncias-Unidas, possuíam um papel preponderante no universo dos negócios editoriais das artes gráficas, “pelo florescimento do seu comércio, por uma longa tradição livreira, e por constituir um lugar de refúgio e protecção para as minorias perseguidas. Amesterdão goza da preferência dos refugiados mas Lede, Utrecht, Roterdão, a Haia são igualmente colónias francesas.” (BERKVENS-STEVELINCK, 1984, p. 316)

O fomento das artes gráficas na Península Ibérica, na primeira metade de Setecentos, nomeadamente da gravura, deve-se, assim, em grande parte, directa ou indirectamente à influência do norte da Europa. A difusão dos avanços técnicos no domínio da calcografia em Portugal explica-se pela presença de artistas especializados nesta área, recrutados, sob ordem régia, na França ou noutra país estrangeiro, sobretudo a Holanda mas sempre com um predomínio da escola francesa.

Esta foi a opção tomada por D. João V, ao contrário de Filipe V que preferiu beneficiar quatro artistas espanhóis com uma bolsa e enviá-los para Paris, em Maio de 1752, onde trabalharam com os melhores mestres da época. Aí, Manuel Salvador Carmona, Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, Tomás López e Alfonso Cruzado, praticaram e adquiriram gradualmente as novas técnicas calcográficas, aplicando-as, nas suas obras, após o regresso a Espanha, com todo o domínio e excelência, formando em paralelo a jovem geração de gravadores. Os mapas contam-se entre as produções mais famosas destas técnicas¹⁴⁹.

Para fomentar a sua política cultural, nomeadamente a Academia Real da História e as suas publicações, D. João V desejava empregar os serviços de artistas, isto é, de entre daqueles que melhor exerciam o seu ofício no domínio das artes gráficas. Como tal, foi na Europa do Norte, mais particularmente nos Países Baixos, que se deu a contratação de gravadores e de impressores para obrar directamente na oficina tipográfica da Academia.

O processo de recrutamento foi iniciado por João Gomes da Silva, 4º Conde de Tarouca, pouco antes de deixar Haia, onde se encontrava há mais de 15 anos, como diplomata. Durante as negociações de paz no Congresso de Utrecht (1713-1715), representou os interesses de Portugal como 1º plenipotenciário. Mais tarde, aquando da preparação do Congresso de Paz de Cambrai, D. João V nomeia-o como plenipotenciário geral. Em 1726, foi enviado para Viena como embaixador português no Império, onde virá a falecer em 1738¹⁵⁰.

Em 1725, D. João V exprime numa carta ao Conde de Tarouca a necessidade de recrutar para a oficina da Academia Real da História um “Empressor de estampas” e um “Abridor¹⁵¹. Na primeira metade do

¹⁴⁹ Enrique LA FUENTE FERRARI, 1941, p.20.

¹⁵⁰ Para mais pormenores acerca do percurso de carreira do Conde de Tarouca, ver Isabel CLUNY, 2003, pp. 235-256.

¹⁵¹ “Vossa Senhoria escreveu há seis meses para que mandasse para a Academia Real hum Empressor de Estampas: o Conde falou a um catholico que aqui há, o qual me deu o memorial, que remeto, em que elle põe as suas condicōens. Na mesma Carta dezia Vossa Senhoria que se ajustasse hum Abridor, e eu sei de hum dos bons de França...” Negociações de Diogo Mendonça Corte Real, tomo 1, p.43, manuscrito 943 do IANTT. Pedro de AZEVEDO, 1914, p.32; Luís CHAVES, 1927, p. 31.

século XVIII, uma parte significativa dos especialistas em artes gráficas residentes na Holanda, correspondem a calvinistas que negaram a conversão ao catolicismo, os chamados "Huguenots" emigrados após a revogação do Édito de Nantes, em Outubro de 1685. De facto, dezenas de milhares de protestantes franceses exilaram-se, no Norte da Europa, sendo alguns deles livreiros, gravadores, mercadores de estampas...¹⁵²

Bernard Picart (1673 - 1733) é um dos exemplos mais ilustrativos: iniciando a sua carreira em 1688 na cidade de Paris, após aí se ter formado como desenhador e gravador, muda-se em 1710 para a Holanda. É em Haia, que passa a partilhar com Prosper Marchand, um negócio de livros e de estampas. Mais do que a liberdade de praticar a religião reformada à qual aderiu, foram as possibilidades de enriquecer graças à arte da gravura que o levaram a permanecer na Holanda. Desde 1712, e para além de se tornar mercador de estampas para os amadores holandeses, orienta a sua carreira para a ilustração de livros¹⁵³. É precisamente neste ponto, que surge a ligação de Bernard Picart à coroa portuguesa, através do diplomata D. Luís da Cunha¹⁵⁴.

De facto, este último aquando da sua primeira estada diplomática em Haia, em 1713, dirige-se a Bernard Picart para ilustrar o manuscrito original em três volumes das *Memórias da Paz de Utreque*, que mencionava oferecer a D. João V¹⁵⁵. D. Luís da Cunha recomenda Bernard Picart a Pierre-Jean Mariette para a realização de gravuras para o rei¹⁵⁶. Mas no que toca à contratação dos artistas para Lisboa, considera-se que Bernard Picart terá intervindo, não só pela sua proximidade à comunidade de franceses refugiados cuja profissão estava ligada às artes gráficas, bem como pela sua relação já estabelecida com a embaixada portuguesa na Holanda¹⁵⁷. Foi no entanto, Diogo de Mendonça Corte Real, enviado por D. João V, como seu representante, na Haia, que tratou pessoalmente da contratação de artistas que acabaram por deixar a sua marca na ilustração e na edição das obras da Academia Real da História, a saber Harrewyn, Rochefort, e Rousset.

A correspondência de Diogo de Mendonça Corte Real para D. João V¹⁵⁸ e os contratos estabelecidos oferecem-nos informações acerca destes três artistas ligados às artes gráficas e tipográficas. Todos eles ambicionavam vir para Portugal, exercer as suas funções sob ordens régias: "eu sei de hum abridor dos bons, que deseja ir para Portugal" (Rochefort), o qual me tem escrito varias vezes para este efeito."¹⁵⁹; "Hum Francês Refugiado, que vive há muitos anos nesta Corte chamado João Rousset [...] deseja servir a sua Majestade na ocupação de derigir as Emprenssas [...] o qual me deu pedindo-me de o apoyar para que Sua Majestade queira servirse delle."¹⁶⁰

¹⁵² Quanto ao fenômeno de exílio de profissionais franceses ligados à edição, nos finais do século XVII e inícios do século XVIII, ver Christiane BERKVENS STEVELINCK, 1984, pp. 311-313 e Henri-Jean MARTIN, 1984, p. 312.

¹⁵³ Christophe HENRY, 2001, pp. 323-328 ; Introduction aux « Impostures innocentes de Bernard Picart» in *Nouvelles de l'Estampe*. Paris : Cabinet des Estampes de la Bibliothèque Nationale, Comité national de la gravure française, Juillet – Août 1973, nº 10, p. 15.

¹⁵⁴ É de referir que Bernard Picart é o autor de um retrato do conde de Tarouca, gravado com base num quadro de sir Godfrey Kneller. Esta imagem servia de frontispício aos volumes de luxo, que continham as cópias da correspondência com a corte. Actualmente, encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, pertencente ao Arquivo Tarouca. Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 71.

¹⁵⁵ Ver Marie-Thérèse MANDROUX-FRANÇA, 2003, pp. 97-99, acerca dos frontispícios e das ilustrações de Bernard Picart para os três manuscritos das *Memórias da Paz de Utrecht*, descritos na obra da viúva de Picart, *Éloge Historique*, publicada em 1734.

¹⁵⁶ Ver Ibidem, p. 97.

¹⁵⁷ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – « La collection royale portugaise » in Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal, par Pierre-Jean Mariette, Lisbonne, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, 1996-2003, p. 83.

¹⁵⁸ Ver documentos relacionados com o recrutamento de Harrewyn, Rochefort e Rousset – contratos e correspondência de Diogo de Mendonça Corte Real para D. João V no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscrito 943 ou transcrição da autoria de Pedro de AZEVEDO em "A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Rial de História" in *O Archeólogo Português*. Lisboa, volume XIX, 1914, pp. 31-40.

¹⁵⁹ Carta de Haia, 10 de Janeiro de 1726. Negociações de Diogo Mendonça Corte Real, tomo1, p. 43. apud. Luís CHAVES, 1927, p. 31.

¹⁶⁰ Carta de Haia, 23 de Maio de 1726. Ibidem, p. 36.

Théodore André Harrewyn, impressor de estampas, foi o primeiro contratado em 1 de Abril de 1726. Católico, foi contactado pelo Conde de Tarouca. Após as suas condições terem sido aceites pelo rei, sendo uma delas a aquisição de material necessário para o exercício das suas funções, em vez de "tres meses de ordenado adiantado"¹⁶¹, o contrato foi assinado também pela sua esposa que dominava a arte da impressão¹⁶² e Diogo de Mendonça Corte Real. Corte Real inteirou-se do avanço nos processos tipográficos, que queria ver aplicado em Portugal, através dos artistas estrangeiros contratados: "segundo o que vejo aqui praticar hé bom que lhe recomendem que deite na tinta mais do costumado de huma droga que chamão Índigo, para fazer as estampas mais bellas. Tudo isto lhe recomendei muito, mas será bom que lhe advirtão."¹⁶³ Mais ainda, antes de Harrewyn partir para Lisboa, o secretário inteirou-se da sua formação inicial no que diz respeito ao trabalho exigido na impressão das obras da Academia Real da História: "Eu fis lhe ensinar a este mesmo homem [Harrewyn] o modo de pôr as Armas douradas nas Pastas dos Livros encadernados sem fogo, que he hum segredo muito bom, o qual elle ensinará aos outros, e incluso remetto o modo de se fazer."¹⁶⁴ O nome de François Harrewyn também é referenciado, como gravador de buril e água-forte, também recrutado sob o reinado de D. João V, possivelmente irmão de Théodore Harrewyn. Porém, tendo em conta a data das obras produzidas, fundamentalmente retratos, podemos constatar que a sua estada em território nacional iniciada em 1730, foi de quatro anos.

Quanto a Rousset ou Jean Rousseau¹⁶⁵, trata-se com efeito de um "Frances Refugiado" (nem católico, nem protestante, " porque não tem nenhuma [religião] ") "que vive ha muitos annos [na Holanda], douto em Historia, Bellas Artes [e que] sabe bem o Latim, bastante mente o grego, entende o Espanhol e Italiano"¹⁶⁶. As propostas de Rousset são claras: "estabelecer uma Imprensa tal e qual à prestigiante Imprimerie Royale do rei de França."¹⁶⁷ Rousset vai assim, ao encontro dos projectos de D. João V. Na imprensa uma vez edificada, poderão ser "executados de uma forma perfeita as maiores obras, não só em relação aos livros, mas também as Estampas e as Cartas Geográficas, genealógicas e heráldicas", ou seja todo o tipo de obras produzidas pela Academia Real da História. Para além das suas competências, fruto de experiência adquirida em dirigir oficinas tipográficas e de uma cultura diversificada como "homem de letras", Rousset propõe o fornecimento de todos os caracteres necessários para a dita Imprensa¹⁶⁸. No entanto, "Jean Rousseau [...] nunca chegou a vir a Portugal, como claramente se deduz dos livros das despesa da Academia" onde tinham de constar todos os pagamentos das obras e rendas dos artistas que trabalhavam para a instituição régia¹⁶⁹. Ernesto Soares aponta como possível razão da não realização de um contrato com Rousseau, o facto de não ter nenhuma religião. Por outro

¹⁶¹ Carta de Haia, 11 de Agosto de 1726. Ibidem, p. 32.

¹⁶² Ernesto SOARES (1966, p.11) também sublinhou que "Marie Catherine era também estampadora", apesar de "em nenhum trabalho até agora aparecido na época encontrámos o seu nome ou feita a ela qualquer referência". De facto, no contrato, podemos ler que « Théodore André Harrewyn imprimeur d'Estampes, et Marie Catherine Previgni sa femme, lesquels s'engagent réciproquement en cette qualité d'imprimeurs d'Estampes.... » in "Copie du Contract de l'Imprimeur d'Estampes pour l'Académie Roialle d'Histoire à Lisbonne », idem, p. 535. Ibidem, pp. 33-34.

¹⁶³ Carta de Haia de 2 de Maio de 1726. apud. Luís CHAVES, 1927, p. 35.

¹⁶⁴ Carta de Haia de 2 de Maio de 1726.

¹⁶⁵ "Com estes dois apelidos [Rousset e Rousseau] tem-se feito crer a quase todos os investigadores que se trata apenas de um artista (Jean). Ernesto SOARES, 1966, p. 12.

¹⁶⁶ Carta de Diogo Mendonça de Corte Real, Haia, 23 de Maio de 1726. apud. Luís CHAVES, 1927, p. 36.

¹⁶⁷ Cópia da Memória, e das Proposições de João Rousset. Luís CHAVES, 1927, p. 37.

¹⁶⁸ Cópia da Memória, e das Proposições de João Rousset. Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, tomo1, p. 639 apud. Luís CHAVES, 1927, p. 37.

¹⁶⁹ Ernesto Soares, 1940, p. 18.

lado, figura nos livros de despesa da Academia o pagamento de chapas nos anos de 1735 e 1736 em nome de Gabriel Rousseau, que possivelmente poderia ser filho de Jean Rousseau, sendo que este pedia na sua carta a D. João V "La survivance pour son fils..."¹⁷⁰ (SOARES, 1940, p. 544)

Pierre Massar de Rochefort ou Seigneur de Rochefort, como se auto denomina o abridor de buril, foi mandado vir de França, por Diogo de Mendonça Corte Real¹⁷¹. Apresenta o perfil exigido por D. João V já que é um dos gravadores do rei de França e da Académie Royale des Sciences, aliando o talento, "de grande capacidade na sua arte, não só no que trabalha, mas no que inventa, tem bom gost[o]", ao prestígio, pedindo "o Titulo e os priviléjos de Gravor de Sua Magestade porque assim tinha em França". O contrato assinado na Haia em Maio de 1726¹⁷², estipula que o trabalho de Rochefort iria ser totalmente dedicado à ilustração das obras da Academia Real da História, encontrando-se sob as ordens da Junta de Censores. A sua presença em Portugal, como abridor de estampas, contratado pela Academia Real da História data de 1728, ano em que é efectuado o primeiro pagamento. Há registo deste artista ter recebido uma renda anual, embora de importância variável até provavelmente a data do seu falecimento, em 1740. Partindo das suas obras conhecidas, podemos constatar que Pierre Massar de Rochefort foi autor de uma vasta produção na gravura de retratos, para além de vinhetas, alguns cabeções e a célebre alegoria desenhada por Vieira para servir de portada a algumas obras saídas dos prelos da Academia (SOARES, 1940, p.20). Existem também referências a trabalhos gravados pelo seu filho, Charles de Rochefort¹⁷³.

O grupo de estrangeiros especialistas em artes gráficas que foram empregados directa ou indirectamente ao serviço do monarca não se limita a estes três nome. De facto, Diogo de Mendonça Corte Real refere que junto com Rochefort, "vay hum bom Pintor [que quis] ir por seu gosto"¹⁷⁴. Mais ainda, sabemos que "durante estes mesmos anos, alguns gravadores, igualmente vindos de Flandres e dos Países Baixos, estiveram ao serviço de D. João V durante estadias mais curtas" (MANDROUX-FRANÇA, 2003, p. 83). De facto, para além de Harrewyn, Rochefort, outros artistas exerceram as suas funções no seio da oficina tipográfica da Academia Real da História, como o comprova o registo das despesas da instituição¹⁷⁵, e a assinatura das ilustrações contidas nas obras académicas. Guilherme Francisco Lourenço Debrrie, Michel Le Bouteux, Carlos de Granpré ou Grandprez são os três outros gravadores considerados, de acordo com a técnica de gravura utilizada, como fazendo parte do "grupo de artistas estrangeiros burilistas, de influência francesa ou flamenga, de 1720 a 1755." (SOARES 1940, p. 20).

Jean Baptiste Michel Le Bouteux, artista francês, que reuniu ao longo da sua vida (1682 – post. 1764) as funções de "arquitecto e gravador"¹⁷⁶, mas também de "autor de livros ou editor" realizou durante os anos em que trabalhou na Academia Real da História, cerca de 40 gravuras, das conhecidas até agora, e foi autor dos

¹⁷⁰ Ver Código 715, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal e Cópia da Memória, e das Proposições de João Rousset in Luís CHAVES, 1927, p. 37.

¹⁷¹ Carta de 13 de Junho de 1726, Haia. Ibidem, p. 38.

¹⁷² Copie du Contract du Graveur Rochefort. Ibidem, pp. 39-40.

¹⁷³ Ver Ernesto SOARES, 1940, pp. 527- 536.

¹⁷⁴ Carta de 13 de Junho de 1726, Haia apud. Luís CHAVES, 1927, p. 38.

¹⁷⁵ Códices 714, 715 e 716, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, secção dos Manuscritos.

¹⁷⁶ Edouard BÉNEZIT, 1999,tomo, 8, p. 385;

primeiros regtos de Santos em Portugal na segunda metade século¹⁷⁷. Não se encontra assinalado nenhum indício da sua contratação, mas o certo é que era pago pela Academia Real consoante as obras iam sendo feitas (Ernesto SOARES, 1940, pp. 136-144).

Apesar de algumas informações contraditórias acerca do percurso biográfico, sabemos que Guilherme Francisco Lourenço Debrie, francês de origem, foi aluno de Bernard Picart, na Holanda. Era gravador e ilustrava, tal como o seu mestre, obras para livreiros¹⁷⁸. Em 1731, já se encontrava em Portugal, começando a receber o pagamento da sua renda pela Academia Real da História no ano de 1734. Supõe-se que viria a falecer em Lisboa, antes de 1762, provavelmente no terramoto de 1755. Para além da gravura de "pequeninas letras e de vinhetas", a sua vasta obra compreende não só ilustrações das obras académicas, só ou em colaboração com outros gravadores, bem como "retratos, avulsos ou existentes em publicações impressas: alegorias, geralmente comemorações de factos notáveis [e] regtos de santos ou pequenas estampas de carácter religioso" (SOARES, 1940, pp. 205-238).

Por fim, Granpré é também um destes artistas ao serviço da Academia Real da História, que não usufruíam de uma renda anual, mas eram remunerados pelas peças que produziam. Deste gravador sabemos unicamente que é estrangeiro (o apelido pode trair uma possível, mas não comprovada, origem francesa) e que exerceu a sua arte no reinado de D. João V, ilustrando a obra de D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica...*, com estampas abertas a buril, entre 1729 e 1734¹⁷⁹, sendo paralelamente autor de mapas manuscritos e impressos avulsos neste mesmo período, de que iremos tratar num próximo capítulo, de forma mais detalhada.

O fomento da calcografia em Portugal na primeira metade do século XVIII, não só no número das obras produzidas bem como no progresso das técnicas utilizadas, ligado à criação da oficina tipográfica da Academia Real da História, deve-se assim à necessidade de ilustrar as prestigiosas obras dos sócios académicos. Além do mais, as estampas insertas em trabalhos de mérito respondem igualmente à procura de um público ávido de informação, sob todas as suas formas. Por outro lado, o interesse e o consequente patrocínio do monarca às artes gráficas, desde a gravura à edição, passando pela impressão, não pode ser negado. A projecção de uma nação poderosa passa igualmente pela produção de obras gráficas, sendo esta propiciada não só pelas condições materiais e pelas qualidades dos artistas, mas igualmente por um determinado contexto de abertura à inovação e à mudança qualitativa, e de aplicação destas mesmas em domínios em evolução constante, como são os científicos.

Para a concretização da grande empresa que é a edição das obras da Academia, foi criada uma oficina tipográfica, sob ordem de D. João V que desde cedo¹⁸⁰ demonstrou um interesse particular pela tipografia, nomeadamente pelas suas "potencialidades" (ANSELMO, 1997, p. 90). Iniciou-se, então, uma nova

¹⁷⁷ "Nasceu segundo declaração própria na estampa do retrato de Madre Maria de Santo Aleixo, em 1682 e morreu posteriormente a 1764." Ernesto SOARES, 1940, p. 137.

¹⁷⁸ Para obter mais informações acerca da obra de Guilherme Francisco Debrie, ver obra de José Zeferino de Menezes Brum: Estampas gravadas por Guilherme Francisco De Brie. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVIII, 1908.

¹⁷⁹ Ver referências em Cardeal Saraiva, D. Francisco de S. Luiz, 1876, p. 348-349; Athanase N. Comte de RACZYNSKI, 1917, p. 125; Luís CHAVES, 1927, p. 76.

¹⁸⁰ Já no primeiro ano de reinado, visitou a oficina tipográfica do Impressor Régio Valentim da Costa Deslandes. Jorge PEIXOTO, 1967, p.16

fase de 3considerável progresso no campo das artes gráficas¹⁸¹, após um curto período, o da Restauração (1641-1650) durante o qual dominavam obras de combate ou de afirmação representando a tipografia uma "arma contra a Espanha inimiga"¹⁸². No entanto, no reinado de D. João V, a tipografia já é um "símbolo de paz e de ostentação" num projecto de consolidação do poder monárquico. A arte tipográfica reflectiu de uma certa forma os acontecimentos políticos¹⁸³.

A oficina da Academia Real da História tinha por objectivo a impressão das obras académicas e a ilustração destas mesmas com estampas, utilizando as técnicas de gravura mais modernas da época. Foi escolhido a 28 de Novembro de 1721 como Impressor da Academia Pascoal da Silva, que já era impressor régio desde 1715. Após o seu falecimento em 1727, é o filho, José António que o substitui, tendo já assumido parte das funções de Impressor em 1723 quando Pascoal da Silva se encontrava doente.¹⁸⁴

Para além da contratação de estampadores e gravadores, Diogo da Corte Mendonça Corte Real, aproveitando a estadia na Haia, "um dos principais centros onde decorriam as maiores vendas de livros e de artes gráficas" (MANDROUX-FRANÇA, 1987, p.127) foi encarregado da compra de material, necessário para as publicações da Academia Real da História: peles, pergaminhos e ferros para a encadernação das obras, diversos géneros de papel, e letras tipográficas¹⁸⁵. Os tipos eram fundamentais para a publicações de obras de elevada qualidade e prestígio, daí, a preocupação de Corte Mendonça Real em responder plenamente ao pedido de D. João V "a respeito das letras para a Emprensa da Academia Real" sendo "as intenções [do monarca] a de querer estabelecer como a "Librairie Royale no Louvre, para fazer as ediçōens perfeitas". No entanto, a procura dos tipos mais adequados podia se tornar difícil: "... seria melhor comprar as formas quando se achasse alguma ocasião de se venderem, porque nem sempre se encontra, mas ainda não desespero de achar algumas letras..."). A própria confecção dos tipos era demorada: "As Letras será impossível mardar (sic) brevemente; porque não se fazem sem se encomendarem, e as vezes he preciso esperar tres annos para se acabarem" e "achei parte das Letras [...] e me premetem que em anno e meyo me darão a quantidade de que se necessita...").

A aquisição deste material tipográfico acabava por pesar consideravelmente nas despesas da Academia Real." Daí, a contratação de um fundidor de letras para a Oficina Tipográfica e a consequente proibição da importação de tipos para Portugal¹⁸⁶. "Fundidor de grande mérito e hábil gravador punctionista" (GAMA, 1968, p. 8), João de Villeneuve faz também parte do grupo de estrangeiros recrutados, sob o reinado de D. João V para exercer o seu ofício no quadro das publicações académicas. "Os primeiros caracteres impressos por Villeneuve, todos elzevier, de magnífico aspecto, tiveram logo a aprovação da Junta de

¹⁸¹ Segundo Luís Chaves, 1927, pp. 4 – 19, podemos considerar dois grandes períodos de significativo desenvolvimento da tipografia em Portugal até o século XIX, para além daquele que estamos a abordar. O primeiro nos séculos XV-XVI, e o terceiro, posterior, na segunda metade do século XVIII, com a Tipografia Académica e a Impressão Régia.

¹⁸² ANSELMO, 1997, p. 87.

¹⁸³ PEIXOTO, 1967, p.17.

¹⁸⁴ MOTA, 2003, p. 85 e p. 90.

¹⁸⁵ "No mesmo navio remeto cem Pelles de Bezero e sincoenta de purgaminho para encadernar os livros [...] Mandei encomendar os ferros para encadernar, e disse que fizessem aparelhos separados, para os Livros em folha, em quarto e em Outavo [e] mando uma resma de papel marbré para amostra do que se faz aqui: que he muito mais barato do que o de França, ser-me há preciso mandal-o vir de lá senão achar na feira, que se faz a semana que vem nesta Corte, algumas Resmas de Alemanha, que he bom e barato." in Carta de 2 de Maio de 1726, Haia. Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, tomo 1, p. 563. Luís CHAVES, 1927, pp. 35-36.

¹⁸⁶ Ângela Maria do Monte Barcelos GAMA, 1968, pp. 8-9.

Censores", iniciando a sua carreira como tal, em 1732, na Imprensa da Academia Real. Foi autor de "três folhetos sobre a *Origem da arte de imprimir dada à luz pelos primeiros characteres*," sendo somente conhecido "o primeiro opúsculo impresso por José António da Silva"¹⁸⁷.

A Academia Real da História, através da publicação das suas obras, permitiu desenvolver a arte tipográfica. Se de uma forma geral, o livro, evoluiu para uma "composição cuidada, impresso em bom papel, paginação bem apurada." (Peixoto, 1967, p. 16), é de sublinhar, que, por um lado, houve um grande progresso na ilustração do livro com a introdução de estampas abertas a buril e por outro, a gravura em metal, acabou por ser fortemente estimulada graças aos estrangeiros que contribuíram com importantes inovações na técnica calcográfica¹⁸⁸.

O fomento da artes gráficas em Portugal na primeira metade do século XVIII, não só no número das obras produzidas bem como no progresso das técnicas utilizadas, ligado à criação da oficina tipográfica da Academia Real da História, deve-se assim à necessidade de ilustrar as prestigiosas obras dos sócios académicos. Além do mais, as estampas insertas em trabalhos de mérito respondem igualmente à procura de um público ávido que procura informação, sob todas as suas formas. Por outro lado, o interesse e o consequente patrocínio do monarca às artes gráficas, desde a gravura à edição, passando pela impressão, não pode ser negado.

A projecção de uma nação poderosa passa pela publicação de textos científicos, como a *Geografia Histórica...*, bem como pela produção de obras gráficas, que podemos encontrar na publicação de D. Luís Caetano de Lima, a saber, alegorias, retratos, vinhetas, ilustrações de divulgação científica, mas sobretudo, cartas geográficas. É precisamente sobre as imagens cartográficas do território nacional da autoria de Granpré que irá incidir a segunda parte deste nosso trabalho.

¹⁸⁷ Ver PEIXOTO, 1967, p.16.

¹⁸⁸ Luís CHAVES, 1927, pp. 24-25.

II – IMAGENS DE PORTUGAL NA OBRA DE GRANPRÉ.

A *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima publicada, em dois volumes, em 1734 e 1736, contém diversas ilustrações de estilo e de formato distintos, que resultam da intervenção de vários especialistas de gravura¹⁸⁹. Aquelas que mais se destacam na obra pelo espaço ocupada e pela sua ligação ao conteúdo do texto correspondem precisamente ao trabalho executado por Carlos de Granpré, a saber, as figuras cosmográficas e as imagens cartográficas, a várias escalas.

Para obter uma melhor interpretação das gravuras, e mais particularmente das imagens cartográficas de Portugal sobre as quais incide o nosso trabalho, irão ser abordados elementos relativos ao percurso biográfico de Granpré, nomeadamente enquanto gravador de mapas. A seguir, uma a uma, as gravuras da sua autoria irão ser apresentadas, descritas e analisadas, com uma especial ênfase no que diz respeito às cartas do território português.

1. – Granpré: percurso do gravador de mapas.

Carlos de Grandprez, de Grandpré, de Granpré, Granprez, de Grandprez: variações ortográficas do nome de uma única pessoa – um artista gravador que exerceu os seus talentos em Portugal sob o reinado de D. João V. De facto, encontramos o seu nome na base de gravuras ou nas cartelas de cartas geográficas, como assinatura das obras que realizou em Portugal, na cidade de Lisboa, no segundo quartel do século XVIII. Mais precisamente foi no quadro da Academia Real da História, que parte do seu trabalho até agora conhecido foi executado. Encontramos o seguinte registo no Livro das Despesas da instituição régia¹⁹⁰:

"192 000 réis que se pagarão à Carlos Granprez pela despesa seguinte:

O Tesoureiro-mor do Reino entregue a Carlos Grandprez pela consignação da Academia cento, noventa e dous mil reis, para pagamento das estampas que abriu por ordem da dita Academia para o livro do Padre D. Luís Caetano de Lima cujo pagamento fará na forma do decreto de Sua Magestade que Deus Goarde de 6 de Janeiro de 1721. Lisboa em 3 de Janeiro de 1731 – Assinou o Marques de Alegrete Director e o Marques Manuel Telles da Silva, Secretário"¹⁹¹.

Como foi referido, a instituição régia recorreu a artistas vindos do estrangeiro – gravadores, estampadores, impressores – para exercerem estas suas funções na ilustração das obras dos académicos. Rochefort, Harrewyn e Debrrie "trabalharam na Academia e foram por ela contratados com salários ou

¹⁸⁹ A obra por nós consultada, encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto sob a cota H-10-28, na Biblioteca Nacional, Lisboa, na Área de Cartografia, sob a cota CA. 614 P. – 615P e na Bibliothèque Nationale de France, Département des Cartes et Plans, sob a cota RES-G-1059 à 1060.

¹⁹⁰ *Forma dos decretos pelos quais S. Magestade manda pagar a maior despesa e faz a Academia além da sua consignação*, volume 2, 1737, folha 12 v. Cód. 714-716, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Secção dos Reservados.

¹⁹¹ Agradecemos à Prof.^a Dr.^a Inês Amorim que teve a amabilidade de transcrever o conteúdo deste registo.

ordenados fixos", enquanto que outros, como o gravador Granpré, e igualmente Rousseau e Le Bouteux, "sem receberem ordenados, eram retribuídos consoante o trabalho produzido." (SOARES, 1940, p. 16).

Quanto aos dados pessoais de Granpré, o nome evoca origem francesa, mas nenhuma fonte o comprova. Se para Harrewyn e Rochefort, existem registos da contratação no estrangeiro, mais precisamente na Haia, através da correspondência oficial, no que respeita a Granpré não foi encontrado nenhum documento que nos dê detalhes quanto ao nascimento e falecimento (datas e lugares) do artista, formação, percurso profissional, laços familiares, de amizade ou de ofício ou, mesmo da sua presença em Portugal, para além da referida citação retirada do livro de *Despesas da Academia Real*.

Tendo em conta a escassa bibliografia dedicada à história das artes gráficas, em Portugal, Granpré é mencionado, como fazendo parte do grupo dos "Artistas estrangeiros burilistas, de influência francesa ou flamenga, [que exerceram em Portugal], de 1720 a 1755" (SOARES, 1940, p.20). As informações que nos oferecem outras obras dedicadas à gravura acabam por revelar traços do percurso de Granpré que podem ser de imediato deduzidos ao observar estampas abertas por ele: "Gravador. He ainda outro estrangeiro, que trabalhou em Portugal no reinado de el-Rei D. João V. Na Geografia Histórica vem estampas suas, abertas em Lisboa, nos annos de 1729 e 1734"¹⁹².

Apesar da falta de elementos biográficos de Granpré, podemos, no entanto, assinalar traços característicos ligados à sua função de gravador – nomeadamente o seu método de trabalho, através da exposição das técnicas calcográficas, aplicadas à produção cartográfica, em inícios do século XVIII.

De facto, sob o reinado de D. João V, a gravura beneficiou de um impulso significativo com a presença de artistas estrangeiros vindos de Itália, França, Países Baixos e Alemanha, onde esta arte gráfica, conhecia o seu apogeu, nomeadamente através da produção artística que era a ilustração de livros. A partir da segunda década de setecentos, surge na Europa, um período propício para a gravura, fruto do desenvolvimento de técnicas inovadoras, a água-forte e do aperfeiçoamento das já existentes, a calcografia¹⁹³.

A calcografia corresponde a uma gravura realizada sobre metal – sendo o cobre o suporte mais utilizado – que se desenvolveu desde a segunda metade do século XVI. A técnica calcográfica exigia antes de tudo a preparação da chapa de cobre: os gravadores "com imenso cuidado poliam a lámina [...], e em seguida cobriam-na com uma camada de verniz especial [...] a chapa [era a seguir] aquecida até liquifazer [o verniz], de maneira a formar uma camada homogénea, igual e delgada, enegrecida pelo fumo de uma vela de sebo". A etapa seguinte consistia no decalque do desenho sobre a chapa arrefecida e limpa: "o processo era o de papel de transporte, previamente preparado com uma substância que premida se fixasse sobre o verniz, [...] um pequeno estilete servia de instrumento pressor, percorrendo todos os traços do desenho." Este traçado ligeiramente inciso vai ser cavado por instrumentos adequados, que o gravador "distinguiu em pontas, buris, choupas, ponções de fosco, carretilhas, tudo em enorme profusão de grossuras e de variadíssimas secções de

¹⁹² "Lista de alguns artistas portuguezes colligida pelo auctor de escriptos e documentos no decurso das suas leituras em 1825 (Ponte de Lima) e em 1839 (Lisboa)" in *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarca de Lisboa, precedidas de uma introdução pelo Marquez de Rezende, publicadas por António Correia Caldeira, Tomo IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp. 348-349.*

¹⁹³ L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (1751-1772) de Diderot e d'Alembert oferece-nos uma descrição contemporânea da arte da gravura tal como era praticada no século XVIII. O artigo "Gravure en Taille-Douce, en maniere noire, maniere de crayon...", dá-nos uma visão detalhada das técnicas de gravura, tanto a buril como a água-forte, não só através de uma explicação simples e clara bem como através de ilustrações das etapas do processo, dos instrumentos utilizados, do método empregue e dos diversos resultados obtidos.

corte", correspondendo "a que hoje damos o nome genérico de buris" (SOARES, 1940, p.10). O buril é um instrumento pontiagudo, com diferentes espessuras de ponta, cuja passagem sobre a placa abre um sulco no metal, cuja dimensão varia em função da secção do buril, da sua inclinação em relação à placa, ou de se fazer uma segunda passagem em sentido inverso à primeira. A deslocação do buril levanta uma apara de metal, apresentando os bordos do entalhe umas pequenas saliências (barbas), que são a seguir retiradas. Também é utilizada na calcografia, a ponte seca, instrumento com uma ponte metálica afiada que abre o metal em linhas finas, cujas "barbas" não sendo removidas dão uma impressão aveludada¹⁹⁴.

Ao contrário da gravura em relevo (a gravura sobre a madeira), a calcografia consistia na abertura de traços na superfície metálica, daí a sua denominação, gravura em escavação, que mais tarde ia receber a tinta, aquando da impressão da imagem. Os traços, combinados com pontos, podiam ser, conforme a escolha e o manejo do buril, unidos, afastados, horizontais, verticais, inclinados, perpendiculares, rectos, curvos, seguindo o decalque do desenho e criando assim, a partir de diversos tons e texturas, a imagem pretendida.

O contorno das figuras e o fundo das paisagens podiam ser obtidos pelos gravadores a buril de uma forma mais rápida e precisa, graças a uma outra técnica, exportada desde os Países-Baixos para toda a Europa, a partir de meados do século XVII: a água-forte. A técnica da água-forte consiste em revestir uma chapa de cobre de verniz protector, a seguir desenhar com uma ponta metálica sobre a película de verniz e por fim, introduzir a chapa num banho de ácido, para que os sulcos abertos pela ponta e como tal já não cobertos pelo verniz, estejam expostos à acção corrosiva do ácido e assim roídos.¹⁹⁵ Este segundo método exige que o gravador cubra de verniz com a ajuda de um pequeno pincel os traços indesejáveis, e que a seguir, envolva a chapa com cera de modelar para reter a água-forte (ácido nítrico) que vai ser derramada. Esta última vai agir sobre a chapa de cobre onde a ponta metálica removeu anteriormente o verniz protector. É um método mais rápido e mais económico mas que apesar de proporcionar um traço mais fino, este acaba por ser mais frágil e menos resistente ao desgaste. Esta técnica utilizada individualmente, assemelhava-se à pintura, pela liberdade de traços que podia ser alcançada: "o desenhador é, [assim] ao mesmo tempo o abridor". (CHAVES, 1927, p.11). Mas era sobretudo como complemento da gravura a buril ou a ponte seca, que a água-forte era utilizada.

Para uma primeira identificação dos autores, são nos úteis as breves indicações que se encontram nas margens ou no interior das cartelas das obras gravadas: "um nome, por vezes abreviado ou iniciais, seguidos de *sculpit*, *sculp.*, *sc.*; *s.*; *fecit*, *fe.*; *coelavit*; *incidit*; *remetem* para o gravador do plano, enquanto que *sculp. L.*; *scripsit*, *scrip.*, designam o gravador da letra. Também encontramos, assinaturas ou iniciais acompanhadas por um *inv.* *et fec.*, *in et fe.*, ou por vezes dois nomes, *N. inv.*, *X fec.*, ou seja composto por *N.*, e gravado por *X*".¹⁹⁶ Numa tentativa de sistematização, podemos salientar que os artistas que participam nos diferentes níveis de concepção da obra correspondem ao inventor (sendo aquele que está na origem da concepção de uma determinada imagem a partir da ideia ou de mensagem a transmitir), o pintor ou desenhador (que realiza desenhos com o fim de serem gravados) e o gravador. Na maioria das vezes, desconhecemos quem interveio

¹⁹⁴ Ver Juan CARRETE PARRONDO, 1992, pp. 205 - 210.

¹⁹⁵ Luís CHAVES, 1940, p.11 e Juan CARETTE PARRONDO, 1992, p. 345.

¹⁹⁶ François de DAINVILLE, 1964, pp. 79-80.

no processo, pois em muitos poucos casos figuram os nomes e frequentemente aparece unicamente o nome do autor da gravura¹⁹⁷.

Quanto ao objecto final de todo o processo de elaboração da gravura, este corresponde à estampa: trata-se a imagem obtida quando o prelo imprime sobre o papel o suporte gravado imbuído de tinta. Mas numa concepção mais abrangente de todas as dimensões ligadas à gravura, as estampas acabem por ser "objectos complexos [...] devido ao facto da sua feitura através de procedimentos mecânicos, ser combinada com o carácter de obra de arte e de meio de comunicação [...] e por outro lado, destinarem-se tanto ao grande público como a uma minoria de estetas." (CARRETE PARRONDO, 1992, p. 217). Mais ainda, no período estudado, as estampas resultavam frequentemente da "transcrição gráfica de uma obra de arte já existente numa outra técnica" (LE BITOUZÉ, 1986, p. 5). Podemos assim, falar de "gravuras de reprodução", ou melhor ainda, de "interpretação". "Reprodução na medida em que o próprio artista produz uma gravura dita original, que é reprodução de um modelo feito por ele ou não. Mas há interpretação, no entanto, devido ao facto de na base, a técnica da gravura recorrer a instrumentos de natureza totalmente diferentes do desenho: o pincel, a pena, o lápis de um lado, e o buril, a ponte seca do outro". (METER, 1989, p. 42)

Dentro do universo alargado das estampas, tais como retratos, vistas, paisagens, imagens de moda, obras ilustradas, encontramos as cartas geográficas, cuja técnica de gravura foi tendo, ao longo do século XVIII, uma cada vez maior diversificação e complexidade, exigindo a intervenção, como vimos anteriormente, de diferentes gravadores especializados nos variados elementos cartográficos¹⁹⁸. No entanto, "alguns cartógrafos reputados eram igualmente gravadores", apesar de haver igualmente a possibilidade de "recorrer a um gravador especializado na elaboração dos caracteres e das cartelas" (VERNER, 1975, p. 52).

Para a gravura das cartas geográficas, o metal era o suporte privilegiado pelas várias vantagens que oferecia, não só quanto ao resultado obtido, como no que respeitava ao próprio processo de elaboração. Metais como ouro, prata, ferro, zinco, ou estanho, eram utilizados na calcografia, mas "somente a gravura sobre cobre permitia reproduzir as delicadezas do traçado geográfico e da letra" (DAINVILLE, 1956, p.219). Para além de permitir mapas de maior dimensão, e daí, mais espaço para a representação gráfica e maior pormenor da informação cartografada, a própria flexibilidade da chapa de cobre possibilitava um traço de incisão de maior precisão na representação dos detalhes. Mais ainda, havia uma maior facilidade em alterar as chapas para introduzir ou modificar dados representados. Por fim, as chapas metálicas apresentavam maior durabilidade¹⁹⁹. No entanto, para além das inúmeras possibilidades oferecidas pelos suportes metálicos na gravura dos mapas, a preparação, tal como a selecção das chapas era complexa: as competências técnicas que possuía o gravador e os cuidados empregues por ele ao preparar a chapa afectavam directamente a aparência da obra impressa

¹⁹⁷ Ver Juan CARETTE PARRONDO, 1992, pp. 211-223.

¹⁹⁸ A própria formação dos gravadores passava ou pela consulta aprofundada de manuais de aprendizagem ou simplesmente pela observação e pela análise de outras obras. O primeiro manual conhecido, *Traicté de manières de graver en taille douce sur l'aurin. Par le Moyen des Eaux Fortes, et des Vernis Durs et Mols. Ensemble de la façon d'en imprimer les Planches et d'en Construire la presse, et d'autres choses concernans les dits Arts*, foi publicado em Paris em 1645, e é da autoria de Abraham Bosse.

¹⁹⁹ Cf. Coolie VERNER, 1975, p. 52.

no final. (VERNER, 1975, p. 52). Assim, o processo de gravura das cartas geográficas sobre suporte metálico, possuía determinadas particularidades em cada uma das etapas²⁰⁰.

Num primeiro tempo, as cartas geográficas eram abertas usando o buril ou a ponta seca, havendo uma melhoria do traço que se torna mais regular e mais nítido ao longo do tempo. Na primeira metade do século XVII, em toda a Europa, recorre-se unicamente ao buril: "as águas do mar e dos lagos são muitas vezes indicados por uma variedade de pontos alongados, as costas são apuradas por sombreados ("hachures") fortes, as montanhas e as florestas são gravadas em elevação com alguns golpes de buril, a escrita é angulosa e carregada de traços." Já quase nos finais do século XVII, a água-forte vinda dos Países Baixos passa a ser usada nas cartas, permitindo a representação dos "múltiplos detalhes da topografia". Além do mais, a rapidez da execução representa a principal vantagem que levou os abridores de chapas a buril a recorrer igualmente a esta técnica, ao gravar uma mesma obra. Assim sendo, a gravura utilizada pelos "gravadores de geografia e de topografia" no século XVIII corresponde a uma "combinação fina de buril, água-forte e de ponta seca"²⁰¹.

A gravura de uma carta implicava no século XVIII cinco operações distintas²⁰². O traçado passava primeiro pelo decalque de todos os pontos e de todas as linhas do esboço cartográfico numa folha de papel envernizada ou transparente. Antes do decalque ser transferido para a chapa de cobre, o gravador traçava na chapa, com uma ponta de aço, os meridianos e os paralelos. O "traçado geográfico" podia então ser iniciado: eram delineados os caminhos, as plantas das cidades, o contorno dos rios, os mares, os lagos com pontas de aço de diferentes espessuras. Os pequenos círculos que indicavam os lugares eram marcados por um punção próprio para assinalar a respectiva "posição"²⁰³. Esta operação era finalizada podendo ser usados dois métodos: o buril ou a água-forte. Até finais de 1675, o traçado era gravado ao buril: o gravador aquecia a chapa de cobre para fazer aparecer o traçado ligeiramente inciso, que era então cavado pelo buril. Tratava-se como já referimos de um método mais longo e mais dispendioso, mas a talha do buril era mais profunda e mais regular, permitindo uma resistência maior aquando da impressão, do que se fosse com a água-forte²⁰⁴.

A caligrafia era a segunda operação, que por representar uma parte significativa das cartas geográficas era entregue à responsabilidade de um gravador especializado na gravura das letras. "A forma e o tamanho das letras, a disposição das palavras conferem a elegância e a clareza que tornam bela e útil a carta". O traçado dos caracteres obriga a utilização de instrumentos específicos tais como o compasso e os "paralelos" em aço que vão indicar a posição e o corpo das letras (por vezes podemos distinguir nos mapas o risco destes "paralelos"). Seguidamente, o gravador abria a chapa com buris diferentes à medida que vai formando o corpo da letra e "ligando" as letras em si. Os caracteres utilizados variavam consoante os gravadores, podendo ser letras capitais, romanas, inglesas ou itálicas, e os números ser árabes ou romanos, gravados de forma direita ou inclinada. Ao gravador das letras também cabe a gravura do título, onde se opõem variados tipos e

²⁰⁰ O capítulo "Coperrplate printing" da autoria de Coolie VERNER em *Five Centuries of map printing*, (1975, pp. 51-75), elaborado sob a direcção de David WOODWARD, expõe-nos de forma clara e ilustrada as etapas da gravura sobre metal mas igualmente da impressão dos mapas de meados do século XVII até finais do século XVIII.

²⁰¹ François de DAINVILLE, 1964, pp. 71-73 e Juan Carrete PARRONDO, 1992, p. 345.

²⁰² Estas operações aqui descritas foram directamente adaptadas e sintetizadas de duas publicações da autoria de François de DAINVILLE: *Le Guide du curieux amateur de cartes*, 1956, pp. 229-239 e *Le Langage des géographes*, 1964, pp. 73-80.

²⁰³ Quanto aos instrumentos utilizados pelos gravadores de cartas, ver a figura ilustrativa em DAINVILLE, 1964, p. 74.

²⁰⁴ Enquanto que uma chapa aberta a buril permite até 10 000 provas de impressão de boa qualidade, uma chapa de "água-forte" está limitada a 2 000.

tamanhos de caracteres na procura de uma valorização diferenciada das informações contidas neste indispensável elemento dos mapas do século XVIII: a indicação, se é mapa ou planta, o nome do espaço representado e os detalhes que o podem acompanhar, a nome do autor e a sua qualidade ou função e o ano em que o mapa foi levantado, elaborado ou publicado (DAINVILLE, 1964, p.62).

A gravura das montanhas e dos arvoredos era também reservada a um especialista que dominava tanto a técnica da água-forte como o buril e a ponte seca, na representação do relevo e da vegetação nas cartas geográficas e topográficas. Os bons gravadores nesta arte eram raros e recorria-se frequentemente a gravadores de paisagens. De facto, a gravura das serras e dos bosques era especialmente aperfeiçoada ao longo do século XVIII, para alcançar uma representação perfeita nos efeitos de sombra e de luz, recorrendo à perspectiva cavaleira. O gravador iniciava o seu trabalho com a água-forte e terminava ao buril ou a ponta seca, segundo os mesmos procedimentos empregues para o traçado.

A gravura das águas do mar, dos lagos e dos cursos de água era por vezes também entregue a um outro gravador, sendo que existiam duas formas de representar estes fenómenos geográficos nas cartas do século XVIII. Um primeiro método baseava-se no delineamento, através da ponta seca, de traços rectos e paralelos à linha do equador: partem todos das margens, atenuando-se aos poucos, à medida que se afastam. Assim, era frequente o traçado de *hâchures* mais finas entre as primeiras gravadas. A segunda maneira consiste numa determinada quantidade de traços paralelos, ligeiramente ondulados, que seguem de forma exacta os contornos das margens dos cursos de água.

Por fim, a última etapa, o acabamento, era imprescindível em qualquer gravura de mapas na medida em que as operações não conduziam de imediato a resultados quase perfeitos, sendo necessário completar ou retocar os elementos já gravados, de preferência com a ponta seca. O gravador deve assim harmonizar numa mesma chapa os trabalhos quando realizados de forma separada pelos gravadores do traçado, da letras, do relevo e das águas, para obter uma “combinação perfeita dos tons, dos efeitos e das oposições”. Por fim, a ornamentação, a saber aquelas “pequenas partes que não são essenciais ao mapa mas que lhe conferem uma certa beleza exterior” – cartela do título, da escala, o próprio “caixilho” do mapa - era frequentemente obra de um gravador especialista em vinhetas, que recorria como tal à água-forte ou ao buril.

Estas operações diversificadas e complexas de gravura correspondem certamente às técnicas utilizadas por Granpré, na produção das suas obras. Uma parte significativa delas encontra-se editada na *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima, sob a forma de ilustrações cosmográficas, de cartas geográficas à escala nacional e regional e de mapas de pormenor. No entanto, fortes indícios apontam para o facto deste conjunto de gravuras puderem ter tido outro destino: publicadas em separado e lançadas no mercado das estampas ou oferecidas ao seu mecenas, D. João V. Foi encontrada a seguinte nota na correspondência manuscrita de D. Luís Caetano de Lima²⁰⁵:

“Dédicace pour la collection des cartes
Senhor

²⁰⁵ Agradecemos o Prof. Dr. João Carlos Garcia que nos transmitiu esta preciosa informação acerca de Granpré.

Ponho aos pés de Vossa Magestade os Mappas, Systemas, e outras figuras Astronomicas, que debuxei e abri ao buril por ordem da Academia Real da Historia. Hé pequena offerta para a Magestade de hum tão grande Principe porem nos tributos que se pagão aos Soberanos não se atende ao valor senão ao reconhecimento. Perpetue Deos o governo de Vossa Magestade, como todos dezemos para inteira felicidade dos seus povos, e para eterno splendor das Artes Liberaes e das Ciencias

Carlos de Grandprez.²⁰⁶

Granpré é igualmente autor de outras imagens cartográficas: uma carta manuscrita de Portugal de 1730 e um mapa impresso do Patriarcado e Arcebispado de Lisboa.

É por esta ordem, seguindo o critério cronológico de data de edição, que o conjunto das obras gráficas conhecidas de Granpré, irá ser apresentado, com a necessária e devida interpretação do nosso objecto de estudo, as imagens de Portugal na primeira metade do século XVIII.

2. – Gravuras de Granpré na *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima.

Num primeiro tempo, iremos analisar as gravuras de Granpré seguindo a ordem da sua inserção na obra, primeiro as ilustrações cosmográficas, a seguir, a carta de Portugal e os mapas das Províncias. Quanto aos mapas de pormenor das vilas fortificadas, apesar de se encontrarem dispostos antes do mapa do Alentejo, irão ser analisados na última parte deste capítulo, obedecendo ao critério de escala geográfica, partindo do nacional para o regional, terminando com o local. Além do mais, sendo a nossa problemática em torno das imagens cartográficas do espaço nacional produzidas na primeira metade do século XVIII em Portugal, a interpretação irá incidir particularmente sobre os mapas impresso e manuscrito produzidos por Granpré a essa escala. Mais ainda, porque “as condições particulares de produção de um mapa importam talvez mais do que os seus traços formais – isto é atendendo ao seu estatuto tanto de artefacto como de mediação num processo de comunicação social” (Jacob, 1992, p. 37), decidimos reconstituir as etapas subjacentes à elaboração deste primeiro mapa do país impresso em território nacional.

Assim, irão passar necessariamente por um exercício de comparação cartográfica com duas abordagens possíveis: a comparação visual das implantações lineares nos mapas (linha da costa, rede hidrográfica) e a “carto-bibliográfica”²⁰⁷, em que podem ser encontradas as alterações introduzidas numa mesma série de mapas impressos. De facto, “aquele que procede à compilação de um mapa encontra-se sempre pressionado para dar ao seu mapa algo que o distinga dos outros mapas: um aspecto mais decorativo e ornamentado ou uma informação adicional.” (SPONBERG PEDLEY, 2005, p. 38).

²⁰⁶ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Direcção de Reservados, Ms. 26, nº 31.

²⁰⁷ Considerando que um mapa impresso resulta sempre da adaptação de outros mapas existentes, podem ser introduzidas seis tipos de modificações, podendo ser estas de ordem geográfica (a topografia, a toponímia), matemática (a escala), bibliográfica (o título) e decorativa (cartelas, cartuchos) ou podendo também resultar de alterações feitas de forma propositada na chapa ou devido a danos acidentais. Ver o artigo de Tony CAMPBELL, 1989, pp. 32-10.

2.1. – Ilustrações de Cosmografia.

O primeiro volume da “*Geografia Histórica...*” abre com um Tratado de Geografia Astronómica em que são expostas noções de cosmografia, denominadas como “termos da Geometria necessários à Geografia, termos da Esfera, mais necessários à Geografia, divisões e medidas do Globo terrestre”. São assim, inicialmente, apresentados e definidos ao leitor, por um lado, os elementos ditos geométricos da Terra, tais como os círculos do Equador e dos Trópicos, e por outro lado, os “Planetas, Estrellas Fixas, Eclypses, Cometas e outros Phenomenos [de Astronomia]”. A seguir, são abordadas noções de Geografia Física, em “Da divisão material da superfície da Terra”, sendo descritos os acidentes geográficos do litoral - estreitos, istmos – e os oceanos, mares, lagos e rios. O capítulo seguinte é dedicado aos principais sistemas de representação do Universo pensados por Ptolomeu, Copérnico, Tycho Brahe e Descartes. Por fim, este Tratado de Geografia Astronómico termina com a apresentação de problemas práticos relativos à Geografia – determinação da latitude e da longitude, da localização de um lugar, da hora exacta de um determinado lugar – e de paradoxos, ou seja enunciações que parecem contrárias à lógica comum mas que possuem uma explicação dada pela Astronomia e pela Matemática aplicadas à Geografia.

Ao longo deste Tratado consagrado à Geografia Astronómica, cuja estrutura acabamos de descrever, são insertas figuras ilustrativas simplificadas e de tamanho variável relacionadas directamente com o conteúdo exposto. No entanto, são, na sua maioria, anónimas, excepto as quatro gravuras assinadas por Granpré: a “Esfera Artificial” (entre a página 6 e 7), o “Systema de Tycho Brahe” (página 151), “Figura dos Turbilhoens” (página 159) e uma “rosa-dos-ventos” sem título (página 165). É de referir que estas gravuras correspondem às ilustrações mais significativas deste Tratado, não só pelo lugar que ocupam na obra mas sobretudo, pela informação que é transmitida ao leitor.

A ilustração da “Esfera Artificial” (13,2 x 17,7 cm), “instrumento redondo, composto de diversos círculos, pintos, e linhas, que servia para explicar a situação do Mundo, e os movimentos da esfera Natural²⁰⁸”, proporciona ao leitor a representação dos seguintes elementos: por um lado, os pólos e o eixo da Terra e, por outro, os círculos polares, Trópico de Cancer, Trópico de Capricórnio, Zodíaco, Zénite, Horizonte, Meridiano. Esta primeira figura que possui a menção “de Grandpré Sculp.” foi possivelmente adaptada de uma gravura assinada por “H. Von Loon Fecit” e inserta nas primeiras páginas do *Atlas Curieux...*, de Nicolas de Fer²⁰⁹. Comparando as duas ilustrações, observamos que Granpré redesenhou o pé da esfera e gravou os termos em português.

De igual modo, a gravura intitulada “Systema de Tycho Brahe” (15 x 15 cm), que contém a menção “de Grandpré F.” encontra-se reproduzida, embora de tamanho menor, no mesmo atlas de Nicolas de Fer. Trata-se

²⁰⁸ D. Luís Caetano de Lima, 1734, p. 7.

²⁰⁹ *L'Atlas curieux ou Le Monde Représenté dans des Cartes Générales et Particulières du Ciel et de la Terre en ses quatre principales parties [...].* Par Nicolas de Fer, Géographe de Monseigneur le Dauphin, Dédié à Nosseigneurs les enfants de France. Par leur très humble et tres obeissant serviteur de Fer. A Paris. Chez l'Auteur dans l'Isle du Palais sur le Quay de l'Orloge a la Sphere Royale, avec privilège du Roy, 1705. Ver Mireille PASTOUREAU, 1984, pp.178-184. Dois exemplares destes atlas encontram-se na Bibliothèque Nationale de France, Départements des Cartes et Plans sob as cotas: Ge DD 1236 e Ge DD 4872, respectivamente.

ESFERA ARTIFICIAL.

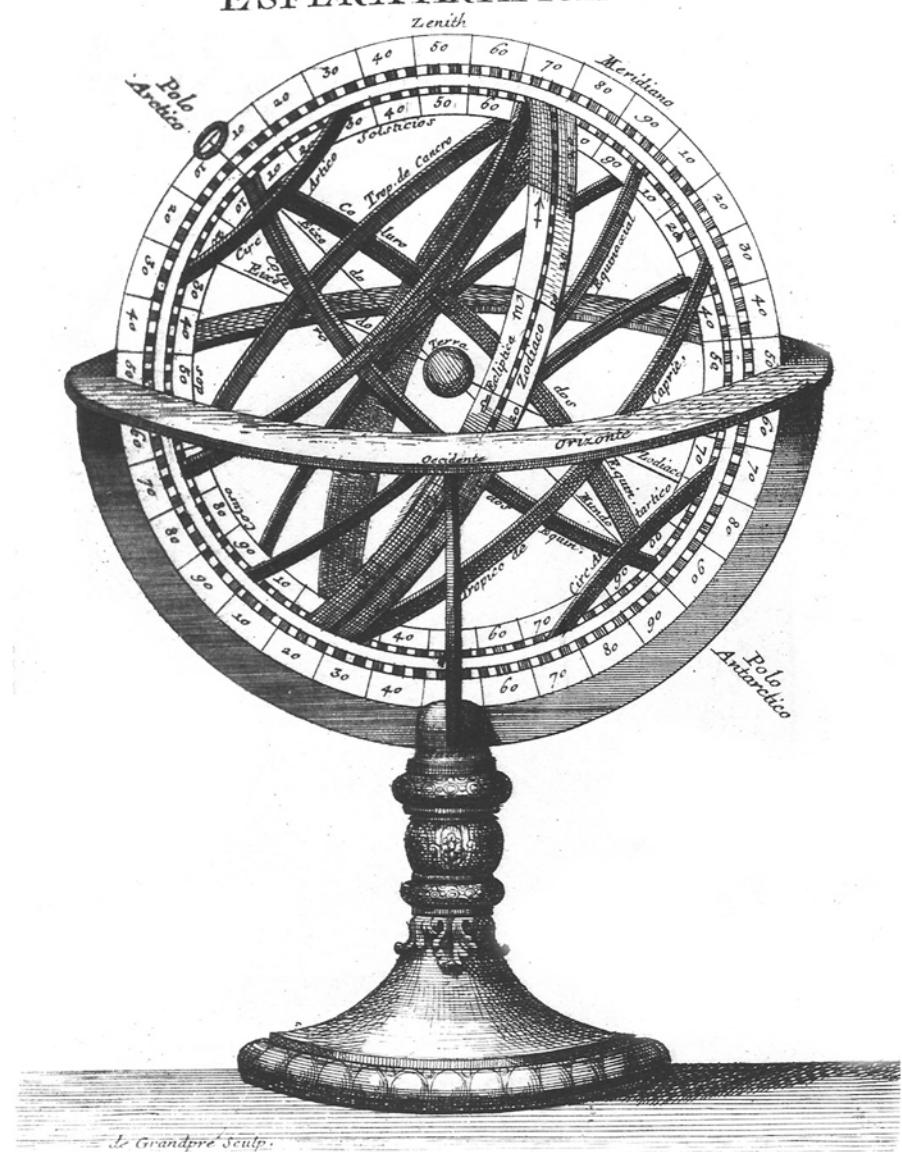


Figura 1 - Esfera artificial, in LIMA, D. Luiz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, vol 1, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Sylva, 1734, entre p. 6 e 7.

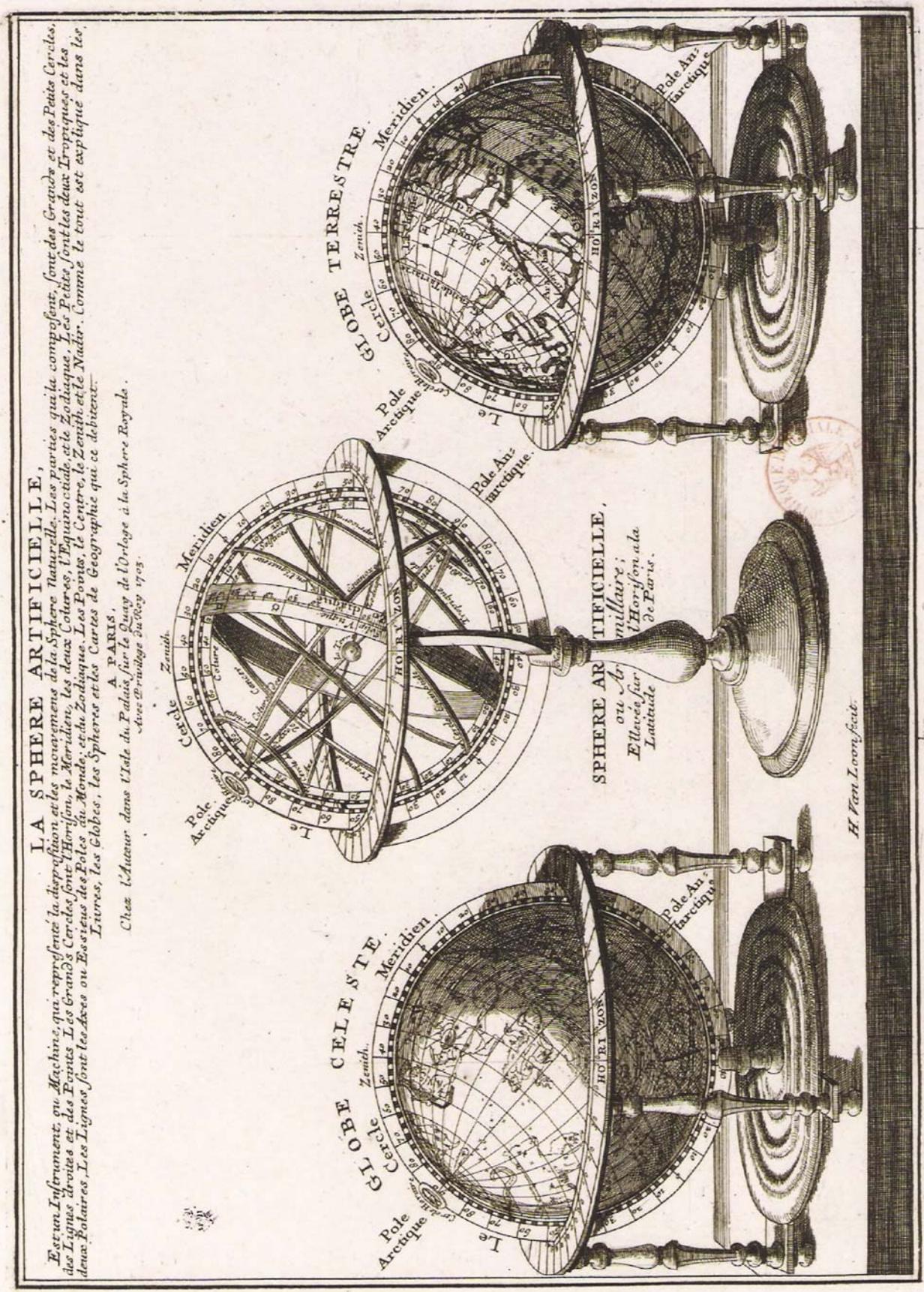


Figura 2 - "La sphère artificielle" in FER, Nicolas de – *L'Atlas curieux ou Le Monde Représenté dans des Cartes Générales et Particulières du Ciel et de la Terre en ses quatre principales parties.... Paris, 1705.*

SYSTEMA DE TYCHO BRAHE

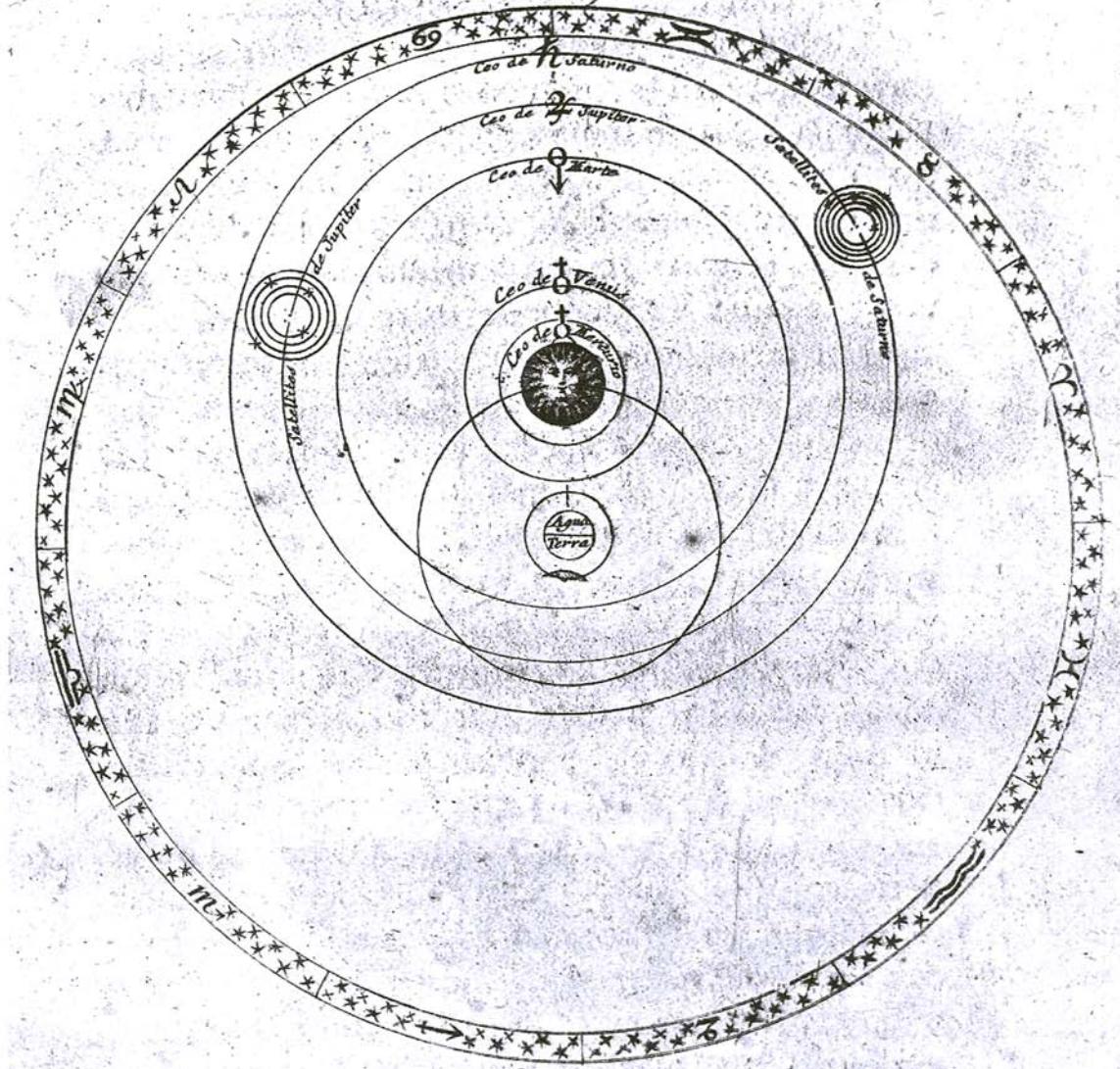


Figura 3 - Sistema de Tycho Brahe, in LIMA, D. Luiz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, vol 1, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Silva, 1734, p. 151.

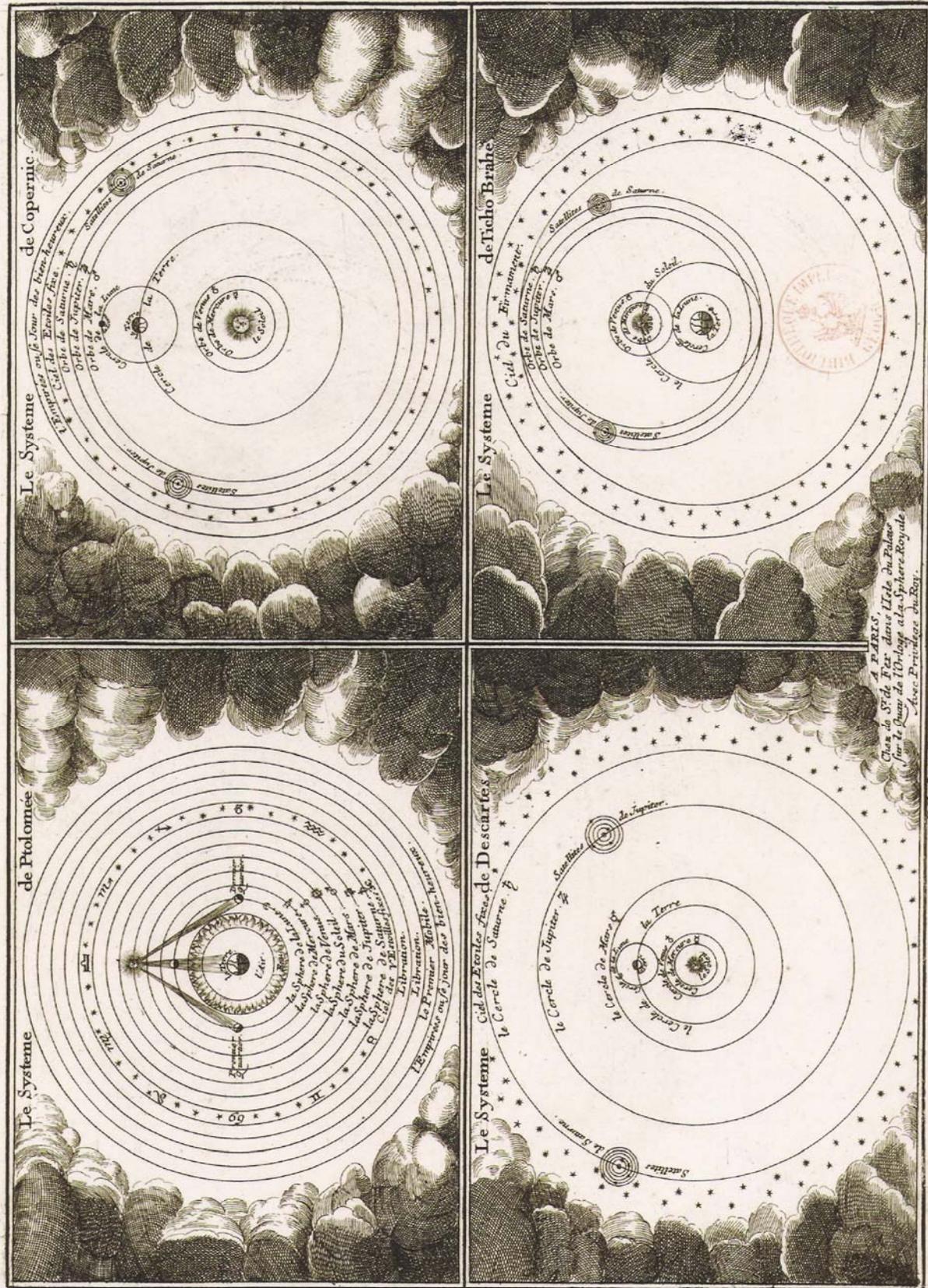


Figura 4 - “Système de Tycho Brahe”, in FER, Nicolas de – *L’Atlas curieux ou Le Monde Représenté dans des Cartes Générales et Particulières du Ciel et de la Terre en ses quatre principales parties.... Paris, 1705.*

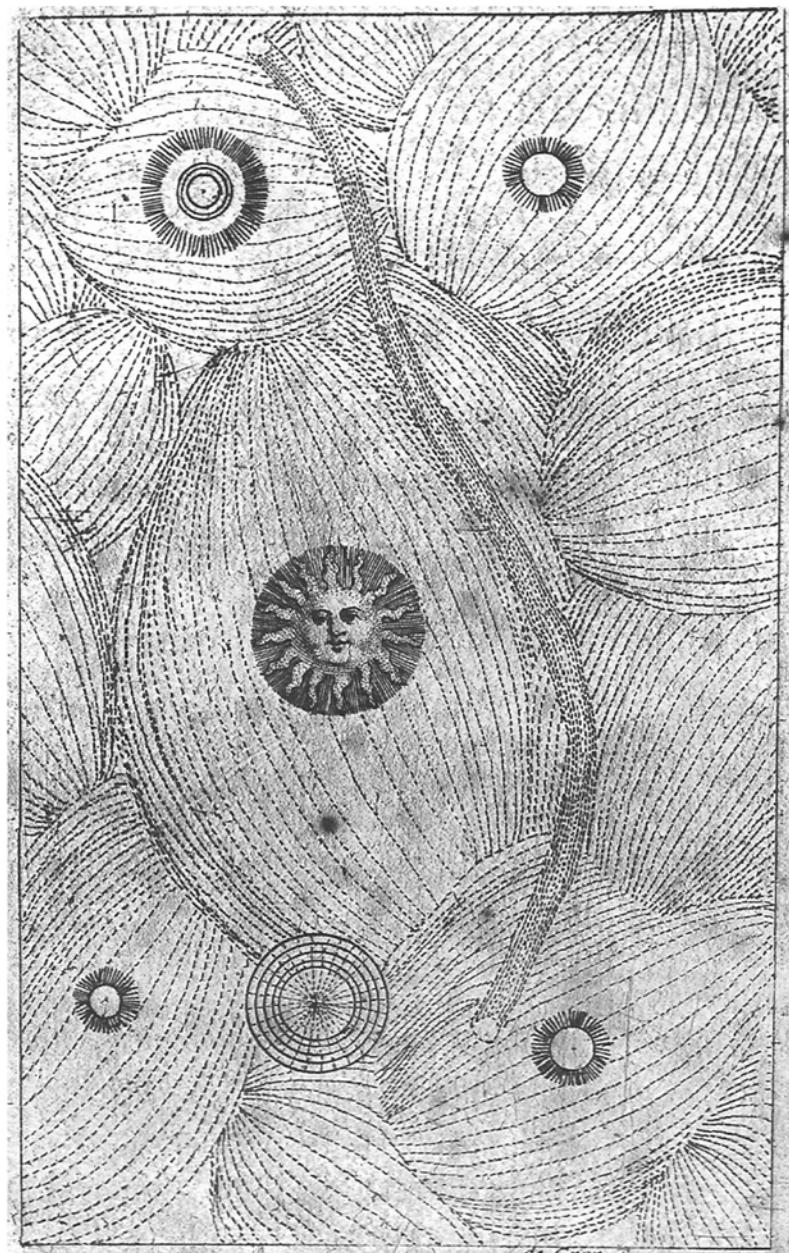


Figura 5 - Figura dos Turbilhões, in LIMA, D. Luíz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, vol 1, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Silva, 1734, p. 159.

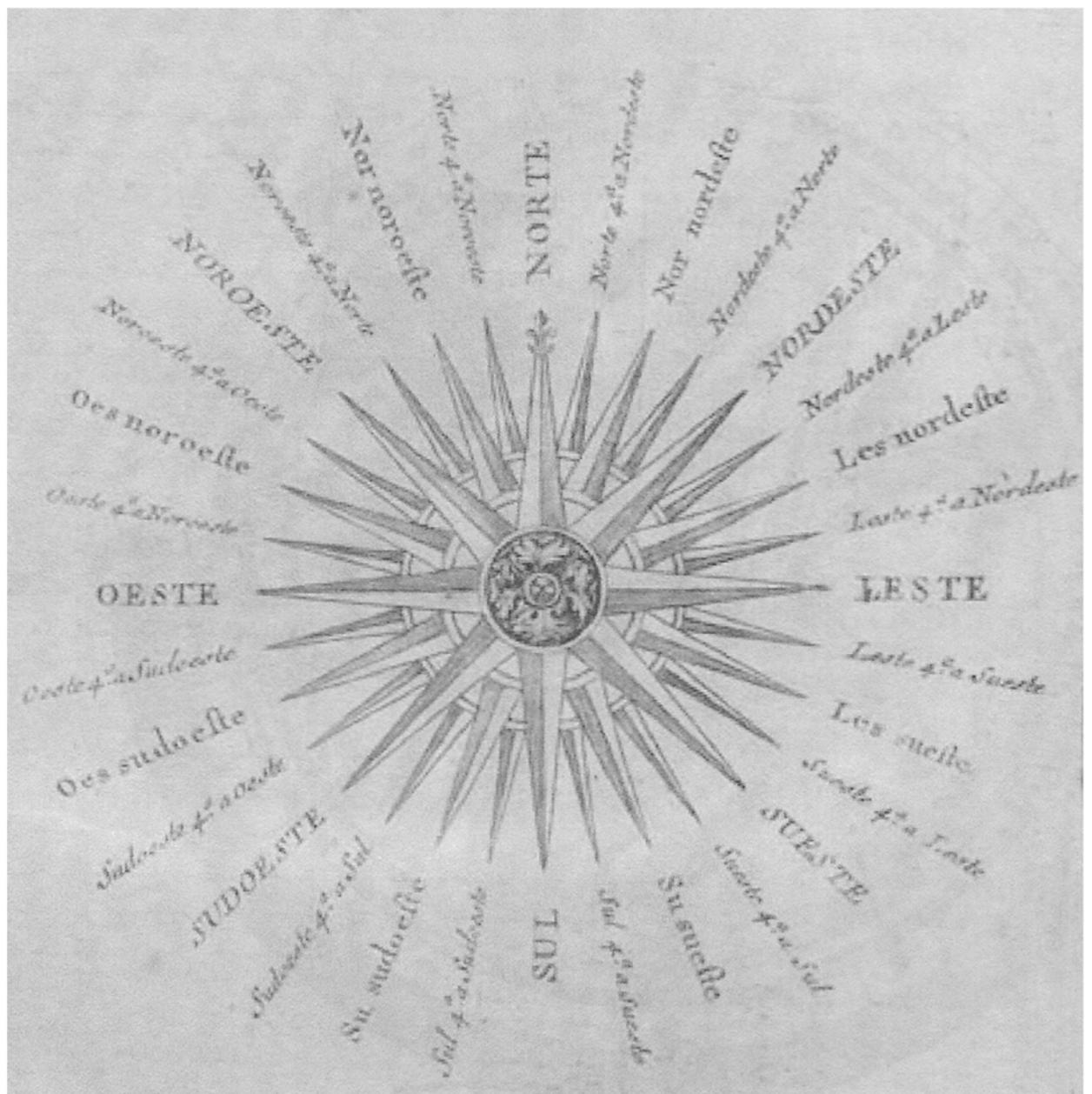


Figura 6 - Rosa dos ventos, in LIMA, D. Luiz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, vol 1, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Sylva, 1734, p. 165.

de uma ilustração do sistema proposto pelo astrónomo dinamarquês do século XVI, Tycho Brahe²¹⁰, em que “põe a Terra immovel no Centro, ou quasi no centro do Firmamento [...] em que põem o Sol por centro do movimento dos mais planetas, excepto a Lua, a qual faz mover a roda da Terra”²¹¹.

A seguir, no capítulo dedicado ao “Systema ou Hipótese de Descartes” sobre a criação do mundo, surge-nos uma “Figura dos Turbilhoens” (8,1 x 13,4 cm), gravada por Granpré, com a referência abreviada “de Gran F”. Estes ventos tempestuosos que soprando, redemoinham, terão sido responsáveis segundo Descartes, pela formação das formas celestes e seguidamente pelo movimento dos planetas: os grandes turbilhões de éter eram responsáveis pela deslocação dos planetas e pela manutenção das suas trajectórias. É de referir que esta teoria teve uma certa influência no mundo científico do final do século XVII e inícios do século XVIII, daí a sua inserção na obra de D. Luís Caetano de Lima e da sua ilustração imaginativa.

Por fim, a temática dos “ventos” é abordada nesta obra num capítulo próprio. É assim incluída na página 165, uma “rosa-dos-ventos” (11 x 11,5 cm) com vista a figurar os rumos dos ventos. Esta ilustração precede a lista dos “nomes de ventos no Mediterrâneo, e na língua latina, tirados da Arte de Navegar do Cosmógrafo mór Manoel Pimentel, e do lex. Mathem. De Jeronymo Vital.”²¹². Trata-se assim, da última gravura de Granpré respeitante à cosmografia, pertencente a esta obra.

2.2. – O mapa impresso de Portugal de 1729.

É no primeiro volume da obra de Caetano de Lima, antecedendo o capítulo dedicado a “Geografia Histórica de Portugal...” (entre as páginas 182 e 183), que se encontra inserto, impresso a preto e branco, numa folha, o mapa de Portugal.

De pequenas dimensões (23,1 x 14,5 cm), o mapa de Granpré, à escala de cerca de 1: 2 500 000, apresenta um título breve, *Reyno de Portugal* inserto numa cartela, no canto superior esquerdo, em forma de moldura. Esta é ornamentada, no topo, por uma esfera armilar, e na base, pelas armas de Portugal (o escudo encimado pela coroa real). Embora este mapa não contenha nenhuma dedicatória, estes símbolos sugerem claramente a influência do poder monárquico sobre o território nacional, aqui cartografado. Abaixo da cartela do título, é-nos dada a orientação através de uma rosa-dos-ventos desenhada de forma simples, cuja seta aponta para o Norte. No canto inferior esquerdo, dentro de uma cartela disposta na vertical, está representado o “petipé”, a escala gráfica. Nesta mesma cartela, por baixo do segmento da escala, foram gravados o nome do autor, o local e a data de edição: “Granpré Fecit” (fez este mapa) no ano de 1729, na cidade de Lisboa. Por fim, encontram-se representadas as coordenadas geográficas através da graduação de uma dupla esquadria: intervalos de tamanho diferente, pintados alternadamente a preto e branco (artifício frequentemente utilizado

²¹⁰ Tycho Brahe (1546-1601), astrónomo ao serviço de Frederico II da Dinamarca e mais tarde do imperador Rodolfo II, é considerado como um dos representantes mais prestigiosos da ciência renascentista. A partir de 1576, mandou edificar na ilha de Vem entre a Dinamarca e a Suécia um observatório astronómico que equipou com grandes instrumentos graças aos quais efectuou observações de posição das estrelas e dos planetas as mais precisas, isto é antes da invenção do telescópio. O registo das suas observações do planeta de Marte permitiram a Kepler enunciar as leis dos movimentos dos planetas, em que se baseou mais tarde a teoria heliocéntrica de Copérnico.

²¹¹ *Geografia Histórica de todos os estados soberanos da Europa*, 1734, vol.1, p. 152.

²¹² Ibidem, p.165.

pelos gravadores) correspondem à subdivisão dos graus de latitude e de longitude, cujos valores estão mencionados. Os graus de latitude são indicados na esquadria, ambos compostos por segmentos de igual distância, de um grau, divididos por sua vez em intervalo de dez minutos, abrangendo os valores de 36º 50' norte até 42º norte. Quanto à longitude, apesar de haver sempre seis intervalos em cada segmento, de um grau a distância destes mesmos intervalos e daí, segmentos, é menor no topo do que na base, em função de uma determinada projecção cartográfica: os valores de longitude indicados na base do mapa variam entre 9º 15' e 13º 10' oeste da Ilha de Ferro (Canárias).

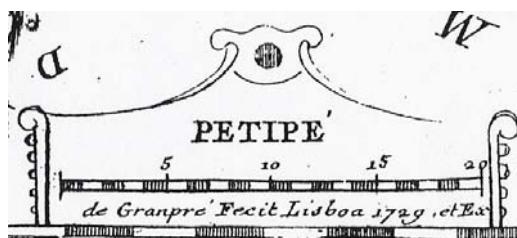


Figura 7 – Pormenor da escala gráfica do mapa de Portugal de 1729.

No segundo volume da obra (entre as páginas 333 e 337), encontra-se uma tabela com o nome de localidades de Portugal, acompanhadas com os valores das coordenadas geográficas, latitude e longitude, em graus e minutos. O autor dá assim a ver o "Catalogo das Latitudes, e Longitudes das Cidades, e Villas principaes de Portugal". Esta lista resulta das "observações do Cosmógrafo-môr Manoel Pimentel, que com a mais exacta averiguação trabalhou em emendar os erros antigos na sua admirável arte de navegar"²¹³ contrariando a indicação de que esta "lista de latitudes e longitudes de 114 lugares" possa provir dos "méritos de Azevedo Fortes e seus mais próximos auxiliares", e que os valores obtidos possam "pertence [r] ao Engenheiro-mor e seus discípulos." (CORTESÃO, 1957, p.178).

A seguir ao "Catalogo das Latitudes, e Longitudes...", na página 338, foram igualmente insertas sob a forma de uma tabela, as "Novas observações do Padre Capassi no anno de 172...", com a listagem de doze lugares todos eles situados a norte da capital - sendo esta referida em primeiro: Chaves, Miranda, Bragança, Braga, Vianna, Caminha, Valença, Monção, Melgaço, Porto e Coimbra. Correspondendo a estes nomes, são indicados números, que sem indicação deduzimos de imediato tratar-se de valores de latitude, que diferem dos primeiros mencionados²¹⁴. Estes valores indicados são assim fruto das observações astronómicas iniciadas em 1726 por Capassi, e prosseguidas durante cerca de dois anos, em diferentes lugares do território nacional²¹⁵.

²¹³ Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1723, p. 259

²¹⁴ A título de exemplo, os valores referentes a Miranda são no primeiro caso de 41 graus e 25 minutos e no segundo caso, de 41 graus e 31 minutos.

²¹⁵ Ver *Lusitânia Astronomice Illustrata*, obra nunca impressa da autoria de Capassi, (consultável no A.N.T.T., Cartório dos Jesuítas, Maço 78, nº 57) que compila as suas "observações astronómicas feitas em Coimbra, Porto e Braga, entre 1726 e 1727". Apud. André Ferrand de ALMEIDA, 2001, p. 98.

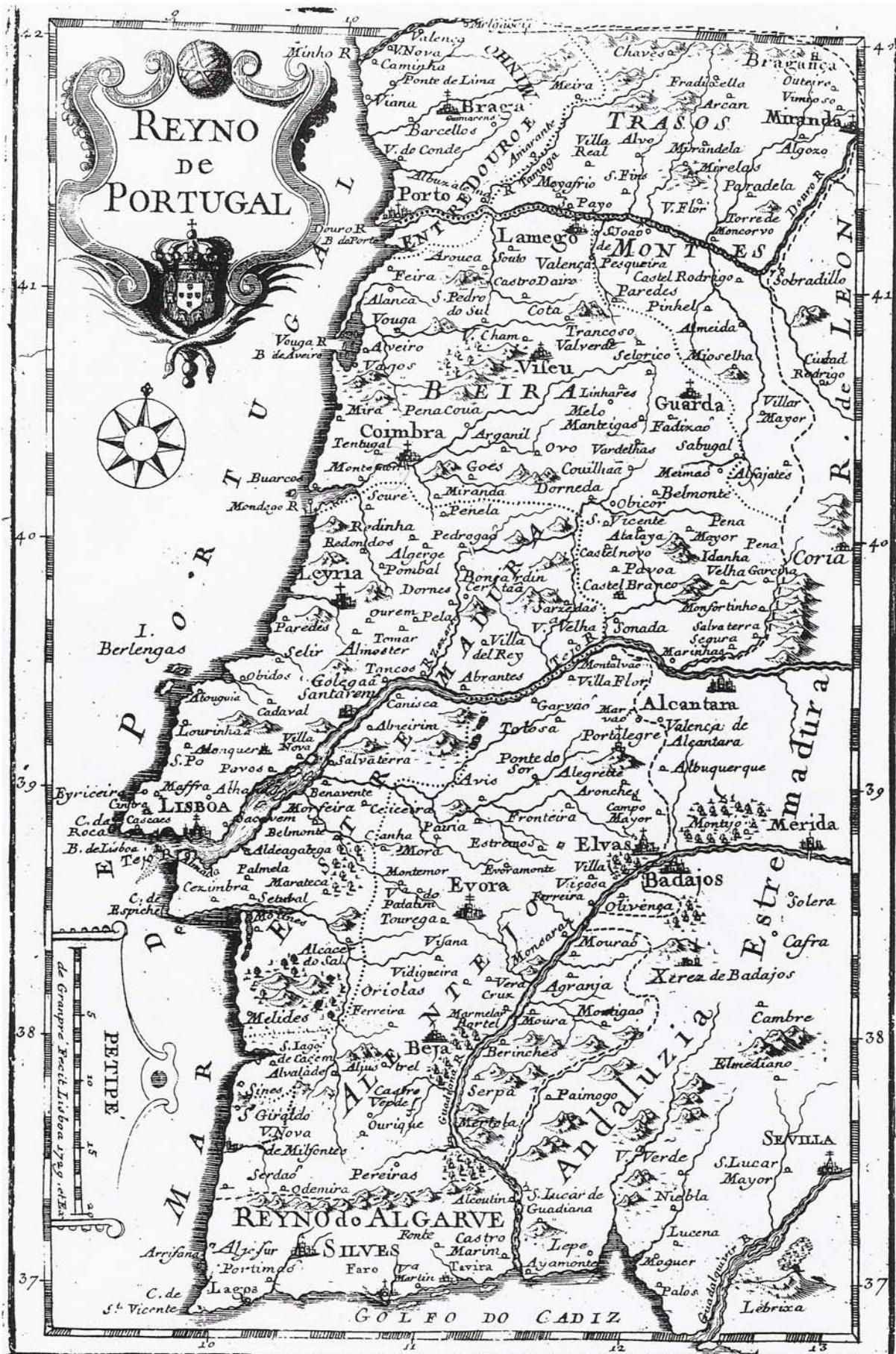


Figura 8 - GRANPRÉ - Reyno de Portugal, 1729

Foram comparados estes novos valores com os valores contidos nos mapas, para todos os lugares contemplados por Capassi, e observamos que não há uma correspondência exacta. Os valores medidos por nós no mapa não coincidem com os novos valores, havendo em cada caso, uma discrepância nos minutos. Por exemplo, o valor de latitude de Chaves no mapa é de aproximadamente 41 graus e 55 minutos, enquanto que o valor na Tabela de Capassi é de 41 graus e 46 minutos. Podemos, assim, afirmar que Granpré não recorreu aos novos dados obtidos pelo padre jesuíta Capassi para figurar no mapa os diferentes lugares de Portugal.

De facto, "existem somente duas formas de fazer um mapa: indo para o exterior e ficando no interior; isto é, pela sua própria observação directa ou pela compilação do trabalho dos outros." (SPONBERG PEDLEY, 2005, p.19). Por um lado, o trabalho de campo, com os necessários levantamentos topográficos, e por outro lado, o trabalho de gabinete, extremamente moroso, pelas diversas fontes consultadas e analisadas mas responsável pela maioria dos mapas editados ao longo do século XVIII²¹⁶. Mas, relembrando, a técnica de gravura utilizada na produção cartográfica, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, constatamos que o trabalho de compilação de um gravador de mapas baseava-se, sobretudo, no recurso a representações cartográficas impressas já existentes e divulgadas. Como tal, o mapa de Portugal terá resultado de um processo de adaptação de mapas de Portugal produzidos anteriormente no estrangeiro.

Numa conferência da Academia Real da História Portuguesa, a 14 de Junho de 1724, Luís Pimentel considera como "inúteis os mappas geraes, que há do Reyno de Portugal", no que diz respeito à informação cartografada, nomeadamente, a representação dos Bispados, "com que confina, dos destrictos em que se divide, dos rios que a região, e da situação, e confrontações da suas Villas, e lugares". Os melhores mapas do território português segundo o cósmografo-mor correspondem para além das cartas de Pedro Teixeira e de Fernando Alvares Seco e de Giacomo Cantanelli, aos trabalhos executados pelos cartógrafos franceses, a saber, Sanson, Placide e Duval²¹⁷.

Encontravam-se na vanguarda da cartografia desde meados do século XVII, Paris, seguido de Londres, Amesterdão e Nuremberga²¹⁸. Por um lado, "o nome de um geógrafo francês no mapa era a marca tanto de um nível elevado de precisão científica como de um estilo calcográfico elegante." (SPONBERG PEDLEY, 1992, p.11). Por outro, o estilo cartográfico do sul da Alemanha afirmava-se desde a segunda metade do século XVII.

É assim que encontramos para a primeira metade do século XVIII, uma significativa produção de cartas geográficas do território português por oficinas sedeadas no estrangeiro, em particular nas cidades de Paris e de Nuremberga. Mapas assinados por ilustres geógrafos do rei, por grandes figuras do mercado das artes, por famosos gravadores especializados na reprodução das mais variadas obras gráficas... Foram precisamente estes mapas produzidos nos mais importantes centros de produção cartográfica e como tal,

²¹⁶ Acerca do trabalho de compilação levado a cabo pelos cartógrafos em França e Inglaterra, ao longo do século XVIII, ver Mary SPONBERG PEDLEY, 2005, pp. 25-37.

²¹⁷ *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume IV, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1724, p. 3.

²¹⁸ Relativamente à localização de todos os actores ligados à produção cartográfica na cidade de Paris, sabemos que os livreiros situavam-se ao longo da rue Saint-Jacques tal como na Rue de La Harpe e no Quai des Augustins, enquanto que a maioria dos geógrafos residiam no Quai de l'Horloge e nas Galerias do Louvre, outros mudavam-se para junto dos mercadores de livros no bairro da Universidade. Por sua vez, as oficinas dos gravadores eram muito mais dispersas na medida em que as qualidades calcográficas podiam ser aproveitadas em qualquer trabalho artístico. Mary Sponberg Pedley, 1981, p. 37 e Ibidem, 1992, p. 23.

largamente difundidos em toda a Europa, que Granpré enquanto especialista da gravura de reprodução provavelmente utilizou como fontes para executar os seus mapas de Portugal tanto na sua versão impressa como manuscrita.

Importa, assim, antes de iniciar a interpretação do mapa de Portugal, apresentar as possíveis fontes cartográficas, sendo que a sua identificação passa pela consideração de vários critérios de ordem: temporal (desde finais do século XVII até aos anos de 1730, correspondentes à data de edição dos mapas de Granpré), espacial (o território português na sua totalidade) e bibliográfico (não foi feita nenhuma distinção entre os mapas manuscritos e impressos). Entre as fontes cartográficas compiladas, para o período de tempo contemplado predominam as cartas editadas em França, nomeadamente em Paris, mas também mapas realizados em Nuremberga.

No que diz respeito à cartografia produzida em França, convém referir que quando se tratava da representação de países estrangeiros: "os cartógrafos franceses utilizavam ainda [no século XVIII], por falta de levantamentos directos suficientes, os métodos de cartografia de gabinete praticados nos séculos anteriores. Após terem tirado partido das coordenadas reunidas pela "Académie des Sciences", eles procediam ao exame minucioso das fontes disponíveis, quer fossem cartográficas ou textuais. Para resolver os problemas importantes, eles chegavam a pedir aos viajantes que lhes trouxessem informações precisas: longitudes, latitudes, distâncias, levantamentos de um curso de água... Toda a arte do cartógrafo residia na combinação das diversas fontes para transformá-las numa carta única, aparentemente homogénea." (PELLETIER, 2001, p. 96).

Foi a partir dos catálogos do acervo cartográfico da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Nacional de Portugal e da Bibliothèque Nationale de France, que se determinou um universo cartográfico que corresponesse às possíveis fontes do mapa de Portugal de Granpré. Tendo em conta que foi gravado em 1729, consideramos todas as imagens cartográficas com data de edição anterior a este ano, que representassem unicamente o território nacional na sua totalidade e que tivessem sido produzidas preferencialmente em França, ou em lugares do Nordeste da Europa, tais como Nuremberga ou Amesterdão (isto é, tendo em conta as possíveis origens de Granpré). Como tal, após terem sido consultados todos os mapas que respondessem a estes critérios e confrontados com o mapa de Granpré, foram por nós seleccionados um conjunto de imagens cartográficas do território português, todas elas gravadas antes de 1729, nas cidades de Paris e de Nuremberga. Estes mapas irão ser num primeiro tempo apresentados nos seus traços gerais, para posteriormente serem identificados os elementos que possuem em comum com o mapa de Portugal de Granpré tornando-os possíveis fontes.

Os mapas editados em França por nós seleccionados são de seis autores diferentes, todos eles, figuras importantes da história da Cartografia francesa²¹⁹. Dois deles pertenceram a famílias que dominaram o mercado cartográfico francês: os Sanson e os Jaillot. O sucesso foi tal que os seguidores perpetuaram estes nomes, associado à edição cartográfica, até finais do século XVIII. (SPONBERG PEDLEY, 1992, p. 17).

Um mapa intitulado *Le Portugal et ses frontieres levée sur les lieux par ordre de Philippe IV e Roy d'Espagne Augmentée et Corrigée sur de nouveaux Mémoires par G. Baillieu, dédié au Roy par son tres humble et tres obeissant serviteur et sujet Gaspar Baillieu Ingenieur et Geogr. du Roy* oferece-nos uma imagem de Portugal em duas folhas (55, 5 x 71, 5 cm e 55,5 x 71,3 cm) numa escala de cerca de 1 : 2 800 000.²²⁰ Este mapa gravado em Paris, em casa do próprio autor – “sur le perron de la Sainte Chapelle du Palais” - que beneficiou do chamado “Privilège du Roy”, apresenta duas datas distintas: a primeira colocada na folha correspondente à parte septentrional do território português é de 1703 e a segunda inscrita numa cartela no canto inferior direito na folha da parte meridional de Portugal, com a data da sua reedição em 1735²²¹. Além disso, são dispostos à volta do mapa várias gravuras: à esquerda do mapa, de cima para baixo, uma planta de Olivença, uma vista de Castelo Ferreira, uma planta de Arronches e uma vista de Badajoz e à direita, a partir do topo da folha, uma vista de Lisboa, uma planta de “V. Nova” (Vila Nova de Cerveira), uma vista de Évora Monte e outra da Torre de Belém. As cartelas do título e da legenda são profusamente ornamentadas com as armas da monarquia francesa e portuguesa e vários símbolos referentes ao poder destas duas nações. O desenho de cinco naus de várias dimensões ao largo do estuário do Tejo reforça a particularidade desta carta²²².

Gaspar Baillieu é igualmente autor de outra carta do território nacional: *Le Royaume de Portugal et partie du royaume d'Espagne*, “par le Sr Baillieu Ingenieur et Geographe du Roy », à escala de ca. 1: 3 700 000., de dimensões 78 x 57 cm, gravada em Paris, « chez l’Autheur sur le quay de Morfondus au Neptune François » no ano de 1704²²³. O próprio título por um lado, “Le Royaume de Portugal et partie du royaume d’Espagne” e por outro lado, a marca da chapa correspondente ao espaço reservado ao título, ao nome do autor, à data e ao local de edição e à escala gráfica, sugerem que este mapa foi retirado de um mapa representando a Península Ibérica, tendo sido “recortado” o espaço que se pretendia cartografar e acrescentados novos elementos de identificação deste mapa assim reeditado na sua forma mais simples.

*Le Portugal dedié au Roy / par son tres humble, tres obeissant, et tres fidele serviteur et sujet, le P. Placide Augustin Desche. Geograph Ordinaire, de sa Majesté*²²⁴ foi gravado “Avec Privil. De sa Majesté pour

²¹⁹ É de referir que a maior parte dos exemplares dos mapas contemplados foram consultados na Bibliothèque Nationale de France. Agradecemos o auxílio prestado por Mme Catherine Hoffmann na orientação da pesquisa feita no Département des Cartes et Plans, permitindo igualmente a consulta de um ficheiro de dados relativos aos atlas franceses do século XVIII, ainda em elaboração.

²²⁰ Encontra-se na Bibliothèque Nationale de France, sob a cota BNF DCP Ge DD 2987 (1865) B.

As cotas dos mapas seguintes irão ser referenciadas de forma abreviada no que diz respeito ao local se encontram conservados: BNF para Bibliothèque Nationale de France e DCP para Département des Cartes et Plans.

²²¹ Um exemplar desta folha avulsa datada de 1704 pode ser consultada na Bibliothèque Nationale de France, sob a cota BNF DCP GE AF PF 88 (60 bis). São evidentemente representadas as três plantas de Olivença, Arronches, e Vila Nova de Cerveira e cinco vistas de Ferreira, Badajoz, Lisboa, Évora Monte e da Torre de Belém.

²²² Este “privilège” pretendia proteger as gravuras, aqui as representações cartográficas, produzidas em França, face a eventuais cópias, ao impedir a publicação destas últimas quando não autorizada. No entanto, os plágios acabavam por ocorrer dentro do próprio território nacional onde se aplicava este “privilège”. Para mais detalhes acerca do sistema de protecção das obras cartográficas, ver Mary SPONBERG PEDLEY, 2005, pp.103-106.

²²³ BNF DCP Ge CC 1251 (22).

²²⁴ O exemplar estudado encontra-se na B.N. F. sob a cota: BNF DCP Ge DD 2987 (1859) B. Existem outras variantes deste mapa - ver BNF GE Af Pf 11 (63bis) e BND DCP GE Af Pf 29 (85a) - , igualmente sem data, que poderão corresponder a reedições na medida em que as dimensões e o suporte de



Figura 9 - BAILLIEU, Gaspard – *Le Portugal et ses frontières*, Paris, 1735.

Bnf-DCP-GE DD 2987(1865)B

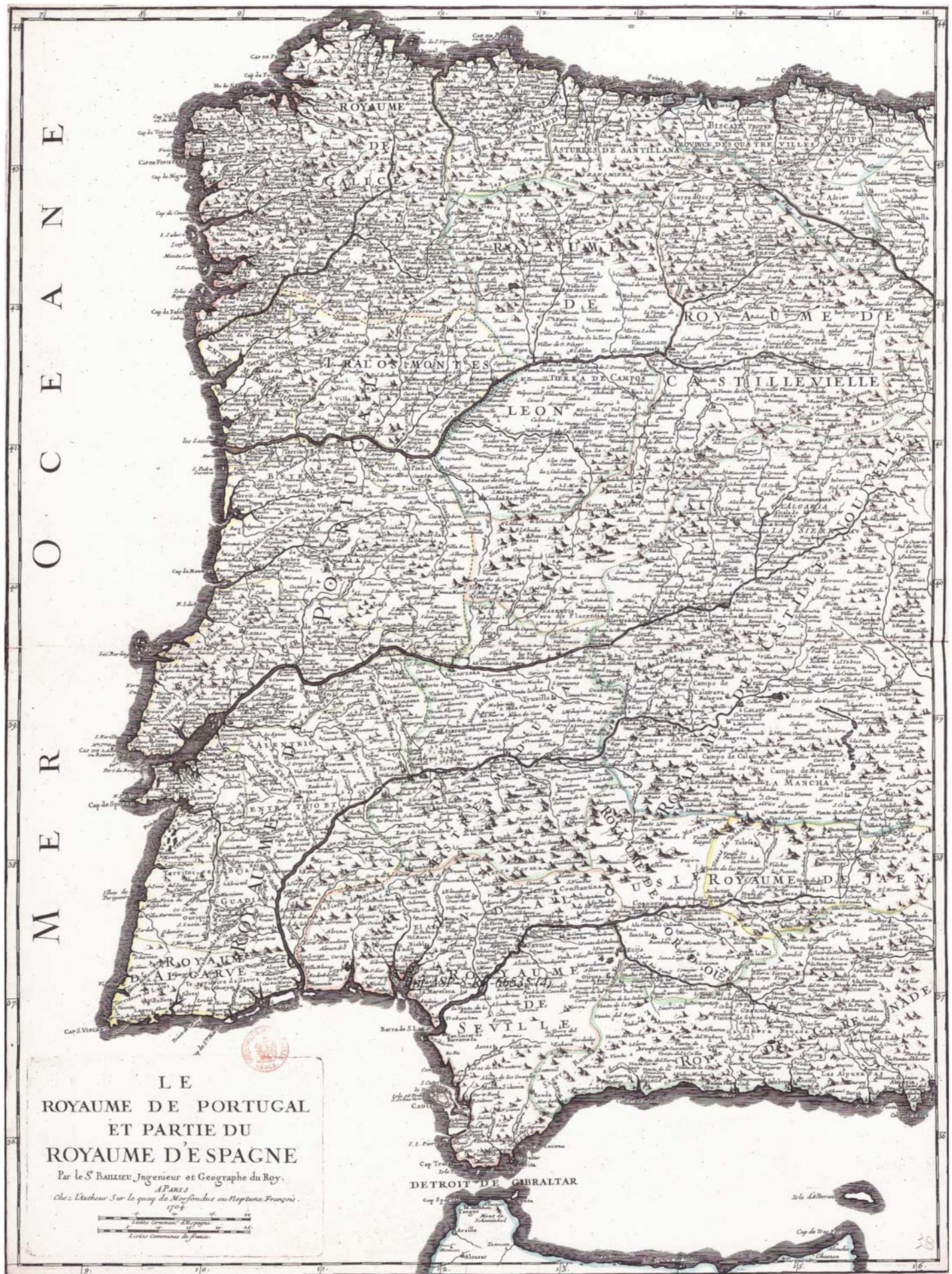
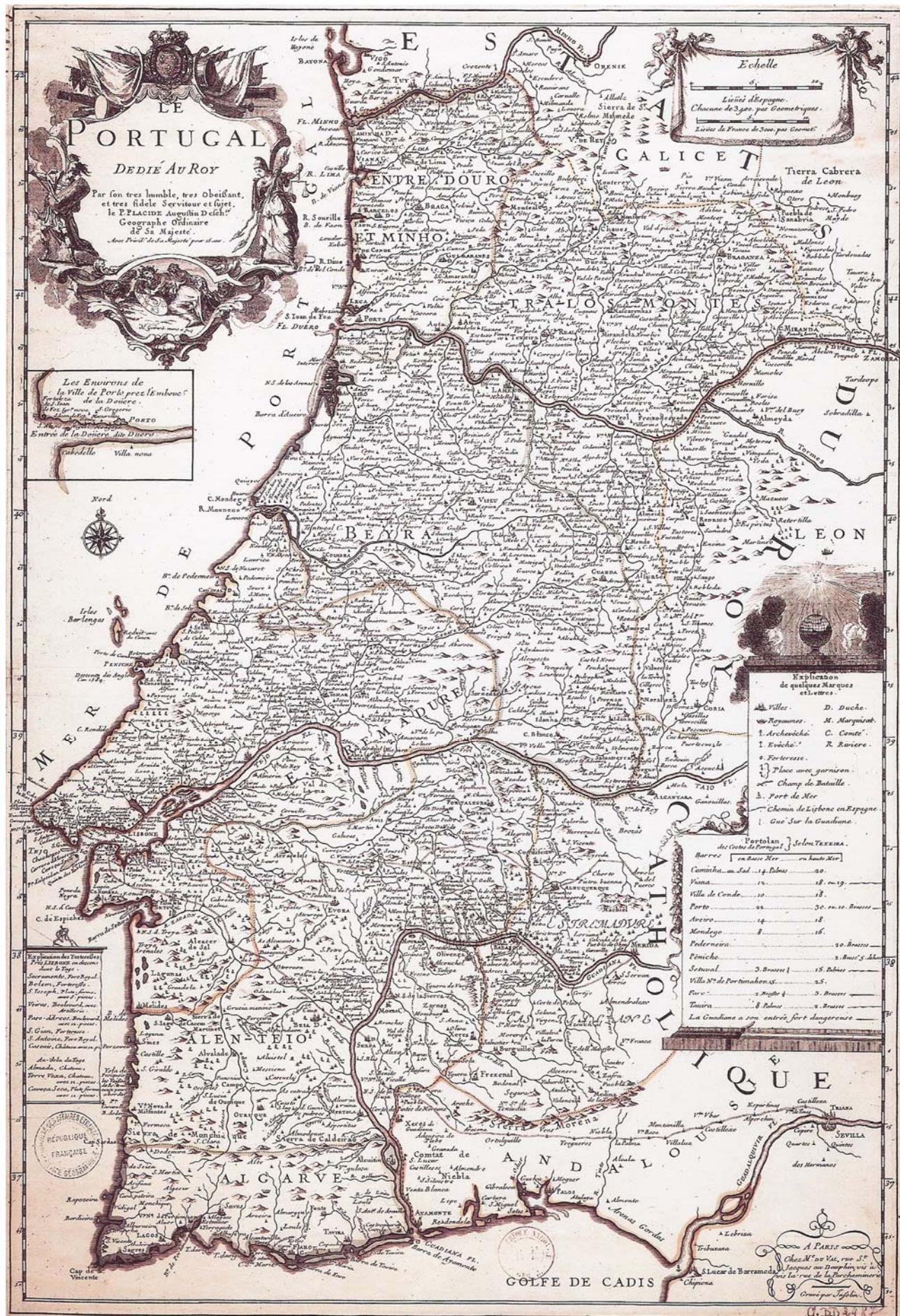


Figura 10 - BAILLIEU, Gaspard – Le Royaume de Portugal et partie du Royaume d'Espagne. Paris, 1704.



15 ans », pelo Padre Placide (1648-1734), Geógrafo do Rei²²⁵. Este mapa gravado (68, 5 x 46, 5 cm), à escala de cerca de 1: 2 300 000 terá sido gravado no primeiro quartel do século XVIII. O local de edição, Paris, « chez Mr du Val, rue St Jacques au Dauphin vis à vis la rue de la Parcheminerie », correspondia a um bairro por excelência dos editores, na capital francesa. Sendo o mapa dedicado ao monarca francês, as cartelas que contêm a escala e o título são adornadas, nomeadamente a última, com as armas de França e de Portugal e com figuras alegóricas, alusivas à guerra de Sucessão de Espanha. Este mapa possui vários elementos que rodeiam a mancha gráfica correspondente ao território português cartografado: uma pequena « janela » foi aberta para figurar o estuário do Douro; uma cartela contendo a legenda, no canto inferior direito, desenhada em cima de um pedestal e encimada pela figura de um sol irradiando sobre um globo e por fim, outra cartela no lado esquerdo identifica os fortes existentes nos arredores de Lisboa. Por fim, é de sublinhar uma faceta do trabalho cartográfico do padre Placide, que permite caracterizar este mapa: o autor pretendia oferecer cartas de consulta fácil. (PASTOUREAU, 1980, p. 447)

O ilustre cartógrafo Jean-Baptiste Nolin (1657-1708)²²⁶ foi igualmente autor de uma representação cartográfica de Portugal : *Le royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le royaume des Algarves. Lestramadoura espagnol et partie d'Andalousie dressé sur les Memoires les plus nouveaux et dédié à sa Majesté très Chrétienne Louis le Grand.* À escala de ca. 1 : 2 700 000, este mapa foi gravado no ano de 1704, em Paris, na oficina do próprio autor, « sur le quay de l'Horloge du Palais à l'Enseigne de la Place des victoires a la descente du Pont-Neuf ». É de sublinhar aqui, que o detalhe da indicação da localização da oficina revela uma lógica comercial, embora esta carta seja dedicada ao rei que concedeu o necessário “privilège”. Por fim, a carta oferece ao leitor uma certa beleza estética com adornos à volta das cartelas do título e da descrição do reino de Portugal, apresentando no seu topo respectivamente as armas do reino de França e de Portugal.

No mesmo ano de 1704, foi editado por Besson, uma carta (100, 4 x 69, 8 cm), à escala de cerca de 1 : 3 200 000, intitulada *Royaume de Portugal / et partie d'Espagne » / dressé sur des Mémoires envoyez / de Lisbonne et de Madrid / Dédié / à Monseigneur le Marquis de Torcy / ministre et secrétaire d'Etat et des Commandemens / de sa Majesté commandeur et Chancelier de ses or /dres surintendant general des Postes et Relais de / France*²²⁷. Trata-se de mais uma carta gravada em Paris, nomeadamente num dos locais de edição cartográfica da capital, « sur le Quay de l'Orloge du Palais au coin de la rue du Harlay a l'Ancien Buys ». Este mapa provém de uma fonte particular : as memórias do Marquês de Torcy (1665-1746): Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros sob o reinado de Luís XV. Daí, terem sido gravadas as suas armas por cima da cartela do título no canto inferior esquerdo. À semelhança do mapa anterior de Nolin, foi integrado nesta carta um texto descritivo do território português, aqui, neste caso, sobre a sua divisão. Este mapa possui uma

²²⁵ Pertencente à Ordem dos Agostinhos Descalços, o Padre Placide iniciou verdadeiramente a sua carreira de cartógrafo após a morte do seu cunhado, o editor Pierre Duval. Gravou mapas para ajudar a irmã viúva e os sobrinhos, que a seguir publicavam as suas obras. Recebeu mais tarde o título de “Geógraphe Ordinaire de Sa Majesté”. Mireille PASTOUREAU, 1984, p. 367.

²²⁶ Gravador de formação, Jean-Baptiste Nolin, aperfeiçoou a sua arte em Itália. A seguir, Coronelli entregou-lhe em 1686 a gravura do seu globo terrestre e de cerca de 28 mapas. Alcançou uma grande notoriedade, o que lhe valeu o título de Geógrafo do Duque de Orleães, irmão de Luís XIV. Pouco especializado em Geografia, foi acusado de plágios ao longo da sua carreira, originando vários processos de justiça, nomeadamente aquele que envolvia cópias não autorizadas de cartas de Guillaume Delisle, em 1706. Mireille PASTOUREAU, 1984, p. 357 e Mary SPONBERG PEDLEY, 2005, pp. 207-210.

²²⁷ BNF DCP Ge B 6953



Bnf-DCP-GE AF PF 29(86)

Figura 12 - NOLIN, Jean - Baptiste – *Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves....* Paris, 1704



Figura 13 - BESSON, Luc – *Royaume de Portugal et partie d'Espagne....* Paris, 1704.

indicação reveladora da forte lógica comercial subjacente à produção deste mapa : « Le Sr Besson Geografe vend outre cette Carte, un abrégé geographique et historique de l'Etat de Portugal, ce traité est très nécessaire pour bien entendre cette carte, il contient aussi un détail de Pays qui appartiennent à cette Couronne dans les autres parties du Monde.” Mais ainda, o privilégio do Rei concedido por 15 anos demonstra o quanto o seu autor procurava proteger a sua obra de qualquer plágio, que pudesse afectar os lucros a retirar deste mapa.

Foram inventariados dois outros mapas de Portugal da autoria de Nicolas de Fer (1646-1720), um dos maiores produtores de mapas do século XVII²²⁸. Como editor, participou na propaganda real, recebendo por sua vez apoio do poder oficial, daí o seu título de “Géographe de sa Majesté Catholique et de Monseigneur la Dauphin”. Após ter realizado a sua aprendizagem junto de um gravador de estampas, Nicolas de Fer passa a dedicar-se à execução de cartas geográficas, nomeadamente como mapas de fronteiras...

É precisamente na sua oficina “dans l’isle du palais, sur le quay de l’orloge a la sphere royale”, que foi gravado o mapa intitulado *Les frontieres d’Espagne et de Portugal, ou se trouve le royaume de Portugal divisé en ses cinq grandes provinces D’Entre Douro e Minho, de Beyra, Estremadura Portugaise, et d’entre tage et guadiana ditte Alentejo, et de Tralosmontes. Le royaume d’Algarve au roy de Portugal. Partie des royaumes de grenade, d’Andalousie, de Castille, de Leon et de Galice et Lestremadura espagnole au Roy d’Espagne, le detroit de Gibraltar et les environs de Cadiz..* À escala de cerca de 1: 3 400 000, esta carta (57,8 x 42,7 cm) resulta evidentemente do reaproveitamento de um mapa da Península Ibérica, editado no mesmo ano, em 1703²²⁹. O título é idêntico para os dois mapas: tanto é identificado o território português como o território espanhol com as suas respectivas divisões. Este mapa gravado a preto e branco, com algumas linhas aguareladas, entre alguns exemplares, prima pela simplicidade dos elementos gravados, daí talvez as suas sucessivas reedições até ao ano de 1742²³⁰.

*Les royaumes de Portugal et d’Algarve*²³¹ (35, 7x 25, 3 cm) do mesmo autor, à escala de cerca de 1 : 2 700 000, editado em Paris, na oficina do autor, um ano mais tarde, em 1704 foi também objecto de reedições, como o exemplar inserto no segundo volume do *Atlas Curieux*²³², reeditado em 1705. O mapa consultado por nós, destaca-se pela sua sobriedade, embora a cartela do título apresente os seus contornos ligeiramente adornados. No canto superior direito, são indicadas as coordenadas geográficas de Lisboa, do Cabo S. Vicente, de Cadiz e do Porto. Não encontramos rosa-dos-ventos nem coordenadas geográficas. A facilidade de leitura da informação advém certamente da sua inserção num atlas, em que se pretende oferecer uma representação clara e simplificada do mundo inteiro, dos países, das regiões, de cidades. É de referir que as cartas de Portugal da autoria de Nicolas de Fer aqui referidas, possuem a indicação num dos seus cantos inferiores, de que P. Starckmann terá sido responsável pela gravura destas imagens. Face a um tal empreendimento, torna-se evidente que Nicolas de Fer terá delegado noutros gravadores estas tarefas finais de reprodução calcográfica dos exemplares que concebia e desenhava no seu gabinete.

²²⁸ Relativamente aos dados biográficos de Nicolas de Fer, ver Mireille PASTOUREAU, 1984, p.165.

²²⁹ O exemplar deste mapa foi consultado no Département des Cartes et Plans da Bibliothèque Nationale de France, sob a cota: GE CC 1251 (24).

²³⁰ Foi inventariado um exemplar da reedição de 1705 sob a cota BNF DCP GE C 564 e um outro exemplar datado de 1742, sendo unicamente introduzido o nome do editor que reaproveitou esta carta deixada por Nicolas de Fer, “Chez Benard” (cota: BNF DCP Ge Arch 2410)

²³¹ BNF DCP Ge FF 13338 (55)

²³² Trata-se do já referido *Atlas Curieux* editado em 1705 em que se encontram representadas as esferas artificiais e o sistema de Tycho Brahe reaproveitados por Granpré, nas suas ilustrações de cosmografia.

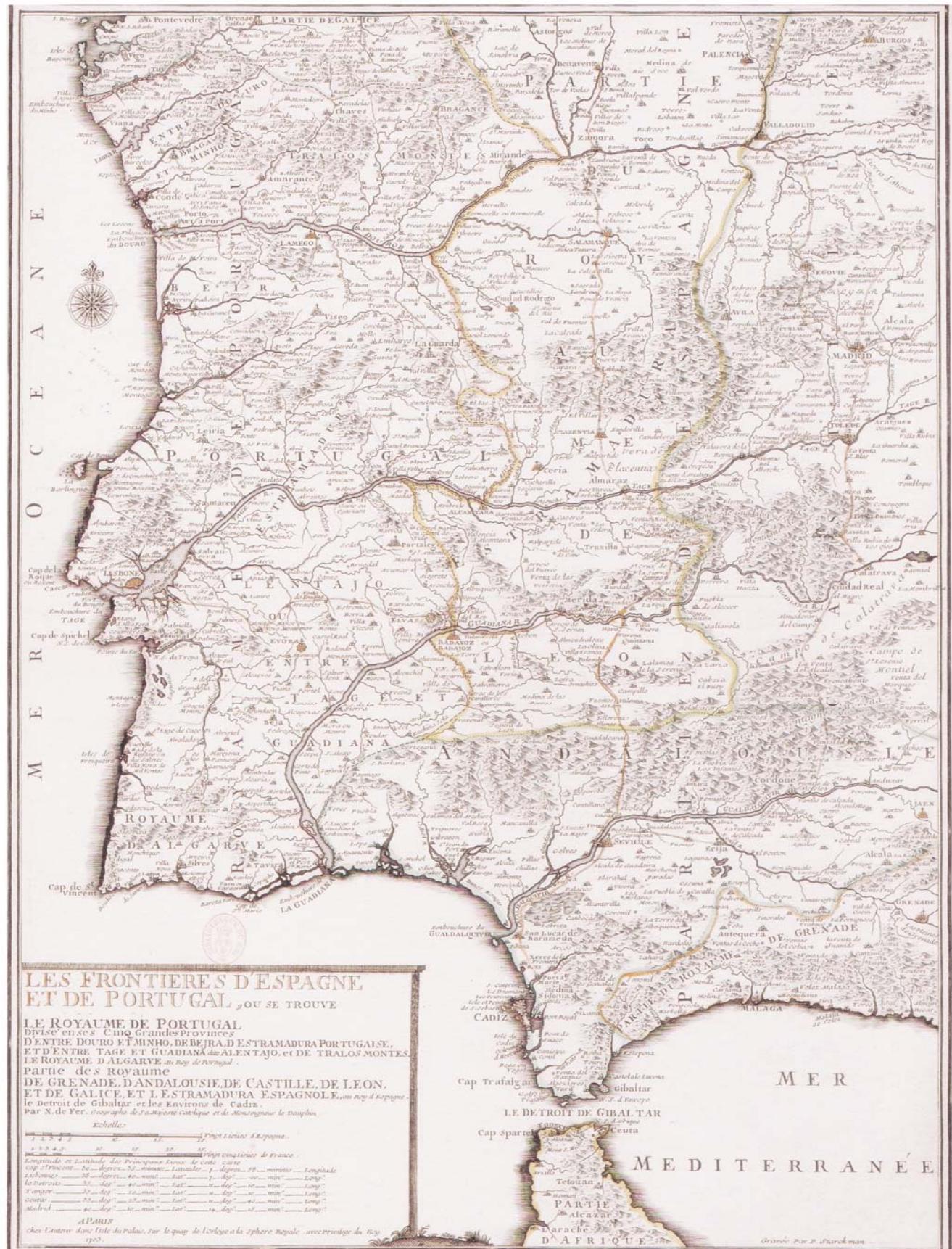


Figura 14 - FER, Nicolas de – *Les Frontières d'Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq grandes Provinces....* Paris, 1703.

OCEAN OCCIDENTALE OU MER ATLANTIQUE



Figura 15 - FER, Nicolas de – Les Royaumes de Portugal et d'Algarve. Paris, 1704.

Editada mais tarde, em 1716, existe uma carta de Portugal da autoria do célebre Alexis Hubert Jaillot (1632-1712), o famoso editor de cartas geográficas, "Geographe Ordinaire du Roy"²³³. Composta por duas folhas, o território nacional foi dividido numa *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal* (45,5 x 57,4 cm) e noutra *Partie Meridionale du Royaume de Portugal*²³⁴ (44,9 x 56,7 cm), à escala de ca. 1: 1 200 000. O local de edição é Paris, na oficina de Jaillot, "joignant les grands Augustins, aux deux Globes". Trata-se provavelmente de um mapa retirado de uma carta de escala mais pequena, de toda a Península Ibérica: a seguir ao título de cada uma das respectivas folhas é feita menção aos territórios vizinhos: "Les royaumes de Leon et de Gallice, les Asturies, Partie des deux Castilles" e "Partie des Royaumes de Castille Nouvelle, de Andalousie et de Grenade." Mais ainda, parte do "Reino de Fés" é representado na base da segunda folha.

Consideramos um mapa impresso do século XVII, mas que por ter sido inserto num atlas reeditado até inícios do século XVIII, foi igualmente considerado como uma potencial fonte cartográfica dos mapas de Portugal de Granpré. Trata-se de um mapa na escala de cerca de 1: 850 000, gravado por Guillaume Sanson em 1695 intitulado "Le Royaume /de/ Portugal /et des/ Algarves / Divisé en ses Archevêchés/ Evêchés et Territoires"²³⁵ O exemplar da carta que foi por nós consultado faz parte de uma contrefacção impressa em Amesterdão do *Atlas Nouveau concernant toutes les parties du monde...*²³⁶ editado pela primeira vez em 1681, em Paris por Alexis - Hubert Jaillot. A quase totalidade dos mapas que se encontram neste Atlas são da autoria de Guillaume Sanson (1633-1703)²³⁷. O contrato selado entre o geógrafo de gabinete e o editor nesta empresa cartográfica garantiu sobretudo a prosperidade deste último, Jaillot. O sucesso editorial foi tal, que o *Atlas Nouveau...* foi como já referimos objecto de contrefacções holandesas, datando as duas primeiras edições de 1692, e a terceira, de 1696 (trata-se do exemplar aqui contemplado). A contrefacção dos mapas é tão fiel à edição francesa que poderá ter havido a possibilidade de Jaillot ter dado a sua autorização a Pierre Mortier, na Holanda e assim ter permitido uma difusão alargada e prolongada do *Atlas Nouveau...* (PASTOUREAU, 1984, p. 234).

Impresso a preto e branco, com traços aguarelados (os limites internos e as fronteiras) e de dimensões de 137,5 cm de altura por 55,5 cm de largura, este mapa inscreve-se na tradição dos mapas gravados desde a segunda metade do século XVII até finais do século XVIII, ao apresentar o título e as escalas gráficas em cartuchos bastante ornamentados: no topo, figuras alegóricas sugerindo a abundância e a prosperidade como árvores e os outros elementos vegetais gravados envolvem uma pedra em que se encontram esculpidos, em letras maiúsculas, sob a coroa portuguesa e as armas do reino do Algarve, o título, o nome do autor e do editor, o local e a data de edição. Na base, encontramos, uma outra pedra com as escalas gráficas gravadas, adornada com mais elementos vegetais, em que se encontra sentada uma figura feminina abraçando e

²³³ Alexis Hubery Jaillot , mestre escultor, entrou no comércio das estampas através do seu casamento com Jeanne Bervey em 1664, filha do famoso editor e mercador de estampas, Nicolas Bervey. Mas foi com o falecimento do sogro e do cunhado, que passa a ser o dono des "Deux Globes" , tornando-se um dos mais importantes editores de mapas com a edição do *Atlas Nouveau* que concebeu graças às cartas produzidas por Guillaume Sanson. Mireille PASTOUREAU, 1984, pp. 226-228.

²³⁴ BNF DCP Ge Arch 2500 e BNF DCP Ge Arch 2501, respectivamente.

²³⁵ BNF DCP GE DD 4796 (66), folha 126.

²³⁶ BNF DCP Ge 4796. Relativamente ao "Atlas Nouveau..." de Jaillot, ver Mireille PASTOUREAU, 1980, pp. 233-234.

²³⁷ Guillaume Sanson faz parte da grande dinastia de cartógrafos franceses do Antigo Regime: filho de Nicolas Sanson (1600-1667), trabalhou como cartógrafo para Jaillot, deixando o seu nome de ser figurado no *Atlas Nouveau*, apesar de ser o autor dos mapas inseridos nesta obra. Mireille PASTOUREAU, 1984, pp. 387-389.



Figura 16 - JAILLOT, Hubert – *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal...* Paris, 1716.



Figura 17 - JAILLOT, Hubert – *Partie Meridionale du Royaume de Portugal...* Paris, 1716.

NOVA REGNI PORTUGALLIAE ET ALGARBIÆ DESCRIPTIO. AUTHORE N. SANSON.

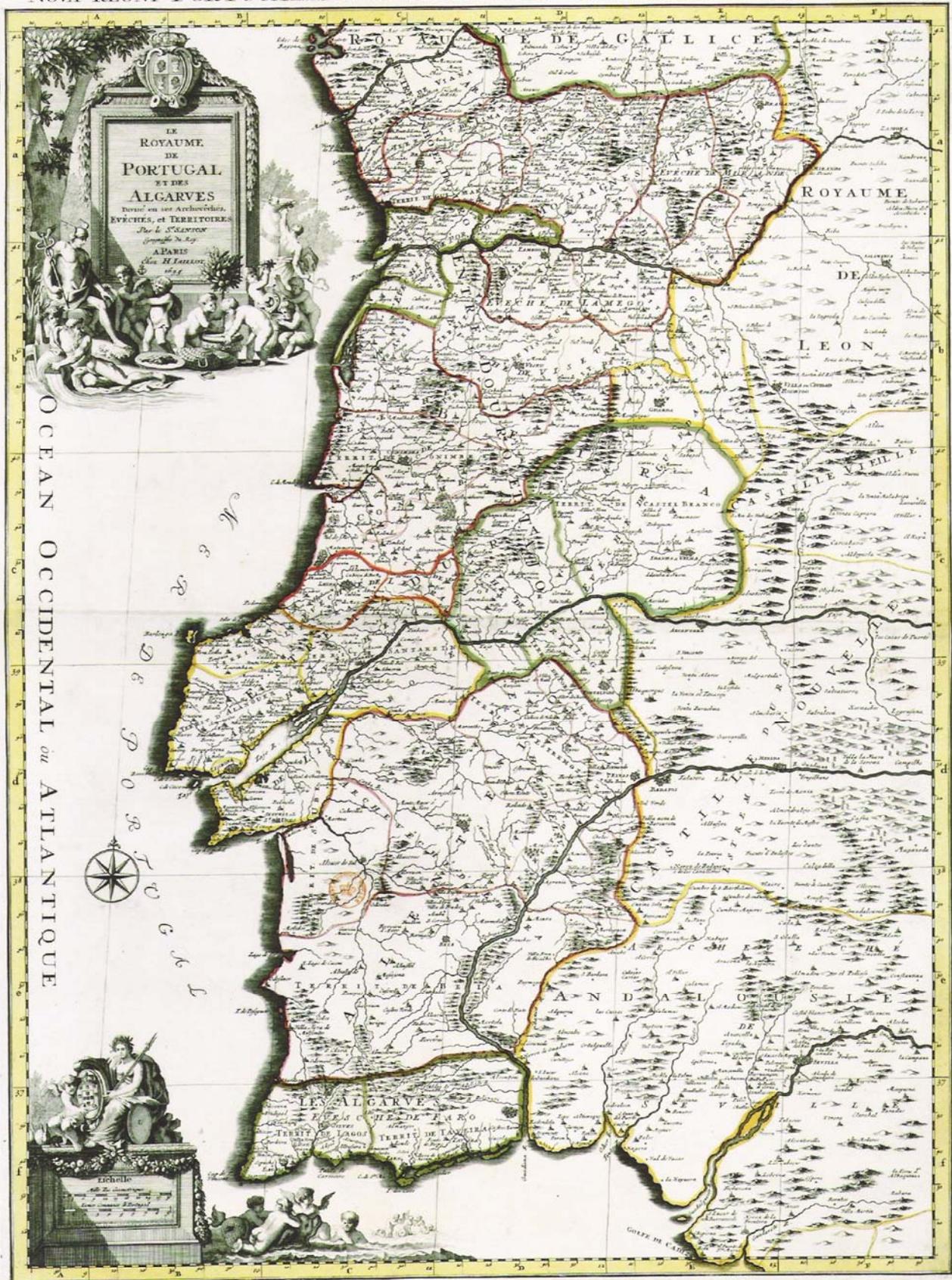


Figura 18 - SANSON, Guillaume – Le Royaume de Portugal et des Algarves divisé en ses archevêchés, évêchés et territoires. Paris, 1694

segurando, num gesto de forte protecção, com a ajuda de um anjo, o escudo de Portugal. Esta carta impressa encontra-se carregada de simbolismo referente ao poder e à soberania de Portugal.

Foi assim por nós consultado um exemplar do mapa de Portugal gravado por Nicolas Sanson d'Abbeville em 1654 e que terá inspirado ao filho a feitura da carta de Portugal inserta no *Atlas Nouveau*. Trata-se com efeito de um mapa de duas folhas, de escala idêntica ao mapa que vimos antes, de cerca de 1: 850 000 (as medidas das escalas gráficas são as mesmas: léguas comuns portuguesas e passos geométricos franceses, mas indicadas em português), que apresenta o território português em duas folhas: "Parte Septentrional/ do Reyno de/ Portugal..." (41,1 x 52,7 cm) e "Parte Meridonal /do Reyno de /Portugal..." (41,3 x 52,8 cm)²³⁸. As duas folhas deste mapa terão sido retiradas do Atlas, *Cartes générales de toutes les parties du monde*, da autoria de Nicolas Sanson d'Abbeville e editado por Pierre Mariette em 1658²³⁹.

Este mapa contém a seguinte dedicatória inscrita na primeira folha, mais precisamente na vela de um navio desenhado no canto superior esquerdo: "Ao muito alto, e / Muito Poderoso Princpe, e Senhor Dom Joam III / rey de Portugal, e dos/ Algarves da quem e dalém/ mar en Africa: Senhor/ de Guiné, e da Conquista, Navegaçam e Commercio da /Ethiopia, Arábia, Pérsia, Índia, e Brasil e c. Dedicaa N. Sanson Geogr. Del Sua Magte..." Por ser dedicado ao monarca português, os topónimos foram naturalmente gravados em língua portuguesa. Mais ainda, foi inscrito "Oceano Lusitanico" reforçando a ideia de poder não só sobre o território terrestre bem como sobre as águas que o banham. É de relembrar o contexto político de Portugal à data de publicação desta carta, no ano de 1654: Portugal encontra-se em plena Guerra da Restauração, após a revolta contra Castela e a proclamação do duque de Bragança, D. João IV como rei de Portugal em 1640. A soberania de Portugal ainda não foi reconhecida por Espanha, mas no entanto é dedicado por um famoso cartógrafo francês, Sanson d'Abbeville, ao monarca, D. João IV, um mapa do seu território que ainda luta pela sua independência, como se o autor do mapa ao dirigir a dedicatória ao rei, mostrasse a sua solidariedade no conflito que está a decorrer. Mais ainda, sabemos que em 1656, falece D. João IV, mas dado a menoridade do filho, D. Afonso VI, D.^a Luísa de Gusmão assume a Regência por ele. Assim, esta carta reconhece de uma forma simbólica, num período de fragilidade para Portugal, após anos de conflito aberto com Espanha, o poder do monarca não só sobre Portugal, bem como sobre as suas possessões ultramarinas, mencionadas na dedicatória, enquadrando-se numa certa lógica de propaganda em favor da coroa portuguesa.

Apesar de possuírem propósitos distintos, estas duas imagens do território de Portugal são idênticas na informação inserta e na forma como ela foi figurada. O conteúdo e o estilo de gravura tornam estas duas representações diferentes daquelas que já abordamos até agora.

Evidencia-se de imediato uma configuração do território português particular nomeadamente no que diz respeito ao litoral, bastante recortado em vários pontos: a foz do Douro, em forma de "bico", o estuário do Tejo, com uma abertura maior e mais prolongada em direcção ao interior, a reentrância no sentido norte-sul, a sul da península de Setúbal. Os fenómenos geográficos que mais se destacam neste mapas são evidentemente a rede hidrográfica, a divisão fragmentada do território em bispados salientada pelos traços aguarelados de

²³⁸ Estas duas folhas encontram-se recortadas e coladas num álbum de imagens cartográficas sobre Portugal, que pode ser consultado na área de Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal, sob a cota: CA.15R.

²³⁹ Ver a descrição deste Atlas e do seu conteúdo em Mireille PASTOUREAU, 1984, p. 402.



Figura 19 - SANSON D'ABBEVILLE, Nicolas – Parte Septentrional do Reyno de Portugal. Paris, 1654,



Figura 20 - SANSON D'ABBEVILLE, Nicolas – Parte Meridional do Reyno de Portugal. Paris, 1654,

diversas cores, o relevo simbolizado através de conjuntos de montículos gravados num estilo carregado, o povoamento é marcado de forma diferenciada e hierárquica com a representação das grandes cidades em vista plana, coloridas a vermelho e dos restantes lugares com símbolos pontuais, as fronteiras tais como os próprios limites internos destacam-se não só através da sua representação linear bem como pelas cores que as cobrem.

Estas duas imagens cartográficas de Portugal correspondem certamente aquelas que circulavam na Europa desde meados do século XVII. De facto, foi possível constatar que no mapa de menor escala representando a Península Ibérica, também contido no *Atlas Nouveau...*²⁴⁰, a configuração do território português é semelhante ao dos dois mapas.

"Todo o mapa recorta um espaço inscrito numa continuidade", afirma Christian JACOB, (1992, p.145). De facto, foi possível evidenciar neste conjunto de cartas de Portugal, produzidas em Paris, que algumas delas – da autoria de Nicolas de Fer, de Baillieu e de Nolin – resultam do reaproveitamento de chapas de mapas da Península Ibérica. Daí, ser identificado no título não só o território português, mas igualmente parte do reino de Espanha, tal como representado. Nestes mapas reaproveitados, não há de imediato uma distinção entre as manchas gráficas correspondentes às áreas geográficas de Portugal e de Espanha: a densidade da informação cartografada é a mesma. A escala dos mapas varia entre cerca de 1: 2 300 000 e cerca de 1: 3 700 000, podemos constatar que às escalas menores correspondem as cartas que foram retiradas de representações cartográficas da Península Ibérica, a saber, os mapas de Portugal de Nicolas de Fer, de 1703, cerca de 1: 3 400 000, de Besson, cerca de 1: 3 200 000 e de Baillieu, cerca de 1: 3 700 000.

A complementar este conjunto cartográfico todo ele produzido em Paris, temos dois mapas de Portugal gravados em Nuremberga, provavelmente na primeira metade do século XVIII, por dois famosos cartógrafos alemãos, Johann Baptist Homann (1663- 1724)²⁴¹ e Christoph Weigel (1654-1725)²⁴². Estas duas cartas podem representar possíveis fontes cartográficas do mapa de Portugal gravado por Granpré, em 1729, daí terem sido igualmente consideradas no nosso estudo.

Foi à escala de cerca de 1: 1 500 000 que Homann gravou este mapa de Portugal (48, 4 x 56 cm) intitulado *Portugalliae et Algarbiae cum finitus Hispaniae Regnis...*²⁴³. Apesar da ausência de data, talvez por ter sido retirado de um atlas – o exemplar possui dobras no meio da folha – este mapa terá sido aberto no primeiro quartel do século XVIII, na ocasião da Guerra de Sucessão de Espanha. De facto, podemos observar o desenho de um conjunto de navios ilustrando uma batalha naval que ocorreu em 1704, aquando da tentativa de entrada do arquiduque Carlos de Áustria, na Península Ibérica. Trata-se como tal de um "mapa de compilação

²⁴⁰ « L' Espagne distinguée en tous ses royaumes, principautés... », BNF DCP Ge DD 4796 (67)

²⁴¹ A família Homann constitui uma das mais importantes famílias de editores a Alemanha do século XVIII. Johann Baptist foi quem fundou o negócio em Nuremberga por volta de inícios de Setecentos. Após a publicação do seu primeiro atlas, em 1707, Johann Baptist é nomeado membro da Academia de Ciências de Berlim e em 1715, foi escolhido para o cargo de geógrafo do Imperador.

²⁴² Christoph Weigel, gravador, ilustrador e editor, estabeleceu-se em Nuremberga, em 1698, juntamente com o irmão mais novo, Johann Christoph. Ver TOOLEY'S Dictionary, 1999, p. 367.

²⁴³ *Portugalliae /et/ Algarbiae/cum finitimis Hispaniae Regnis:/ Castillae, Legionis Andalusiae Ex-/tremadure, Galliciae & Granate/Novissima Tabula/ qua simud littore Brasiliæ Meridional Ameriae/ Portugalliae Majestatis dominio subiecta /nova methodo exhibentur/ à Johanne Bapt. Homanno Geographo & Calcographo.* O exemplar deste mapa que consultamos encontra-se na Biblioteca Municipal Pública do Porto, sob a cota seguinte: C (I) - 7 - (14).

circunstancial”, publicado na ocasião deste acontecimento bélico (DAVEAU, 2001, p.132). Enquadrado por duas esquadrias, uma ornamental no exterior e outra com as coordenadas geográficas, no interior, este mapa dá-nos Portugal e parte de Espanha. O recorte da mancha gráfica aponta para que esta imagem tenha sido retirada de um mapa de menor escala, representando toda a Península Ibérica. Esta adaptação foi realizada tendo em conta o propósito acima mencionado. De facto, o eclodir de uma guerra significava para os editores cartográficos uma oportunidade para reeditar mapas e assim, responder à procura de imagens cartográficas das áreas envolvidas. Mais ainda, uma pequena janela aberta, no canto inferior esquerdo, sob a forma de pequeno mapa, contendo uma imagem da colónia do Brasil parece ter sido acrescentada. De facto, os interesses ultramarinos das nações europeias eram igualmente postos em causa aquando de conflitos bélicos. Assim, a cartela do título sobreposta no topo da representação do Brasil é envolvida por adornos e figuras alegóricas, umas delas figurando anjos segurando as armas de Portugal e por baixo, um texto em latim, dirigido ao leitor, enumera as possessões portuguesas através do mundo.

A segunda representação cartográfica de Portugal editada em Nuremberga é da autoria de Christoph Weigel (1654-1725)²⁴⁴. Gravador, mercador de estampas e editor, importa sublinhar que trabalhou em conjunto com Johann Baptist Homann em Nuremberga. Embora sem data e sem local de edição, este mapa impresso terá sido gravado c. 1719. À escala de ca. 1: 1 600 000, esta carta, cujas dimensões são de 40,4 x 33,2 cm, representa a totalidade do território português e parte da área fronteiriça de Espanha, no interior de uma dupla esquadria em que figuram as coordenadas geográficas. No canto superior esquerdo, encontramos uma representação alegórica da Europa como rainha colocada no trono, rodeada pelas oferendas apresentadas pelos três continentes personificados: à direita, a Ásia, sob os traços de uma mulher inclinada com um camelo e a África, através de um homem junto de um leão e à esquerda, a América, representada por um índio ajoelhado. Por trás do “trono da Europa”, foi gravada uma vista em que adivinhamos a representação de dois barcos ao largo de uma costa íngreme, sugerindo talvez o litoral português... Por fim, em primeiro plano, foi figurada uma personagem masculina de barbas e com uma coroa de louros deitado de forma indolente, que simultaneamente apoia-se de um lado, apoia-se e do outro, segura um escudo muito simples, em que se encontra inscrito o título do mapa: *Portugallia/ ex/descriptione exa-/ctissima/Eduardi Nonii/Vernandi Alvari Secci/ et/Antonii Vasconcelli/delineata/studio Christopher/Weigelii*. O título indica-nos que foram utilizadas como fontes para a feitura deste mapa, não só o mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco, publicado em Roma em 1561, bem como as obras de Duarte Nunes de Leão (1530-1608) e de António de Vasconcelos (1592-1661). A *Descrição do Reino de Portugal*²⁴⁵ de Duarte Nunes de Leão, editada no ano de 1610, num período conturbado da História de Portugal, quando governava D. Filipe II, tal como *Anacephalaeoses id est, summa capita actorum Regum Lusitaniae...*²⁴⁶ de António Vasconcelos (1621), é um exemplo bem ilustrativo de como o texto constituía uma fonte essencial para a produção cartográfica: esta descrição geográfica, por exemplo, deve ter sido aproveitada pelo autor do mapa para completar, rectificar ou confirmar os dados que pretendia cartografar. A consulta de várias obras por instância e a sua conjugação com outros mapas já produzidos fazia parte do

²⁴⁴ Que consultamos numa colecção particular.

²⁴⁵ LEAO, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1610.

²⁴⁶ VASCONCELOS, António – *Anacephalaeoses id est, summa capita actorum Regum Lusitaniae...* Antuérpia: apud Petrum & Ioannem Belleros, 1621.



Figura 21 - HOMANN, Johann Baptist – *Portugalliae et Algarbiae cun finitimiis Hispaniae regni Castilliae....* Norimberg, [ca. 1704]

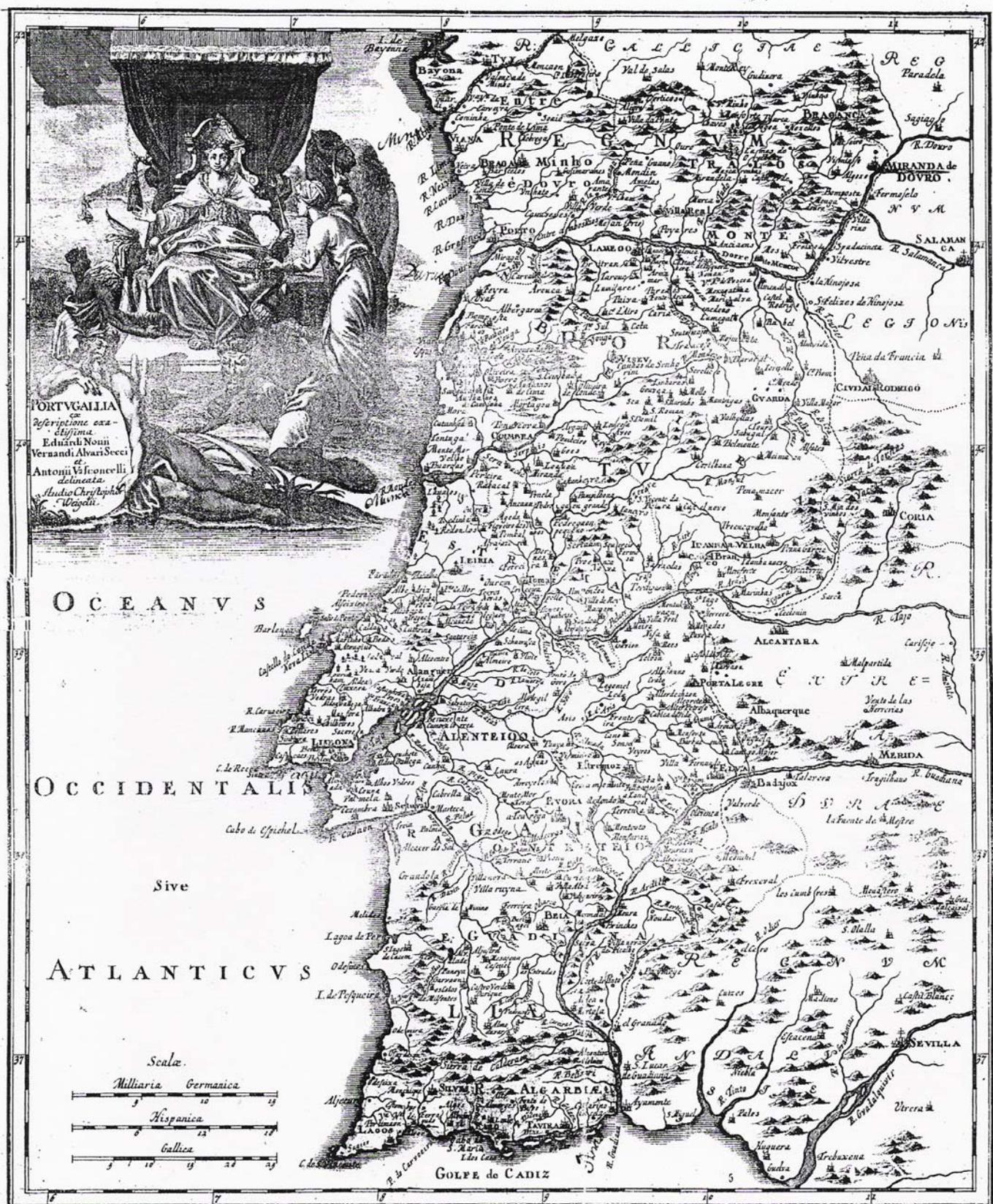


Figura 22 - WEIGEL, Christoph – *Portugallia ex descriptione exactissima Eduardo Nonii, Vernandi Alvari Secci et Antonii Vasconelli delineata... [ca. 1719]*.



Figura 23 - Regno di Portogallo, [post. 1719.]



Figura 24 - DELISLE, Guillaume – *Carta Geografica del Regno di Portogallo*, [Veneza, ca. 1740].

trabalho cartográfico de gabinete, que consistia na compilação e na confrontação da informação obtida através de diversas fontes: desde numeramentos, passando por relatos de viagens, até as próprias cartas já editadas ou ainda manuscritas.

Esta imagem cartográfica do território português construída por Weigel foi mais tarde, amplamente difundida através de duas readaptações italianas: uma primeira carta intitulada *Regno di Portogallo* (sem data) corresponde a um quase perfeito decalque do mapa de Weigel e uma segunda, *Carta Geografia del Regno di Portogallo*, provavelmente da autoria do já referido cartógrafo francês Guillaume Delisle²⁴⁷. Para além de alterações discretas nas figuras da cartela do título que passou a ser “regno di Portogallo”, o autor do primeiro mapa sem data, conservou a mesma escala, modificando somente alguns símbolos pontuais e inscrevendo as milhas em italiano, tal como os mais importantes topónimos não só na mancha gráfica bem como do ponto de vista geográfico (“regno di Algarvia” ou por exemplo, “Oceano Occidentale ovvero Atlântico”). O exemplar por nós consultado, para além de aguarelado, apresenta dobras múltiplas, pelo que isto poderá indicar que este mapa estava certamente inserto num livro de pequeno formato. Por sua vez, a ‘Carta geográfica del regno di Portogallo’²⁴⁸ terá sido provavelmente retirado do Atlas italiano da autoria de Guillaume Delisle, intitulado *Atlante novissimo, che contiene tutte le parti del mundo...* editado em dois volumes G. Albrizzi e Q. Girol, entre 1740-1750, em Veneza, por G. Albrizzi e Q. Girol. De facto, o mapa, que nos consultamos, igualmente com traços aguarelados, possui uma única dobra a meio, prova de que terá sido retirado de um atlas. As modificações introduzidas a partir do mapa de Weigel conferem de facto um estilo aparentemente bem distinto do original. Foi aberta no canto inferior esquerdo do mapa, uma nova cartela que contém somente o título, mas com uma ornamentação detalhada: para além das armas de Portugal que dominam a pedra em que está gravado o título, podemos observar uma cena particularmente ilustrativa da actividade comercial num porto, com nau figuradas em último plano²⁴⁹. Foi igualmente acrescentada uma rosa-dos-ventos tal como uma nova e única escala gráfica (“scala di miglia 40 italiane”). Ambos com as mesmas dimensões, estes dois mapas de Portugal provavelmente concebidos posteriormente ao mapa de Weigel de 1719, são similares na informação geográfica contida tal como na forma como essa foi cartografada. As únicas alterações observadas entre estas duas imagens cartográficas estão ligadas aos seus elementos constitutivos, a saber, a escala, a rosa-dos-ventos, o título e a cartela que o contém. Descobrimos como tal um exemplo bem ilustrativo de como um mapa era reaproveitado no século XVIII para dele serem produzidos outros mapas, sem alterações profundas do seu conteúdo²⁵⁰.

Tendo em conta a importância das fontes, estas imagens cartográficas de Portugal produzidas em Nuremberga não podem ser dissociadas do conjunto cartográfico editado em Paris. De facto, o mapa de

²⁴⁷ Os exemplares destes dois mapas consultados por nós, fazem parte da colecção particular do Prof. Dr. Carlos Alberto Nabais Conde, um valioso espólio de imagens cartográficas do território nacional. Agradecemos a Dr.^a Maria João Benquerença, responsável pela inventariação desta colecção, pela sua disponibilidade e pela ajuda prestada na pesquisa e na consulta destes mapas de Portugal.

²⁴⁸ Pode ser igualmente consultado outro exemplar desta carta na Área de Cartografia da Biblioteca Nacional - Lisboa com a seguinte cota: C.C. 760 v. Esta carta contém no verso a data, 1740 em versão manuscrita tal como o nome do autor.

²⁴⁹ A totalidade da cartela foi claramente inspirada num mapa de Pieter Van der Aa, intitulado *Le Portugal suivant les nouvelles observations...*, de 1715, igualmente conservado na colecção particular do Prof. Dr. Nabais Conde.

²⁵⁰ Ver as questões ligadas às contrafações e à protecção da autoria dos mapas, nomeadamente com o caso do processo levantado precisamente por Guillaume Delisle contra o gravador Jean-Baptiste Nolin, a propósito do plágio de um mapa-mundo, em Mary SPONBERG PEDLEY, 2005, pp. 106-118.

Homann constitui uma imagem cartográfica, “bastante parecida com o mapa que Sanson d’Abbeville tinha desenhado em 1656” (DAVEAU, 2001, p. 132) que vimos anteriormente e que foi readaptado mais tarde pelo filho Guillaume Sanson. De igual forma, podemos referir que a carta de Weigel se inscreve igualmente no mesmo estilo de representação cartográfica. Estes mapas correspondem na sua maioria ao mesmo período de tempo, o primeiro quartel do século XVIII. Mais ainda, dentro dos mapas datados, 1704 é várias vezes referido como ano de edição. Data em que Portugal deixou o campo da França para se juntar ao dos aliados, dois anos após o início da Guerra de Sucessão de Espanha. Transitando para o inimigo e transformando-se num dos principais teatros de guerra, Portugal passou a ser centro de interesse para quem queria seguir os eventos deste conflito. As reedições correspondem por um lado, a uma procura por parte do público leitor e por outro lado, a necessidade de reduzir os custos de produção de um mapa, evitando a abertura de uma nova chapa. As questões económicas acabam por ser fundamentais para a compreensão da produção cartográfica, na influência que possuem sobre o conteúdo e a forma dos mapas²⁵¹. Existe de facto, apesar da intervenção do poder central – através nomeadamente da concessão do “privilège” e da atribuição do título de geógrafo do rei – uma lógica comercial intrínseca nestes mapas de Portugal gravados em Paris e em Nuremberga. A descrição detalhada do sítio onde se encontram as oficinas e os locais de venda dos mapas comprova-o: o leitor sabia perfeitamente aonde se dirigir para obter outros mapas. Trata-se na sua maioria de mapas impressos para serem vendidos avulsos ou insertos em atlas para um mercado público. Daí, a necessidade destes mapas possuírem qualidades tais como a exactidão, a beleza e a autenticidade, (SPONBERG PEDLEY, 2005, p. 9).

No mapa de Granpré que estudamos, encontram-se figurados diversos fenómenos físicos e humanos, sendo os que mais se destacam, a rede hidrográfica, o povoamento e o relevo. Os limites fronteiriços e a divisão administrativa tais como os acidentes geográficos da costa e a cobertura vegetal complementam esta imagem cartográfica do território português. Não obstante a ausência de legenda, iremos analisar a implantação gráfica propriamente dita de cada um dos fenómenos (primeiro, os de natureza física e a seguir, os de natureza humana) bem como interpretar a sua distribuição geográfica, para num segundo tempo, comparar esta informação com a que se encontra cartografada nas cartas que consideramos como potenciais fontes cartográficas e que acabamos de descrever. A análise dos fenómenos cartografados irá ser feita à luz da obra de François de Dainville²⁵², *Le Langage des Géographes* (1964), destinada a ser “um glossário histórico, mas igualmente uma abordagem dos signos convencionais presentes nos mapas²⁵³. Desta forma, através do estudo

²⁵¹ Ver *ibidem*, pp.10-12.

²⁵² “François de Dainville (1909 – 1971) familiarizou-se desde jovem com as fontes antigas em companhia do seu pai, conservador de diversos arquivos. Entra em 1928 na Companhia de Jesus. A sua tese de doutoramento, defendida nas vésperas da guerra, abrange os saberes dos geógrafos humanistas e o seu modo de transmissão. Historiador da pedagogia e da cartografia, Dainville marcou os seus alunos da “École Pratique des Hautes Etudes” e da “École des Chartes”. Em 1964, realiza a sua primeira síntese sobre os signos convencionais dos mapas antigos e reflecte sobre a elaboração de uma linguagem para os atlas temáticos”. Apud. *François de Dainville, pionnier de l’histoire de la cartographie et de l’éducation*. Textes reunis par Catherine Bousquet- Bressolier, Paris, École Nationale des Chartes, 2004.

²⁵³ “François de Dainville seguiu o modelo do Padre Antoine Lubin, autor de *Mercure Géographique* (1678) para guiar o leitor na sua observação dos mapas, julgada esta, por alguns, como aborrecida, devido à complexidade dos signos figurados. [...] Mas, trata-se mais do que um inventário gráfico. São ai propostas as primeiras formas de reflexão que podemos qualificar de “semiologia histórica”. Esta acaba, no entanto, por ser rápida e por se apresentar a simples comentários descritivos.”

dos fenómenos e da sua representação, tornar-se-á possível identificar as imagens cartográficas nas quais se inspirou Granpré para a feitura do mapa de Portugal de 1729²⁵⁴.

Na leitura do mapa, destaca-se a figuração de quatro cursos de água portugueses: Minho, Douro, Tejo e Guadiana. São representados através de uma implantação linear, através de um traço duplo ligeiramente ondulado, cujo interior é preenchido por traços paralelos, também ondulados, seguindo os contornos do curso de água. São identificados através da inscrição do nome seguido de uma inicial maiúscula R de "rio", por duas vezes ao longo do curso de água e no estuário do rio. No caso do Tejo, nomeadamente do estuário, observamos o desenho particular de formas alongadas irregulares, de diverso tamanho (no número de oito) que sugerem bancos de areia ou pequenas ilhas interiores: "os mochões". A importância destes quatro rios, revelada pela sua representação gráfica no mapa de Granpré, é confirmada na leitura da *Geografia Histórica...* onde nos é dada a descrição dos seus percursos, as áreas que atravessam, desde a nascente até à foz.



Figura 25 – Pormenor da representação dos mochões no mapa de Portugal de 1729.

Designados por D. Caetano de Lima como os "rios de menos nome", os restantes cursos de água são cartografados por um simples traço ondulado, e o nome de cada um inscrito em letra minúscula acompanhado da letra R, sendo o caso dos rios Vouga, Mondego, Tâmega e Zêzere. No entanto, outros cursos de água relembrados na *Geografia Histórica...* tais como "o Cávado, o Caia, o Côa, o Leça, o Lima, o Neiva, o Paiva, o Sadão, o Távora"²⁵⁵, apesar de estarem figurados no mapa, não são identificados. Os cursos de água, considerados como de menor importância, correspondem a afluentes dos grandes rios, na sua maioria (os seis afluentes do rio Douro: Tâmega, Paiva, Távora, Pinhão, Tua, Côa e Sabor), ou ribeiras e pequenos rios que recortam o litoral (na Província de Entre Douro e Minho, individualizam-se os rios Lima, Cávado e Ave).

A rede hidrográfica constitui um dos fenómenos cartografados através do qual se torna mais fácil o reconhecimento das fontes do mapa em estudo. De facto, a comparação do traçado dos cursos de água permite detectar de imediato se houve decalque do modelo e quais foram as adaptações gráficas introduzidas.

À primeira vista, observando o traçado dos principais rios, damo-nos conta de uma certa semelhança com a carta de Sanson de 1694, tal como com a carta de Homann de 1704. No entanto, por um lado, a figuração dos cursos de água é muito mais simples quanto ao estilo de gravura e por outro, só foram gravados

²⁵⁴ Agradecemos particularmente o Prof. Gilles Palsky, Maitre de Conférences, da Universidade Paris XII- Nanterre, por ter disponibilizado um exemplar da sua tese de habilitação intitulada *L'esprit des Cartes, approches historiques, sémiologiques et sociologiques en cartographie* (2003) donde foram retiradas e adaptadas as informações citadas (p.72).

²⁵⁵ D. Luís Caetano de LIMA, 1736, vol. II, pp.193-195.

por Granpré os rios mais significativos ou aqueles que a mancha gráfica permitia serem cartografados, sem sobrecarregar o mapa. Assim, a península de Lisboa não apresenta rede hidrográfica, a maior parte dos cursos de água do Algarve foram retirados, tais como os afluentes de menor extensão do rio Tejo.

É o mapa de Weigel de 1719 que apresenta maiores semelhanças com o mapa de Granpré relativamente à rede hidrográfica: a gravura dos principais cursos de água, a saber, os rios Douro, Mondego, Tejo e Guadiana é relativamente próxima da observável na carta de Granpré. Sendo a escala menor do que a do mapa de Weigel, o traçado dos rios supra mencionados é menos preciso no mapa de Granpré. Por esta mesma razão, na carta de Weigel estão figurados um maior número de cursos de água secundários, resultando numa rede hidrográfica mais densa, com o desenho dos ribeiros e dos afluentes dos rios. Mais ainda, alguns cursos de água foram identificados: embora não seja sistemático, os nomes dos afluentes do Guadiana, do Sado, do Tejo e do Douro tal como os rios do Minho, do Algarve e da península de Setúbal foram gravados na carta de Weigel.

De igual modo, o desenho de formas alongadas irregulares, de diverso tamanho (em número de oito), que sugerem bancos de areia ou pequenas ilhas interiores, no rio Tejo ("os mochões") foi também encontrado em todas as fontes cartográficas consideradas, excepto no mapa de Nicolas de Fer, *Les frontières d'Espagne et de Portugal*. No entanto, o número de bancos de areia nunca coincide bem com a dimensão e a forma dos mesmos.

Entre os fenómenos hidrográficos, é ainda possível identificar como particularidades gravadas por Granpré, no mapa de Portugal, duas lagoas interiores na margem esquerda do Tejo, a sudeste de Abrantes. De facto, enquanto que os lagos, tais como os rios são mais vezes preenchidos pelos gravadores "de traços paralelos ao contorno ou a corrente, as lagunas o são sempre com "[uma] sucessão de traços e meio – traços horizontais" (DAINVILLE, 1964, p.155) Trata-se de "zonas alagadiças, onde com maior ou menor permanência as águas se acumulam na época das chuvas." (GIRÃO, 1960, p.130). Estas duas lagoas cuja localização parece ser fantasiosa, foram encontradas figuradas nas fontes cartográficas francesas, a saber nos mapas de Baillieu, de Besson, de Nolin, mas também de Placide. Embora a forma e a orientação destas duas lagunas sejam distintas em cada uma das fontes cartográficas e no mapa de Granpré, a localização é idêntica.

O litoral, figurado através dos seus vários acidentes geográficos e da linha da costa, foi gravado através de uma faixa preta contínua sugerindo as águas marítimas, sendo quase rectilínea no Algarve, tanto a norte como a leste do cabo São Vicente e no Alentejo, exceptuando duas pequenas reentrâncias junto a Melides e à foz do rio Sado. A costa alarga-se com a proeminência dos cabos Espichel e da Roca, no extremo das duas penínsulas que cercam o estuário do Tejo, estando colocado frente a entrada do rio, uma mancha alongada de pontos, o extenso banco de areia, único elemento deste tipo das águas do litoral, para além do arquipélago das Berlengas. A norte do Tejo, o litoral é bastante recortado pelas fozes dos vários rios que vão desaguam no oceano, sendo de sublinhar a do Mondego e as barras do Porto e de Aveiro, sendo esta última representada de forma oval e rasurada por traços finos e "apertados" na horizontal, remetendo para mistura das águas doces do Vouga e das águas salgadas do mar, tornando-se numa mancha gráfica destacada neste mapa.



Figura 26 – Pormenor da representação da reentrância junto da foz do Sado no mapa de Portugal de 1729.

Os vários acidentes geográficos que pontuam o litoral português determinam a forma do país, percepcionada pelos leitores nacionais e estrangeiros, sendo no entanto de referir que a configuração da costa e como tal do território encontra-se distorcida na medida em que não foram respeitados os valores exactos das coordenadas geográficas dos lugares e dos contornos do litoral, sobretudo no que toca à longitude. Se Portugal de facto se estende no seu comprimento como ao longo de um meridiano, são, no entanto, de apontar os exagerados avanços e recuos da costa, através da representação gráfica desproporcionada dos cabos e dos estuários, o que remete para a utilização de cartas hidrográficas como fontes.

Os mapas de Sanson, de Homann e de Weigel apresentam algumas parecenças na particular figuração de certas reentrâncias do litoral, a saber: a foz do Douro, a ria de Aveiro, o estuário do Mondego, a "baía" a sul de Melides e a foz do Sado, e a foz do Guadiana. No entanto, a forma do litoral ocidental do Algarve e do Alentejo, tal como pela costa junto ao arquipélago das Berlengas difere totalmente.

No mapa de Granpré, através de pequenos traços paralelos e rectos, desenhados horizontalmente, que são cartografadas as águas do mar que banham a barra do Porto, a barra de Aveiro (designadas com a inicial em maiúscula) e a reentrância, de orientação norte-sul, situada a sul de Setúbal. O desenho desproporcionado da barra de Aveiro tem por efeito mostrar ao leitor o seu detalhe: a sua forma,



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,...vol 1*, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734, entre pp. 182 e 183..

Figura 27 - Rede hidrográfica no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

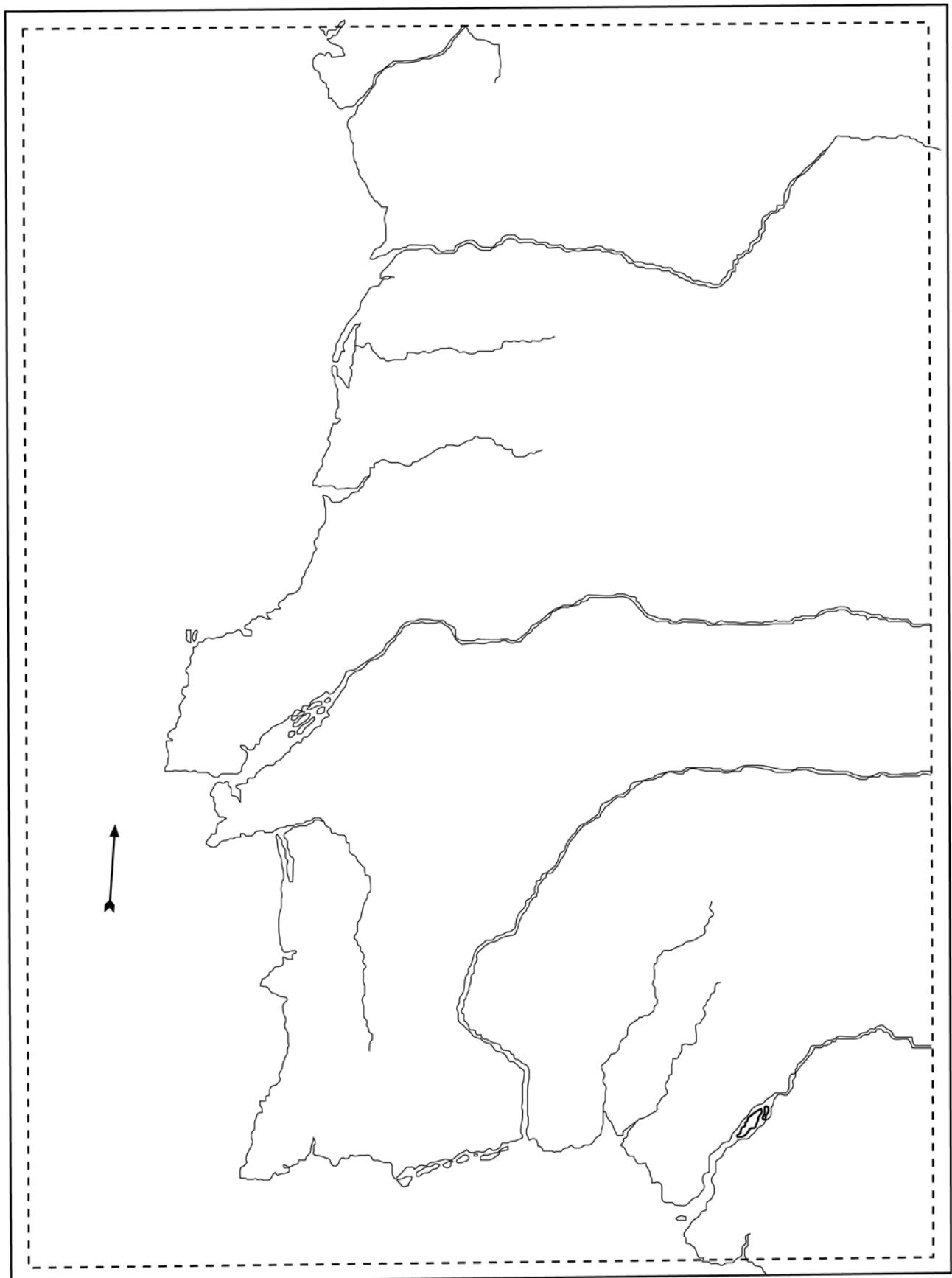


Figura 28 - Rede hidrográfica no mapa de Sanson, 1695.

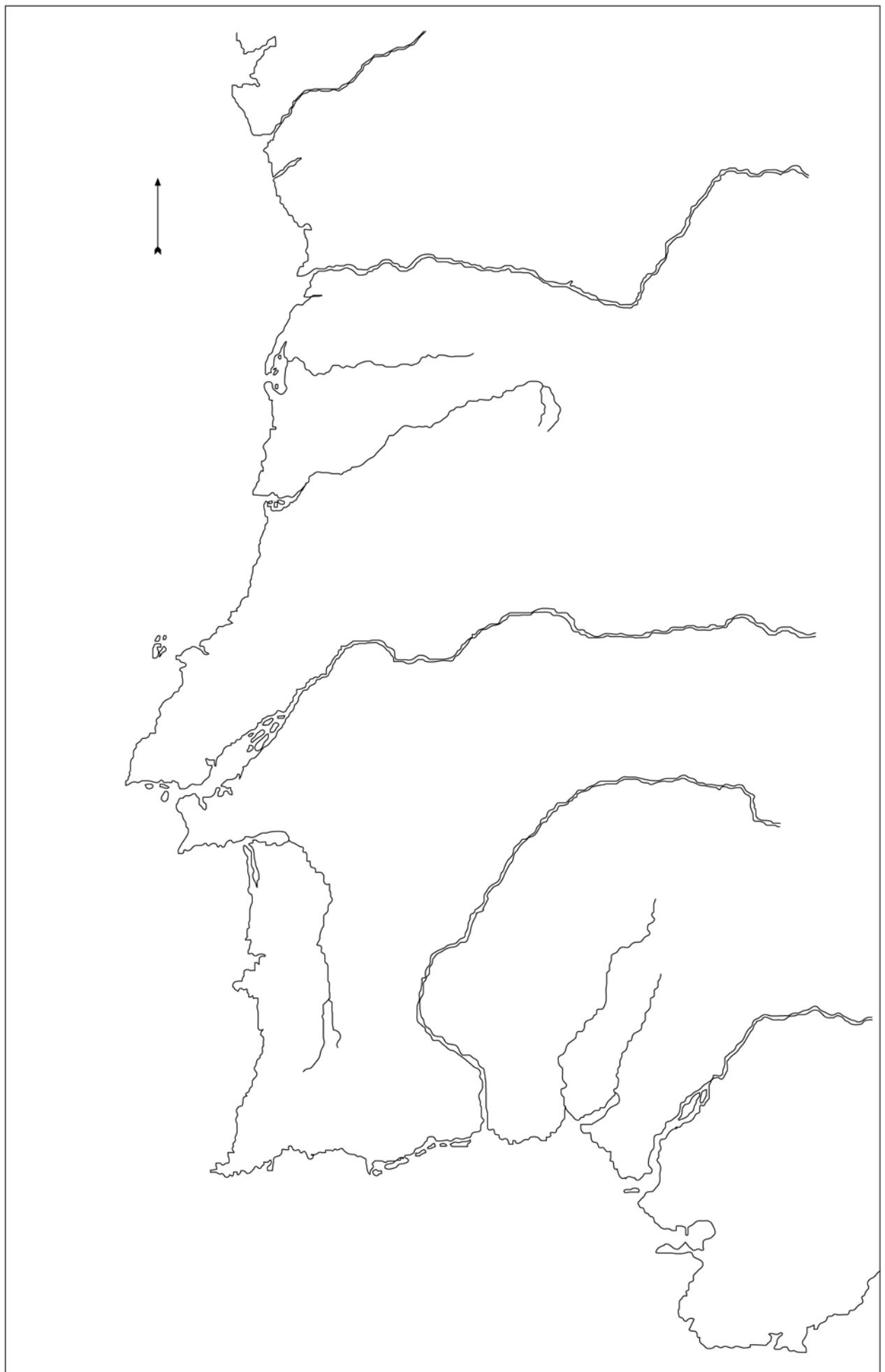


Figura 29 - Rede hidrográfica no mapa de J.B. Homann, 1704.

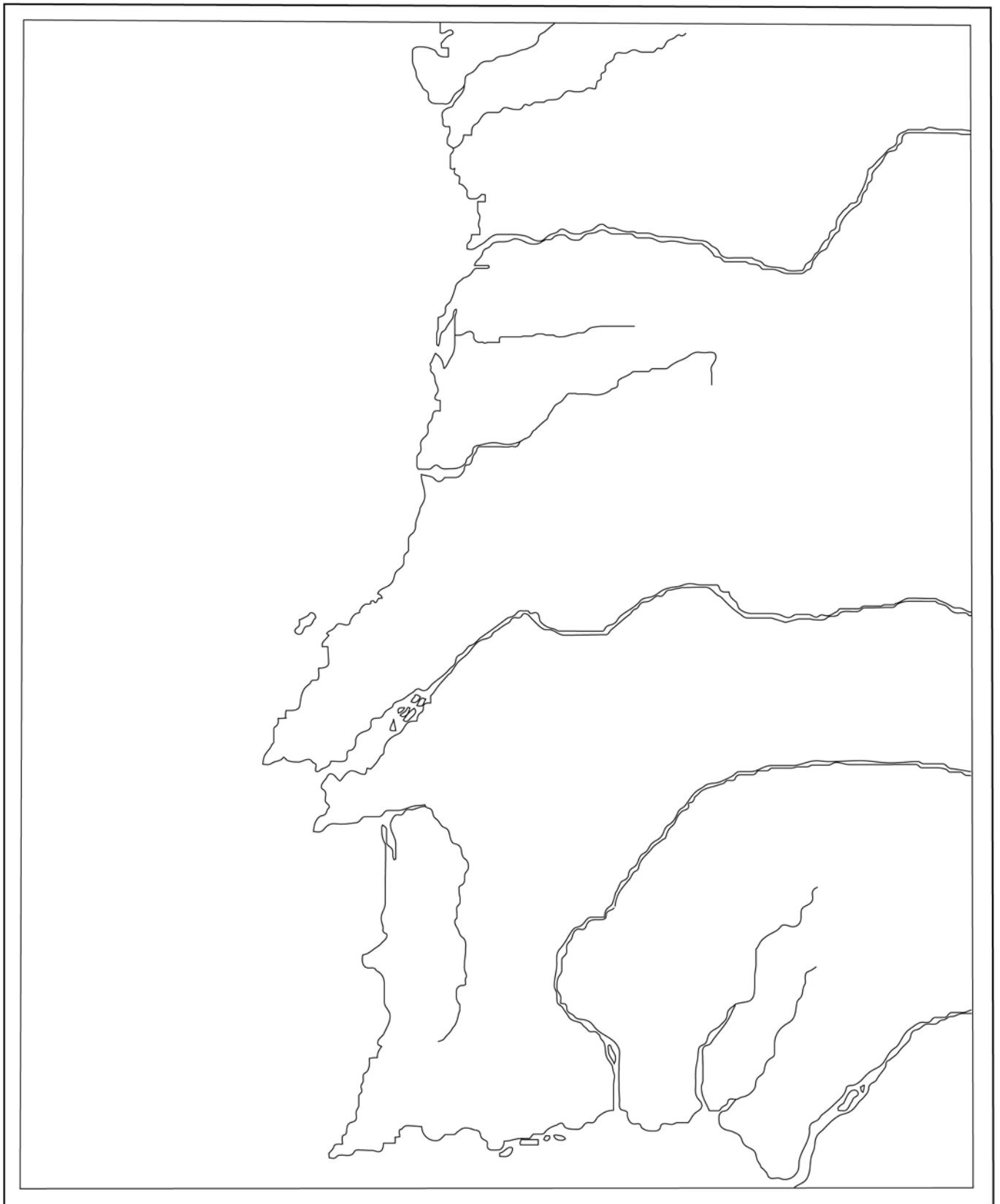


Figura 30 - Rede hidrográfica no mapa de Weigel [ca. 1719].

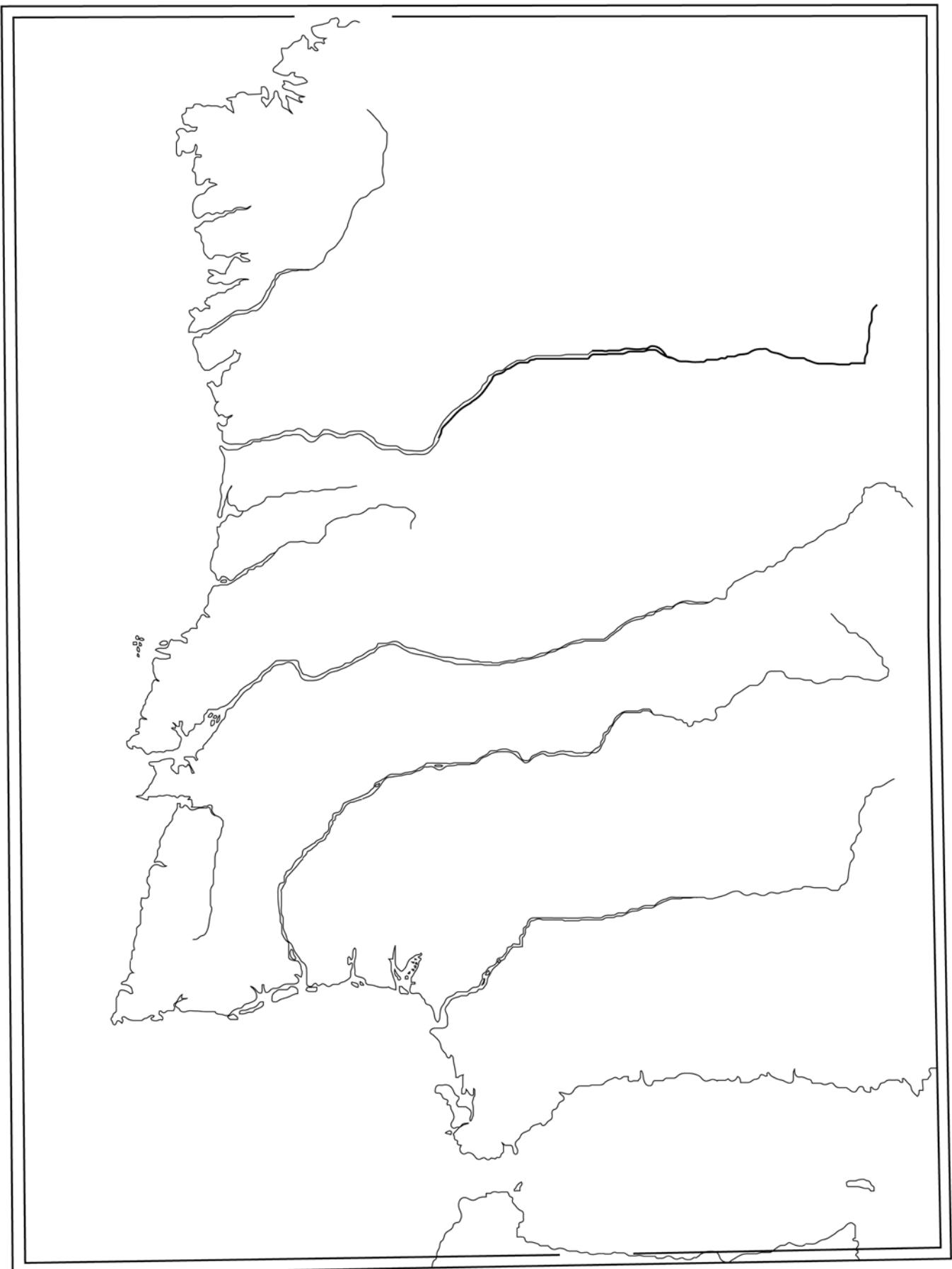


Figura 31 - Rede hidrográfica no mapa de Ballieu, 1704.

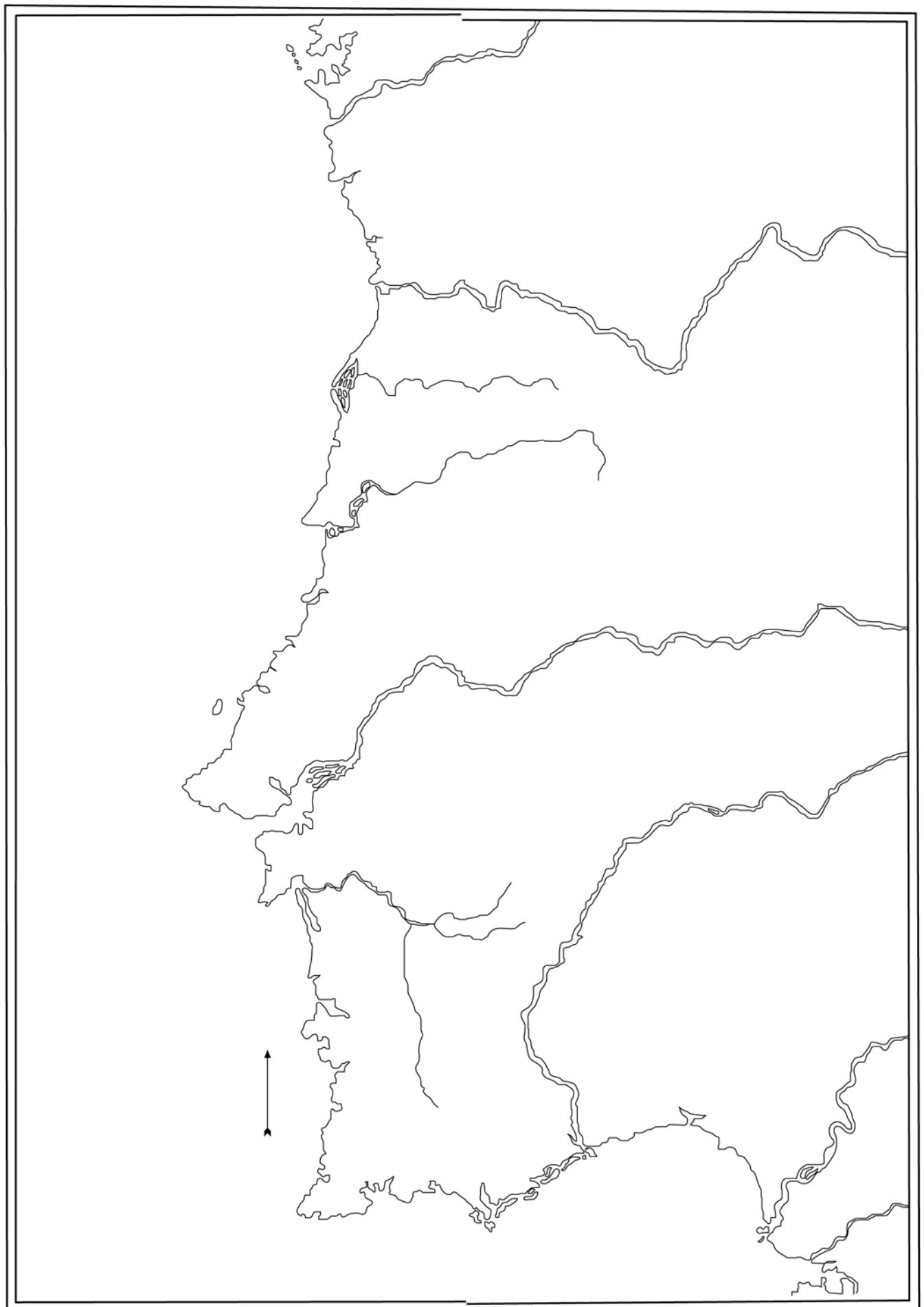


Figura 32 - Rede hidrográfica no mapa de L. Besson, 1704.



Figura 33 - Rede hidrográfica no mapa de J.B. Nolin, 1704.



Figura 34 - Rede hidrográfica no mapa de Placide, 1700.

nomeadamente os dois braços do cordão dunar, os rios que nela desaguam e as pequenas ilhas. A diferença entre os diferentes tipos de estuários existentes no litoral português é assim explícita através da gravura específica das águas: o estuário do Mondego é preenchido por linhas onduladas e não rectas, sugerindo a água doce do rio, tal como para o rio Tejo, com a indicação da barra de Lisboa. As semelhanças do mapa de Granpré com as imagens produzidas por Sanson, Homann e Weigel residem em todas estas particularidades ligadas ao estilo da representação dos fenómenos hidrográficos litorais. Mais uma vez, aqui, a carta de Weigel é aquela que mais se aproxima da imagem de Portugal gravada em 1729 por Granpré, sendo por exemplo, o desenho da ria é flagrante através dos pequenos traços paralelos sugerindo as águas do estuário, as pequenas ilhas espalhadas e a própria forma da barra oval e alongada.



Figura 35 – Pormenor da representação das Barras de Aveiro e do Porto no mapa de Portugal de 1729.

No mapa de Granpré, os cabos são dados a conhecer ao leitor: o Cabo de São Vicente, o Cabo de Espichel e o Cabo da Roca, todos eles mencionados pela inicial de cabo em maiúscula, acompanhados do respectivo nome. Algumas ilhas foram gravadas, nomeadamente, uma pequena ilha a sudeste de Buarcos e, três ilhas de forma alongada, ao longo da costa entre Faro e a foz do Guadiana. Mas apenas o arquipélago das Berlengas é referenciado, pela inicial maiúscula de ilhas, seguido de Berlengas. As abreviaturas, nomeadamente B de barra e C de cabo acabam por ser os próprios signos convencionais que designam estes fenómenos. O arquipélago das Berlengas e as ilhas ao longo da costa oriental algarvia são dois elementos da paisagem litoral presentes em todas as imagens de Portugal consultadas. No entanto, em cada mapa, o número, a forma, a dimensão, a disposição destas ilhas à imagem dos "mochões" do Tejo, variam consideravelmente. O mapa de Portugal gravado por Granpré é neste ponto totalmente original.

Na imagem de Granpré, o relevo é figurado mediante uma simbologia simples, correspondente a "montículos" de forma triangular de tamanho pouco variável, cuja base e contornos são sublinhados. Trata-se de uma representação em perspectiva cavaleira²⁵⁶, tal como se contemplássemos os perfis das serras na realidade. A própria orientação da perspectiva do desenho pressupõe que só possamos observar o mapa num único sentido: aqui, do sul para norte, ou seja para o leitor da base para o topo²⁵⁷. Este método de representação das formas do relevo é o mais utilizado nos mapas da época²⁵⁸, sendo que houve uma constante evolução ao longo da História da Cartografia. Isolados, agrupados ou alinhados tanto na horizontal, como na vertical e na diagonal, estes "montes", para além da sua identificação estar dificultada por não haver qualquer

²⁵⁶ Quanto à representação do relevo ao longo dos séculos XVII, XVIII e XVIII, ver François de DAINVILLE, 1964, pp.167-171.

²⁵⁷ François de DAINVILLE, 1964, p.181.

²⁵⁸ ALEGRIA, Maria Fernanda – "Cartografia Antiga de Portugal Continental", in *Finisterra*, vol. XII, 24, Lisboa, 1977, p.169-210.

referência aos seus nomes, não parecem corresponder, no seu conjunto, à configuração exacta, por nós hoje conhecida, do relevo de Portugal.

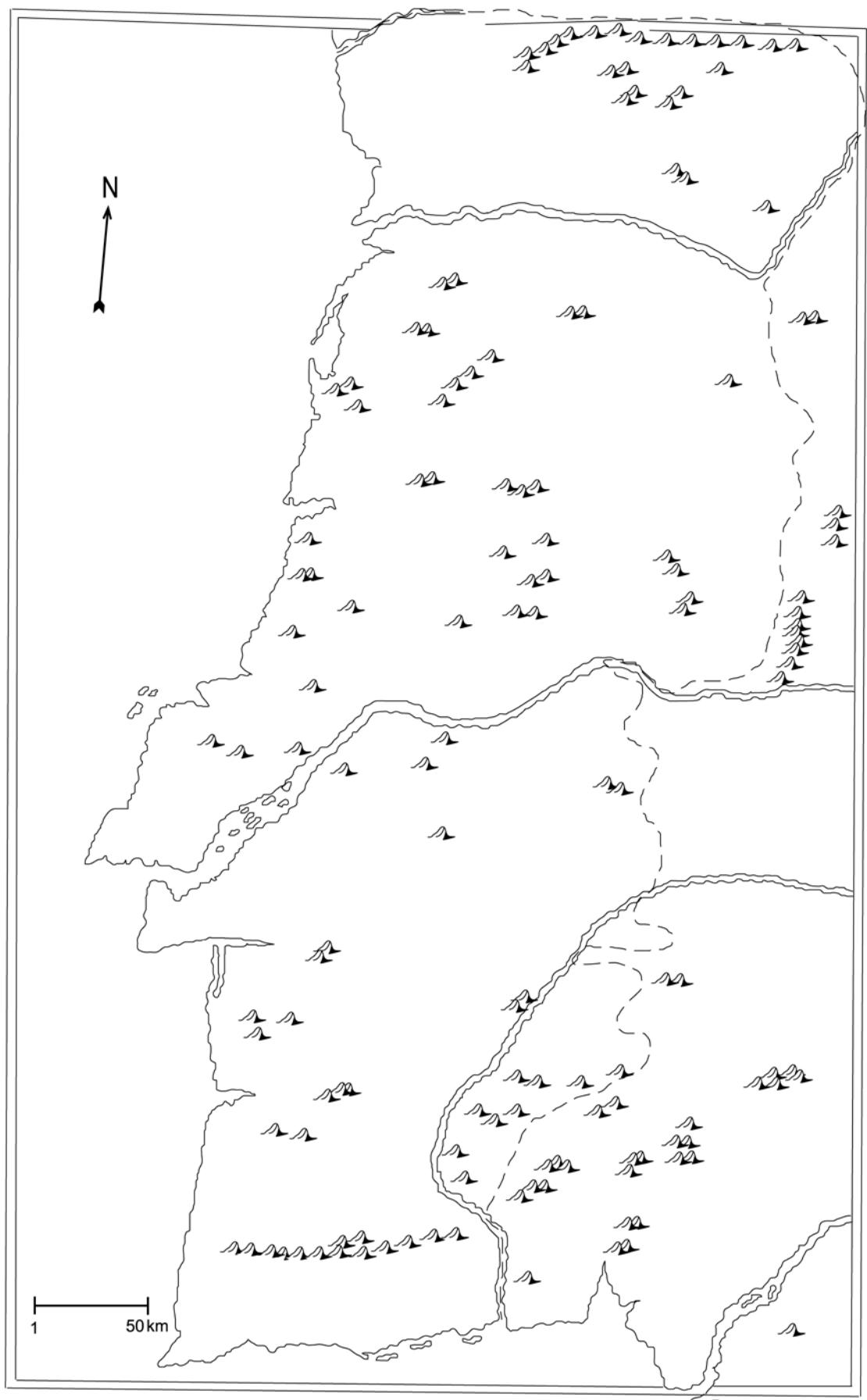


Figura 36 – Pormenor da representação do relevo no mapa de Portugal de 1729.

Não é figurado, na carta de Granpré, o “vigoroso contraste” que marca o território português, entre a parte setentrional constituída por fortes elevações, montanhas e planaltos e a parte meridional, caracterizada por extensas planícies e relevos residuais²⁵⁹. Pelo contrário, há como que um equilíbrio na mancha gráfica respeitante aos “montes” entre o sul e o norte. Mais ainda, na parte extrema sul do território, o relevo parece mais significativo devido ao alinhamento dos “montículos”, entre o limite Algarve e Alentejo – a Serra de Monchique e do Caldeirão – e a um outro conjunto ao longo do Guadiana, na sua margem esquerda.

Se tivermos em atenção a distribuição do relevo, podemos constatar que o centro do território encontra-se pontuado por “montículos”, isolados ou em conjunto de dois ou três, tendo sido curiosamente omitida a representação da serra da Estrela, enquanto que a norte do rio Douro, só estão assinalados alguns “montes”, uns de forma esparsa no interior, na província de Trás-os-Montes e outros alinhados junto a fronteira com a Espanha. As áreas planas acabam por corresponder ao Alentejo interior, à parte central da Beira interior e ao Entre Douro e Minho. Foram assim cartografadas, com um maior ou menor grau de precisão, as serras de Monchique e do Caldeirão, no Algarve, a Serra de São Mamede, onde se situa Portalegre, as Serras do Cercal a sul de Sines, e de Grândola, a norte de Melides; a Serra de Montejunto, perto de Santarém, as Serras de Candeeiros e de Aire, a sul de Leiria; parte do complexo da Cordilheira Central, Serra da Lousã, do Acor, da Gardunha, da Malcata; a Serra do Caramulo, envolvendo Viseu; as Serra de Montemuro e da Freita, ainda na Província da Beira; por fim, em Trás-os-Montes, a Serra de Montesinho e do Larouco, formando uma barreira ao longo da linha fronteiriça. É de referir que apesar dos nomes dos conjuntos montanhosos terem sido aqui referidos para facilitar a leitura da distribuição deste fenómeno, em nenhum caso, Granpré inscreveu topónimos referentes às serras figuradas.

²⁵⁹ RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal. Volume I. A posição geográfica e o território*. 4^a edição (Comentários e actualizações de Suzanne Daveau). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998, p.167.



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,...vol 1, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734*, entre pp. 182 e 183..

Figura 37 - O relevo no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

Se o relevo do território português é de facto caracterizado pelas peneplanícies do Alentejo e da Beira Baixa, devemos no entanto questionar se a área compreendida entre os rios Minho e Douro corresponde de facto a este tipo de unidade morfológica. Foram de facto, ignoradas as suas tão características elevações médias e altas desta província, tal como a Serra da Estrela, na Beira. À imagem de alguns gravadores dos século anterior, que “deslocava aldeias, para dar a mostrar os perfis das serras”²⁶⁰, podemos pensar que o gravador privilegiou a representação das localidades, devidamente identificadas, através do seu topónimo, em detrimento do desenho das formas de relevo mais significativas do território português.

Considerando o relevo em interacção com outros fenómenos físicos e humanos, podemos perspectivar o recurso à representação destes “montes” no intuito de complementar a rede hidrográfica, sendo os “montes” relacionados com as nascentes (como é o caso do rio Vouga, cujo traçado parte de uns “montes”- a Serra da Lapa) e com as linhas divisórias das águas (os “montes” dispostos em cadeia ao longo do Tejo). Mas, sobretudo, são vistas como uma barreira natural, que as elevações são frequentemente desenhadas nas cartas, para marcar ou reforçar limites administrativos ou políticos: internamente entre o Algarve e o resto do território e em três pontos da fronteira luso-espanhola, a nordeste (na região transmontana), a leste (na província da Beira, do lado espanhol) e a sudeste, junto ao Guadiana, correspondendo a pedaços de “fronteira natural”. “Tentação para os cartógrafos em figurar as montanhas e sobretudo as cadeias de montanhas como séries de montículos alinhados sobre a fronteira”, a representação do relevo subordinada aos interesses geopolíticos está presente no mapa de Granpré como em tantos outras cartas à escala regional ou nacional do século XVIII, “as longas cadeias [montanhosas] que servem de muro espesso e impenetrável entre as Províncias, como os rios servem de fossos.” (François de DAINVILLE, 1964, p.168)

Atentos aos acontecimentos geopolíticos, anteriores à feitura deste mapa, constatamos que estas áreas foram teatros de guerra, aquando dos sucessivos ataques do exército inimigo, nomeadamente durante a guerra de restauração da independência portuguesa no século anterior, e a recente guerra de Sucessão da Espanha, à data de gravação do mapa. É então oferecida aos leitores uma imagem cartográfica pouco exacta, deficitária da distribuição do relevo em Portugal, em que talvez importa uma compreensão deste fenómeno, não de forma isolada, mas sim relacionado com os outros fenómenos cartografados e tudo aquilo que se encontra subjacente à própria feitura do mapa, a saber o contexto geopolítico. Na medida em que a representação cartográfica do relevo colocava problemas, não só na localização exacta do fenómeno, como o artifício gráfico mais adequado para dar conta da orientação, da altitude e da dimensão da elevação, os cartógrafos acabavam por representar este fenómeno de forma aproximada, frequentemente para reforçar ideias geopolíticas ligadas à concepção da montanha como barreira natural.

Comparando com o conjunto das outras imagens cartográficas produzidas em Paris em Nuremberga, observamos que o estilo da gravura dos montículos condiz com o de Nicolas de Fer. Quanto à distribuição geográfica deste fenómeno, tudo leva a crer que Granpré seleccionou as localizações das elevações representadas nas fontes cartográficas por ele consultadas. De facto, no mapa de Weigel, as áreas montanhosas no território português concentram-se ao longo do limite do reino do Algarve com o Alentejo, junto

²⁶⁰ François de DAINVILLE, 1964, p.168.

ao litoral alentejano, ao longo da margem direita do Guadiana entre Beja e Alcoutim, a norte de Alenquer, ao longo da linha fronteiriça a leste de Castelo Branco, na área compreendida entre Coimbra e Guarda, a oeste de Viseu, e por fim, espalhados em toda a Província de Trás-os-Montes. Tal como descrevemos no mapa de Granpré.

A cobertura vegetal constitui um dos outros fenómenos físicos escolhidos pelo autor para ser figurado, isto é, recorrendo a uma determinada simbologia representativa: "árvores em perspectiva cavaleira, mais pequenas e mais numerosas, ao pé das quais é levada a leste um pequena sombra, delimitando melhor o conjunto arbóreo [resultado dos] progressos da perspectiva e da adopção da gravura sobre cobre ao buril, [...não esquecendo que cada] gravador possui o seu próprio estilo" (DAINVILLE, 1964, p.192).



Figura 38 – Pormenor da representação das manchas arbóreas no mapa de Portugal de 1729.

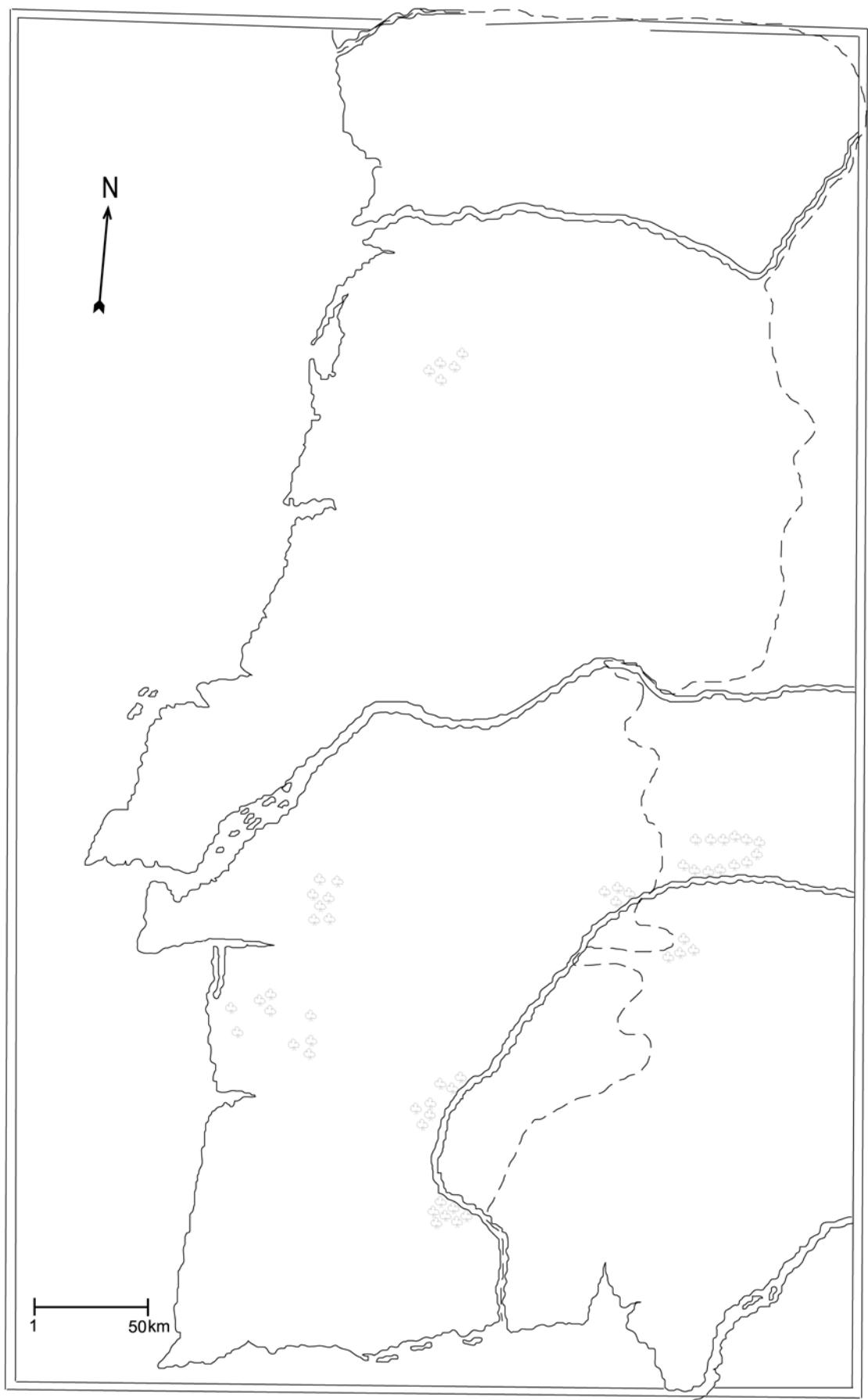
Assim, o desenho do arvoredo por parte de Granpré (o perfil, a sombra da árvore e a sombra no chão, a disposição entre as árvores) forma seis manchas gráficas individualizadas, correspondente a conjuntos arbóreos no território nacional. Um único conjunto a norte do Tejo, a oeste dos "montes" que circundam Viseu; uma outra "mancha", a nordeste de Setúbal; mais a sul, entre Alcácer do Sal e Melides, outro conjunto em torno das serras; na margem direita do Guadiana, três outros grupos de árvores, perto de Elvas, a leste de Beja e a sul de Mértola, respectivamente.

Estes seis conjuntos de vegetação distinguem-se pelo tamanho da mancha gráfica que ocupam na superfície do mapa. No entanto, por falta de legenda, que nos possa elucidar acerca das espécies de árvores figuradas e pela localização relativa dos conjuntos, é-nos difícil poder caracterizá-los e identificá-los, sendo a maior parte deles concentrados na parte meridional do território, nomeadamente ao longo do Guadiana (verificando-se semelhante distribuição na vizinha Espanha), o que não deixa de ser significativo...²⁶¹

Poderíamos ainda tentar relacionar as manchas de vegetação com formações arbóreas existentes na época (o conjunto de arvoredo representado a sul de Vila Viçosa poderá talvez corresponder à Tapada Real de Vila Viçosa, tal como a mancha arbórea gravada a oeste de Viseu, a uma área de abastecimento de madeiras para a construção naval em Aveiro²⁶²), mas trata-se antes de mais de uma representação simbólica que não visa reproduzir de forma fiel a distribuição da vegetação arbórea no território nacional (o pinhal de Leiria não foi cartografado). No entanto, a observação cuidada das fontes cartográficas revela-nos que algumas delas figuram

²⁶¹ O Alentejo é tido em finais do século XVIII como uma área em que a cobertura arbórea constituída principalmente pelas azinheiras, pelos carvalhos e pelos sobreiros é particularmente densa. Nomeadamente, "(...) por todas as circunvizinhanças de Portalegre se acham muitas contínuas de carvalhos, como as de azinheiras..." (SEQUEIRA, 1790, p. 266).

²⁶² Agradecemos à Profª. Doutora Nicole Devy-Varela as indicações bibliográficas e as suas considerações acerca da representação da vegetação neste mapa.



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,...vol 1*, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Silva, 1734, entre pp. 182 e 183..

Figura 39 - Cobertura vegetal no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

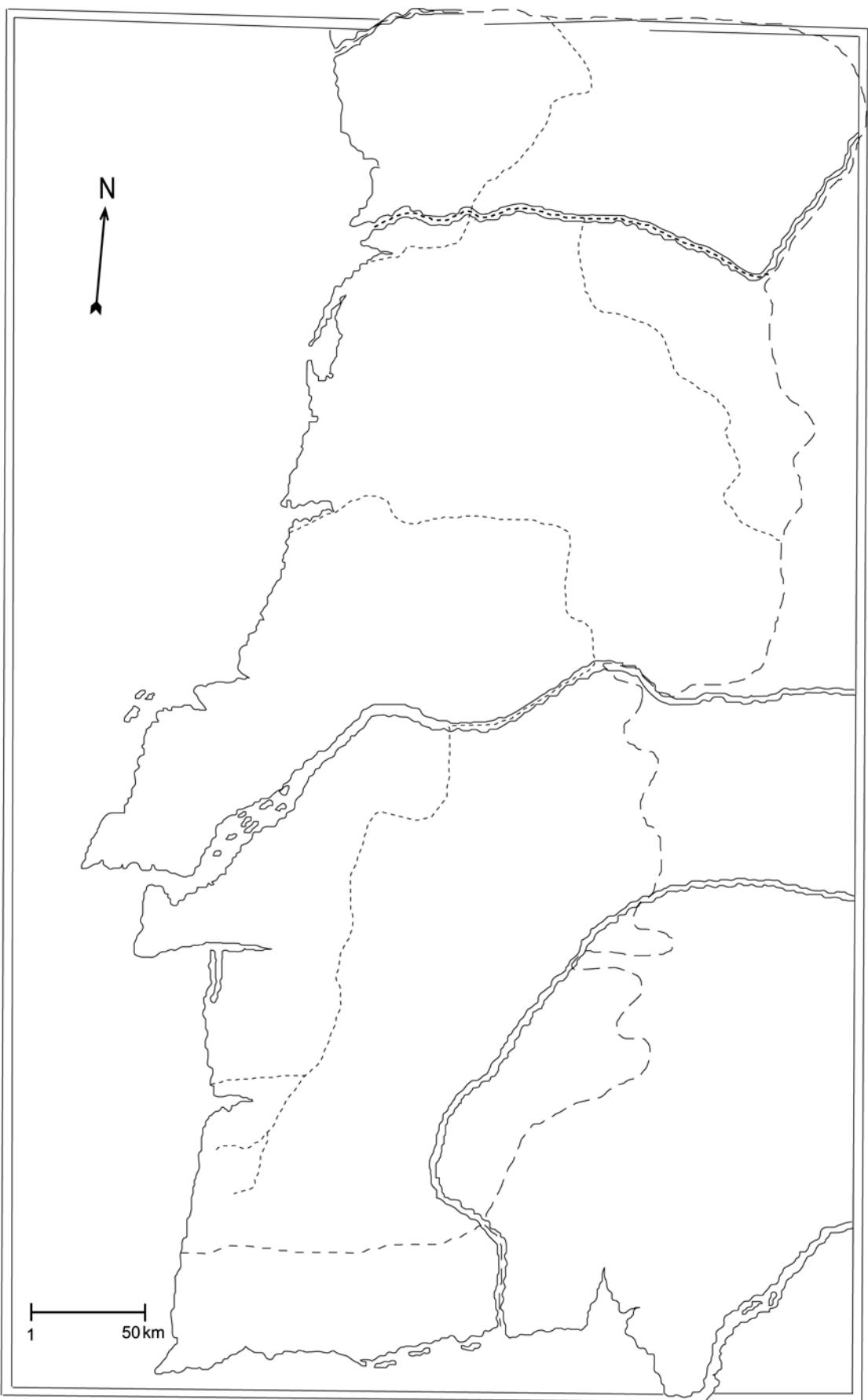
curiosamente manchas de vegetação que correspondem na sua localização, as que encontramos no mapa de Granpré.

De facto, verificamos que a localização das manchas arbóreas escolhida por Granpré está directamente inspirada nas três fontes cartográficas da autoria de Baillieu, Besson, Nolin e Placide. Cada um dos conjuntos de vegetação figurados no mapa impresso de 1729 foi como tal identificado nos mapas produzidos pelos franceses: perto de Viseu, no mapa de Besson; a nordeste de Setúbal e disperso nas elevações entre Alcácer do Sal e Melides em todos os mapas; junto à margem direita do Guadiana, no mapa de Placide e de forma mais significativa no mapa de Baillieu; junto a Elvas, em todos os mapas excepto no de Nolin e, por fim, em território espanhol, junto a Montijo, em todas as cartas e perto de Badajoz, unicamente, o mapa de Baillieu. O mapa de Placide e o mapa de Baillieu figuram quase todos os conjuntos de vegetação – somente no mapa de Besson encontramos os pequenos símbolos arbóreos junto a Viseu – no entanto todos eles através de uma representação areal de densidade distinta: dispersa em Placide e muito concentrada e carregada no mapa de Baillieu. Relativamente ao próprio desenho do símbolo utilizado por Granpré, este assemelha-se bastante ao de Nolin, tanto na forma da árvore e na sombra, como na disposição entre os vários símbolos. A figuração particular das formações arbóreas no mapa de Portugal de Granpré pode assim ser explicada pela influência das fontes cartográficas utilizadas.

Entre os fenómenos humanos, as fronteiras terrestres são figuradas através de uma implantação linear a tracejado²⁶³. Os rios, as cadeias montanhosas são utilizados em várias circunstâncias neste mapa de Portugal para demarcar os limites fronteiriços. É o que acontece com um curso de água: a nordeste, parte do troço do rio Minho (chegando a sua mancha gráfica a exceder os limites da esquadria tal como ocorre no extremo sul da região andaluza); uma pequena parte do rio Tejo entre Marinhais e Montalvão; e por fim, o Guadiana em dois pontos, entre Olivença e Monsaraz e no seu percurso final quando já delimita o Reino do Algarve da vizinha Espanha.

Como na maioria das cartas à escala nacional, este mapa de Portugal comporta a divisão interna do reino em províncias. Em número de seis, estas são de norte a sul: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve (designado como Reino). Os caracteres dos nomes, em letra romana e maiúscula, que designam as seis grandes unidades territoriais, acompanham a extensão de cada uma

²⁶³ Relativamente às diferentes formas de representação cartográfica da fronteira, ver GARCIA, João Carlos – "A Configuração da Fronteira luso-espanhola nos Mapas dos Séculos XV e XVIII", in *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, vol. XI, nº 41, Barcelona, 1996, pp. 293-321.



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,...vol 1, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Silva, 1734*, entre pp. 182 e 183..

Figura 40 - Limites das províncias no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

destas para melhor representá-la, resultando na sua disposição transversal (exceptuando "Reyno do Algarve). Na *Geografia Histórica...*, mais precisamente no capítulo I: Da Situação, e Divisão do Reyno de Portugal", D. Caetano de Lima apresenta ao leitor a divisão interna do território português: "Divide-se o Reyno de Portugal em seis Províncias, das quais a mais Meridional forma o Reyno do Algarve; as outras cinco, começando da parte do Norte, são: Entre Douro e Minho, Traz os Montes, Beira, Extremadura, e Alentejo" ²⁶⁴. Para então representar a delimitação entre as diversas províncias, foi desenhada uma linha a ponteado, sendo que em alguns casos a linha dos cursos de águas substitui os pontinhos, sendo os próprios limites físicos que separam duas áreas: o Douro entre Trás-os-Montes e a Beira; o Tejo no que toca ao Alentejo e a Estremadura. As seis províncias assim identificadas através dos seus limites terrestres, fluviais e marítimos podem ser caracterizadas pelos leitores no que diz respeito à sua extensão, sendo a maior a Estremadura, a seguir, o Alentejo, a Beira, Trás-os-Montes, o Algarve e por fim, Entre Douro e Minho. Mais ainda, torna-se possível considerar os diferentes fenómenos humanos existentes em cada uma das províncias, tal como os núcleos de povoamento pertencentes a cada uma delas, permitindo ao leitor uma caracterização imediata das províncias.

A distribuição do povoamento como fenómeno humano, é aqui representado, através da localização de núcleos e da sua respectiva identificação. À semelhança da cobertura quase uniforme e total do território pelos cursos de água, o povoamento encontra-se repartido de forma uniforme não sendo possível evidenciar vazios ou concentrações significativas em cada uma das seis províncias, o que, naturalmente, não corresponde à realidade.

São-nos dadas informações quanto ao próprio sítio das cidades: Portalegre está localizada no topo de uma serra, tal como o lugar de Mirelas, na Província de Trás-os-Montes, Santarém na margem direita do rio Tejo, tal como Lisboa, no seu estuário; a cidade do Porto, junto ao rio Douro; Coimbra, à beira do Mondego; Leiria, Silves, Alcácer do Sal, Sabugal, Ponte de Lima e mais outros lugares cartografados junto ao curso de água; Elvas por sua vez localiza-se perto de um conjunto arbóreo. Mas, é nos sobretudo transmitida a imagem de uma rede de núcleos populacionais, marcada por uma certa hierarquia, através não só dos símbolos com que foram gravados os topónimos bem como pela implantação pontual que os figura e os localiza.

Todos os lugares do território cartografado são assinalados por um pequeno círculo, muitas das vezes marcado na sua base por um pequeno traço, revelando o estilo do gravador. Era neste pequeno ponto que se tinha de colocar uma das pontas do compasso para um cálculo mais preciso da distância entre dois lugares²⁶⁵. Estes pequenos círculos correspondem certamente aos aglomerados populacionais mais pequenos.

De facto, as povoações mais importantes, as cidades, foram utilizados "símbolos gráficos em silhueta figurativa, traduzindo pelo tamanho, pela forma e pelo tipo de letra associado, a sua importância relativa." (ALEGRIA, 1986, p.182). Mais ainda, muitos dos lugares diferenciam-se na medida em que foi colocada nestes símbolos, uma cruz ou uma cruz dupla. Trata-se certamente de assinalar as treze cidades onde se situa a sede

²⁶⁴ Inserta na parte que diz respeito à "Geografia Histórica de Portugal, em que se descrevem as suas Províncias, Cidades ...", pp. 190-191.

²⁶⁵ Bruzen de la Martinière, *Dictionnaire géographique*, apud. François de DAINVILLE, 1956, p. 205.

de um bispado, no território português²⁶⁶. Destacam-se assim, os três arcebispados, Braga, Évora e Lisboa, através da cruz dupla. Seguem-se as restantes dez dioceses: Miranda do Douro, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Leyria, Guarda, Portalegre, Elvas e Faro, figurados por meio de uma simbologia ligeiramente diferente nos pormenores de desenho das casas gravadas, mas todos eles marcados por uma cruz simples.

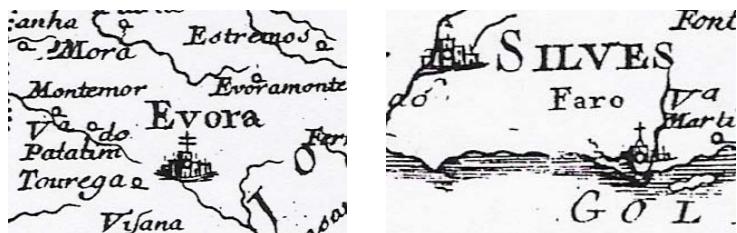


Figura 41 – Pormenor da representação das localidades no mapa de Portugal de 1729.

No entanto, outras oito localidades destacam-se também por símbolos figurativos do aglomerado em silhueta, embora exceptuando Silves, sejam de tamanho menor: Bragança, Beja, Tavira, Vila Nova de Milfontes, Santarém, Alenquer e Castelo Branco. Salientamos aqui uma particularidade: Mértola é figurada por um símbolo distinto: o pequeno círculo está colocado no centro de um pequena “casa”, marcada por um pequeno traço vertical.

A própria caligrafia dos topónimos, escritos paralelamente à base do mapa, junto dos símbolos pontuais, reforça a leitura diferenciada proposta pelo autor, na observação da distribuição dos lugares no território. O tipo de símbolo empregue, o próprio corpo da letra (a altura e a espessura), a forma da letra (podendo ser maiúscula, minúscula ou em itálico) leva a vista do leitor a distinguir os lugares e mais precisamente as cidades²⁶⁷.

O recurso ao desenho de diversos signos convencionais e à escrita variável de topónimos corresponde a um método utilizado na representação cartográfica das cidades, no século XVIII. De facto, "...na medida em que as cidades são as dioceses, os gravadores tem o cuidado de distinguir estas cidades das outras, assinalando as Metropolitanas por uma cruz dupla, e por uma cruz simples as Episcopais; eles escrevem igualmente, quando o espaço o permite, com um carácter diferente ou com uma letra maior, para que a vista possa distinguí-las primeiro" (DAINVILLE, 1964, p. 216).

Assim, temos de forma sistematizada a hierarquia das cidades e dos lugares do reino de Portugal. Temos a capital que se destaca dos dois outros arcebispados (cujos símbolos possuem ambos uma cruz dupla), pelos caracteres escritos em maiúsculas. A seguir, as dioceses que se demarcam pelos símbolos pontuais específicos, sendo de sublinhar que se a maior parte dos topónimos estão escritos da mesma forma, o nome das cidades episcopais de Portalegre e de Faro ser gravado com um corpo de letra e tamanho diferentes. Surgem então as cidades, seguidas das restantes localidades que mereceram a sua representação no mapa. É

²⁶⁶ Ver os quadros relativos aos signos convencionais eclesiásticos utilizados pelos geógrafos nos séculos XVII e XVIII em François de DAINVILLE, 1956, pp. 201-203 e a comparação entre os mapas de Álvaro Seco e de Pedro Teixeira Albernaz, acerca do povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII, feita por Maria Fernanda ALEGRIA, 1986, pp. 179-197.

²⁶⁷"Para tornar mais legíveis as suas cartas, os geógrafos [...] utilizam um corpo maior para as paróquias mais consideráveis, eles escrevem as principais em carácter romano" (DAINVILLE, 1956, p. 205)

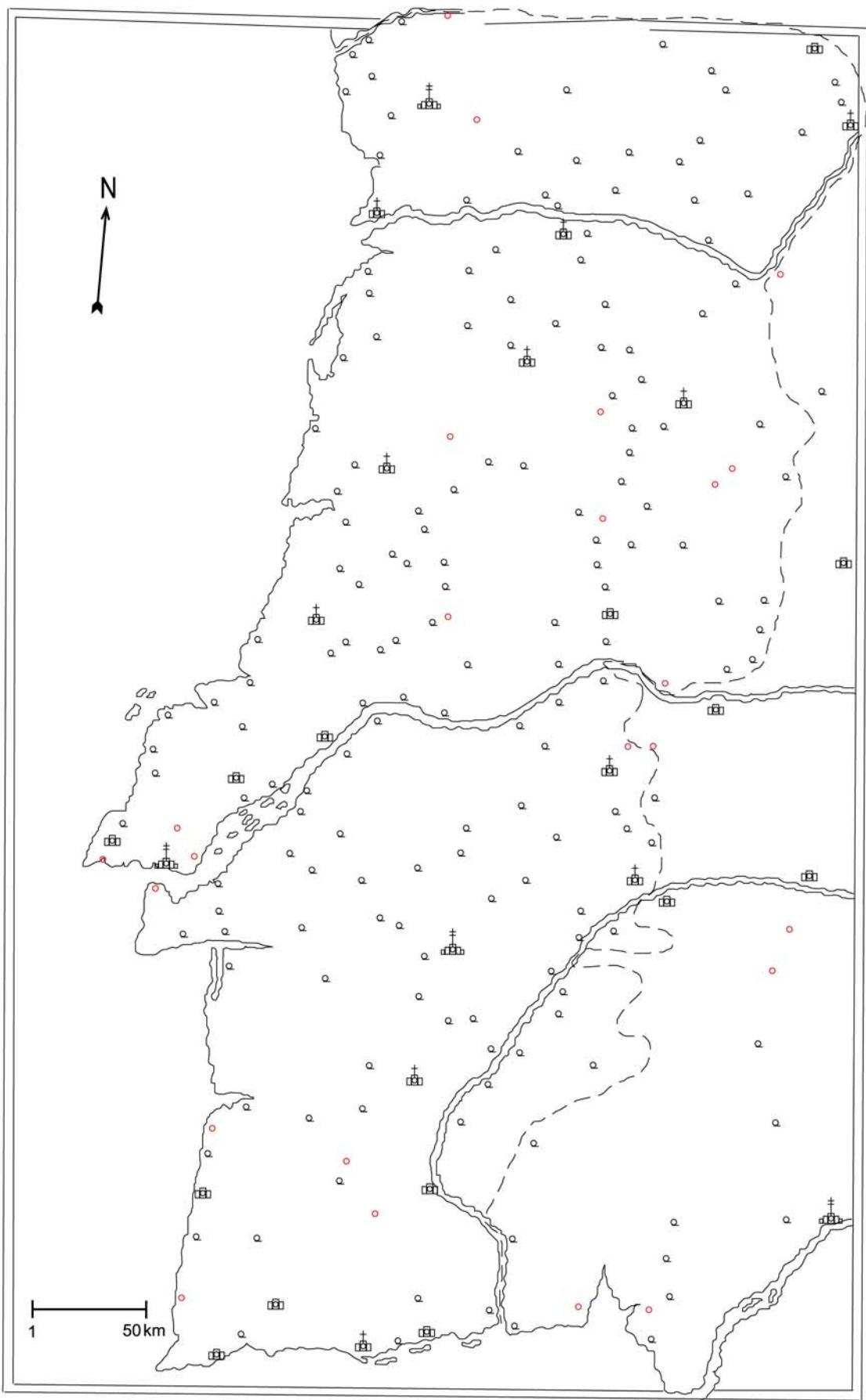
importante sublinhar que a escrita da toponímia não pode ser de facto, um critério seguro para caracterizar as cidades figuradas na medida em que o trabalho do gravador está dependente do espaço disponível na superfície a cartografar, tendo prioridade os elementos cuja localização exacta é imprescindível. É assim, que podemos observar que o topónimo “Guimarães” está gravado com a letra menor, que Amarante, curiosamente colocado na diagonal, e não de forma paralela à base do mapa, como os restantes topónimos²⁶⁸.

A obra onde se encontra inserido o mapa em estudo vem confirmar estas últimas considerações acerca da representação cartográfica da hierarquia dos lugares do território português. De facto, o autor da *Geografia Histórica...* menciona que dentro do Reino de Portugal, “se contão somente dezoito Cidades; porém deve-se notar, que entre as muitas Povoaçãoens, que há por todo o reyno, se encontra hum grande numero de Vilas, tão bem povoadas, com tão bons edifícios, e de tanto commercio, que merecerião, com grande justiça, o nome das Cidades em qualquer outra parte da Europa.”²⁶⁹ Mais adiante, D. Luís Caetano de Lima indica-nos que “...no numero das Cidades entrão tres, que são Archiepiscopae, a saber: Braga, na Provincia de entre Douro e Minho; Évora, no Alentejo; e Lisboa, na Estremadura. [...] As Cidades Episcopae, seguindo a ordem, que guardamos nas Províncias, são dez, a saber: o Porto, na Província do Minho; Miranda, na de Traz os Montes; Coimbra, Guarda, Lamego, e Viseu, na Beira; Leiria, na Extremadura; Elvas, e Portalegre, no Alentejo; e Faro, no Algarve. As Cidades, que carecem de Cadeira Episcopal são: Bragança, Beja, Lagos, Sylves, e Tavira.” A diferença que encontramos no mapa de Portugal de Granpré é a inclusão de Vila Nova de Milfontes, Santarém, Alenquer e Castelo Branco no conjunto de cidades tendo em conta a simbologia utilizada autor. Assim, podemos considerar que as considerações feitas ao longo da obra de Caetano de Lima não foram tidas em conta por Granpré na feitura deste mapa, quando figurou os lugares de Portugal. Foram precisamente as fontes cartográficas que providenciaram a informação necessária para cartografar o povoamento.

Num primeiro tempo, podemos constatar que o estilo da gravura dos topónimos relativos aos lugares e aos cursos de água que encontramos no mapa de Nicolas de Fer intitulado *Les Royaumes de Portugal et d'Algarve*, corresponde àquele que foi utilizado por Granpré; embora o tamanho possa diferir ligeiramente, a forma das letras é idêntica. Como cartógrafo especializado na execução das mais diversas documentos cartográficos, desde plantas de fortificações a mapas de fronteiras, Nicolas de Fer privilegiou uma determinada forma de representar os topónimos para evidenciar de forma clara e simples as diferentes escalas abordadas no mapa de Portugal: a regional, com as províncias, e a local, com as principais cidades, e as restantes localidades hierarquizadas. Granpré seguiu então este método, em que as letras maiores são reservadas às províncias, enquanto que para as localidades, as capitais são gravadas para as principais cidades, a letra romana para as localidades de maior dimensão e a itálica para os pequenos lugares. Desta

²⁶⁸ No entanto, é de sublinhar a ênfase dada à “toponímia, respeitante tanto a uma realidade social e política – os lugares, as cidades, as províncias, os estados – como a uma realidade dita “natural” – relevo, cursos de água – que acaba por ser de uma certa forma testemunha do grau de avanço e de exactidão do saber geográfico.” (JACOB, 1992, p. 265).

²⁶⁹. D. Luiz Caetano de LIMA, vol. II, 1736, p.191.



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa*,...vol 1, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734, entre pp. 182 e 183..

Figura 42 - Povoamento no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

forma é possível evitar que a mancha gráfica fique sobrecarregada com a informação e que a toponímia dos lugares se distinga facilmente aos olhos do leitor, ao contrário dos outros mapas de Portugal aqui contemplados. Os símbolos pontuais gravados por Granpré parecem ter sido igualmente inspirados no estilo empregue por Nicolas de Fer em ambos os mapas de Portugal: falamos aqui das “marcas” em forma de pequenos círculos e de conjunto de edifícios sugerindo o aglomerado populacional, encimados por uma cruz quando se trata de uma sede de bispo.

Neste mapa de Portugal, foram figuradas determinadas realidades consideradas estratégicas do ponto de vista das comunicações, dentro do território português e da sua defesa face aos inimigos. Como tal, símbolos pontuais utilizados de forma frequente nas cartas anteriores e contemporâneas do mapa de Granpré, sugerem a localização de algumas destas obras de suporte à actividade civil, comercial ou militar.

Foi assim inscrito o porto situado no estuário do Mondego, provavelmente na Figueira da Foz, através do desenho de uma âncora, sinal de que os barcos aí podem permanecer. Para a totalidade do mapa, encontramos representadas três pontes: no rio Mondego, junta à Coimbra, no rio Zêzere, perto de Pedrógão e no rio Sor, dando nome ao lugar de Ponte de Sor²⁷⁰. Dois pequenos traços recortando a linha do curso de água sugerem a existência de uma rede viária que o gravador escolheu não cartografar. Na província do Alentejo, entre Estremoz e Elvas, encontra-se um forte, figurado por um pequeno quadrado cujos ângulos são recortados, sugerindo um “castelo ou uma pequena praça fortificada”²⁷¹. Desenhado em elevação como se fosse um edifício único, temos uma torre de vigia num extenso banco de areia de forma alongado, aparentado a uma ilha (provavelmente a chamada “Cabeça Seca”): o desenho dos contornos a ponteado mais carregado do que no interior da forma marca a distinção. Tendo em conta a localização do banco de areia na entrada do estuário do Tejo, podemos supor que o edifício corresponde ao farol de Bugio²⁷².

Todas estas particularidades geográficas ligadas à presença humana encontram-se figuradas nas fontes cartográficas francesas, embora a forma de representação no mapa de Granpré seja ligeiramente diferente, o que se explica não só pela escala do mapa e formato da chapa, bem como pelo próprio estilo de gravura. Assim, uma âncora foi igualmente gravada por Besson e Nolin para assinalar as águas navegáveis do estuário do Mondego, no entanto os pequenos símbolos gravados nos dois primeiros mapas são bastante discretos, ao contrário da âncora desenhada por Granpré. Todas as pontes representadas no mapa de Granpré encontram-se localizadas de forma semelhante no mapa *Les Royaumes de Portugal et d'Algarve...* de Nicolas de Fer. Por fim, a torre fortificada de Estremoz é figurada nos mapas de Nicolas de Fer e de Placide, mas através de um símbolo pontual distinto, um pequeno círculo com um pequeno traço no seu topo em forma de seta incompleta. O que corresponde a uma marca específica dos cartógrafos franceses na representação destas torres defensivas elevadas²⁷³. Nolin e Besson optaram por representar o lugar fortificado de Estremoz no

²⁷⁰ Representações dos diversos modos de passagem dos cursos de água, como por exemplo, as pontes, encontram-se em François de DAINVILLE, 1964, p.162.

²⁷¹ Ibidem pp. 231-232 (ver em particular, a evolução da representação dos fortões entre o século XVII e XVIII na cartografia).

²⁷² As torres cartografadas nos mapas do século XVIII designam edifícios construídos em portos marítimos, no litoral para servir durante a noite de guia para os navios ou para assegurar a vigia das áreas onde se encontravam edificadas estas torres. Ver François de DAINVILLE, 1964, pp.233-234.

²⁷³ Ibidem, p. 61.

seu sítio elevado, através de uma vista plana do lugar. A torre de Bugio encontra-se igualmente assinalada em todos os mapas, e como tal nomeada, em Nolin, Nicolas de Fer (*Les Frontières d'Espagne et de Portugal...*) e em Baillieu.

Por fim, no mapa de Portugal de Granpré, simbolizados através de "espadas". Quatro vitórias militares são assim localizadas em Ourique, Elvas, Vila Viçosa e Montijo, na Estremadura Espanhola, com o desenho das espadas viradas para o topo, e não para baixo, sinal de uma derrota²⁷⁴. Estes tão singulares sinais convencionais que foram introduzidos por Granpré no mapa de Portugal correspondem de forma evidente a dois momentos históricos no que toca à consolidação do território português como reino independente. Trata-se da batalha de Ourique (1139) durante a Reconquista Cristã e as campanhas militares em Montijo (1644) e as batalhas de Linhas de Elvas (1659) e de Montes Claros (1665) durante as guerras da Restauração. A colocação da "espada", junto ao topónimo "Ourique", relembrava-nos de imediato a batalha que deu um novo alento à Reconquista Cristã em terras ibéricas e concedeu a realeza a D. Afonso Henriques. A figuração desta batalha envolta por uma lenda esboçada em Santa Cruz de Coimbra faz todo o seu sentido neste mapa, mais ainda se atendermos ao facto de D. João V ter procurado canonizar D. Afonso Henriques²⁷⁵.

Estes acontecimentos marcaram a população portuguesa, na sua identidade, tendo havido luta e conquista da independência do território a qual pertenciam contra os invasores e inimigos. Estas batalhas vitoriosas são referências para todos os portugueses no seu orgulho patriótico misturado de misticismo. A representação cartográfica destes factos da História de Portugal é intencional. Reflecte uma interferência do poder externo na Cartografia: a intervenção do monarca D. João V no reforço da imagem de Portugal como território com poder, cujas fronteiras se encontram consolidadas, apesar das ameaças constantes durante a construção de Portugal como Estado católico, lutando contra a presença Muçulmana, no século XII e aquando da recuperação da independência em 1640, após mais de sessenta anos de dominação castelhana, a que se seguiu uma longa guerra de Restauração, de quase vinte anos.

Mais ainda, inserto numa obra, *A Geografia Histórica...*, que também versa sobre a glória de Portugal e dos seus reis, este mapa faz apelo à consciência patriótica dos leitores em dois episódios da História de Portugal. Trata-se assim de uma alusão rápida através de um pequeno signo convencional no mapa – uma espada – mas que por si só é suficiente para reactivar a memória de que os portugueses são uma Nação forte. A representação dos três campos de batalha é original neste mapa, na medida em que só encontramos este símbolo – uma espada colocada junto ao lugar de Ourique, num único mapa estrangeiro, o da autoria de Placide.

Para a elaboração deste mapa, Granpré baseou-se nas fontes cartográficas contempladas a diferentes níveis: seleccionou determinados fenómenos geográficos, alterou a sua distribuição e introduziu novos

²⁷⁴ Ibidem, p. 232.

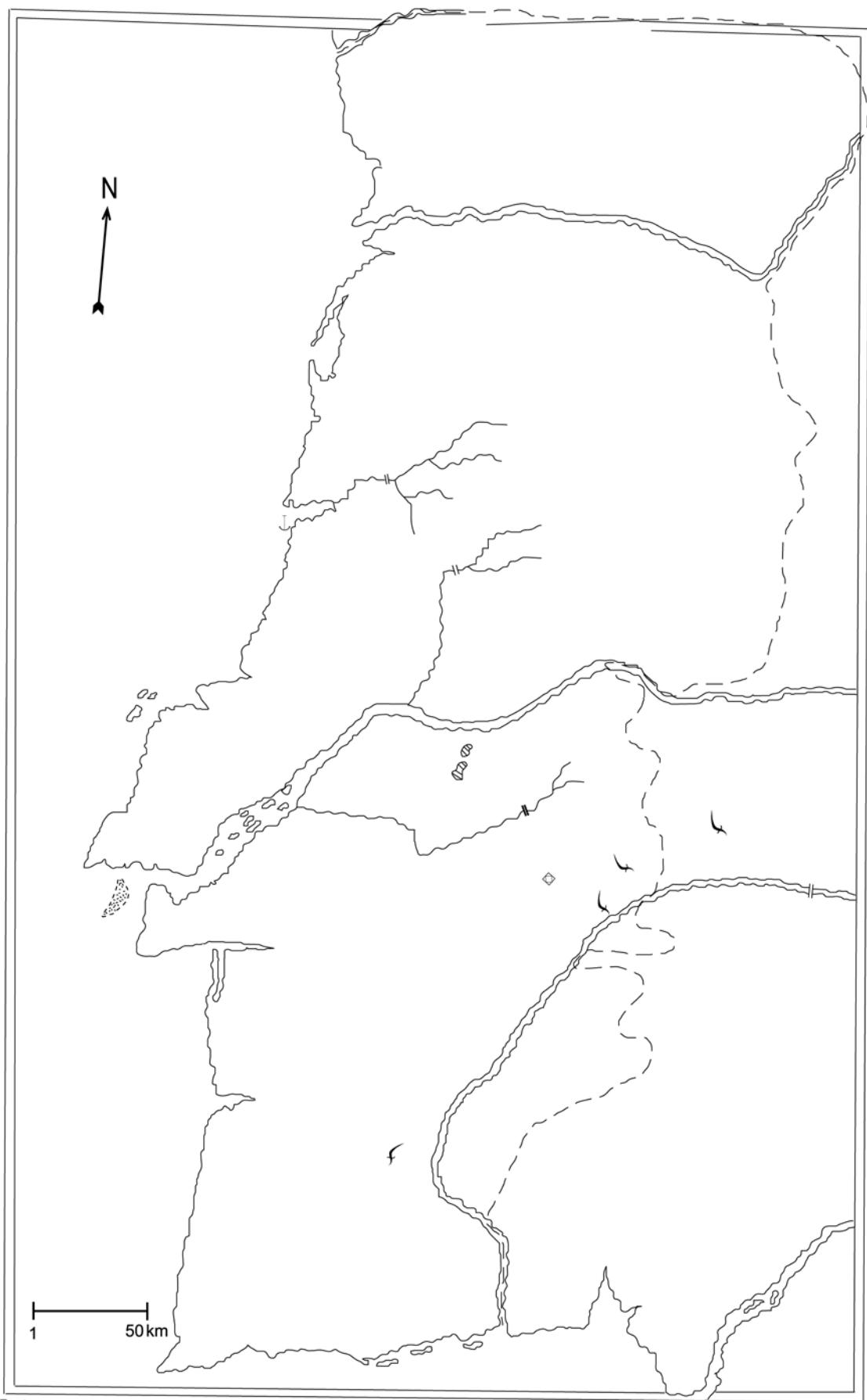
²⁷⁵ A esta batalha também se procurou atribuir a origem do escudo português: os "cinco escudetes", os reis mouros vencidos e as arruelas, os "30 dinheiros da traição de Judas. Procurou-se que o símbolo real traduzisse o carácter miraculoso da batalha. Ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1977, p. 84 e 1980, p. 31.

²⁷⁶ Ibidem, p. 84.

elementos. De facto, "aquele que procede à compilação de um mapa encontra-se sempre pressionado para dar ao seu mapa algo que o distingue dos outros mapas: um aspecto mais decorativo e ornamentado ou uma informação adicional." (SPONBERG PEDLEY, 2005, p. 38).

No que diz respeito à localização de elementos do espaço isolados - tais como as lagunas, o porto, os campos de batalha ou as ilhas ou bancos de areia, no estuário do Tejo, no mar, na ria de Aveiro, ao longo do litoral algarvio – Granpré parece ter recuperado a informação geográfica contida nos mapas, mas alterou significativamente a forma e as dimensões dos símbolo onde a mancha gráfica o permitia. Relativamente à figuração dos fenómenos físicos (o relevo, a rede hidrográfica e a vegetação) e do povoamento, podemos constatar que a selecção realizada pelo gravador – isto é a escolha de não "decalcar a totalidade" dos fenómenos em questão – parece responder à necessidade de não sobrecarregar o mapa tendo em conta o próprio formato de impressão. Mais ainda, o facto deste mapa apresentar uma escala menor em relação às fontes cartográficas provavelmente compulsadas exige uma simplificação dos fenómenos a cartografar. Mas é de referir que este método de compilação da informação é feita também com vista a construir uma determinada imagem do espaço nacional, como o exemplo das barreiras montanhosas que reforçam o limite entre o Algarve e o resto do território e a fronteira com a Espanha, a norte do Tejo. Assim, podemos constatar que determinadas particularidades do mapa de Portugal de Granpré tais como o forte junto de Estremoz, o porto da Figueira da Foz, os campos de batalha, não se encontram figurados nas imagens cartográficas que apresentavam maiores similitudes no desenho do território, como as cartas de Homann, de Sanson e de Weigel. O que reforça a nossa ideia de que Granpré terá realmente introduzido estes fenómenos pontuais para conferir um carácter original a esta nova representação cartográfica do território português.

É evidente neste mapa de Granpré, a forte influência das imagens cartográficas vindas ou herdadas da segunda metade do século XVII. De facto, os mapas de Sanson, de Homann e de Weigel constituem as prováveis fontes cartográficas da primeira representação de Portugal produzida em território nacional, nomeadamente no que diz respeito ao desenho da costa e da rede hidrográfica. De facto, como vimos anteriormente, o traçado geográfico é o primeiro passo realizado ao longo do processo de gravura de um mapa. Os primeiros elementos da mancha gráfica a serem abertos na chapa são as linhas dos contornos dos territórios e dos cursos de água. São os primeiros traços que vão assim determinar a imagem do espaço cartografado. Não podemos ainda deixar de considerar a importância das outras cartas produzidas em Paris, nomeadamente no estilo de gravura e nos detalhes de pequenos fenómenos pontuais ligados à especificidade do próprio território e da sua história. Ao reaproveitar a informação geográfica contida em cada uma das representações cartográficas existentes e amplamente divulgadas e ao introduzir pequenas mas significativas alterações no desenho do território e na distribuição dos fenómenos, recriando paralelamente os respectivos símbolos cartográficos, Granpré deixou a marca do seu estilo de gravura e reforçou a particularidade deste



Fonte:

Granpré - "Reyno de Portugal." Lisboa, 1729 in: LIMA, Luiz Caetano de - *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,...vol 1*, Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734, entre pp. 182 e 183..

Figura 43 - Particularidades no mapa de Portugal, Granpré, 1729.

mapa impresso pela primeira vez em Portugal. Assim esta imagem cartográfica irá ser mais tarde reeditada, em 1762, na obra de João Baptista de Castro, intitulada *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* (1762-1763)²⁷⁶.

A feitura de um mapa deve ser considerada como um ciclo aberto: construída a partir de outros mapas, uma determinada representação cartográfica irá ser por sua vez, não só utilizada como fonte mas também copiada, para que outros mapas pudessem ser feitos. “Com a impressão, dá-se a salvaguarda de mapas pertencentes ao passado, retirados do esquecimento ou da destruição rápida e permitindo assim, durante um certo tempo, a multiplicação de exemplares através de edições múltiplas” (JACOB, 1992, p. 92).

O mapa de Granpré reeditado encontra-se inserto e dobrado entre o índice e a página I intitulada “Mappa de Portugal”. A chapa do mapa foi claramente reaproveitada, como o comprovam as marcas no papel: nenhuma alteração foi introduzida neste mapa, nem a data de edição.... Tendo em conta os custos inerentes à gravura, reimprimir mapas que já foram publicados torna-se a forma mais viável do ponto de vista económico de produzir novos mapas. Esta imagem cartográfica de Portugal acaba por ser reutilizada, mais tarde, nesta obra de divulgação erudita devido sobretudo à falta de outra imagem cartográfica do país produzida em território nacional.

2.3. – Os Mapas das Províncias.

O segundo volume da *Geografia Histórica...* é todo ele dedicado à descrição das Províncias de Portugal, e como tal o autor informava, em 1723, a Academia Real que “inten[ou] também pôr no princípio de cada huma das Províncias, em que se divide o Reyno de Portugal, hum Mappa particular da dita Província.” D. Luís Caetano de Lima declara a seguir que “na mayor parte delas [as cartas das Províncias] tem já trabalhado com incansável estudo, e com a mais exacta averiguación o Engenheiro-môr o Senhor Manoel de Azevedo Fortes, e o Coronel Joseph da Sylva Pães”, acrescentando “que me promettem copias dos Mappas sobreditos; e com o patrocínio de Vossas Excellencias poderey conseguir que acabem os que faltão.”²⁷⁷ Porém, estes seis mapas que precedem cada capítulo consagrado à respectiva Província em gesto de introdução, são obras assinadas pelo nome de Granpré precedido da menção “Fecit ou Fec.” (“fez”) acrescentada por “et Exc”, ou “et Excud.” (executou) nas cartas das Províncias do Alentejo, da Beira e do Reyno de Algarve.

Os seis mapas regionais, impressos a preto e branco, em Lisboa, no ano de 1730 foram insertos na *Geografia Histórica...* seguindo uma ordem geográfica, partindo de norte para sul: primeiro, no início da obra a “Província de Entre Douro e Minho”²⁷⁸, a seguir, a “Província de Trás-os-Montes” (entre as páginas 60 e 61); a “Província da Beira” (entre as páginas 82-83); a “Província da Estremadura” (entre as páginas 136-137);

²⁷⁶ CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno...* 5 vols., 2^a ed., Lisboa: Na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

²⁷⁷ *Collecçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, volume III, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1723, p. 259.

²⁷⁸ Para mais detalhes acerca da imagem cartográfica da província de Entre Douro e Minho, gravada por Granpré, ver Luís Miguel MOREIRA, 2004, pp. 47-52.

"Província do Alentejo" (entre as páginas 228 e 229) e por fim, o "Reyno do Algarve" (entre as páginas 286 e 287). "Cada mapa

As dimensões dos mapas regionais variam entre si de alguns centímetros: Província de "Entre Douro e Minho" (25 x 17,6 cm); Província de Trás-os-Montes (18 x 25,3 cm); Província da Beira (18,3 x 25,5 cm); Província da Estremadura (25,3 x 18 cm); Província do Alentejo (26 x 18,4 cm); Reyno do Algarve (17,8 x 24,6cm). O tamanho da chapa para cada um dos mapas é o mesmo porque corresponde ao formato da página da obra onde estes últimos foram insertos. É de sublinhar que na representação das Províncias da Beira e do Alentejo, a própria mancha gráfica transpõe os próprios limites da dupla esquadria do mapa: no primeiro, os topónimos de Salvo, no topo, e na parte esquerda os nomes de Castellejo e de Venta de Cavallos e um dos afluentes do rio Douro e no segundo, os topónimos de Badajoz e de Albuquerque no lado esquerdo e a planta da cidade de Lisboa no lado direito, ambos foram gravados num espaço especial aberto no contorno dos mapas para inserir esta informação. Estamos perante imagens cartográficas destinadas a serem consultadas com facilidade, como se o seu primeiro destino tivesse sido a sua inserção num pequeno atlas portátil. De facto, nenhum dos mapas das Províncias corresponde a "um mapa topográfico resultante de levantamentos precisos e pormenorizados [...], trata-se antes de [mapas] de divulgação e terá sido por esse motivo, que [foram insertos] no segundo volume da *Geografia Histórica*. (MOREIRA, 2004, p. 48).

Estes seis mapas regionais, constituindo uma série, apresentam semelhanças na representação dos elementos cartográficos: uma cartela de forma quadricular - ornamentada com algumas variações no estilo - que contém o título escrito em letras romanas em tamanho grande (identificando somente o nome da Província), a escala gráfica em "Petipé" e a assinatura do gravador, acompanhada do local e da data de edição. A excepção é a carta da Província de Entre Douro e Minho, em que a marca do gravador ("de Grandpré Fecit Lisboa 1730") encontra-se inscrita no canto inferior esquerdo, numa pequena cartela muito discreta, mas que curiosamente foi gravada na própria mancha gráfica do mapa... No mapa regional do Algarve, a cartela do título encontra-se "coroada" pelo escudo com as armas do reino do Algarve. A escala gráfica, o nome do autor, a data e o local de edição encontram-se gravados, no canto inferior esquerdo, numa outra cartela, embora de menores dimensões, com os contornos desenhados com elementos decorativos.

Todos estes mapas regionais contêm uma rosa-dos-ventos sendo o seu desenho idêntico, diferindo unicamente a representação da seta, apontando para norte. A rosa-dos-ventos é geralmente colocada numa "espaço vazio" do mapa correspondente ao litoral, exceptuando a carta do Alentejo em que a rosa-dos-ventos foi desenhada na própria mancha gráfica, numa área que acaba por ser observada pelo leitor como sendo quase "desértica".

Em cada mapa não é unicamente a Província em questão que é objecto de representação, mas igualmente as Províncias vizinhas e o território espanhol, devidamente identificados, em caracteres grandes que se destacam dos outros signos convencionais: Parte da Beira, Parte da Província da Estremadura, Parte do reyno de Leon, Parte da Andalusia, Parte do reyno do Algarve, no caso da carta regional do Alentejo. A divisão entre estas várias unidades territoriais é marcada com o desenho de uma linha delimitadora, a tracejado.

Os fenómenos físicos fazem parte integrante da informação geográfica cartografada: símbolos pontuais e lineares respeitantes ao relevo, à rede hidrográfica e às formações arbóreas completam a mancha gráfica já preenchida pela representação do povoamento. A rede hidrográfica de cada província é assim caracterizada através de traços duplos ondulados ou simples linhas. São cartografados os principais cursos de água e os seus afluentes, cujos nomes, na sua maioria, são inscritos, no seu leito e precedidos da inicial de rio em maiúscula. Distingue-se em cada mapa uma certa hierarquia na rede hidrográfica, através da maior ou menor espessura do traçado dos cursos de água. Na carta da Província do Alentejo, o Guadiana e o Tejo impõem o seu percurso, enquanto que o Sado desagua discretamente no estuário junto a Setúbal. O litoral do Algarve, tanto a Sul como a Oeste, é assim todo ele recortado pelas fozes de pequenos rios, enquanto que o Guadiana marca a fronteira com a vizinha Andaluzia. A rede hidrográfica da Estremadura, densa pelos múltiplos cursos de água nela inscritos, é evidentemente marcada pelo imponente rio Tejo, e pelos seus afluentes, nomeadamente o rio Zêzere. A passagem do largo estuário do Tejo parece ser dificultada a montante por um conjunto de cinco ilhas, certamente formadas certamente devido ao meandro aí desenhado. Na Província da Beira, delimitada a norte pelo rio Douro, podemos observar a Ria de Aveiro: fechada pela Barra, na desembocadura do Rio Vouga, salienta-se de imediato pela forma que imprime à costa. A acumulação dos materiais sólidos é claramente sugerida pelos bancos de areia desenhados. O Mondego no final do seu percurso encontra igualmente duas ilhas, uma maior, outra menor, antes de transpor a Barra do Rio Mondego. Se a Província de Trás-os-Montes é originalmente caracterizada pelo percurso norte-sul dos afluentes que se juntam ao longo do rio Douro, a Província de Entre Douro e Minho é marcada por sua vez pelos cursos de água que, após terem traçado o seu rumo no sentido este-oeste, quase de forma rectilínea, desaguam num litoral recortado.

Montículos de diversas formas e de tamanhos variáveis foram gravados por Granpré nos seis mapas regionais, para dar conta das formas de relevo que caracterizam cada uma das províncias de Portugal. Na província do Algarve, alinhamentos horizontais destes montículos, as Serras de Monchique e do Caldeirão delimitam fortemente do Reino, o Alentejo enquanto que as margens do rio Guadiana são protegidas por pequenas elevações a montante de Mértola; A imagem da província do Alentejo, é a de uma região marcada pelas extensas peneplanícies, aqui, quase inexistentes – exceptuando na área envolvente de Évora e Beja. Os montículos foram gravados com especial incidência nas bacias hidrográficas dos rios Guadiana e Sado. No mapa da Estremadura estão figurados pequenos conjuntos de relevo, muito discretos, no litoral, como a leste de Setúbal – a Serra da Arrábida - a norte do cabo da Roca, junto a Óbidos e no interior, a norte da margem direita do Tejo, perto de Sernache. São de apontar pequenos traços curtos gravados como seguindo uma linha ondulada, que sugerem ligeiras elevações... Tendo em conta que a mancha gráfica encontra-se particularmente preenchida pela representação dos lugares, podemos adiantar a hipótese de que não havendo "espaço vazio" para cartografar as formas de relevo, o gravador recorreu a esta técnica de gravura para não sobrecarregar em demasia o mapa e tornando-o pouco legível. Na província da Beira, as formas de relevo são igualmente dispersas, salientando-se, no entanto conjuntos a norte de Coimbra, tendo o nome de Serra d'Alcoba, outro grupo de montículos destacado a leste de Viseu, Serra da Estrela devidamente identificada através de letras em

ítálico. Na província de Trás-os-Montes, o planalto mirandês acaba por se salientar pela ausência de símbolos referentes ao relevo, ao contrário do resto da área em que conjuntos individualizados marcam a mancha gráfica, a sul de Montalegre, a norte de Vila Pouca de Aguiar, a noroeste de Mirandela, a norte da Torre de Moncorvo. Na área compreendida entre Bragança e a margem do Douro, montículos encontram-se como que espalhados... Por fim, a gravura das elevações sobressai logo aos olhos do leitor ao consultar o mapa da Província de Entre Douro e Minho, pelas suas proporções. As serras de S. Caterina, do Maram, do Geres, sobretudo destacam-se de imediato pelo estilo carregado dos contornos e pelo próprio tamanho dos símbolos em comparação com os dos outros fenómenos gravados. Estes montículos dominam a mancha gráfica deste mapa, à imagem das serras a sul e a leste da província de Entre Douro e Minho. Em todos estes seis mapas regionais, o que importa mais é mostrar o sítio da serra, da elevação montanhosa: a altitude e as dimensões não são representadas de forma fidedigna, mas pelo contrário seguindo uma certa "fantasia" ao preencher o espaço deixado vazio após terem sido gravados todos os topónimos e os cursos de água ou procurando reforçar a todo o custo as fronteiras desenhadas pelo Homem, sendo consideradas as serras como barreiras naturais.

O desenho de pequenos símbolos em forma de árvore pontua os seis mapas regionais, de forma geralmente dispersa, como que para preencher os vazios deixados após a gravura de todos os outros fenómenos geográficos. No entanto, evidenciam-se na mancha gráfica, por um lado, a gravura destes símbolos no topo de algumas elevações (na margem esquerda do rio Sado no mapa da Estremadura) e, por outro, formações arbóreas individualizadas: a nordeste de Setúbal, perto de Vendas Novas e na margem esquerda do rio Tejo, a sul de Almeirim, na Província de Estremadura; embora de forma mais espalhada, um largo conjunto arbóreo à volta de Viseu, na Beira; sendo sobretudo na Província do Alentejo, que encontramos várias formações arbóreas gravadas pelo autor, ao longo do Guadiana.

Os fenómenos físicos cartografados são comuns a todos os seis mapas regionais. Mais ainda, é de referir que estes mapas regionais apresentam "algumas características comuns [com] o mapa [de Portugal] de Granpré, sobretudo no que diz respeito à distribuição do povoamento e à configuração da rede hidrográfica. (MOREIRA, 2004, p. 48)

De facto, como fenómeno geográfico humano, o povoamento destaca-se de imediato no preenchimento da mancha gráfica com a gravura dos topónimos em itálico. Um simples pequeno círculo (nos mapas da Beira, de Trás-os-Montes, do Alentejo), ou por vezes sublinhado por um pequeno traço (como nas cartas de Entre Douro e Minho, Estremadura, Algarve) assinala a localização de cada lugar, quer em território nacional, quer em terras vizinhas de Espanha.

Outros núcleos populacionais, que deduzimos são de maior importância, são localizados através de um símbolo figurativo em silhueta (sob a forma de um conjunto, muitas das vezes, reduzido, de casas de tamanho variável sempre agrupadas em torno de um edifício mais elevado,) em alguns casos, encimado por uma cruz - a igreja, centro deste lugar. O pequeno círculo encontra-se sempre desenhado na base do edifício central, "a partir do qual é medida a distância até outro lugar". Trata-se de uma "técnica de figuração executada pelos gravadores do século XVI, herdada dos desenhistas de miniaturas medievais, que representavam em

perspectiva ou em elevação um grupo de edifícios rodeados de muralhas, dominado por torres e telhados sugerindo o carácter urbano, fortificado ou não, sem importância dada ao número de casas figuradas a volta de um campanário..." (DAINVILLE, 1964, p. 219). Estes signos convencionais representativos dos lugares variam muito na sua forma, no seu tamanho, sendo que alguns se destacam, reflectindo o seu peso na hierarquia dos lugares, devido às suas funções administrativas e eclesiásticas: no mapa da Província de Estremadura, Mafra com o convento, que se encontrava então em construção, é assim evidenciada.

Por fim, os mais importantes núcleos populacionais do território foram cartografados em cada mapa regional num estilo distinto, isto é num "plano horizontal", fruto da influência das plantas: Temos "dois traços seguindo os contornos conferidos pela própria forma da cidade, sendo o espaço no interior preenchido com pontinhos com a posição da principal igreja, destacada com um pequeno círculo" (BUACHE apud. DAINVILLE, 1964, p. 220). Mais ainda, em alguns casos, nos mapas regionais, o preenchimento do interior da "planta" é feito de forma a sugerir os arruamentos da cidade ou edifícios: Lisboa, Cascaes, Lamego. Noutros casos, só foi gravado o pequeno círculo, como no mapa de Trás-os-Montes: Bragança, Torre de Moncorvo, Miranda... Esta forma de cartografar as cidades tem por efeito de realçá-las na mancha gráfica amplamente coberta por diversos signos convencionais, nomeadamente aqueles que figuram os lugares do território nacional. De facto, nestes mapas regionais, as cidades e Lisboa, são desenhados em plano horizontal, como lugares fortificados, sendo o nome escrito em caracteres maiores, por vezes em maiúsculas, como é evidentemente o caso da capital. Existem de facto, variações a esta regra na figuração dos lugares nos mapas, como o comprova o seguinte exemplo: a cidade de Leiria, sede de bispado, encontra-se desenhada no mapa da Estremadura, sob a forma de um conjunto de edifícios, destacando-se o do centro, muito mais elevado, seguido de uma cruz gravada a negrito. No mapa da Beira, Leiria é figurada de outra forma, no plano horizontal, por meio de uma pequena planta, encimada por uma cruz, sublinhando o seu carácter fortificado e a sua função eclesiástica.

No mapa da província de Entre Douro e Minho, temos representado o "sistema defensivo (fortificado), em ambas as margens do rio Minho [sendo figurada] de uma forma bastante completa, as fortificações galegas [de A Guarda, Gayão, Amorín, Tui e Salvaterra do Minho] e na margem portuguesa, embora a praça de Caminha não tenha sido representada de forma fortificada, Vila Nova de Cerveira, Valença, Lapela, Monção e Melgaço, compunham a defesa da raia húmida." (MOREIRA, 2004, p. 50).

O sítio de alguns lugares sendo particular foi devidamente figurado: quando os lugares estão situados em altitude, deve ser gravado por baixo do símbolo, uma pequena elevação. De igual modo em relação a um curso de água, a cidade situando-se num meandro ou numa das margens, os mapas dão conta destas circunstâncias, sendo frequentemente cartografada uma ponte, quando esta existe. Mais ainda, as cidades portuárias são evidenciadas pelo seu desenho na linha do litoral. Assim, ao leitor dos mapas regionais são dadas de imediato informações geográficas sobre o sítio das cidades de Portugal: Setúbal, no estuário do rio Sado, Lamego localiza-se nas duas margens do rio Balsemão enquanto que Amarante situa-se na margem direita do Tâmega, tal como Barcelos a beira do Cávado, ambas de acesso facilitado graças à ponte devidamente desenhada (dois traços cortando com um espaço branco a linha do curso de água). A representação do lugar de Moncorvo, não num plano horizontal como no mapa da Província de Trás-os-Montes,

mas sim em perspectiva no mapa da província da Beira, permitindo desenhar na base do lugar um montículo, sugerindo a edificação da cidade em terras elevadas.

As semelhanças detectadas entre estes mapas regionais e o mapa impresso de Portugal, ambos gravados por Granpré, apontam para o facto das fontes cartográficas utilizadas para a feitura dos primeiros são provavelmente as fontes deste último aberto em 1729, ou seja: as imagens cartográficas produzidas em França já apresentadas por nós devem ter servido de base para a representação do território tanto a escala regional como no seu conjunto, nomeadamente a carta de Portugal realizada por Sanson d'Abbeville em 1654. De facto, estes "mapas insertos na Geografia Histórica, corresponderam a uma solução de recurso, para servir os propósitos de ilustrar a Geografia Histórica... [Isto é face ao] processo muito moroso, dispendioso e que empregaria todos os cartógrafos do nosso país, [que representava] o levantamento topográfico geral do Reino, num momento em que as atenções e os principais interesses estavam voltados para o Brasil." (MOREIRA, 2004, p.52). De uma forma geral, "o desenho dos pequenos mapas regionais continua tosco", mais ainda, o fenómeno geográfico mais representado, o povoamento, carece de rigor: sendo "a implantação dos lugares bastante fantasista." (DAVEAU, 1995, p. 95), tal como foi considerado para o mapa de Portugal de Granpré.

No entanto, "face à alteração dos acontecimentos políticos – a guerra entre Portugal e Espanha, em 1762²⁷⁹ [...] refazem-se então os velhos mapas e, só no biénio 1762/63, as cartas de Granpré conheceram três diferentes impressões"(GARCIA, 1996, p. 304). Estes mapas das Províncias são como tal readaptados por João Silvério Carpinetti²⁸⁰, no ano de 1762, no pequeno atlas intitulado *Mappas das Províncias de Portugal, novamente abertos, e estampados em Lisboa...*²⁸¹ - "de formato cómodo e de preço provavelmente módico, respondiam ao pedido premente de um largo público, como as suas sucessivas edições o demonstram." De facto, ao invés da edição dos mapas das Províncias de Granpré na *Geografia Histórica...*, que se dirigia a uma classe erudita e endinheirada, os Mappas de Carpinetti, foram elaborados para "um público ainda não acostumado à utilização deste tipo de documentos", [como o comprova] a Ilustração que [Carpinetti] antepôs aos mapas": é exposto ao leitor o método para calcular as distâncias e explicado o significado dos símbolos figurativos. Mais ainda, "Carpinetti, ao tentar emendar estes mapas para nova edição, não usou de outro tipo de fonte, [...] desistiu também de *graduar* os mapas, quer dizer, de indicar nas margens as latitudes e longitudes correspondentes aos lugares [devido] à estrutura dos mapas [...] demasiado arcaica para [ser modernizada]." De facto, considerando o exemplo do mapa da Província de Entre Douro e Minho, "nesta edição de Carpinetti",

²⁷⁹ Foi no quadro da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que perante a recusa de D. José em integrar Portugal no "Pacto de Família" dos Bourbons - segundo o qual, Portugal deveria combater contra a Inglaterra pelo seu monarca ser casado com D. Mariana Vitória, filha de Filipe V, rei de Espanha e da família de Bourbon de França – deu-se em 1762 a invasão do território por tropas espanholas e francesas: a guerra é assim declarada a Portugal.

²⁸⁰ "Embora de origem italiana, terá nascido em Portugal, muito possivelmente em Lisboa. [...] Desenvolveu a sua actividade entre os anos de 1757-1767, [realizando para além dos Mappas], retratos, [...] registos de Santos". Suzanne DAVEAU, 1993, p.1.

²⁸¹ "Mappas/das/Províncias/de Portugal/Novamente abertos, e estampados em Lisboa (...) oferecidos/ao/Illustríssimo, e Excellentíssimo Senhor/Marquez de Pombal/Do Conselho de sua Magestade, e seu Secretario de Estado dos Negócios/do/Reino/por Joao Silverio Carpinetti Lisbonense. Acha-se na loja de Francisco Manoel Pires/ com loja de Estampas, no fim da Rua do Passeio em Lisboa". Esta obra pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob a cota CA 312 P.



Figura 44 - Granpré - Província de Entre Douro e Minho. Lisboa, 1730.



Figura 46 - Granpré - Província da Beira. Lisboa, 1730.



Figura 47 - Granpré - Provncia da Estremadura. Lisboa, 1730.

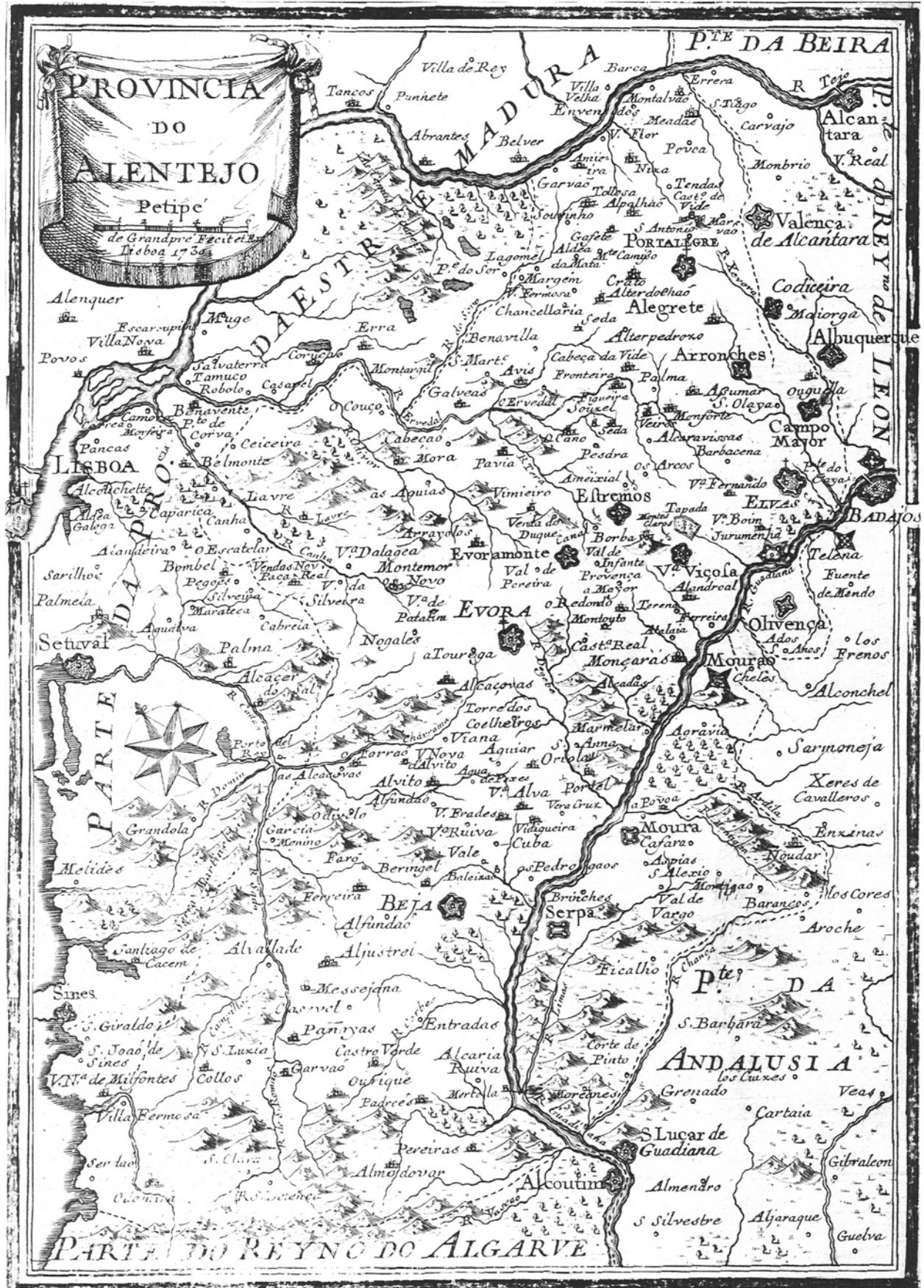


Figura 48 - Granpré - Província do Alentejo. Lisboa, 1730.

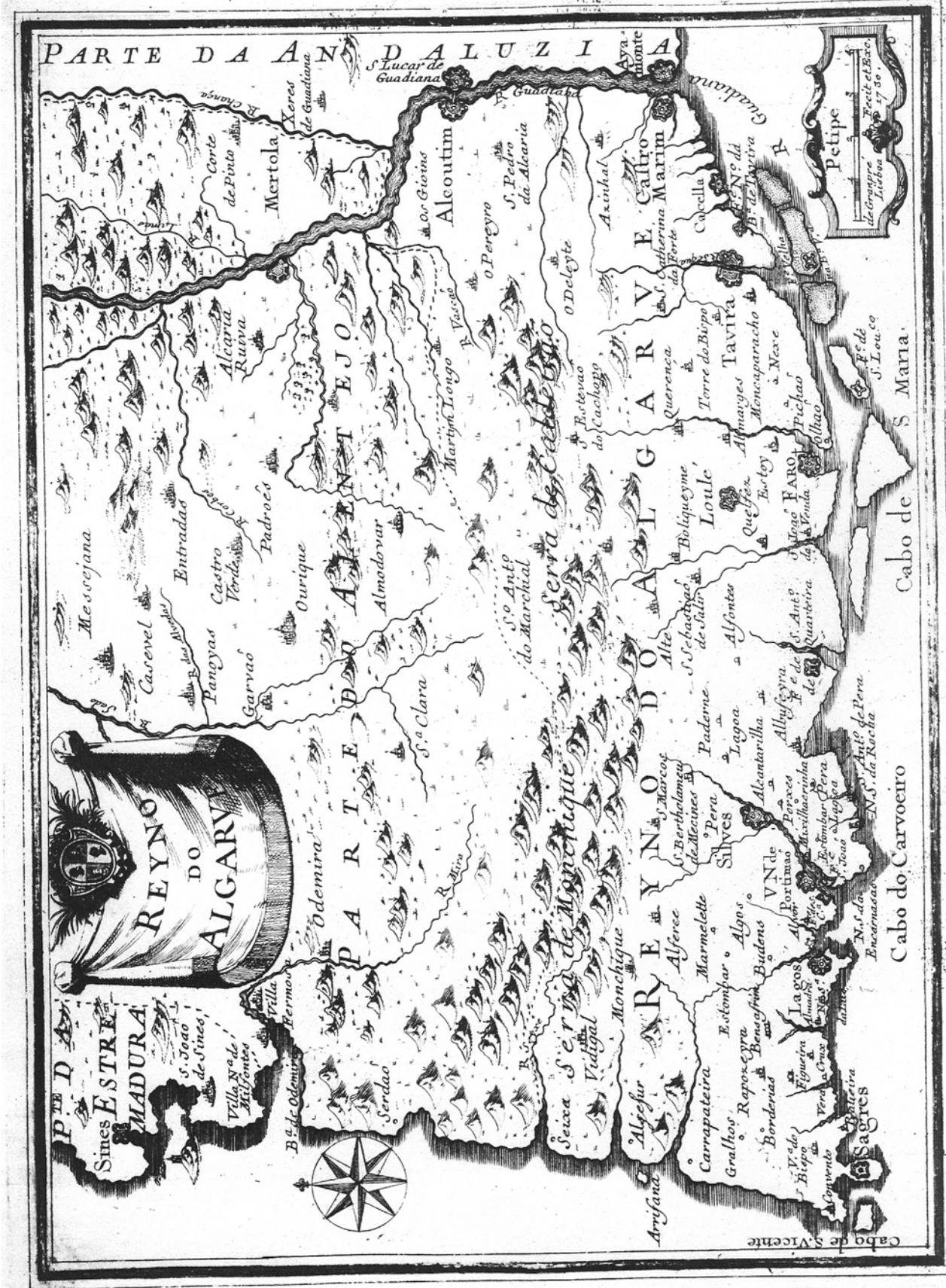


Figura 49 - Granpré - Reyno do Algarve. Lisboa, 1730.

parece corresponder a uma versão ligeiramente "retocada" da original de Granpré, sendo de assinalar [...]as povoações [...] figuradas por apenas dois símbolos diferentes, [...] alterações na toponímia..." (MOREIRA, 2004, p. 55).

Estes mesmos Mappas de Carpinetti foram insertos por João Baptista de Castro no ano de 1762, "na segunda edição da colectânea de itinerários [...], chamada *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. No entanto, certos exemplares desta obra incluem, em vez dos mapas de Carpinetti, outros mapas, [embora sem data] muito parecidos, mas que [são da autoria de outro gravador de nome], Laurent." (DAVEAU, 1993, p.1). É de referir que "há todo um conjunto de características bem visíveis no mapa que o aproximam do exemplar de Grandpré e o diferenciam da versão de Carpinetti" (MOREIRA, 2004, p. 59).

Por fim, importa referir "a terceira versão de 1762-1763 dos renovados mapas de Granpré [da autoria de] Thomás Lopez²⁸² que os fez estampar em Madrid, em forma de atlas", sendo de acrescentar que estas "imagens de Portugal que divulga [regionalmente], serão as mais conhecidas e utilizadas no estrangeiro" (GARCIA, 1996, p. 306).

Assim, tendo em conta o *Mapa de Portugal* de João Baptista de Castro, a importância da obra cartográfica de Tomás Lopez e as sucessivas reedições dos Mappas de Portugal de Carpinetti, em 1813, 1826 e 1846, podemos afirmar que foi de uma certa forma perpetuada a imagem cartográfica construída por Granpré, na primeira metade do século XVIII²⁸³.

2.4. – Os mapas das praças-fortes.

Na *Geografia Histórica...*, no capítulo dedicado à Província do Alentejo, encontramos quatro plantas representando praças-fortes e locais envolventes: Moura, Olivença, Campo Maior e Arronches. Cada uma destas imagens à escala local precede a descrição da vila: sítio, características próprias da praça fortificada, origem e fundação, factos recentes da sua história, número de habitantes, figuras do poder local. O nome de Granpré vem referenciado em cada uma das plantas, no entanto sem qualquer indicação quanto à data e ao local de edição. Estas figurações relembram-nos as plantas da autoria de Manesson-Mallet²⁸⁴. De facto, a Província do Alentejo como palco das principais operações militares aquando da Guerra da Restauração, foi consequentemente objecto de diversos levantamentos cartográficos de diversas escalas, realizados pelos militares, dentro dos quais, "engenheiros militares estrangeiros que prestaram serviço em Portugal"²⁸⁵.

As quatro praças-fortes cartografadas por Granpré faziam parte de uma estrutura defensiva que veio a ser reforçada aquando e após a guerra de Restauração. De facto, a sua localização junto a Espanha, tornaram-nas pontos estratégicos para fazer face às incursões inimigas desde a Idade Média. Daí ter surgido no século XVII,

²⁸² Thomás Lopez (1730-1802), gravador e editor, foi responsável pelo mais importante trabalho cartográfico produzido em Espanha na segunda metade do século XVIII. Cf.: LITTER MAYAYO, Carmen – *La Obra de Tomás López. Imagen Cartográfica del siglo XVIII*. Madrid: Biblioteca Nacional, 2002.

²⁸³ *Mappas Provincias de Portugal (...)* por Joao Silverio Carpinetti. Nota Explicativa por Suzanne Daveau, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993.

²⁸⁴ Manesson-Mallet, Alain (1630-1706), engenheiro e cartógrafo francês, foi autor da conhecida obra, *Les Travaux de Mars ou l'art de la guerra divise en trois parties (...)*. Paris: D. Thierry, 1684-1685.

²⁸⁵ Ver o caso do engenheiro francês Michel de Lescolles que cartografou a Província de Entre Douro e Minho (1661), apresentado e interpretado por Luís Miguel Moreira, 2004, pp. 38-45.

a necessidade de remodelar os elementos defensivos destas fortalezas para adaptá-los ao moderno fogo da artilharia, através do sistema de baluartes.

Assim, cada planta gravada por Granpré oferece ao leitor informações de maior ou menor pormenor consoante a vila fortificada em questão. No entanto, apesar de encontrarmos informações relativas a Arronches, Campo Mayor, Olivença e Moura, não é feita nenhuma referência aos quatro mapas de pormenor. Tudo leva a crer que foram acrescentadas à publicação académica, posteriormente à sua redacção, sem que o autor fizesse nenhuma ligação entre os dados compilados para cada uma das vilas e a representação destas mesmas.

A representação cartográfica de Moura (inserta entre as páginas 248 e 249) corresponde ao desenho da fortificação da vila, marcada por uma cintura de muralhas moderna, edificada em forma de estrela, segundo o modelo de Vauban. No interior do castelo e ao seu redor, encontramos todos os elementos de defesa – baluartes (elemento de defesa situado nos ângulos de uma fortificação), revelins (construção externa de duas faces que formam o ângulo saliente para cobrir ou defender uma ponte), hornaveques (obra avançada em fortificação), sendo estes numerados, para a sua devida identificação na legenda. De facto, um quarto da gravura (23,8 x 16,2 cm), é dedicado, num espaço próprio, aos elementos essenciais de um mapa, a saber: o título – “Moura” colocado numa cartela - a legenda, a escala gráfica em “pé português” e a assinatura do autor “de Granpré Sculp.”, também ambos colocados numa cartela. Uma rosa-dos-ventos foi gravada no canto inferior esquerdo. É de sublinhar que os edifícios religiosos – dez capelas – são figurados através de símbolos em forma de cruz, acompanhada do seu nome: capela de Santo Agostinho, Nossa Senhora da Glória, Capela de Santa Clara... Moura, como praça-forte da raia alentejana, esteve sempre na linha da frente das sucessivas confrontos bélicos com Espanha, no entanto, apesar de várias vezes ocupada, foi sempre recuperada pela coroa portuguesa. Caetano de Lima refere na descrição de Moura, um episódio da guerra de Sucessão de Espanha que envolveu directamente a vila: em Junho de 1707, Moura foi atacada e conquistada pelo Duque de Ossuna que acabou por ter de abandonar meses mais tarde o sítio por falta de condições para manter as tropas²⁸⁶.

A praça-forte de Olivença é dada a ver ao leitor (entre as páginas 264 e 265) com a representação de todas as construções defensivas (baluartes e revelins, redentes - entrincheiramento em forma de ângulo saliente - e portas). Apesar de enumerados e nomeados na legenda (sendo esta última inserta à semelhança da planta de Moura, na parte direita da gravura), o convento, as capelas, o hospital, a ermida, a fonte, a famosa torre de menagem construída no reinado de D. João II, não foram representados sob a forma de símbolos, através do número correspondente à legenda²⁸⁷. Uma escala gráfica em “pé português” foi desenhada no canto inferior direito da gravura, enquanto que um círculo traçado numa mancha deixada a branco corresponde certamente à rosa-dos-ventos destinada a ser inscrita no canto superior esquerdo. Esta planta gravada por Granpré (o nome do gravador acompanhado de “Fecit” encontra-se inscrito sob a escala gráfica) contém a representação de diversos elementos da paisagem de Olivença: cursos de água, campos, arvoredos,

²⁸⁶ Ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, vol. 5, 1980, p. 238

²⁸⁷ O Hospital de São João de Deus e o Convento de São Francisco apesar de estarem assinalados na legenda, não estão figurados na planta.

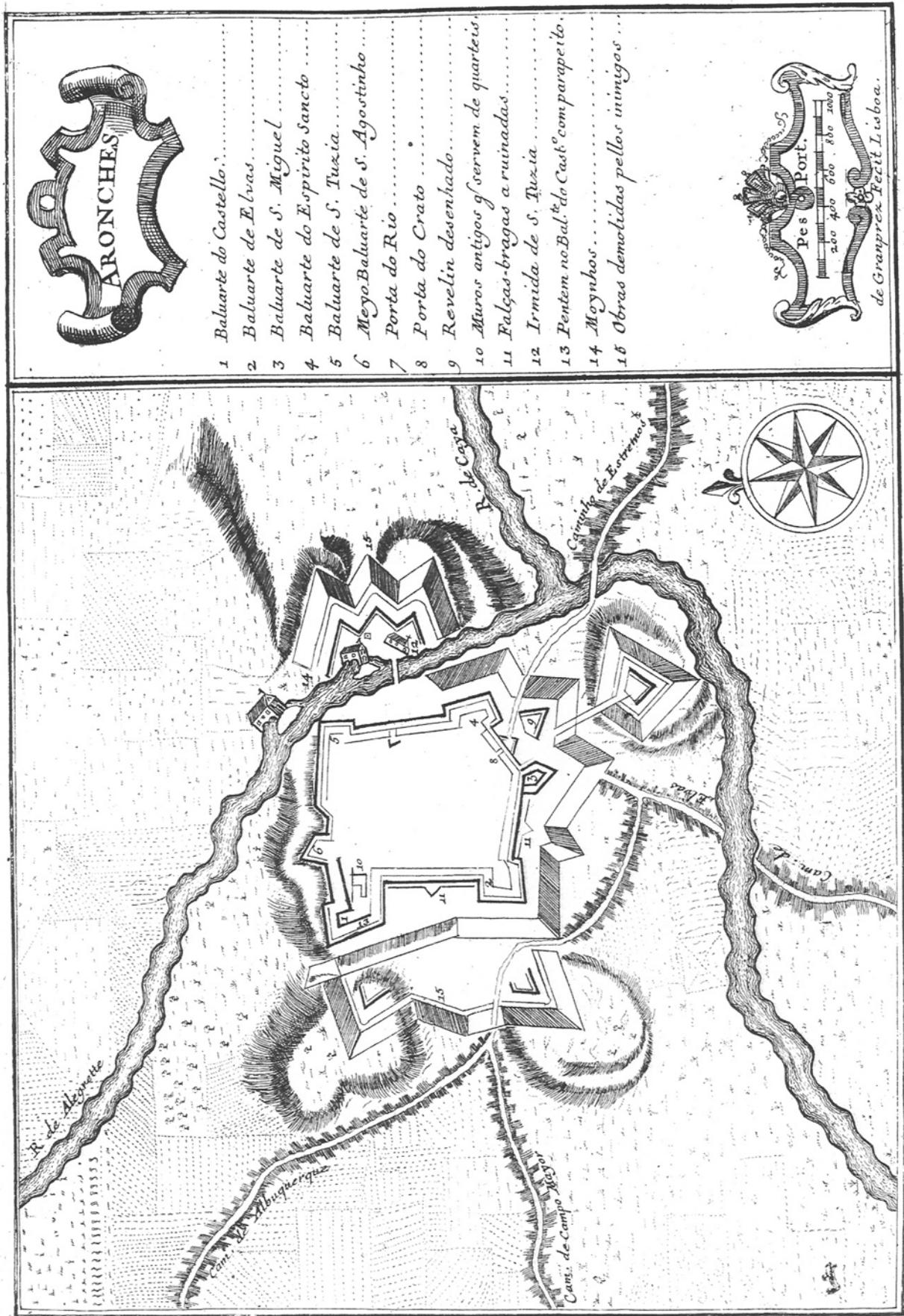


Figura 50 - Granpré - Aronches.

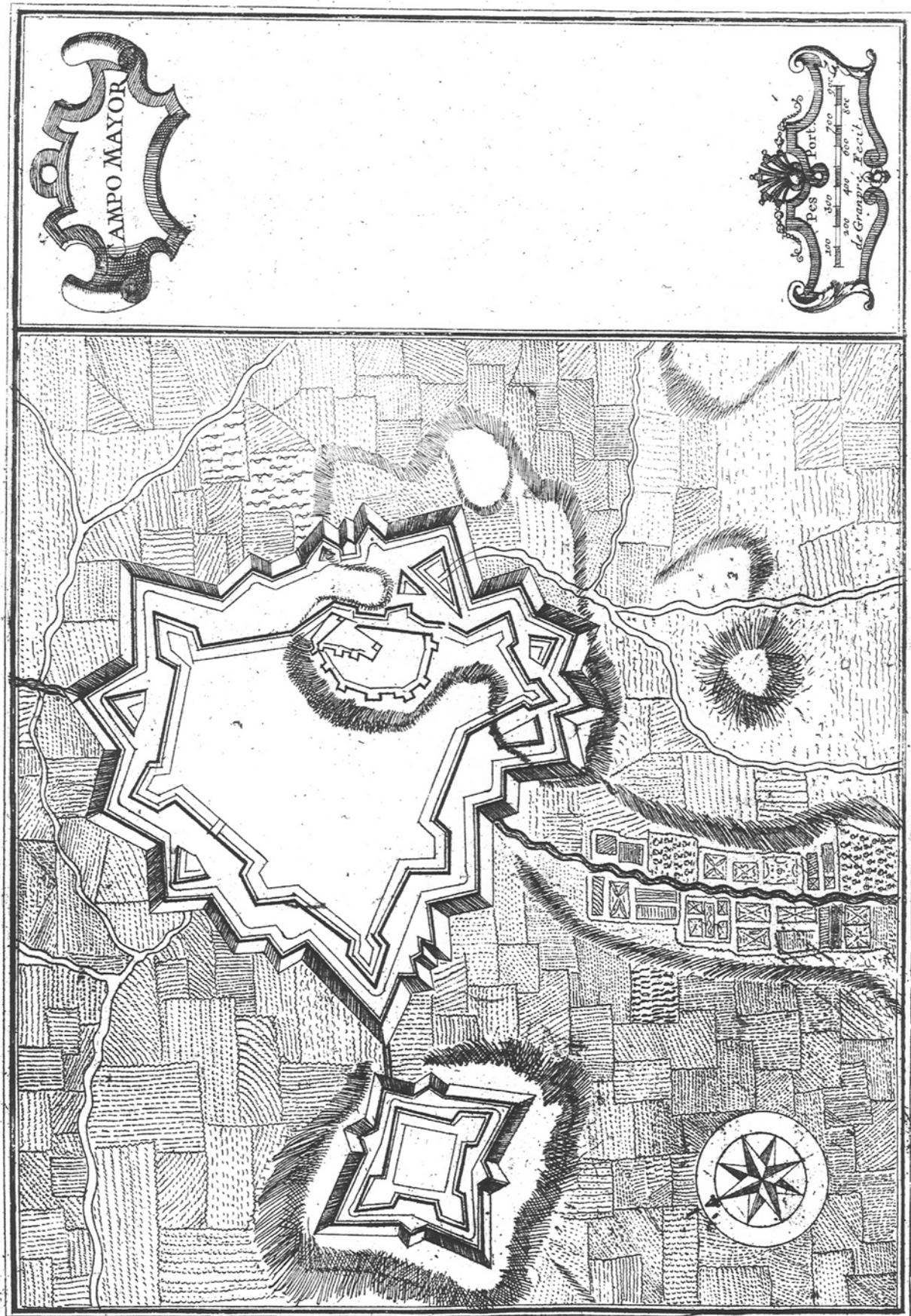


Figura 51 - Granpré - Campo Mayor.

MOURA

1. Baluarte de S. João
2. Baluarte de S. Caterina
3. Baluarte de S. Justa
4. Baluarte de N.S. da Glória
5. Baluarte de S. Franc.
6. Baluarte de S. Joseph
7. Baluarte de S. Sebastião
8. Baluarte de N.S. da Piedade
9. Rebélim do Con^{po} do Carmo
10. Rebélim de S. António
11. Rebélim de S. João de Deus
12. Rebélim de S. Agostinho
13. Meya Iua de S. Lourenço
14. Obra Coroa de S. Fran^{co}
15. Meya Iua de N.S. da Conceição
16. Meya Iua de Lavandearia
17. Rebélim de S. Miguel
18. Rebélim de S. Cruz
19. Hornaveque de N.S. à Coroa
20. Porta nova
21. Porta do Carmo
22. Postigo de S. Francisco
23. Postigo de S. Justa
24. Casas dos Governadores
25. O Castelojo
26. Almoxarim do Castelo
27. Castelo

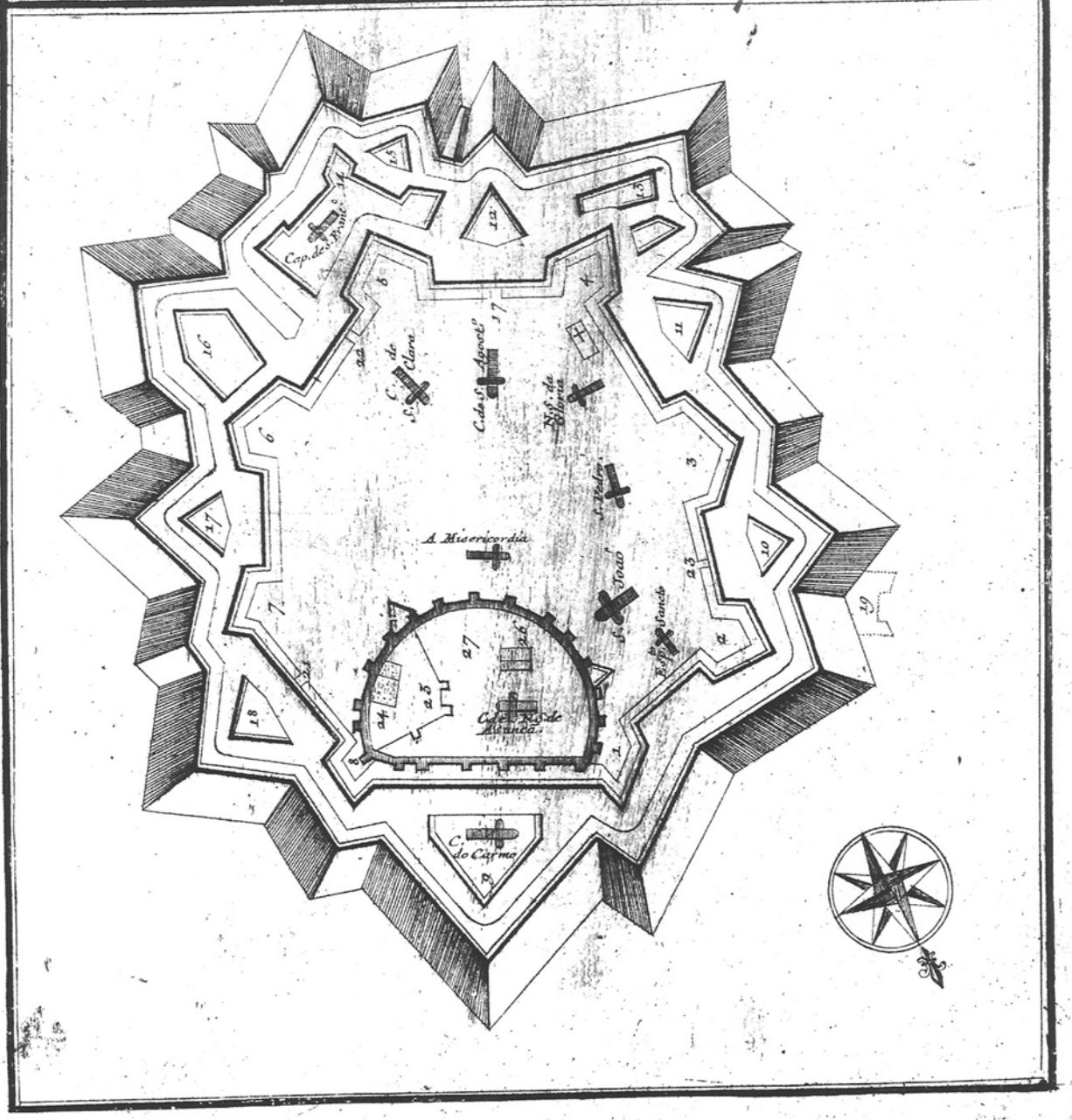
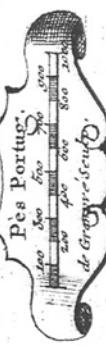


Figura 52 - Granpré - Moura.

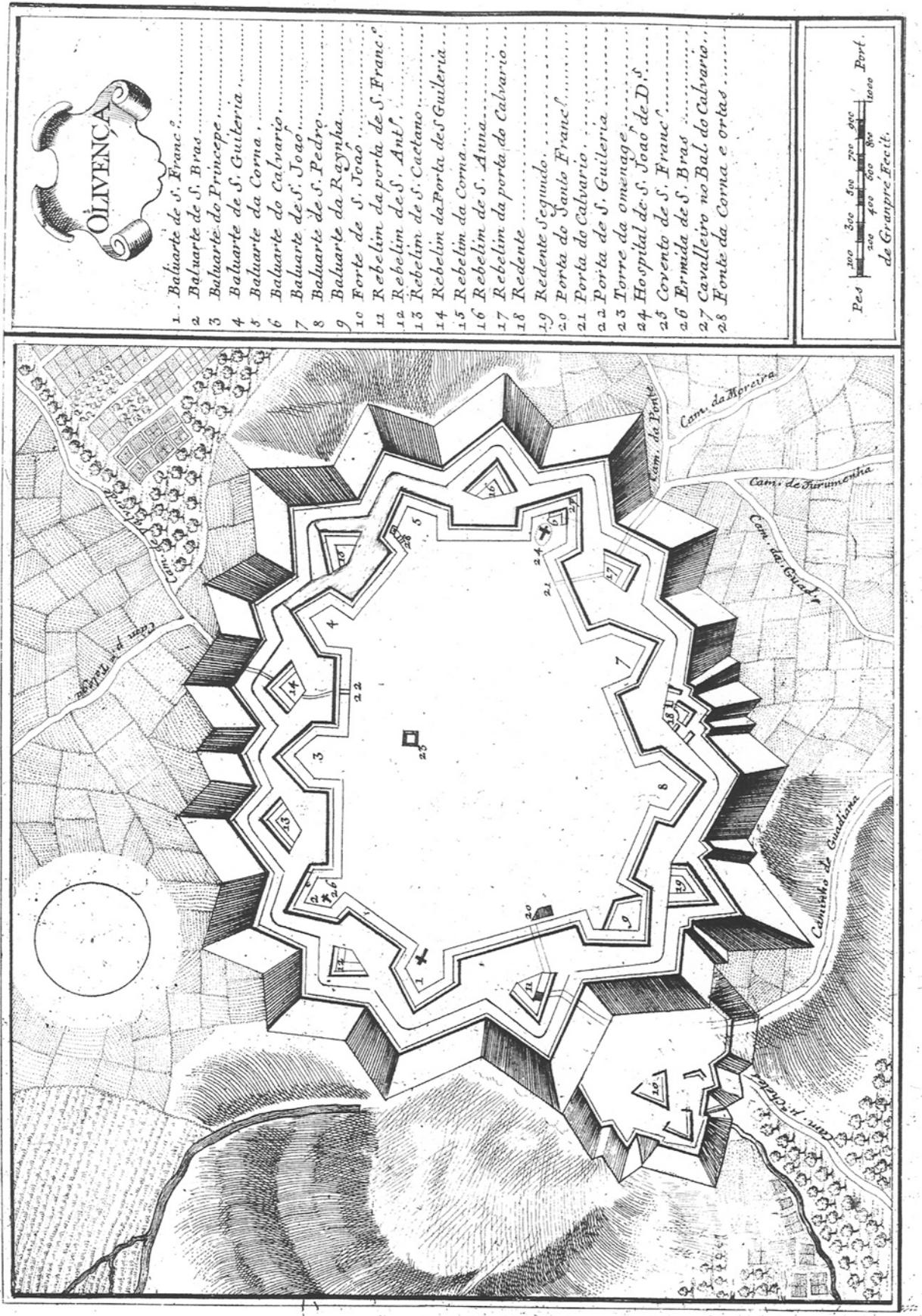


Figura 53 - Granpré - Olivença.

descampados e vários caminhos que partem da vila, sendo cada um deles identificado: "de Valverde, de Guadiana, da ponte, da Moreira, de Jurumenha, da Guad., caminho p^a Talega, p^a Cheles". Na obra onde se encontra inserta esta planta, é feita referência ao envolvimento da vila de Olivença na guerra da Restauração, nomeadamente o facto de ela ter sido restituída em 1668, depois de ocupada pelos espanhóis durante mais de dez anos. Assim, como ponto estratégico da linha defensiva da raia alentejana, e consequentemente, alvo de sucessivos ataques, Olivença beneficiou, após uma longa ocupação pelas tropas inimigas, de importantes obras no seu sistema de fortificação – reforço dos baluartes – resultados estes figurados de forma clara nesta carta.

Entre as páginas 270 e 271, encontramos a gravura respeitante à vila fortificada de Campo Mayor (23,7 x 16,2cm). No contexto da Guerra da Restauração, deu-se uma completa remodelação da fortificação de Campo Mayor, tendo sido encarregado deste projecto o Engenheiro-mór das fortificações do Alentejo, o francês Nicolau de Langres, que a transformou em uma verdadeira praça-forte. Curiosamente, esta carta encontra-se incompleta na informação que poderia ter contido à semelhança das duas plantas anteriores: a legenda com indicações dos pontos defensivos e estratégicos não foi gravada, tal como o demonstra o espaço vazio entre o título "Campo Mayor" e a escala gráfica. Assim, a representação de Campo Maior - composto por duas fortificações, uma maior e outra menor, interligadas por uma passagem – acaba por se resumir ao traçado dos contornos internos e externos dos edifícios sem qualquer precisão. No entanto, esta gravura contém um certo grau de detalhe pela representação do sítio envolvente às fortificações: os caminhos conducentes a Campo Mayor, o quadriculado dos campos preenchidos por traços de diversa forma e orientação, sendo aqueles situados ao longo de uma ribeira com pormenores particulares e a própria configuração do terreno envolvente, com tracejados semelhantes às chamadas *hâchures*, sugerindo as elevações em que se encontram edificadas as fortificações. Por fim, a própria cartela em que se encontra a escala gráfica chama a atenção do leitor pelo grau de detalhe da sua ornamentação. É relembrado na descrição da vila de Campo Maior, o último facto militar da guerra de Sucessão de Espanha ocorrido em Portugal, antes do Tratado de Paz de Utreque: o cerco de Campo Maior pelo exército do Marquês de Bay, durante o mês de Outubro de 1712, em que se deu a retirada para Badajoz.

A última representação cartográfica à escala local gravada por Granpré, em Lisboa – aqui é feita menção do local de gravação – corresponde à vila fronteiriça de Arronches (entre as páginas 278 - 279). Esta importante praça-forte destaca-se na memória nacional pelo facto de ter sido no ano de 1653, palco de uma vitória militar portuguesa sobre a cavalaria espanhola, aquando da Guerra da Restauração. Também é de referir que já no final do conflito, nomeadamente em 1661 aquando da grande invasão que visava o cerco da capital, para obter a rendição do país, a vila de Arronches foi ocupada pelo exército de D. João de Áustria. A vitória do Ameixial por parte das tropas de D. Sancho Manuel obrigou o príncipe espanhol a abandonar as terras portuguesas.²⁸⁸ Trata-se da planta mais completa e mais pormenorizada (23,7 x 16,1 cm) tanto no que diz respeito à representação da informação topográfica como do desenho dos elementos cartográficos. De facto, as obras de carácter defensivo podem ser reconhecidas através do número que remete para a legenda, tal como

²⁸⁸ Ver SERRÃO, Joaquim Serríssimo, 1980, vol. V, pp. 53-54

os elementos característicos da fortificação de Arronches: "muros antigos que servem de quartéis", "falças-bragas aruinadas", "moinhos" e "ermida" (ambos figurados através de pequenos edifícios, os primeiros colocados no curso de água, rio de Alegrete e o segundo, identificado através de uma cruz no seu topo) e "obras demolidas pelos inimigos", sugerindo os ataques que sofreu Arronches, como foi referido. Os caminhos de Elvas, Estremoz, Campo Maior e Albuquerque são individualizados através de traços sinuosos; as ribeiras de Caya e de Alegrete destacam-se igualmente; campos recortados em forma de quadrícula e arvoredos marcam a área em torno da fortificação de Arronches. A cartela do título, tal como a rosa-dos-ventos, é gravada com simplicidade, enquanto que a cartela da escala gráfica, um tanto semelhante a da planta de Campo Maior, é mais decorada.

Trata-se de mapas de pormenor em que a principal informação representada diz respeito à defesa das vilas, tanto nos elementos de arquitectura como nas características geográficas dos sítios envolventes. É de sublinhar que o interior de cada vila, como por exemplo os arruamentos, nunca é representado. Inspirando-se certamente dos mapas de fortalezas produzidos desde o século XVII, estas figurações ganham todo o seu sentido numa obra de divulgação de carácter militar, mas também possuem um determinado papel nesta *Geografia Histórica*... De facto, estas plantas não são neutras, devendo ser interpretadas à luz do contexto histórico, para delas poder ser retirada a retórica que se encontra por trás destas figurações, e da sua inserção na obra. O nome destas quatro vilas fortificadas remete para uma determinada realidade política, ou seja a luta de Portugal pela sua soberania e pela sua independência apesar dos ataques que sofreu nas suas áreas fronteiriças, – aqui, a Província do Alentejo – aquando da Guerra da Restauração e da recente guerra da Sucessão da Espanha. A inserção destes mapas de pormenor na *Geografia Histórica*... contribui para o reforço do poder central ao veicular a imagem de um estado forte que apesar das ameaças do inimigo, sempre soube defender o seu território. Estes quatro mapas de pormenor remetem para a memória e para a identidade dos leitores portugueses e transmitem ao público estrangeiro uma mensagem ligada à glória militar de Portugal, face às outras nações europeias.

3. – A carta manuscrita de Portugal de 1730.

Granpré é autor de um mapa de Portugal, que pelas suas características se diferencia claramente das outras obras cartográficas. Com efeito, trata-se de uma imagem manuscrita, aguarelada, "composto por Carlos de Grandprez [...] em Lisboa, no ano de 1730". De dimensões 102,5 x 67,5 cm, esta carta demonstra vestígios de ter sido dobrada²⁸⁹. O que pode ser explicado pela possibilidade de Granpré ter levado esta carta para França, ou por outra razão: "não só os franceses realizaram trabalhos cartográficos sobre Portugal como levaram para o seu país importantes exemplares da cartografia metropolitana (ALEGRIA, 1977, p. 175), nomeadamente aquando das invasões napoleónicas em inícios do século XIX.

²⁸⁹ Esta carta do território nacional encontra-se actualmente em Paris, no Département des Cartes et Plans da Bibliothèque Nationale de France, sob a cota: BNF DCP Ge DD 2987 (1871) B.

Aquarelado em toda a superfície do papel, este mapa possui várias cores, sendo as mais vivas aplicadas para acentuar a simbologia de certos fenómenos cartografados: em vermelho, por um lado, os lugares figurados sob a forma de símbolos pontuais diversos²⁹⁰ e, por outro, a linha da fronteira com a Espanha; em azul, a rede hidrográfica e a costa em toda a sua extensão; em amarelo claro, a mancha gráfica do território espanhol e a linha delimitadora de cada uma das províncias, sendo estas preenchidas em tons mais claros: em vermelho, o Algarve, e a Estremadura; em azul, o Alentejo e Trás-os-Montes; em amarelo, o Entre Douro e Minho e a Beira.

A cartela que contém o título, colocada no canto superior esquerdo, não se evidencia aqui através da cor – os tons acinzentados marcam os seus contornos – mas antes pela sua ornamentação: as armas de Portugal figuram em todo o seu detalhe no topo da cartela, enquanto que motivos florais e outros desenhos alegóricos acabam por completá-la²⁹¹.

A maior parte das cartelas ornamentadas revelam relações de poder²⁹², através dos seus atributos que devem estar relacionados com o objecto cartografado, mas igualmente com aquele a quem a carta vai ser apresentada, isto é, frequentemente, para a obtenção de um mecenato²⁹³. O texto contido na cartela revela esta estratégia subjacente à execução desta carta manuscrita: "...dedicado a Sacra Real e Augusta Magestade Del Rey D. João V". De facto, "Toda a apresentação tipográfica [o tipo de letra, a gravura] serve para destacar a dedicatória" (FERREIRA MOTA, 1998, p.477).

No entanto, esta magnífica cartela resulta do trabalho de outro artista gráfico, que não Granpré: "Para [compor as cartelas], cartógrafos ou editores de mapas chamaram muitas vezes [...] excelentes artistas especialistas na arte da ornamentação e da vinheta. É frequentemente a parte melhor [...] do mapa, e por esta via, a carta ganha um modesto direito de tomar lugar na história da estampa." (DAINVILLE, 1964, p.64-65). De facto, sob a cartela, encontra-se inscrito com pequenas letras em itálico, a seguinte menção: "G.F.L. Debrie invenit et fecit Lisboa 1730", o que significa que Debrie compôs e desenhou a cartela. No entanto, é de referir que esta cartela é em muito semelhante à cartela desenhada na segunda folha, no canto inferior esquerdo de Baillieu (reditada em 1735), no que diz respeito às armas de Portugal.

Tal como já referimos, Guilherme Francisco Lourenço Debrie, faz parte dos artistas gráficos estrangeiros contratados no âmbito da Academia Real da História, que recebiam um ordenado²⁹⁴. A carreira de Debrie como artista gráfico em Portugal foi marcada pelo prestígio, como o comprova as suas qualidades artísticas aplicadas na execução de um retrato do monarca D. João V²⁹⁵. Talvez da intervenção deste artista de prestígio, esta carta manuscrita tinha por destino ser gravada e publicada em honra de quem ela é dedicada, o monarca.

Assim, "uma mesma carta comporta frequentemente várias cartelas: ao título é atribuído uma cartela maior e mais ornamentada; a escala é frequentemente colocada num segundo cartucho com adornos mais

²⁹⁰ "Esta regra constante, advém da Idade Média, em que era colorido o símbolo da cidade..." (DAINVILLE, 1964, p. 222)

²⁹¹ Quanto ao título dos mapas, ver as reflexões de Christian JACOB, 1992, pp. 251-262.

²⁹² Acerca das cartelas nos mapas impressos no século XVIII, ver Mary SPONBERG PEDLEY, 2005, pp. 56-63.

²⁹³ François de DAINVILLE, 1964, p. 64.

²⁹⁴ Ver referências feitas ao pagamento de ordenados a Debrie no *Livro de Despesas da Academia Real da História Portuguesa*, intitulado: Forma dos decretos pelos quais S. Magestade manda pagar a maior despesa e faz a Academia alem da sua consignação, volume 2, 1737, pp. 71 e 88, frente e verso. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Área dos Manuscritos, Código 714-716.

²⁹⁵ *Johannes V Portugalliae Rex* é um retrato do monarca, "com figuras alusivas à fundação da Academia Real da História Portuguesa e [...] uma vista do convento e palácio de Mafra." Ver Ernesto Soares, 1940, pp. 212-213.

simples" (DAINVILLE, 1964, p.66). Porém, no canto inferior esquerdo desta carta, foi gravada simplesmente a escala gráfica, colocada de forma original ao longo do paralelo de 37º N, com a menção, um pouco mais acima, da medida "petipé" em maiúscula. Trata-se da mesma medida utilizada para a escala gráfica, em todas as outras obras cartográficas de Granpré.

A representação dos valores das coordenadas geográficas, em graus e em minutos, em cada um dos lados da esquadria do mapa é muito cuidada e pormenorizada. A extensão do território português encontra-se então localizada entre os 36 graus e 40 minutos e os 42 graus e 15 minutos de latitude norte e entre os 8 graus e 40 minutos e os 11 graus e 50 minutos de longitude oeste. Quanto aos valores de latitude, podemos constatar uma correspondência entre esta carta manuscrita e o mapa impresso; no entanto, quanto à graduação do mapa em longitude, há um claro desfasamento: o meridiano correspondente aos 10 graus de longitude passa pelo extremo ocidental do Algarve no exemplar impresso enquanto que na versão manuscrita, passa ligeiramente a oeste de Silves. Por fim, de todos os elementos constitutivos de um mapa é de sublinhar a ausência de orientação, com a omissão de uma rosa-dos-ventos, que o mapa impresso possuía.

A escala desta carta manuscrita, cerca de 1: 665 000, permite um maior grau de pormenor na representação dos fenómenos físicos e humanos: por um lado, a rede hidrográfica, a cobertura vegetal, o relevo, os acidentes geográficos do litoral e por outro, o povoamento e a divisão político-administrativa. Estes são os fenómenos igualmente figurados no mapa de Portugal gravado por Granpré em 1729, e nas cartas à escala nacional na Europa da primeira metade do século XVIII. De facto, "Cada época, cada sociedade, estabelece a sua própria lista de objectos geográficos, segundo a sua percepção do mundo, dos seus conhecimentos." (PALSKY, 1996, p.135).

A particularidade desta carta manuscrita reside no desenho cuidado e pormenorizado dos fenómenos físicos, ao ponto de terem sido gravadas as cotas de profundidade do estuário do Tejo, sinal da sua acessibilidade e do seu consequente potencial económico enquanto porto no dito "mar de Portugal".

Não só os principais cursos de água são nomeados nesta carta – Guadiana, Tejo, Douro e Minho – como os secundários – Sado, Mondego – e os afluentes dos primeiros – Sabor, Tâmega, Tua – também merecem igual atenção, com a gravura do nome precedidos da inicial da palavra "rio". Representados através de um traçado duplo ou de uma simples linha, os rios percorrem a carta manuscrita coloridos de azul. A densidade da rede hidrográfica aqui figurada corresponde de uma forma muito aproximativa à realidade. Embora se denotam omissões de determinados cursos de água ou lapsos na sua orientação – nomeadamente no limite entre o Alentejo e o Algarve e na margem esquerda do Guadiana – a imagem que nos é dada da repartição dos cursos de água no território português é de uma certa forma fiel à uma percepção muito global e generalizada da rede hidrográfica em Portugal. Por fim, três lagunas interiores pontuam a área, a sul de Abrantes, na margem esquerda do Tejo, mas somente uma, situada a oeste, destaca-se da mancha gráfica pela sua coloração em azul.

As ilhas, os cabos, as baías e as foz dos cursos de água são cartografadas caracterizando todo o litoral português. As Berlengas são identificadas com a inscrição do seu nome em letras pequenas a itálico tal

como os cabos da Roca, Espichel, de São Vicente e de Santa Maria e as barras dos rios – Mondego, Vouga... Mais ainda duas das cinco ilhas do lido de Faro acabam por se distinguir através dos fortés que nelas se situem: forte velho e forte de Louriço. Por fim, as cinco ilhas do estuário do Tejo gravadas nesta carta manuscrita relembram de imediato outro trabalho cartográfico de Granpré: a carta do patriarchado de Lisboa. Com efeito, trata-se do desenho quase idêntico destes bancos de areia no leito do rio: a forma e a disposição são curiosamente similares...

A comparação do traçado da rede hidrográfica e das fronteiras externas do território português, nomeadamente ao longo do litoral, de cada um dos mapas identificados permite desde já identificar "filiações". Atendendo à representação destes dois fenómenos cartografados (ver figuras anexas), já podemos reunir num mesmo conjunto os mapas de Besson, de Nolin e de Baillieu (*Le Portugal et ses frontières...*): o desenho da configuração do território português apresenta semelhanças óbvias. Mais ainda, existe uma maior aproximação com os mapas de Besson, e de Baillieu ambos editados em 1704, se observarmos a forma como foi delineada por estes dois cartógrafos a costa algarvia, a ria de Aveiro, os bancos de areia no estuário do Tejo. São precisamente estes dois mapas que correspondem com maiores probabilidades às fontes cartográficas utilizadas por Granpré para esta carta manuscrita de Portugal, datada de 1730. Não só se passava a imprimir cartas manuscritas numa lógica editorial, como também era, ao inverso, uma prática muito usada pelos cartógrafos produzir mapas manuscritos a partir de mapas impressos.

Eis o caso aqui da carta manuscrita de Portugal de 1730, directamente inspirada nestes dois mapas impressos em França, cuja análise nos permite reconhecer os fenómenos geográficos que foram "decalcados" com detalhe por Granpré. O traçado do litoral em determinados pontos (em especial, a península da Estremadura, a costa de Sines), a localização das manchas arbóreas (nomeadamente ao longo do rio Guadiana e na parte sul da província de Estremadura), a distribuição do relevo (nas províncias de Alentejo, do Entre Douro e Minho e no Reino do Algarve), as duas lagunas na margem esquerda do rio Tejo, o traçado dos principais cursos de água do território – Minho, Douro, Mondego, Tejo, Sado e Guadiana e dos seus afluentes, a localização das cidades tal como a sua própria representação, em forma de plantas pintadas a vermelho. Mais ainda, verificamos através da sobreposição do decalque dos mapas em estudo,

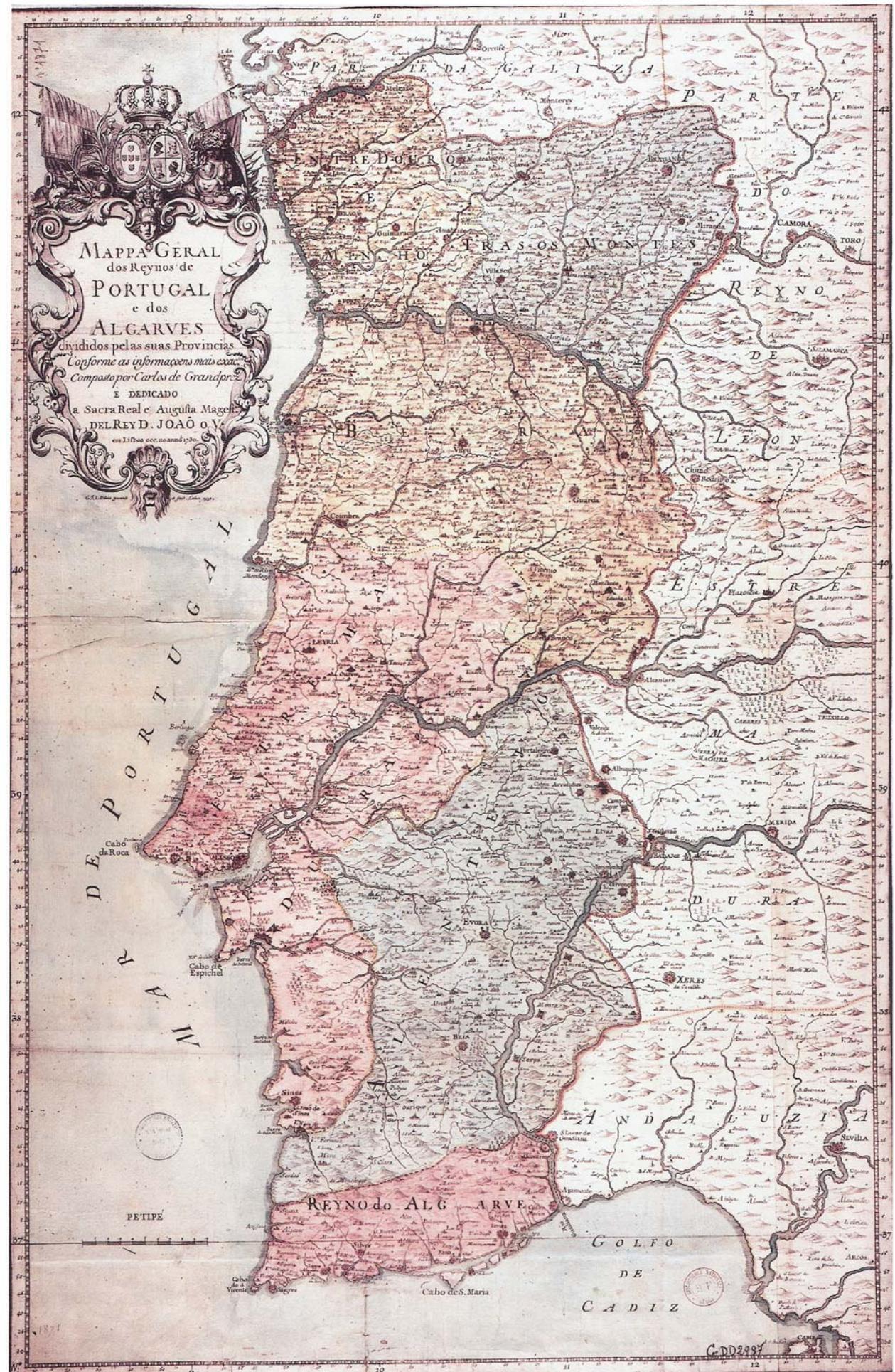


Figura 54 - GRANDPREZ, Carlos de – *Mappa geral dos Reynos de Portugal e dos Algarves divididos pelas suas Províncias...*
 Lisboa, 1730.

que a mancha gráfica correspondente ao território cartografado (Portugal e parte de Espanha) da carta manuscrita de Portugal de 1730 é idêntica à do mapa gravado por Besson (1704): os limites pelos quais a mancha gráfica foi recortada são os mesmos nestes dois mapas. Como se uma mesma “janela” tivesse sido aberta sobre a Península Ibérica, nomeadamente se observarmos o topo e a base de ambos os mapas. Cadiz, a sul e a norte, a costa recortada da Galiza e as pequenas ilhas de Baiona são aqui os elementos territoriais representados nas “extremidades” da mancha gráfica. Os próprios desenhos da costa galega e da baía de Cadiz são similares.

Montículos, figurando o relevo foram repartidos, alinhados ou em conjuntos, sendo unicamente identificados dois: a Serra da Estrela e a Serra da Alcoba, a sudeste de Viseu. A distribuição do relevo nesta carta manuscrita parece ser um pouco fantasiosa tal como já o tínhamos sublinhado no caso da versão impressa do mapa de Portugal: por um lado verifica-se um esforço na localização fiel de determinados conjuntos montanhosos significativos no território nacional, por outro, há uma vontade deliberada em recorrer a esta simbologia para preencher os “espaços vazios” da mancha gráfica e para “reforçar” o carácter defensivo de certas áreas fronteiriças, baseando-se na acepção da serra como barreira natural.

Várias manchas de vegetação foram igualmente gravadas nesta carta: nas províncias da Beira – perto de Viseu – da Estremadura - nas imediações de Setúbal, a norte de Melides, ao longo do rio Sado, na margem esquerda do Tejo – e do Alentejo – na margem direita do Guadiana. O significado do desenho destes conjuntos de pequenos símbolos correspondentes a árvores, variando a sua forma e o seu tamanho, já foi anteriormente referido no caso do mapa impresso de Portugal, não deixando de ser necessário referir que embora as manchas de vegetação sejam, aqui, em maior número, a localização acaba por ser a mesma, tanto na versão impressa como na manuscrita. Considerando as fontes cartográficas, observamos que Granpré procedeu a uma selecção do fenómeno relativo à cobertura vegetal: só algumas manchas arbóreas foram representadas, relativamente ao mapa de Baillieu.

Os lugares habitados reflectem a oposição característica, já referida, entre a representação em vista plana das cidades e praças-fortes e a representação através de símbolos pontuais, em perspectiva, das localidades menores. A variação destes signos convencionais revela mais uma vez ao leitor uma determinada hierarquia dos lugares no território nacional: de um pequeno círculo, passamos de um maior ou menor conjunto de edifícios de tamanho e de pormenor variável, até ao desenho de pequenas plantas simplificadas, algumas delas acrescentadas de uma cruz, sendo sede episcopal. As cidades destacam-se assim não só pela simbologia, bem como pela cor: o vermelho impõe-se à nossa vista, de imediato.

O povoamento do território é o fenómeno humano por excelência: a toponímia cobre de forma quase uniforme a mancha gráfica, gravada em itálico, enquanto que os caracteres de maior dimensão e em maiúsculas assinalam as cidades portuguesas.

A inscrição da toponímia revela uma diferenciação dos espaços identificados, diferenciação esta operada através de tipos e de uma caligrafia diferentes, tal como de uma série de símbolos, que marcam a importância respectiva e a natureza dos espaços designados. [...] “A leitura do mapa passa por patamares de

clareza e legibilidade do mapa que corresponde a uma leitura selectiva - ascendente ou descendente, do geral ao particular - acabando por se tornar hierárquica." (JACOB, 1992, pp. 279-280).

Os nomes das províncias são por sua vez "estendidos" no espaço gráfico correspondente à respectiva área. Mais ainda, a fronteira com Espanha desenhada através de uma linha tracejada foi aguarelada a vermelho, tal como o limite do Reino do Algarve, enquanto que as divisões entre as outras cinco províncias – Alentejo, Estremadura, Beira, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes – são mais discretas, através de uma implantação linear desenhada a ponteado e colorida em amarelo claro. No entanto, estas delimitações procuram ser representadas de forma precisa: se o rio Tejo coincide com o limite entre o Alentejo e a Estremadura, o ponteado da linha separadora é gravado a meio do traço duplo correspondente ao curso de água, tal se verificando no caso dos rios Douro e Minho, respectivamente fronteiras naturais entre Trás-os-Montes e Beira e entre a Galiza e Entre Douro e Minho. Tudo concorre para dar a ver um território povoado de forma densa, com cidades bem implantadas e fortificadas, transmitindo uma imagem de um Estado forte e organizado, nomeadamente nas áreas fronteiriças.

Embora a divisão do espaço nacional em unidades territoriais, salientada pelas linhas aguareladas nos mapas de Nolin e de Besson coincida ligeiramente com aquela que encontramos na carta manuscrita de Portugal, Granpré traçou novos limites para cartografar cada uma das Províncias, nomeadamente, Trás-os-Montes é circunscrita pelo rio Douro e a província de Estremadura "termina" a sul de Sines. Por fim, a escrita dos topónimos em português e não em francês ("Mer de Portugal" nos mapas de Nolin (1704) e de Besson (1704) e "Mer Océane" no mapa de Baillieu (1704) tornam-se "Mar de Portugal" na carta manuscrita) constitui por si só uma adaptação necessária na construção desta imagem cartográfica de Portugal.

A gravura desta soberba carta de Portugal por Granpré não procura responder a exigências científicas de representação do território, embora o pormenor na reprodução dos fenómenos demonstre um certo cuidado do autor, a sua principal preocupação é conferir glória e prestígio à figura do monarca, reforçando o seu poder no território cartografado²⁹⁶. Esta carta é um degrau importante na estratégia de ascensão de um gravador na esfera protectora do monarca.

Por fim, a informação cartografada na mancha correspondente ao território de Espanha foi reduzida se atendermos às fontes cartográficas consideradas. Granpré pretendia oferecer uma imagem cartográfica de Portugal, dedicada ao monarca D. João V e como tal, privilegiou naturalmente, ao contrário dos cartógrafos franceses, o território português. A própria forma como foi aguarelado o mapa, salienta um espaço nacional colorido, ao lado de uma Espanha de tons pálidos. Além disso, como foi referido os mapas de Portugal produzidos no estrangeiro eram frequentemente impressos a partir de chapas gravadas de toda a Península Ibérica. No entanto, as alterações mais significativas introduzidas por Granpré na execução da sua carta manuscrita de Portugal podem ser observadas no traçado do contorno do litoral, nomeadamente do Algarve, totalmente distinta tal como a própria representação da foz do Vouga e do Sado. O detalhe dos bancos de areia situados no estuário do Tejo acaba por ser definitivamente a marca que distingue por excelência a obra cartográfica de Granpré, como veremos na carta do Patriarcado de Lisboa. De facto, "aquele que procede à

²⁹⁶ Isabel FERREIRA da MOTA, 1998, p. 477.

compilação de um mapa encontra-se sempre pressionado para dar ao seu mapa algo que o distinga dos outros mapas: um aspecto mais decorativo e ornamentado ou uma informação adicional." (SPONBERG PEDLEY, 2005, p. 38).

4. – A Carta do Patriarcado e do Arcebispado de Lisboa.

A "Carta topográfica do Patriarcado de Lisboa Occidental e Arcebispado Orient. Aberta ao buril por C. de Grandprez e por elle dedicada ao Illu.mo e Rev.mo Senh.r D. Thomas de Almeyda 1.ro Patriarca de Lisboa occ. ntal"²⁹⁷ é outra obra cartográfica de Granpré²⁹⁸. No entanto, a autoria desta carta foi atribuída ao engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, como resultado dos seus "trabalhos de levantamento topográfico [que] abrangiam a região central do país, em volta de Lisboa, compreendida entre o bispado de Leiria, ao norte, o estuário do Sado e o bispado de Évora, ao sul, e, a leste, a prelazia de Tomar e o bispado de Portalegre" (CORTESÃO, 1957, p.178). Trata-se de facto da área cartografada, e como tal identificada no mapa. Porém, observando em pormenor esta imagem, deparamo-nos com um estilo de gravura muito semelhante ao dos mapas das Províncias, insertos na obra de D. Luís Caetano de Lima, atribuídos igualmente a Granpré. A representação dos fenómenos geográficos, o relevo nomeadamente, é de facto em muito idêntica entre esta carta do patriarcado e o mapa em que é figurada a Estremadura. Existem informações que D. João V terá, em 1725, "encarregado [Manuel de Azevedo Fortes] de traçar o Mapa do Arcebispado de Lisboa para a linha oriental e Ocidental..."²⁹⁹. Podemos emitir a hipótese de que poderá ter havido uma encomenda régia dirigida a Azevedo Fortes para representar o Patriarcado de Lisboa e a área envolvente, mas que finalmente foi editado um mapa desta área não segundo os métodos estudados e fomentados pelo Engenheiro-môr, mas pelo contrário fruto de uma trabalho de compilação realizado pelo gravador Granpré, tal como veremos através da interpretação da carta em questão.

Antes de mais, tendo em conta o espaço cartografado, torna-se essencial possuir alguns elementos da história do Patriarcado de Lisboa, não só para datar o mapa, bem como para compreender o que estava em jogo por trás da feitura desta carta dedicada ao primeiro Patriarca, D. Tomás de Almeida.

Tornou-se possível, em 1717, a criação do Patriarcado de Lisboa graças a um processo de estreitamento das relações entre Portugal e a Santa Sé, pela via diplomática, iniciado logo após a subida ao trono de D. João V. De facto, a vontade do monarca português em ser criada uma Colegiada, em Lisboa, é

²⁹⁷ Pode ser consultado na Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, Colecção da Real Biblioteca Diogo Barbosa Machado, sob a cota ARC.016.08.002, um exemplar deste trabalho cartográfico de Granpré. "Carta topográfica do Patriarcado de Lisboa Occidental, e Arcebispado Orient. Aberta ao buril por C. de Grandprez e por elle dedicada ao Illu.mo e Rev.mo Senh.r D. Thomas de Almeyda 1.ro Patriarca de Lisboa occ."; 28,9 X 43,9 cm, sem data. Por outro lado, a chapa deste mapa encontra-se actualmente no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa

²⁹⁸ É importante referir que se encontra referenciado este mapa, numa ficha manuscrita da Biblioteca Nacional de Lisboa: "Grandprez (C de) / Carta topográfica do Patriarcado de Lisboa Ocidental e Oriental / acha-se junto o Plano geral de Lisboa de 1785 / e a carta topográfica do termo de Lisboa até Mafra. / N° 169". No entanto, por não conter qualquer cota, não foi possível encontrar apesar das pesquisas realizadas com o Mestre André Ferrand de Almeida, ao qual agradecemos a preziosa ajuda prestada.

²⁹⁹ A fonte destas indicações expostas por Jaime CORTESÃO (1960, p.177) corresponde segundo o autor ao Elogio Fúnebre de Manuel Azevedo Fortes" por José Gomes da Cruz (1754).

concretizada a 1 de Março de 1710, através da bula *Apostolatus ministerio* de Clemente XI sendo como tal elevada a este estatuto a Capela Real, como Real Colegiada de São Tomé. Mais tarde, sendo as relações diplomáticas reforçadas, é negociado o pedido de elevação da Colegiada a basílica Patriarcal. Foi precisamente graças ao auxílio prestado pela coroa portuguesa à Santa Sé face à ameaça turca³⁰⁰, que foi alcançada a satisfação do desejo de D. João V, com a bula papal *In supremo apostolatus solio*, de 7 de Novembro de 1716: a Colegiada passa a ser basílica Patriarcal. É nomeado, no mesmo ano, como primeiro patriarca, D. Tomás de Almeida, bispo do Porto. Nasce assim uma nova metrópole, o Patriarcado ocidental, distinta do Arcebispado oriental³⁰¹. Esta divisão eclesiástica de Lisboa permanecerá durante 24 anos, sendo esta anulada pela bula de Bento XIV “*Salvatoris nostri master*”, de 13 de Dezembro de 1740, confirmada por D. João V através do decreto-lei de 31 de Agosto de 1741, com a passagem do arcebispado oriental sob jurisdição do patriarcado.

No entanto na década de vinte, as relações amistosas com a Santa Sé, geradoras de vantagens concedidas a Portugal, são interrompidas entre os dois estados. D. João V queria que fosse concedido o barrete de cardeal a figuras religiosas da sua escolha, como o Núncio Apostólico, Monsenhor Vicente Bichi³⁰². Perante a recusa de Clemente XI, reiterada pelos papas Inocêncio XIII e Bento XIII, deu-se em 1728, o corte de relações com Roma³⁰³. Embora, em 1731, o núncio Bichi acabasse por ser finalmente elevado ao cardinalato, a coroa portuguesa só se deu por satisfeita ao ser lhe dada como honraria, pela bula áurea de Bento XIV, a 27 de Dezembro de 1737, a promoção dos cardeais, sendo assim atribuído o capelo cardinalício ao Patriarca de Lisboa. Esta carta terá assim sido gravada, entre 1737 e 1740, sendo que na primeira data as relações amistosas entre Portugal e a Santa Sé foram retomadas e a nomeação do Patriarca pelo monarca tenha sido definitivamente reconhecida e aceite pelo Pontífice, e na segunda data, deu-se a fusão do Patriarcado occidental e do Arcebispado oriental.

Gravada a preto e branco, recorrendo a técnica calcográfica (“aberta a buril”), esta carta, representa o Patriarcado de Lisboa Occidental e o Arcebispado de Lisboa Oriental, sendo no entanto dada especial ênfase ao Patriarcado, através da gravura de letras maiores e caracteres em maiúsculas. O título, colocado no canto superior esquerdo, numa cartela ornamentada com motivos florais que juntam de um lado, as armas dos Almeidas e do outro, os símbolos do Patriarca: mitra, báculo e cruz de arcebispo. Esta carta contém igualmente no seu canto inferior esquerdo, uma escala gráfica em “petipé”, à semelhança dos mapas das províncias, colocado numa cartela muito simples.

Os fenómenos físicos e humanos escolhidos pelo gravador na feitura deste mapa são a delimitação das unidades territoriais sob jurisdição da Igreja, a toponímia, o relevo e outros acidentes geográficos do litoral,

³⁰⁰ Face a uma possível invasão dos Turcos na Península Itálica, que já atacavam a ilha de Corfú, o papa Clemente XI solicitou em dois anos consecutivos (Janeiro de 1715 e de 1716) a ajuda militar de Portugal. No primeiro ano, os navios regressaram sem terem integrado a armada dos aliados. No segundo ano, a frota portuguesa já participou nas batalhas que levaram à vitória sobre os Turcos. Eduardo BRASÃO, 1932, pp. 250-251; Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, pp. 249-250.

³⁰¹ O alvará de 15 de Janeiro de 1717 cria o Patriarcado occidental, sendo esta ordem do rei confirmada por bula papal, *Gregis dominici cura a 3 de Janeiro de 1718.*

³⁰² Perante a recusa de Clemente XI (reiterada pelos papas Inocêncio XIII e Bento XIII), Monsenhor Vicente Bichi, representante dos Estados Pontifícios em Portugal desde 1710, foi substituído por Monsenhor Firrao. No entanto, este nunca chegou a ser recebido por D. João V.

³⁰³ De facto, foram dadas ordens aos dois núncios, Bichi e Firrao, para abandonar o território português, e de igual forma, ao embaixador André de Melo e Castro e os outros representantes diplomáticos para regressar.

a vegetação, os cursos de água, devolvendo uma caracterização abundante e diversificada destas área geográfica.

A divisão eclesiástica da área envolvente ao patriarcado e ao arcebispado é representada através dos limites gravados com pequenos ponteados: Arcebispado de Évora, Bispado da Guarda, Bispado de Portalegre, Prelazia de Tomar e Bispado de Leiria são as jurisdições eclesiásticas igualmente integradas nesta representação cartográfica.

O povoamento é figurado com a devida localização e identificação dos lugares. Os topónimos são todos gravados em itálico, enquanto que as localidades são situadas recorrendo a uma implantação pontual variada: um simples círculo, tal como figurado para os lugares nas imediações de Lisboa – o recurso a este símbolo elementar permite uma representação mais adequada no caso de uma forte densidade toponímica ou signos figurativos de edifícios, muitas das vezes destacados por uma cruz colocada no maior edifício – a sede da paróquia – sendo sempre estes signos de forma e tamanho variáveis consoante a maior ou menor importância do aglomerado. Por fim, a cidade de Lisboa, Santarém, Setúbal, Cascaes e Oeiras são assinaladas nesta carta através do desenho sugestivo de pequenas plantas de dimensões e contornos próprios para cada um destes lugares, sendo de destacar a capital, figurada sob a forma de um aglomerado em que se evidenciam as muralhas da cidade, e no seu interior, os arruamentos. Por fim, torna-se possível caracterizar o sítio envolvente aos aglomerados: Pegoens, a leste de Setúbal, encontra-se rodeado de arvoredo; Coima na margem esquerda do Tejo, situa-se junto de uma ponte; Sesimbra, localizada numa área de relevo, a serra da Arrábida, tal como Ourém isolada no topo de uma elevação...

De facto, os fenómenos físicos desenhados nos mapas estão aqui presentes, a saber, por um lado, o relevo, através da gravura de pequenos montículos (em muito semelhantes com os gravados nos mapas das províncias) espalhados pela mancha gráfica, numa tentativa de preencher os vazios ou reagrupados em conjuntos individualizados no caso das serras, como da Arrábida, de Sintra; e por outro lado, os cursos de água figurados através de traços duplos ondulados. Sobressai neste mapa, a representação cartográfica dos "mochões", bancos de areia do rio Tejo, aqui em número de cinco, gravados igualmente com contornos duplos e ondulados, sendo o seu interior ligeiramente preenchido por quadriculados. Temos assim três mochões alongados de forma muito semelhante, por entre as quais correm o Rio da Pedra, o Mar de Corro e o Rio Agatam; mais acima destas, um mochão de dimensões muito reduzidas; por fim, um outro mochão de forma "quadricular" imbricado noutro que tem quase a forma de uma nau... Mais ainda, foi conferida tal forma particular conferida a este mochão, devido à divisão entre o patriarcado Occidental e o Arcebispado oriental (ver a linha a ponteado). O único mochão sob domínio do patriarcado foi assim destacado através da sua representação desproporcionada. De facto, estes mochões eram tidos como as terras mais férteis do vale do rio Tejo, daí a relevância da sua representação nesta carta. Por sua vez, a própria entrada no estuário é dificultada por duas barras, uma dita "pequena" e outra, chamada de Alcaceva. Dois ilhéus que recebem o nome de Cachopos e Cabeça Seca, marcam um certo perigo para as embarcações, dai a torre do Bugio edificada na Cabeça Seca. Por fim, a ênfase dada ao litoral é reforçada pela identificação dos cabos da Roca e Espichel, pelo arquipélago das Berlengas e pela figuração das águas do mar através de traços.

Para além dos conjuntos de arvoredo dispersos pela carta, cujo desenho arredondado destas formações arbóreas sugere claramente a intervenção do homem, fenómenos reveladores da actividade humana fazem parte integrante da informação aqui cartografada, através de signos convencionais muito ilustrativos: moinhos, a leste do Seixal, indicados em itálico tal como os topónimos; fortes de defesa, como o de Santo António; a Torre de Outão, a oeste de Setúbal; as pontes são igualmente assinaladas embora as redes de comunicação terrestres não o sejam.

Relativamente à persistência desta imagem cartográfica, podemos referir que já em meados do século XVIII, são produzidas duas novas cartas do Patriarcado, baseadas precisamente nesta carta do Patriarcado aberta por Granpré. Juntamente com os "Mappas das Províncias de Portugal" de João Silvério Carpinetti, editados em Lisboa, no ano de 1762, foi inserta a carta do "Patriarcado de Portugal"³⁰⁴. Comparando com a carta aberta por Granpré, as diferenças parecem ser poucas. De facto, apesar da cartela do título e da rosa-dos-ventos terem sido modificadas e dispostas de forma diferente, tal como a legenda (já fora da esquadria, podemos ler "Léguas Portuguezas de 18 ao grado") e de diversos topónimos terem sido retirados e outros acrescentados ("Patriarcado de Lisboa" em letras maiúsculas substitui "Patriarcado de Lisboa Occ. E arcebispado de Lisboa oriental") tal como alguns fenómenos cartografados (a pequena lagoa interior na península de Setúbal foi apagada), poucas alterações foram introduzidas por Carpinetti. O desenho da costa, da rede hidrográfica e dos próprios mochões mantêm-se pouco inalterados; a implantação das povoações, das manchas arbóreas e dos montículos de relevo é praticamente a mesma do que na carta de Granpré. O preenchimento do curso e do estuário do Tejo, os mochões deixados em branco e o delineamento contínuo da costa foram os artifícios finalmente usados por Carpinetti para conferir um carácter actualizado à carta do Patriarcado e do Arcebispado de Granpré.

Encontramos uma segunda adaptação em versão manuscrita, na Colecção do Casa do Ínsua, datada de 1794 da autoria de Manuel Caetano de Oliveira, "Carta Topográfica do Patriarcado de Lisboa extraída dos mappas, de João Silvério"³⁰⁵. Embora "extraída dos mappas" de Carpinetti, é para nós relevante confrontar esta carta com o exemplar de Granpré. À escala de 1: 230 000, embora "inacabado", este mapa encontra-se "orientado com o oeste no topo" tal como a carta gravada por Granpré. O desenho dos contornos da costa e da rede hidrográfica apresenta semelhanças bem visíveis. O título e a escala ("escalla de 4 legoas") diferem de facto, na forma e no conteúdo (foi acrescentada em vez do título na carta de Granpré, a legenda, "explicação"), no entanto curiosamente a rosa-dos-ventos encontra-se gravada no mesmo lugar. Com traços de aguarela, a carta de Caetano de Oliveira destaca-se do exemplar de Granpré devido ao preenchimento da mancha gráfica, como se tivesse sido, de um lado, figurado através de símbolos mais elaborados os dados já presentes no mapa anterior (o relevo, a vegetação, as povoações), e por outro, cartografada nova informação (as parcelas correspondentes aos campos, o nome dos rios foi gravada, certos topónimos foram retirados e outros

³⁰⁴ "Patriarcado de Portugal" in *Mappas das Províncias/de Portugal, novamente abertos, e estampados em Lisboa...* por João Silverio Carpinetti, Lisboa, 1762.

³⁰⁵ *Carta Topográfica do Patriarcado de Lisboa extraída dos mappas, de João Silvério por Manoel Caetano de Oliveira para 1794*, ver a representação no catálogo intitulado *A mais dilatada vista do Mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

acrescidos). Houve de facto, uma clara readaptação da carta de Granpré, como se tratasse de uma reactualização da imagem cartográfica da área geográfica de Lisboa.

A carta do Patriarcado gravada por Granpré confirma por um lado o prestígio do seu trabalho como gravador de mapas junto das esferas do poder; por outro, revela uma estratégia de clientelismo e de mecenato concretizada através de uma obra carregada de simbolismo geopolítico à mais alta figura eclesiástica, o Patriarca de Lisboa, subordinada ao poder monárquico, para alcançar a atenção deste último e assegurar como tal uma carreira de artista gravador, como protegido do maior mecenas das Artes Gráficas, D. João V.

Mais ainda, esta carta dedicada ao "Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Tomás de Almeida, Primeiro Patriarca de Lisboa occidental", traduz claramente a expressão do poder régio. Para além de engrandecer a figura de D. João V, nomeadamente no seu carácter sagrado, a incessante política externa junto dos Estados Pontifícios permitiu alcançar de novo o prestígio de Portugal, através da obtenção de privilégios eclesiásticos, para assim colocar-se ao mesmo nível de outras nações da Europa. A D. João V, poucos anos antes de falecer, é-lhe concedido o título de "Fidelíssimo", a 23 de Dezembro de 1748, pelo pontífice Bento XIV³⁰⁶, à imagem dos monarcas de França e de Espanha que eram respectivamente "Cristianíssimo" e "Muito católico"³⁰⁷. Todo o processo em volta da elevação da basílica Patriarcal e o conflito em volta da nomeação de cardeais significam no plano político e diplomático, o "reconhecimento da paridade de Portugal com as grandes potências europeias"³⁰⁸.

Quanto a possível fonte desta carta do Patriarcado e do Arcebispado, podemos supor que tenha sido a carta manuscrita realizada por Granpré em 1730: há uma clara similitude existente entre as duas cartas, se observarmos com detalhe a área correspondente ao Patriarcado e ao Arcebispado de Lisboa. Deparamo-nos com o mesmo desenho dos contornos da costa, dos principais cursos de água e sobretudo do estuário, nomeadamente a margem esquerda, frente à Lisboa e dos mochões, cuja forma tão particular não se encontra em nenhum outro mapa contemporâneo. O detalhe é tal, que é como se Granpré tivesse procedido da seguinte forma: após ter "aberto" uma janela na carta manuscrita de Portugal, "recortou" à volta da área que pretendia cartografada, e por fim, ampliou esta imagem, após tê-la reorientada com o topo voltado para oeste, e por fim, introduziu certas alterações, acrescentando elementos, retirando outros, simplificando certos traços para adaptar a imagem obtida à sua nova orientação, mas sobretudo ao seu novo propósito: uma carta do novo Patriarcado ocidental de Lisboa.

³⁰⁶ Eduardo BRASÃO, 1932, p. 258

³⁰⁷ Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1980, p. 253.

³⁰⁸ Isabel CLUNY, 1999, p.101.



Figura 55 – Pormenor da representação dos “mochões” na carta manuscrita de Portugal de 1730.

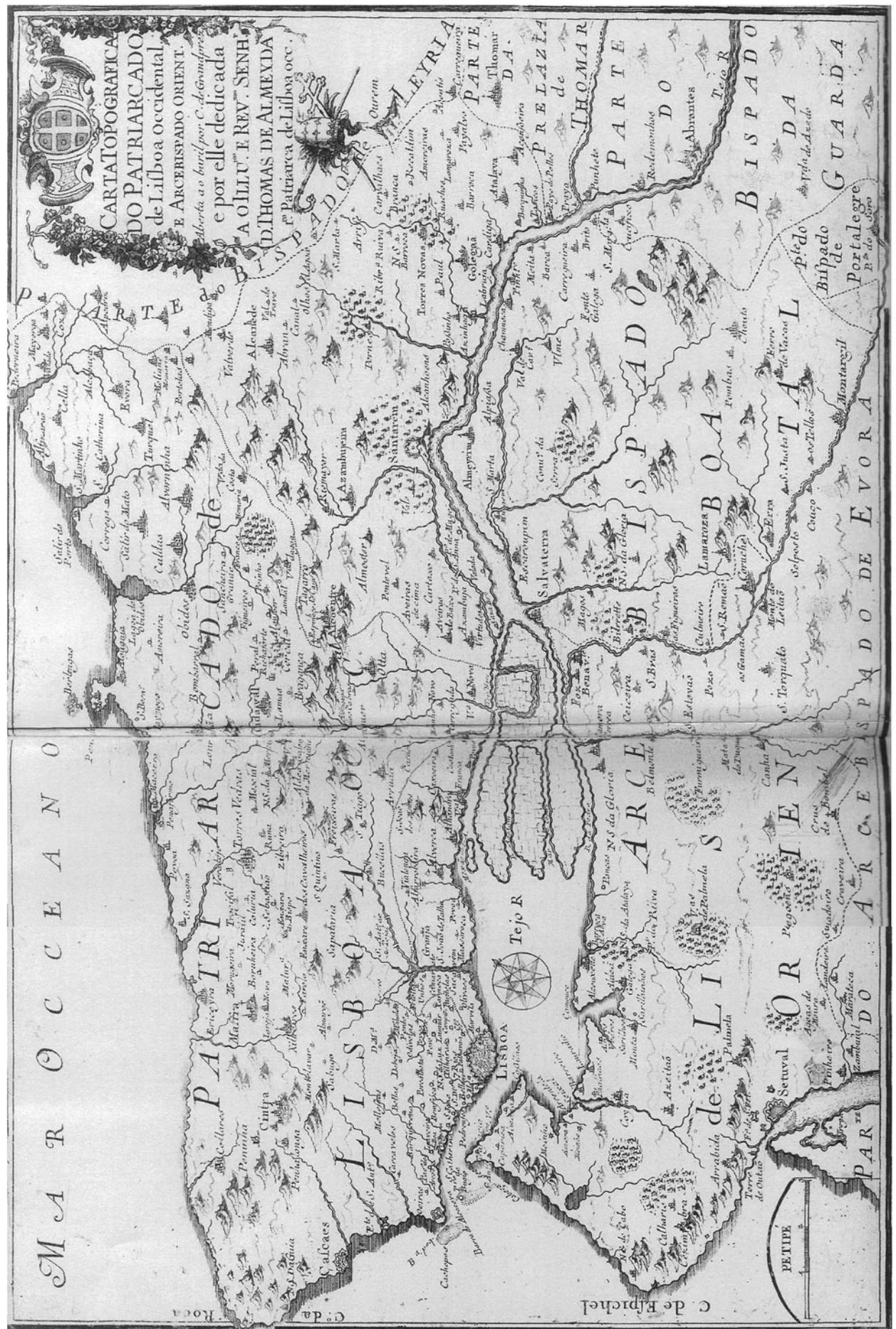




Figura 57 - CARPINETTI, João Silvério – Patriarcado de Portugal, Lisboa, 1762.

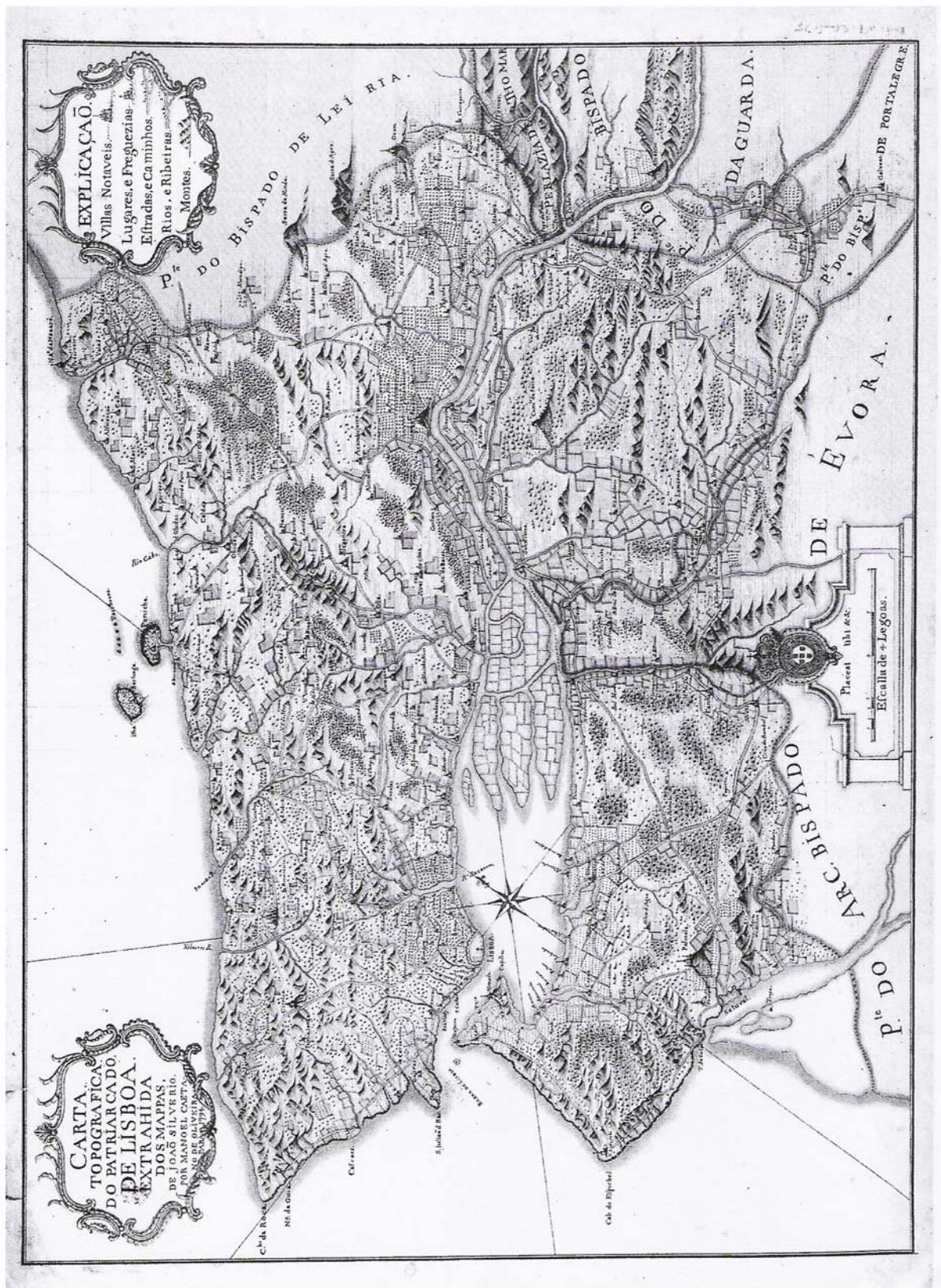


Figura 58 - OLIVEIRA, Manoel Caetano de - *Carta Topográfica do Patriarcado de Lisboa extrahida dos mappas, de João Silvério.* Lisboa, 1794.

CONCLUSÃO

Na Europa pós-Utreque, Portugal quis afirmar-se de novo para defender os seus interesses não só metropolitanos como ultramarinos, mas sem nunca se comprometer nos conflitos que assolaram a primeira metade do século XVIII, tal como acontecera na Guerra de Sucessão de Espanha. Com base numa política de neutralidade que permitia a permanência das mais altas figuras diplomáticas portuguesas junto das principais coroas europeias, D. João V, tal como a corte e a elite intelectual, visava manter-se informado, de todos os acontecimentos geopolíticos mas, igualmente de todos os avanços técnico-científicas, de todas as novas correntes de pensamento e de todas as novidades artísticas e culturais.

Existiu precisamente um contexto claro de renovação no domínio das artes, das letras e das ciências, em Portugal, graças à intervenção do maior mecenas desta primeira metade de Setecentos: D. João V. O monarca foi o instigador de empreendimentos fulcrais para a abertura do País a um novo paradigma, permitindo a desejada projecção de Portugal, na sua riqueza e na sua glória, junto das principais potências europeias.

Foi sob as suas ordens que foram realizadas as mais importantes aquisições de obras eruditas e de estampas para o enriquecimento de um acervo documental valioso herdado do século anterior, a Biblioteca Real. Foi a seu mando que os padres matemáticos jesuítas foram contratados, em Itália, para retomar as observações astronómicas, seguindo as novas teorias e os novos métodos científicos – actividades estas necessárias à preparação de levantamentos topográficos no Brasil. Foi igualmente por decreto régio que foi criada a Academia Real da História Portuguesa, no ano de 1720, instituição que ao reunir as figuras mais eruditas de então, se deu por objectivo a escrita de uma nova História de Portugal, baseada na pesquisa e na análise critica de fontes. É precisamente a oficina tipográfica da Academia Real da História que, ao editar as obras dos académicos, vai permitir a produção de novos saberes e daí, o surgimento de uma nova mentalidade, fundamental para a divulgação de uma imagem renovada do espaço nacional.

No entanto, a tentativa de renovação cartográfica, protagonizada pelo Engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes falhou: os mapas à escala local, regional e nacional, impressos em Portugal, nesta primeira metade do século XVIII e tão divulgados posteriormente, não resultam dos levantamentos topográficos levados a cabo pelo engenheiro e académico. Trata-se pelo contrário, de um trabalho de compilação realizado em gabinete por um especialista da gravura de reprodução, Carlos de Granpré.

Para além das ilustrações cosmográficas, das plantas e dos mapas regionais insertos na obra de D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica...* e de uma carta do Patriarcado de Lisboa, Granpré foi autor de duas representações cartográficas de Portugal. Estas distinguem-se em todos os pontos: o estilo da gravura, o próprio aspecto material, o tipo de informação cartografada, o seu propósito e a sua difusão posterior.

O mapa do "Reino de Portugal" impresso em 1729, de pequeno formato, apresenta uma qualidade medíocre na representação gráfica dos elementos do mapa bem como dos próprios fenómenos cartografados. Inserto no primeiro volume da *Geografia Histórica de todos os estados soberanos...*, corresponde a um trabalho de compilação feito a partir de outros mapas de Portugal produzidos no estrangeiro, para a seguir ser, por sua

vez, difundido junto de um largo público. E de facto, este mapa foi republicado posteriormente por diversas vezes, perpetuando um traçado geográfico antigo, herdado de finais do século XVII, que carece evidentemente de exactidão e de rigor científico próprios à época em que o mapa foi gravado.

A carta de Portugal de 1731, embora manuscrita, resulta igualmente da selecção da informação contida noutras mapas do território português impressos no estrangeiro. No entanto, trata-se do único ponto em comum com o mapa impresso de Portugal de 1729. Avulsa, esta carta manuscrita possui um estilo de gravura mais fino e detalhado e dimensões que traduzem claramente o seu propósito: oferecer ao monarca uma imagem prestigiante do território sobre o qual reina para assim, alcançar a protecção daquele que é o mecenas das artes e das ciências por excelência. Assim, enquanto que o mapa impresso, inserto em *Geografia histórica...* foi difundido junto de um largo público anónimo, a carta manuscrita, pelas suas características certamente nunca foi divulgada e como tal, esta imagem não faz parte das representações do território português que chegou aos leitores e consumidores de mapas.

No entanto, apesar do peso das fontes cartográficas na feitura deste mapa impresso, foi construída por Granpré uma representação cartográfica original de Portugal. Este mapa realizado por um gravador estrangeiro, portador de inovações, foi precisamente inserto numa grande obra de Geografia que visava a renovação dos conhecimentos e dos pensamentos geográficos, preferencialmente junto dos leitores portugueses. O conteúdo do mapa é todo ele escrito em língua portuguesa, contrariamente às fontes cartográficas que continham frequentemente topónimos em língua francesa ou castelhana, exceptuando o mapa de Sanson de 1756. Os próprios fenómenos cartografados apelam à memória e à identidade do leitor português, como é o caso da representação discreta de célebres batalhas, como a de Ourique. Mais ainda, a divisão do reino de Portugal é feita por províncias, enquanto que as sedes eclesiásticas continuam a ser assinaladas. Por fim, esta representação cartográfica de Portugal acaba por ser verdadeiramente original porque pela primeira vez não foi editada fora das fronteiras, por estrangeiros, mas sim sob o controlo do poder monárquico, através da Academia Real da História, instituição régia que patrocina a obra onde se encontra o mapa. A coroa pretende desta forma, constituir a imagem renovada de um estado forte e centralizado que controla todo o seu território, e transmitir esta mesma imagem, não só aos seus súbditos, como a qualquer leitor da obra de D. Caetano de Lima, em toda a Europa. Tendo em conta que "o mapa impresso poderá ter outra "vida" nas mãos e na mente dos seus utilizadores" (SPONBERG PEDELY, 2005, p.198), torna-se evidente que o público possui um papel determinante na circulação dos documentos cartográficos que adquire e utilize.

A inserção do mapa impresso de Portugal gravado por Granpré terá levado "a uma certa difusão nas classes instruídas e endinheiradas" (DAVEAU, 2001, p.133). Com a reedição na obra de João Baptista Casto, a difusão desta representação cartográfica do território nacional terá sido prolongada no tempo, na segunda metade do século XVIII, e alargada junto das novas gerações do público leitor português.

O próprio formato do mapa, de consulta fácil, tal como a legibilidade da informação cartografada terá concorrido para um certo sucesso junto dos leitores que procuravam localizar e relacionar os factos descritos na *Geografia histórica...* "Sem nenhum meio para determinar a exactidão das cartas a partir das suas próprias observações, o público consumidor tem em atenção o preço e o aspecto do mapa. Os leitores querem cartas

geográficas que sejam impressas de forma clara, inteligível, gravadas da mais bela maneira, e com um preço razoável." (SPONBERG PEDLEY, 2005, p. 203). O mapa de Granpré tentou reunir estas qualidades apesar das contrariedades impostas pelo formato imposto pela própria obra onde se insere.

Por outro lado, torna-se necessário inscrever a recepção deste mapa de Portugal num processo de privatização da leitura na Europa entre o século XVI e XVIII³⁰⁹. Não se trata aqui de um leitura cartográfica realizada em grupo, feita pelos militares, pelos políticos, para a tomada de decisões nem da contemplação de mapas parietais por várias pessoas ou de um atlas prestigioso. Trata-se pelo contrário de um mapa inserto numa obra erudita, em dois volumes, cujo aspecto material leva a considerar que a leitura do mapa de Portugal de Granpré era pessoal e não pública: a carta era certamente consultada na esfera privada. A leitura do mapa deixa de ser contemplativa: o leitor pode intervir nesta imagem cartográfica ao aguarelar os elementos que pretende destacar da mancha gráfica, ao inscrever anotações nas margens ou nos vazios do mapa.

"O mapa [...] constitui o suporte material, o dispositivo de referência em relação ao qual o indivíduo vai organizar o seu modelo ao mundo, a sua representação do espaço, dar sentido aos eventos da sua biografia e da história do seu tempo." (JACOB, 1992, p. 446). O leitor que descobre o mapa de Portugal impresso, recupera saberes que já possui acerca do território nacional e da sua história: as sinalizações das batalhas da Guerra da Restauração da Independência são claramente significativas. Devemos considerar que este mapa inserto numa obra publicada sob a égide de uma instituição patrocinada pelo poder central – a Academia Real da História Portuguesa - contribui para a divulgação de uma determinada visão do espaço nacional. De facto, "o poder dos mapas produzidos não se exerce directamente sobre os indivíduos mas sobre o conhecimento do mundo dada à população" (HARLEY, 1995, p. 82).

O mapa impresso de Granpré terá participado na aprendizagem social e cultural de uma elite já possuidora dos saberes necessários à leitura cartográfica: "uma familiaridade mínima com o dispositivo cartográfico, com os códigos de representação de uma realidade espacial esquematizada e simbolizada; conhecimentos de geografia. Era exigida ao leitor uma determinada aptidão para interpretar os espaços representados, fazendo referência a um campo de saberes adquiridos através da leitura de mapas anteriores." (JACOB, 1992, p. 434). Isto é, mapas largamente difundidos, tratando-se, neste caso, imagens cartográficas abertas por cartógrafos estrangeiros que exerciam o seu ofício em dois dos maiores centros da edição de mapas: Paris e Nuremberga. Foi precisamente com base nestas fontes que o mapa gravado por Granpré foi compilado, oferecendo uma visão cartográfica do espaço nacional não muito afastada da imagem de Portugal já assimilada pela elite, mas que tinha de possuir o selo do poder monárquico, D. João V.

O mapa permite colocar "uma distância frente à realidade para melhor se apoderar do passado, das suas memórias e do futuro, das necessárias projecções." (JACOB, 1992, p. 49). A difusão desta imagem cartográfica de Portugal impressa pela primeira vez em território nacional parecer inscrever-se num programa de formação de uma elite que confiasse num Estado que se queria forte e centralizado, preparando as intervenções do Marquês de Pombal, sob o reinado de D. José I.

³⁰⁹ Acerca das práticas de leitura, nomeadamente a sua progressiva privatização no século XVII e XVIII, ver Roger CHARTIER, 1999, pp.109-157 e 2003, pp. 81 – 117.

Por fim, a obra cartográfica de Granpré permite-nos observar o espaço geográfico português através das suas mais diversas escalas: local, com as plantas das praças-fortes alentejanas; regional, com os seis mapas das Províncias e com a carta do Patriarcado de Lisboa; e nacional, com as duas cartas de mapas de Portugal. Mais ainda, se considerarmos o mapa de Portugal de 1729 à escala da Europa, estamos perante uma imagem cartográfica original do território nacional – não nos esquecendo de que este mapa foi inserto numa obra de geografia cuja difusão pretendia ultrapassar as fronteiras e chegar a toda a Europa do segundo quartel do século XVIII...

BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

Lisboa

Biblioteca Nacional de Portugal

Área dos Manuscritos

Forma dos decretos pelos quais S. Magestade manda pagar a maior despesa e faz a Academia alem da sua consignação, volume 2, 1737. Códice 714-716.

Paris

Bibliothèque Nationale de France

Département des Cartes et Plans

GRANDPREZ, Carlos de – *Mappa geral dos Reynos de Portugal e dos Algarves divididos pelas suas Províncias Conforme as informações mais exac....* Lisboa, 1730, Ge DD 2987 (1871) B.

2. FONTES IMPRESSAS

MAPAS E ATLAS

Lisboa

Biblioteca Nacional

Área da Cartografia

CARPINETTI, João Silvério – *Mappas das províncias de Portugal...* 2^a edição. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, C.C. 841 V.

SANSON D'ABBEVILLE, Nicolas – *Parte Septentrional do Reyno de Portugal; Parte Meridional do Reyno de Portugal.* Paris, 1654, C.A. 15 R.

Porto

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Área dos Reservados

HOMANN, Johann Baptist – *Portugalliae et Algarbiae cun finitimiis Hispaniae regnis Castilliae...* . Norimberg, [s.n., ca. 1704], C (I) - 7- (14).

Paris

Bibliothèque Nationale de France

Département des Cartes et Plans

BAILLIEU, Gaspard – *Le Portugal et ses frontières*. (2 folhas). Paris, 1704-1735. Ge DD 2987 (1865) B.

BAILLIEU, Gaspard – *Le Royaume de Portugal et partie du Royaume d'Espagne*. Paris, 1704. Ge CC 1251 (22)

BESSON, L. – *Royaume de Portugal et partie d'Espagne*... . Paris, 1704. Ge B 6953.

FER, Nicolas de – *L'Atlas curieux ou Le Monde Représenté dans des Cartes Générales et Particulières du Ciel et de la Terre en ses quatre principales parties*.... Paris, 1705. Ge DD 1236 e Ge DD 4872.

FER, Nicolas de – *Les Frontières d'Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq grandes Provinces*... . Paris, 1703. Ge AF PF 11(58).

FER, Nicolas de – *Les Royaumes de Portugal et d'Algarve*. Paris, 1704. Ge FF 13338 (55).

JAILLOT, Hubert - *Atlas Nouveau concernant toutes les parties du monde*.... 1696. Ge DD 4796 (67)

JAILLOT, Hubert – *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal*... ; *Partie Meridionale du Royaume de Portugal*... Paris, 1716. Ge Arch 2501.

NOLIN, Jean – Baptiste – Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves.... . Paris, 1704. Ge AF PF 29(86).

PLACIDE – *Le Portugal dedié au Roy*. Paris, [17--]. Ge DD 2987 (1859) B.

SANSON, Guillaume – « Le Royaume de Portugal et des Algarves divisé en ses archevêchés, évêchés et territoires. » Paris, 1694 in JAILLOT, Hubert - *Atlas Nouveau concernant toutes les parties du monde*.... 1696.

Ge DD 4796 (67) folha 126.

Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro

Coleção da Real Biblioteca Diogo Barbosa Machado.

Grandprez, C. de – *Carta Topográfica do patriarcado de Lisboa occidental e Arcebispado Orient... Aberta ao buril por C. de Grandprez e por elle dedicado ao Illu.mo e Rev.mo Senh.r D. Thomas de almeida 1.ro Patriarca de Lisboa occ.* [s.n]. ARC. 016.08.002

Colecções particulares

DELISLE, Guillaume – *Carta Geografica del Regno di Portogallo*, [Veneza, s.n. ca. 1740].

Regno di Portogallo, [post. 1719.].

WEIGEL, Christoph – *Portugallia ex descriptione exactissima Eduardo Nonii, Vernandi Alvari Secci et Antonii Vasconelli delineata*... . [Nuremberga], [s.n., ca. 1719].

II – OBRAS DE REFERÊNCIA E ESTUDOS.

- ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos – "Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)" in *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia* (coord. de Maria Helena Dias). Lisboa: Edições Cosmos, 1995, pp.27-84.
- ALEGRIA, Maria Fernanda – "Cartografia Antiga de Portugal Continental." in *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1977, vol. XII, 24, pp.169-210.
- ALEGRIA, Maria Fernanda – "O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII" in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986, I Série, Vol. I pp.179-206.
- ALMEIDA, André Ferrand de – *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de – "D. João V e a Biblioteca Real." in *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 209-228.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de – "O absolutismo de D. João V" in *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp.183-207.
- ANSELMO, Artur – *O Livro português na época de D. João V. Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editora, 1997, pp.87-98.
- A Pintura do Mundo – Geografia Portuguesa e a Cartografia dos Séculos XVI a XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.
- ARAÚJO, Ana Cristina – *A cultura das luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Ana Cristina – "Ritualidade e Poder na Corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político". in *Revista de História das Ideias*, vol. 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp.175-208.
- AZEVEDO, Pedro A. de – "A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Rial de História" In *O Archeólogo Português*, vol. XIX, 1914, pp. 31-40.
- BEBIANO, Rui – "D. João V, Rei-Sol." in *Revista da História das Ideias*, vol. 8. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 111-121.
- BEBIANO, Rui – *D. João V: poder e espectáculo*. Aveiro: Livraria Estante, 1987.
- BELO, André – *As gazetas e os livros: a gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.
- BÉNEZIT, Edouard – *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs de tous les temps et de tous les pays...*. Paris : Editions Gründ, 1999.

- BERTHAUT, Colonel – *Les Ingénieurs Géographes militaires. 1624 – 1831 : étude historique.* 2 vols., [Paris] : Service géographique de l'Armée, 1902.
- BONNANT, Georges – « Les libraires du Portugal au XVIII^e siècle à travers de leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel » in *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, ano VI, n°s 23/24, 1960, pp.195-200.
- BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine – « De la «peinture géométrale» à la carte topographique. Évolution de l'héritage classique au cours du XVIII^e siècle » in *L'oeil du Cartographe et la représentation géographique du Moyen Âge à nos jours*. (coord. de C. Bousquet-Bressolier). Paris : Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995, pp. 93 – 106.
- BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine – « Les ingénieurs géographes militaires au XVIII^e siècle et la naissance de la cartographie moderne » in *Du paysage à la carte, trois siècles de cartographie militaire de la France*. (coord. de M. A. Villèle ; A. Beylot; A. Morgat). Vincennes : Service Historique des Armées, Ministère de la Défense, 2002.
- BRASÃO, Eduardo – *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. 2 Vols. Lisboa: Editorial Resistência, 1979 -1980.
- BRASÃO, Eduardo – *D. João V. Subsídios para a história do seu reinado*. Porto: Portucalense Editora, 1945.
- BRASÃO, Eduardo – *D. João V e a Santa Sé. As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706 a 1750*. Coimbra: Coimbra Editora, 1937.
- BRASÃO, Eduardo – *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Livraria Rodrigues, 1932.
- BRASÃO, Eduardo – *Portugal no Congresso de Utrecht (1712-1715)*. Lisboa, 1934.
- BRASÃO, Eduardo – *Relações externas de Portugal – reinado de D. João V*. Porto, 1938.
- BRASÃO, Eduardo – *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1978.
- BRASÃO, Eduardo – *Subsídios para a História do patriarcado de Lisboa (1716-1740)*. Porto: Livraria Civilizações, 1943.
- BROC, Numa – « Histoire et Historiens de la géographie. Notes bio-bibliographiques (milieu du XVII^e siècle - 1914) » in. *Bulletin de la section de géographie*. Tome LXXXIX. (*Histoire et épistémologie de la géographie*). Paris : Bibliothèque Nationale, 1981, pp. 72-116.
- BROC, Numa – *La géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIII^e siècle*. Paris : Editions Ophrys, 1975.
- BROC, Numa – *Les Montagnes au siècle des Lumières. Perception et réception*. 2^a ed. Paris : Éditions du Comité des Travaux historiques et scientifiques, 1991.
- CAMPBELL, Tony – « Understanding engraved maps » in *The Map Collector*, n° 46, 1989, London, pp. 2-10.
- CARPENTIER, Jean ; LEBRUN, François (coord.) – *Histoire de France*. Paris : Editions du Seuil, Points, 1987.
- CARRETE PARRONDO, Juan – *Difusión de la ciencia en la España ilustrada: estampas de la Real Calcografía*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989.

- CARRETE PARRONDO, Juan – *El grabado a buril en la España ilustrada: Manuel Salvador Carmona*. Madrid: Fabrica Nacional de Moneda y Timbre, 1989.
- CARRETE PARRONDO, Juan – *El grabado en España: siglos XV al XVIII*. 2^a ed., Madrid: Espasa-Calpe, 1988.
- Cartes et figures de la Terre*. Paris : Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle, 1980.
- CARVALHO, Augusto Silva – « Um agente de Portugal em França, Francisco Mendes de Góis” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Vol. II, 2^a Série, 1949, pp. 213-240.
- CARVALHO, Ayres de – *Artistas e Gravadores Franceses (século XVII-XVIII). De Caillot à Quillard*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1984.
- CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias d' el-rei D. João V pelo naturalista Merveilleux*. (traduzidas, anotadas e comentadas) vol. I. Edição do autor, 1961.
- CARVALHO, Rómulo de – *Actividades Científicas em Portugal no século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 1996.
- CARVALHO, Rómulo de – *A astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- CARVALHO, Rómulo de – *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a Fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*. 2^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CARVALHO, Rómulo de – “Relações científicas do astrónomo francês Joseph – Nicolas de L’Isle com Portugal.” in *Arquivo da Bibliografia portuguesa*, anos X-XII, nºs 37/38, 1964-1966. Coimbra, 1967, pp. 27-48.
- CASTI, Emanuela – *L’ordine del mondo e la sua rappresentazione. Semosi cartográfica e autoreferenza*. Milano : Edizione Unicopli, 1998.
- CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno...* 5 vols., 2^a ed., Lisboa: Na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.
- CHARMASSON, Thérèse ; LE LORRAIN, Anne-Marie ; SONNET, Martine – *Chronologie de l’Histoire de France*. Paris : Presses Universitaires de France, 1994, pp. 384 - 424.
- CHARTIER, Roger – *Culture écrite et société. L’ordre des livres (XIVe – XVIII^e siècle)*. Paris : Albin Michel, 1996.
- CHARTIER, Roger – « Du livre au lire » in *Pratiques de la lecture*. (dir. Roger Chartier). Paris: Éditions Payot et Rivages, 2003, pp. 81- 117
- CHARTIER, Roger – « La révolution de la lecture au XVIII siècle : mythe ou réalité ? » in *Cultura, Revista de história e teoria das ideias*. II^a Série. Vol. IX. (*O livro e a leitura*). Lisboa: Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 1997, pp. 265-272.
- CHARTIER, Roger – *Lectures et lecteurs dans la France d’Ancien Régime*. Paris: éditions Du Seuil, 1987.
- CHAVES, Luís – *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- CLAVAL, Paul – *Histoire de la géographie*. 3^a ed. Paris : Presses Universitaires de France, 2001.
- CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia da Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Edições Horizonte, 1999.

- CLUNY, Isabel – *O Conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002. Tese de Doutoramento em História e Teoria das Ideias, especialização em História das Ideias Políticas.
- CLUNY, Isabel – "Elites Aristocráticas: diplomacia e Guerra" in *Cultura, Revista de Historia e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura. Universidade Nova de Lisboa. Vol. XVI-XVIII, Lisboa, 2003, pp. 235-256.
- Collecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, volume III, 1723; volume IV, 1724.
- COLIN, Paul – *La gravure et les graveurs*. Bruxelles : Librairie Nationale d'art et d' histoire, G. Van Oest et Cie Éditeurs, 1916.
- CORTESÃO, Jaime – *História do Brasil nos velhos mapas*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, 1957-1960.
- CUNHA, D. Luís da – *Instruções Políticas*. [c.1736]. Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CUNHA, Norberto Ferreira da – *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- DAINVILLE, François de - *Cartes anciennes de l'église de France. Historique. Repertoire. Guide d'usage*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1956.
- DAINVILLE, François de – « Guide du curieux amateur de cartes » in *Cartes anciennes de l'église de France. Historique. Repertoire. Guide d'usage*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1956, pp. 187-270.
- DAINVILLE, François de – « Grandeur et population des villes au XVIIIe Siècle » in *La cartographie reflet de l'histoire*. Genève-Paris : éditions Slatkine, 1986, pp.131-152.
- DAINVILLE, François de – *La cartographie reflet de l'histoire*. Genève-Paris: éditions Slatkine, 1986.
- DAINVILLE, François de – *Le langage des géographes. Termes, signes, couleurs des cartes anciennes 1500-1800*. Paris : Éditions A. et J. Picard & Cie, 1964.
- DAINVILLE, François de – « Problèmes de Cartographie historique des Eglises » in *La cartographie reflet de l'histoire*. Genève-Paris : éditions Slatkine, 1986, pp. 391 – 415.
- DAVEAU, Suzanne – "A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560)" in *Finisterra, revista Portuguesa de Geografia*, volume XXXV, número 69, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2000, pp. 11 – 38.
- DAVEAU, Suzanne – "Lugares e Regiões em Mapas Antigos", in *Lugares e Regiões em Mapas Antigo*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 37-40.
- DAVEAU, Suzanne – "O conhecimento geográfico do mundo" in *Gravura e Conhecimento do Mundo: O Livro impresso ilustrado nas colecções da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, pp. 125-134.
- DAVEAU, Suzanne e GALEGO, Júlia – "Difusão e ensino da Cartografia em Portugal." in *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. (coord. de Maria Helena Dias.) Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- DELAFORCE, ANGELA – *Art and patronage in Eighteenth-Century Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

- DEVY-VARETA, Nicole – "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As Matas Medievais e a "Coutada Velha" do Rei." in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I^a Série, vol.1. Porto, 1985, pp. 47- 67.
- DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 1953.
- DIAS, Maria Helena e BOTELHO, Henrique Ferreira (coord.) – "O alvorecer da Cartografia Moderna", in *Quatro Séculos de Imagens de Cartografia Português/Four Centuries of Images from Portuguese Cartography*, 2^a ed., Lisboa: Comissão Nacional de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército, 1999, pp. XV-XXIII.
- DIAS, Maria Helena e FEIJÃO, Maria Joaquina – *Glossário para a indexação de Documentos Geográficos*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- Dicionário da História de Portugal*. (dir. Joel Serrão). 4 vols. Porto: Iniciativas Editoriais, 1978.
- DIDEROT, Denis ; D'ALEMBERT - *L'Encyclopédie. Recueil de planches sur les sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication. Gravure et sculpture*. Paris : Inter-livres, 1986.
- DENIS, Michel e BLAYAU, Noël – *Le XVIIIe siècle*. Paris: Armand Collin, 1970.
- EGMOND, Marco Van – "The secrets of a long life : the dutch firm of Covens & Mortier (1685-1866) and their copperplates" in *Imago Mundi: The Journal of the International Society for the History of Cartography*, nº 54, London, 2002, pp. 67-86.
- Espace Français, vision et aménagement, XVIIe – XIXe siècle*. Paris : Archives Nationales, 1987.
- Estampas: cinco siglos de imagen impresa*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 1981.
- FARIA, Miguel Figueira de – *A imagem útil : José Joaquim Freire (1760-1847) Desenhador topográfico e de história natural : arte, ciência e razão de estado no final do antigo regime*. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.
- FARIA, Miguel Figueira de – *A impressa : produção, comércio e consumo de gravura no final do antigo regime*. 2 vols., Porto, 2005. Tese para provas públicas de candidatura ao grau de doutor no ramo de conhecimento de história de arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FONCIN, Myriem – "La représentation de la végétation sur les cartes anciennes » in *Méthodes de la cartographie de la vegetation. (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, Toulouse.)* Paris : Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1961, pp.147-155.
- FUHRING, Peter – "The Print Privilege in Eighteenth-Century France" in *Print Quarterly*, vol. 2, nº 1, London, 1985, pp.175-193; vol. 3, nº 1, London, 1986, pp. 19-33.
- GARCIA, João Carlos – "A Configuração da Fronteira luso-espanhola nos Mapas dos Séculos XV a XVIII", in *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, vol. XI, nº 41, Barcelona, 1996, pp. 293-321.
- GARCIA, João Carlos (coord.) - *A mais dilatada vista do Mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- GARCIA, João Carlos – "Os mapas inclassificáveis: exemplos e reflexões." in *Separata de Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, nº 2. Lisboa Biblioteca Nacional, 1997, pp. 105-115.
- GIRÃO, António de Amorim – *Geografia de Portugal*, 3^a ed. Porto: Portucalense Editora, 1960.

- GOULD, Peter ; BAILLY, Antoine – *Le Pouvoir des Cartes – Brian Harley et la cartographie*. Paris : Anthropos, 1995.
- Gravura e Conhecimento do Mundo: O Livro impresso ilustrado nas colecções da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.
- GRIVEL, Marianne – *Le commerce de l'estampe, à Paris, au XVIIe siècle*. Genève : Librairie Droz, 1986.
- GRIVEL, Marianne – « Dictionnaire des éditeurs et des marchands d'estampes parisiens. » in *Le commerce de l'estampe, à Paris, au XVIIe siècle*. Genève : Librairie Droz, 1986, pp.275-386.
- HAMELEERS, Marc – "Copperplates in the Northern Netherlands" in *The Map Collector*, n° 47, 1989, London, pp. 36-39.
- HARLEY, John Brian – "Cartes, savoir et pouvoir" in *Le pouvoir des cartes. Brian Harley et la cartographie*. (coord. de Peter Gould et Antoine Bailly). Paris : Anthropos, 1995, pp. 19-52.
- HARLEY, John Brian – "Déconstruire la carte" in *Le pouvoir des cartes. Brian Harley et la cartographie*. Textes réunis par Peter Gould et Antoine Bailly. Paris : Anthropos, 1995, pp. 61-86.
- HARLEY, John Brian – *Le Pouvoir des Cartes. Brian Harley et la cartographie*. Textes réunis par Peter Gould et Antoine Bailly. Paris : Anthropos, 1995.
- HARLEY, John Brian – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- HARLEY, John Brian – "Maps, Knowledge and Power" in *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001, pp. 51-81.
- HARLEY, John Brian – "Text and contexts in the interpretation of early maps" in *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001, pp. 33-49.
- HARLEY, John Brian – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- Histoire de l'édition française. Le livre triomphant 1660-1830*. Paris : Fayard, Cercle de la Librairie, Promodis, 1984.
- Histoire de la lecture dans le monde occidental*. (coord. de Guglielmo Cavallo et Roger Chartier). Paris : éditions Du Seuil, 1997.
- Histoire de la vie privée*.(sous la direction de Philippe Ariès et Georges Duby). *De la Renaissance aux Lumières*.Tome 3 (volume dirigé par Roger Chartier). Paris: Éditions Seuil, 1999.
- HOFMANN, Catherine – « La couleur en quête de sens : l'édition cartographique en France et en Allemagne (1650 - fin XVIIIe siècle) » in *Couleurs de la Terre, des mappemondes médiévales aux images satellites*. Paris : Seuil/Bibliothèque Nationale de France, 1998, pp. 86 - 94.
- JACOB, Christian – *L'empire des cartes. Approche théorique de la Cartographie à travers l'histoire*. Paris: éditions Albin Michel, 1992.
- KISH, Georges – *La carte, image des civilisations*. Paris : Editions du Seuil, 1980.

- KONVITZ, Josef – *Cartography in France, 1660-1848. Science, Engineering and Statecraft*. Chicago : The University of Chicago Press, 1987.
- KONVITZ, Josef – « Remplir la carte » in *Cartes et figures de la Terre*. Paris : Centre Georges Pompidou. Centre de Création Industrielle, 1980, pp. 304 - 315.
- LABOURDETTE, Jean-François – *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790 : entre Colbertisme et libéralisme*. Paris : Centre Culturel Portugais, diff. J. Touzot, 1988.
- LA FUENTE FERRARI, Enrique – *Iconografia Lusitana. Retratos grabados de personajes portugueses*. Madrid: Junta de Iconografía Nacional, 1941.
- LAGARDE, Lucie - « L'information cartographique, la réalisation des cartes, leur utilisation et leur diffusion au début du XVIII^e siècle », in *Bulletin du Comité Français de Cartographie*, n° 125, Paris, 1990, pp. 26-31.
- LE BITOUZÉ, Corinne ; CASSELLE, Pierre ; GRIVEL, Marianne, PREAUD, Maxime – *Dictionnaire des Editeurs d'Estampes à Paris sous l'Ancien Régime*. Paris : Promodis, éditions du Cercle du Libraire, 1987.
- LE BITOUZÉ, Corinne – *Le commerce de l'estampe à Paris dans la première moitié du XVIII^e siècle*. 2 vols., Paris : École des Chartes, 1986. Dissertação de Mestrado.
- LEBLANC, Charles – *Manuel de l'amateur d'estampes*. Amsterdam: G.W. Hissink et C°, 1970.
- LEBRUN, François – *L'Europe et le monde. XVe, XVIe, XVIIe*. Paris : Armand Collin, 1987.
- LIMA, D. Luíz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* . 2 vols. . Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Sylva, 1734 – 1736.
- LISBOA, João Luís – *Ciência e política: Ier nos finais do Antigo regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- LÍTTER MAYAYO, Carmen – *La Obra de Tomás López. Imagen Cartográfica del siglo XVIII*. Madrid: Biblioteca Nacional, 2002.
- LÍTTER MAYAYO, Carmen – *Tesoros de la cartografía española*. Madrid: Caja Duero, 2001.
- LÍTTER MAYAYO, Carmen e SANCHIS BALLESTER, Francisco – *Tomás Lopez y sus Colaboradores*. Madrid: Biblioteca Nacional, 1998.
- LUIZ, D. Francisco de S.- "Lista de alguns artistas portuguezes..." in *Obras completas do Cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, pp.317 -
- MACHADO, Cirillo Volkmar – *Colecção de Memórias relativas às vidas dos Pintores e Escultores, Architectos e gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros que estiveram cá em Portugal*. 2^a ed. (revista e anotada pelos Drs. Teixeira de carvalho e Vergílio Correia). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – *Information artistique et "mass-media" au XVIII^e siècle : la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal*. Braga : Livraria Cruz, 1974.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – « La collection royale portugaise » in *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, 1996-2003, pp. 43-328.

- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – « La politique artistique européenne dur oi jean V de Portugal en direction de Paris- sources raisonnées » in *Actes du colloque « Histoire du Portugal, Histoire Européenne. »* Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 11-145.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – « les Mariette et le Portugal. » in *Separata do Colloque Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France.* Paris : Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1983.
- MARIETTE, Pierre-Jean – *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal.* Lisbonne, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, 1996-2003.
- MARQUES, Miguel da Silva – *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas, cálculo de escalas e conversão de valores e coordenadas geográficas.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.
- MARTIN, Henri-Jean – *Le livre français sous l'Ancien Régime.* Paris : Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie, 1987.
- MEYER, Véronique – "Gravure d'interprétation ou de reproduction? Invention, traduction et copies : réalités historiques et techniques. » in *Estampes et gravures d'illustration.* Lyon : Travaux de l'Institut d'Histoire de l'Art, 1989, nº 12, pp. 41- 46.
- MONMONIER, Mark – *How to lie with maps.* 2.^a ed. Chicago - London: The University of Chicago Press, 1996.
- MOREIRA, Luís Miguel – *O Entre Douro e Minho em finais do século XVIII: Cartografia, Geografia e História das Populações.* Guimarães: Universidade do Minho, 2004. Dissertação de Mestrado em História das Populações.
- MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real de História. A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.Tese de Doutoramento.
- MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII.* Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.
- MOTA, Isabel Ferreira da – "Os Historiadores, o Mecenato e o clientelismo. Autonomia e Dependência. (1700-1750) in *Revista de História das Ideias. A Cultura e a Nobreza.* vol. 19, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp.471 – 493.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal.* Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- PALSKY, Gilles – "Aux origines de la cartographie thématique les cartes spéciales avant 1800. » in *La Cartografia Francesa, 5 è curs, Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia.* Barcleona: Institut Cartogràfic de Catalunya, Generalitat de Catalunya e Universitat Autònoma de Barcelona – Departament de Geografia, 1996, pp. 129-145.
- PALSKY, Gilles – « Des cartes générales aux cartes spéciales. » in *Des chiffres et des cartes. Naissance et développement de la cartographie quantitative française au XIXe siècle.* Paris : Comité des travaux historiques et scientifiques, 1996, pp.17-58.
- PALSKY, Gilles – *Des chiffres et des cartes. Naissance et développement de la cartographie quantitative française au XIXe siècle.* Paris : Comité des travaux historiques et scientifiques, 1996.

- PALSKY, Gilles – « François de Dainville et l'histoire de la cartographie : orientations traditionnelles et thématiques nouvelles » in *François de Dainville : pionnier de l'histoire de la cartographie et de l'éducation*. Paris : École Nationale des Chartes, 2004, pp. 81-99.
- PALSKY, Gilles – *L'esprit des cartes. Approches historiques, sémiologiques et sociologiques en cartographie*. 2^e partie. Université de Paris XII - Val de Marne, 2003. Mémoire de Synthèse. Diplôme d'habilitation à diriger des recherches.
- PASTOUREAU, Mireille – « Feuilles d'Atlas » in *Cartes et Figures de la Terre*. Paris : Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle, 1980, pp. 442-454.
- PASTOUREAU, Mireille – « La France divulguée, évolution de la cartographie gravée du XVI^e au XVIII^e siècle » in *Espace Français, vision et aménagement, XVI^e – XIX^e siècle*, Paris, Archives Nationales, 1987, pp. 59 – 72.
- PASTOUREAU, Mireille – *Les Atlas français du XVI^e-XVII^e siècle : répertoire bibliographique et étude*. Paris : Bibliothèque Nationale, Département des Cartes et Plans, 1984.
- PEDLEY, Mary Sponberg – *Bel et Utile : the Work of Robert de Vaugondy, Family of Mapmakers*. Tring: Map Collector Publications, 1992.
- PEDLEY, Mary Sponberg – *The Commerce of Cartography. Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2005.
- PEDLEY, Mary Sponberg – “The Map Trade in Paris.1650-1825.” In *Imago Mundi*, volume 33, Kent, England, 1981, pp. 33-45.
- PEIXOTO, Jorge – “História do livro impresso em Portugal” in *Arquivo da Bibliografia Portuguesa, anos X-XII*, nºs 37-48, Coimbra, 1967, p.1-26.
- PELLETIER, Monique – *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des Lumières*. Paris : Bibliothèque Nationale de France, 2001.
- PELLETIER, Monique – « Cartographie et pouvoir sous les règnes de Louis XIV et Louis XV. » in *Tours et Contours de la Terre, Itinéraires d'une femme au cœur de la cartographie*. (coord. de Catherine Hofmann et Danièle Lecoq). Paris : Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées, 1999, pp.199- 303.
- PELLETIER, Monique (sous la direction de) - *Couleurs de la Terre. Des mappemondes médiévales aux images satellites*. Paris : Seuil, Bibliothèque Nationale de France, 1998.
- PELLETIER, Monique – *La carte de Cassini, l'extraordinaire aventure de la carte de France*. Paris : Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées, 1990.
- PELLETIER, Monique – « Les géographes et l'histoire, de la Renaissance au siècle des Lumières » in *Apologies pour la géographie. (Mélanges offerts à Alice Saunier-Seité. Textes réunis par Jean-Robert Pitte.)* Paris : Société de Géographie, 1997, pp.152-155.
- PELLETIER, Monique – « Science et Cartographie au siècle des Lumières », in *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au siècle des Lumières, Conférences Léopold Delisle*, Paris : Bibliothèque Nationale de France, 2001, pp. 81-105.

- PELLETIER, Monique – *Tours et Contours de la Terre, Itinéraires d'une femme au cœur de la cartographie*. (coord. de Catherine Hofmann et Danièle Lecoq). Paris : Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées, 1999.
- PELLETIER, Monique – « Utilisation et diffusion de la Carte de Cassini », in *Bulletin du Comité Français de Cartographie*, n° 125, Paris, 1990, pp. 23-25.
- PELLETIER, Monique ; OZANNE, Henriette – *Les cartes, témoins de l'Histoire*. Paris : Hachette, Bibliothèque Nationale de France, 1995.
- PICART, Bernard - « Les impostures innocentes » in *Nouvelles de l'Estampe*. Paris : Cabinet des Estampes de la Bibliothèque Nationale, Comité national de la gravure française, Juillet –Aout 1973, n° 10, pp.17-21.
- PINCHEMEL, Philippe – « Géographie et cartographie, réflexions historiques et épistémologiques » in *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, Paris, 1979, n° 463, pp. 239-247.
- PORTALIS, Roger (Le Baron) et BÉRALDI, Henri – *Les Graveurs du Dix-Huitième siècle*. Vol. I. Paris : Damarcène, 1880.
- PRÉAUD, Maxime – « La dynastie Mariette » In *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Casa de Bragança, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, volume I, 2003, pp. 327-371.
- RACZYNSKI, Athanase N. Comte de – *Dictionnaire historico-artistique du Portugal pour faire suite à l'ouvrage ayant pour titre : Les arts en Portugal. Lettres adressées à la Société Artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*. Paris : Jules Renouard et Cie, 1817.
- RAFFESTIN, Claude – « Frontières. » in *Cartes et Figures de la Terre*. Paris : Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle, 1980, pp. 412-421.
- RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal. Volume I. A posição geográfica e o território*. 4ª ed. (Comentários e actualizações de Suzanne Daveau). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.
- SALDANHA, Nuno (coord.) – *Joanni V Magnífico. A Pintura em Portugal ao tempo de D. João V. 1706-1750*. Lisboa: IPPAR, 1994.
- SEITZ, Wolfgang – “The engraving Trade in seventeenth and eighteenth century Augsburg: a checklist” in *Print Quarterly*, Great Britain, 1986, n° 3(2), pp. 116-128.
- SEQUIRA, Joaquim Pedro Fragoso de – “Memórias sobre as azinheiras, sovoreiras, e carvalhos da Província do Alentejo, onde se trata de sua cultura, e usos, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter.” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Vol. II, 1790, pp. 355-382.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Volume I. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Volume V. A Restauração e a Monarquia Absoluta. (1640-1750)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

- SMITH, David W. – "False imprints: identifying the publishers of surreptitious french Works of the eighteenth century." In *Cultura, Revista de história e teoria das ideias*. II^a Série. Vol. IX. (*O livro e a leitura*). Lisboa: Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 1997, pp. 207 – 220.
- SOARES, Ernesto – *Estampadores e Impressores* – Contribuições para o Estudo das Artes Gráficas. Lisboa: Academia Portuguesa de Ex. Libris, 1966.
- SOARES, Ernesto – *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Tomos 1 e 2. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1940.
- SONNET, Martine ; CHARMASSEON, Thérèse ; LE LORRAIN, Anne-Marie – *Chronologie de l'Histoire de France*. Paris : Presses Universitaires de France, 1994, pp. 384 - 424.
- Tooley's Dictionary of mapmakers. Revised Edition*. Tring: Map Collector Publications in association with Richard Arkway Inc., 1999.
- VERNER, Coolie – "Copperplate Printing" in *Five Centuries of Map Printing*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1975, pp. 51-75.
- VILLÈLE, Marie-Anne de; BEYLOT, Agnès ; MORGAT, Alain (sous la direction de) – *Du paysage à la carte. Trois siècles de cartographie militaire de la France*. Vincennes : Ministère de la Défense, Services Historiques des Armées, 2002.
- WILFORD, John Noble – *The Mapmakers*. New York: Alfred A. Knopf, 2000.
- WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York/London: The Guilford Press, 1992.
- WOODWARD, David – *Five centuries of map printing*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1975.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esfera artificial.....	64
Figura 2 – Sphère artificielle.....	65
Figura 3 – Sistema de Tycho Brahe.....	66
Figura 4 – Système de Tycho Brahe.....	67
Figura 5 – Turbilhões.....	68
Figura 6 – Rosa-dos-ventos.....	69
Figura 7 – Pormenor da escala gráfica.....	71
Figura 8 – Mapa de Portugal de Granpré – 1729.....	72
Figura 9 – Mapa de Baillieu – 1703 -1735.....	76
Figura 10 – Mapa de Baillieu – 1704.....	77
Figura 11 – Mapa de Placide.....	78
Figura 12 – Mapa de Nolin – 1704.....	80
Figura 13 – Mapa de Besson – 1704.....	81
Figura 14 – Mapa de Nicolas de Fer – 1703.....	83
Figura 15 – Mapa de Nicolas de Fer – 1704.....	84
Figura 16 – Mapa de Jaillot – 1716 (Parte setentrional).....	86
Figura 17 – Mapa de Jaillot – 1716. (Parte Meridional)	87
Figura 18 – Mapa de Sanson – 1695.....	88
Figura 19 – Mapa de Sanson - 1654 (Parte setentrional).....	90
Figura 20 – Mapa de Sanson - 1654 (Parte meridional).....	91
Figura 21 – Mapa de Homann.....	94
Figura 22 – Mapa de Weigel.....	95
Figura 23 – Regno di Portogallo.....	96
Figura 24 – Carta geografica del regno di Portogallo.....	97
Figura 25 – Pormenor da representação dos mochões.....	100
Figura 26 – Pormenor da representação da reentrância junto da foz do Sado.....	102
Figura 27 – Mapa hidrográfico do mapa de Granpré – 1729.....	103
Figura 28 – Mapa hidrográfico – Sanson.....	104
Figura 29 – Mapa hidrográfico – Homann.....	105
Figura 30 – Mapa hidrográfico – Weigel.....	106
Figura 31 – Mapa hidrográfico – Baillieu - 1704.....	107
Figura 32 – Mapa hidrográfico – Besson.....	108
Figura 33 – Mapa hidrográfico – Nolin.....	109
Figura 34 – Mapa hidrográfico – Placide.	110
Figura 35 – Pormenor da representação das Barras de Aveiro e do Porto.	111

Figura 36 – Pormenor da representação do relevo.....	112
Figura 37 – Mapa do relevo.....	113
Figura 38 – Pormenor da representação das manchas arbóreas.....	115
Figura 39 – Mapa da cobertura vegetal.....	116
Figura 40 – Mapa de limites de fronteira.....	118
Figura 41 – Pormenor da representação das localidades.....	120
Figura 42 – Mapa do povoamento.....	122
Figura 43 – Mapa de particularidades.....	126
Figura 44 – Entre Douro e Minho.....	133
Figura 45 – Trás os Montes.....	134
Figura 46 – Beira.....	135
Figura 47 – Estremadura.....	136
Figura 48 – Alentejo.....	137
Figura 49 – Reino do Algarve.....	138
Figura 50 – Arronches.....	141
Figura 51 – Campo Maior.....	142
Figura 52 – Moura.....	143
Figura 53 – Olivença.....	144
Figura 54 – Carta manuscrita de Portugal.....	150
Figura 55 – Pormenor da representação dos mochões na carta manuscrita de Portugal – 1730.....	158
Figura 56 – Carta do patriarcado e do arcebispado de Lisboa.....	159
Figura 57 – mapa do patriarcado – Carpinetti.....	160
Figura 58 – Mapa do patriarcado – Oliveira.....	161